

**Consultoria individual para aportar contribuições técnicas,
metodológicas e estratégicas ao “Projeto de Desenvolvimento
Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia – Pró-
Semiárido (Acordo de Empréstimo nº 2000000435) no
processo de elaboração do Plano Estadual de Convivência
com o Semiárido**

Consultora: Tatiana Scalco Silveira

2018

TOMO 1

**Diagnóstico socioeconômico ambiental do
Semiárido Baiano**

Sumário

Sumário.....	I
Sumário de Mapas	III
Sumário de Quadros	VII
Sumário de Figuras.....	VIII
Siglário	IX
1. Preambulo.....	1
2. Antecedentes	1
3. Metodologia de análise.....	3
3.1. Planejamento Estratégico Situacional – PES e a análise situacional.....	4
3.1. Sistematização dos temas	10
4. Bahia e o Semiárido	13
5. Meio Físico Biótico do Semiárido Baiano	18
5.1. Clima	18
5.1.1 Áreas Susceptíveis à Desertificação - ASD.....	25
5.2. Biomas	30
5.2.1 Caatinga	32
5.2.2. Cerrado.....	35
5.2.3. Mata Atlântica.....	36
5.3. Cobertura e Uso do Solo.....	37
5.4. Sistema de Unidades de Conservação no Semiárido Baiano.....	40
5.5. Cavernas	47
5.6. Recursos Hídricos	49
5.6.1 Gestão de Recursos Hídricos	50
5.6.2 Demanda Hídrica	54
5.6.3 Balanço Hídrico	58
5.6.4 Uso da Água para Produção.....	60
5.6. Serviços Ecológicos	62
6. Meio Antrópico	66
6.1. Dimensão Social.....	66
6.1.1 Municípios e População	66
6.1.2 Condições de Vida.....	75
6.1.3 Condições de Habitação.....	87
6.1.4 Acesso à Terra	94
6.1.5. Saúde.....	127
6.1.5.1. Mortalidade Infantil	127

6.1.5.2. Atenção Básica	129
6.1.5.3. Doenças de Veiculação Hídrica	139
6.1.5.3.1. Leishmaniose Visceral.....	140
6.1.5.3.2. Leishmaniose Tegumentar	145
6.1.5.3.3. Arboviroses.....	149
6.1.5.4. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) Saúde	158
6.1.6 Educação	160
6.1.6.1. Distorção Idade Série	162
6.1.6.2. Qualidade	166
6.1.6.3. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) Educação.....	172
6.2 Dimensão Ambiental.....	174
6.2.1 Água para abastecimento humano	174
6.2.2. Programas Governamentais	177
6.2.3. Saneamento Básico	183
6.2.4 Coleta de Lixo Domiciliar	186
6.2.5 Energia	188
6.3. Dimensão Econômica	190
6.3.1 PIB per capita	190
6.3.2 Valor Agregado Bruto	195
6.3.3 Agricultura e Pecuária	209
6.3.3.1 Agricultura Familiar	210
6.3.3.2 Assistência Técnica (ATER).....	212
6.3.3.3 Produção Agrícola	214
6.3.3.4 Produção Pecuária.....	220
6.3.4 Mineração.....	227
6.3.5 Índice FIRJAM Emprego e Renda.....	232
6.3.6 Emprego	234
7. Considerações Finais.....	241
8. Referências Bibliográficas	242

Sumário de Mapas

MAPA 1 - Semiárido Baiano – Municípios e Territórios de Identidade	14
MAPA 2 - Semiárido Bahia – Distribuição da Precipitação Média Mensal, a partir da série histórica	20
MAPA 3 – Semiárido Baiano, ocorrência de secas entre 2003 e 2016	22
MAPA 4 – Semiárido Bahia – Nível de seca em novembro de 2018.....	24
MAPA 5 - Semiárido Baiano – Áreas Suscetíveis à Desertificação.....	27
MAPA 6 – Semiárido Bahia - Biomas	31
MAPA 7 - Semiárido Baiano – Cobertura Vegetal por município 2016 (%).....	38
MAPA 8 – Semiárido Baiano – Uso do Solo 2016 (%)	39
MAPA 9 - Semiárido Baiano, Unidades de Conservação Estaduais e Federais	42
MAPA 10 - Semiárido Baiano, Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável	43
MAPA 11 - Semiárido Baiano - Biomas e Unidades de Conservação	44
MAPA 12 – Semiárido Baiano – Cavernas, por municípios	48
MAPA 13 - Semiárido baiano, Sub-bacias hidrográficas.....	51
MAPA 14 - Semiárido Baiano, sub-bacias hidrográficas e malha hídrica	52
MAPA 15 - Semiárido Baiano – Vazão de retirada total de água (m3/s).....	55
MAPA 16 Semiárido Baiano, Demanda média anual de água por microbacia (L/s), 2015.....	56
MAPA 17 - Semiárido Baiano – Demanda média anual por microbacia (l/s) - 2030.....	57
MAPA 18 – Semiárido Baiano – Balanço Hídrico quantitativo por bacia	59
MAPA 19 – Semiárido Baiano – Área Irrigada em hectares 2017	61
MAPA 20 – Semiárido baiano – População rural 2010 (%).....	67
MAPA 21 - Semiárido Baiano, Mulheres na População, por município (2010) (%)	68
MAPA 22- Semiárido Baiano, Participação de Afrodescendentes e Indígenas na População, por município (2010) (%)	69
MAPA 23 – Semiárido Baiano – População dos Municípios por faixas - 2010.....	71
MAPA 24 - Semiárido Baiano - População dos Municípios por faixas -2017	72
MAPA 25 – Semiárido Baiano - Densidade Demográfica 2010 (%)	74
MAPA 26 – Semiárido Baiano – Esperança de vida ao Nascer 2010 (anos)	76
MAPA 27 – Semiárido Baiano, Índice de Gini (1991), por município	79
MAPA 28 - Semiárido Baiano, Índice de Gini (2000), por município	80
MAPA 29 - Semiárido Baiano, Índice de Gini (2010), por município	81
MAPA 30 - Semiárido Baiano, Cobertura Programa Bolsa Família, por município (2010) (%)	83
MAPA 31 - Semiárido Baiano, Cobertura Programa Bolsa Família, por município (2017) (%)	84
MAPA 32 – Semiárido Baiano – Número médio de pessoas por famílias, 2010	86
MAPA 33 – Semiárido baiano – Déficit habitacional Relativo 2010 (%).....	88
MAPA 34 – Semiárido Baiano – Domicílios de alvenaria X município (%) 2010	90
MAPA 35 - Semiárido Baiano – Domicílios de Taipa X município (%) 2010	91
MAPA 36 Semiárido Baiano – Domicílios com outros materiais X município (%) 2010	92
MAPA 37 - Semiárido Baiano – Domicílios sem paredes X município (%) 2010.....	93
MAPA 38 – Semiárido baiano – Índice Gini de Concentração de Terras 2006 (%)	95
MAPA 39 A e B - Semiárido Baiano – Estabelecimentos Agropecuários com até 1 ha (%) e área (%)..	98
MAPA 40 A e B - Semiárido Baiano – Estabelecimentos Agropecuários com 1 a 50 ha (%) e área (%)	100
MAPA 41 A e B - Semiárido Baiano – Estabelecimentos Agropecuários com 50 a 200 ha (%) e área (%)	101
MAPA 42 A e B - Semiárido Baiano – Estabelecimentos Agropecuários com 200 a 500 ha (%) e área (%).....	102
MAPA 43 A e B - Semiárido Baiano – Estabelecimentos Agropecuários com 500 a 1000 ha (%) e área (%).....	103
MAPA 44 A e B - Semiárido Baiano – Estabelecimentos Agropecuários com mais de 1000 ha (%) e área (%).....	105
MAPA 45- Semiárido Baiano – Estabelecimentos Agropecuários sem área para produção (%)	107

MAPA 46 A e B - Semiárido Baiano – Distribuição dos projetos de assentamento por território de Identidade	110
MAPA 47 A e B - Semiárido Baiano, Estabelecimentos Agropecuários em áreas concedidas sem título definitivo ou em terras ocupadas, percentual relativo por município – nº e área dos estabelecimentos ..	111
MAPA 48 - Semiárido Baiano, Estabelecimentos Agropecuários em áreas concedidas sem título definitivo ou em terras ocupadas, percentual relativo por município	112
MAPA 49 – Semiárido Baiano – Comunidades Remanescentes quilombolas certificadas 2018.....	115
MAPA 50 – Semiárido Baiano – Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto identificadas 2018	117
MAPA 51 A e B – Semiárido Baiano – Territórios Indígenas: nº de povos e nº de aldeias	119
MAPA 52 - Bahia – Formas de Acesso à terra (Projetos de assentamento, projetos Cédula da Terra (Hoje extinto) e Programa de Crédito Fundiário	121
MAPA 53 A, B e C – Semiárido Baiano – Taxa de mortalidade infantil, menores de 1 ano por 1000 nascidos vivos 2013, 2015 e 2017	128
MAPA 54 A, B, C e D – Semiárido Baiano – Cobertura Programa Saúde da Família 2013, 2015, 2017 e 2018.....	130
MAPA 55 A, B, C e D – Semiárido Baiano – Proporção de nascidos vivos com mães que tiveram 7 ou mais consultas de pré-natal, 2013, 2015, 2017 e 2018	132
MAPA 56 A, B, C e D – Semiárido Baiano – Cobertura Vacinal menos de 2 anos, 2013, 2015, 2017 e 2018/maio.....	134
MAPA 57 A, B, C e D – Semiárido baiano – Proporção de internações por condições sensíveis à atenção primária de Saúde (ICSAB) 2013, 2015, 2017 e 2018/08	137
MAPA 58 - Semiárido Baiano – Coeficiente de Incidência (100.000 hab) de Leishmaniose Visceral, por município, 2013 (%).....	142
MAPA 59 - Semiárido Baiano – Coeficiente de Incidência (100.000 hab) de Leishmaniose Visceral, por município, 2015 (%).....	143
MAPA 60 - Semiárido Baiano – Coeficiente de Incidência (100.000 hab) de Leishmaniose Visceral, por município, 2017 (%).....	144
MAPA 61- Semiárido Baiano - Coeficiente de Incidência (100.000 hab) de Leishmaniose Tegumentar, por município, 2013 (%).....	146
MAPA 62 - Coeficiente de Incidência (100.000 hab) de Leishmaniose Tegumentar, por município, 2015 (%).....	147
MAPA 63 - Coeficiente de Incidência (100.000 hab) de Leishmaniose Tegumentar, por município, 2017 (%).....	148
MAPA 64 – Semiárido Baiano – Incidência de Arboviroses Dengue, Chikungunya e Zika Vírus por 100.000 hab, 2014 (%)	150
MAPA 65 - Semiárido Baiano – Incidência de Arboviroses Dengue, Chikungunya e Zika Vírus por 100.000 hab, 2015 (%)	151
MAPA 66 - Semiárido Baiano – Incidência de Arboviroses Dengue, Chikungunya e Zika Vírus por 100.000 hab, 2016 (%)	152
MAPA 67 - Semiárido Baiano – Incidência de Arboviroses Dengue, Chikungunya e Zika Vírus por 100.000 hab, 2017 (%)	153
MAPA 68 - - Semiárido Baiano – Incidência de Arboviroses Dengue, Chikungunya e Zika Vírus por 100.000 hab, 2018 (%)	154
MAPA 69 – Semiárido Baiano - Índice de infestação predial 2017 (%).....	156
MAPA 70 - Semiárido Baiano - Índice de infestação predial 2018 (%).....	157
MAPA 71 – Semiárido Baiano – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Saúde, 2010, 2012, 2014 e 2016.....	159
MAPA 72 - Semiárido Baiano – Proporção de analfabetos com 15 anos ou mais (%) 2010	161
MAPA 73 A, B e C – Semiárido Baiano – Taxa de Distorção Idade Série Ensino Fundamental 2013, 2015 e 2017 (%)	163
MAPA 74 – Semiárido Baiano - Taxa de Distorção Idade Série Ensino Médio 2013, 2015 e 2017 (%).....	165
MAPA 75 a, b, c – Semiárido Baiano – Ideb Ensino Fundamental 2º Ciclo 2013, 2015, 2017	168
MAPA 76 A, B, C– Semiárido Baiano – Nota Saeb Matemática Ensino Fundamental 2º ciclo, 2013, 2015, 2017.....	170

MAPA 77 A, B, C – Semiárido Baiano – Nota Saeb Português Ensino Fundamental 2º ciclo, 2013, 2015, 2017.....	171
MAPA 78 A, B e C – Semiárido Baiano - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Educação, 2010, 2014 e 2016	173
MAPA 79 – Semiárido Baiano – Proporção de Domicílios com acesso à água, 2010 (%).....	175
MAPA 80 – Semiárido Baiano - Proporção de Domicílios Rurais com acesso à água, 2010 (%)	176
MAPA 81 – Semiárido Baiano, Serviços realizados pelo Programa Água para Todos, por município ...	179
MAPA 82 – Semiárido Baiano – População atendida pelo Programa Água para Todos	180
MAPA 83 – Semiárido Baiano – Domicílios com esgotamento sanitário 2010 (%).....	184
MAPA 84 - Semiárido Baiano – Domicílios rurais com esgotamento sanitário 2010 (%)	185
MAPA 85 - Semiárido Baiano – Coleta de Lixo total Domicílios (%) 2010	187
MAPA 86 – Semiárido Baiano – Domicílios sem acesso à energia Elétrica (%) 2010	189
MAPA 87 - Semiárido Baiano – PIB per Capita 2010 (R\$).....	193
MAPA 88 A, B, C – Semiárido Baiano – PIB per Capita 2012, 2014 e 2016 (R\$)	194
MAPA 89– Semiárido Baiano – VAB total 2010 (R\$ milhões).....	198
MAPA 90 A, B e C – Semiárido Baiano – VAB Agropecuária 2010, VAB Indústria 2010, VAB serviços 2010 (R\$ Milhões).....	199
MAPA 91 – Semiárido Baiano – VAB total 2012 (R\$ milhões).....	201
MAPA 92 A, B, C – – Semiárido Baiano – VAB Agropecuária 2012, VAB Indústria 2012, VAB serviços 2012 (R\$ Milhões).....	202
MAPA 93 - Semiárido Baiano – VAB total 2014 (R\$ milhões)	204
MAPA 94 A, B, C – – Semiárido Baiano – VAB Agropecuária 2014, VAB Indústria 2014, VAB serviços 2014 (R\$ Milhões).....	205
MAPA 95 - Semiárido Baiano – VAB total 2016 (R\$ milhões)	207
MAPA 96 a, b, c – – Semiárido Baiano – VAB Agropecuária 2016, VAB Indústria 2016, VAB serviços 2016 (R\$ Milhões).....	208
MAPA 97 – Semiárido Baiano – DAP Ativas por município 2018	211
MAPA 98 – Semiárido Baiano – Beneficiários atendidos com Assistência Técnica Rural (ATER)	213
MAPA 99 A, B, C – Semiárido Baiano – SOJA Área plantada (ha), Produção (ton), Rendimento médio por tonelada (kg por ha) - 2010	215
MAPA 100 A, B, C – Semiárido Baiano – SOJA Área plantada (ha), Produção (ton), Rendimento médio por tonelada (kg por ha) - 2017	216
MAPA 101 A, B, C – Semiárido Baiano – Mandioca Área plantada (ha), Produção (ton), Rendimento médio por tonelada (kg por ha) - 2010	218
MAPA 102 A, B, C – Semiárido Baiano – Mandioca Área plantada (ha), Produção (ton), Rendimento médio por tonelada (kg por ha) - 2017	219
MAPA 103 A, B, C e D – Semiárido Baiano – Produção de Origem animal – produção leiteira (mil litros) 2010, 2012, 2014, 2016.....	221
MAPA 104 – Semiárido Baiano – – Produção de Origem animal – produção leiteira (mil litro) 2017....	222
MAPA 105 A, B, C e D – Semiárido Baiano – Produção de Origem animal – Produção de Ovos (mil dúzias) 2010, 2012, 2014, 2016.....	224
MAPA 106 – Semiárido Baiano – Produção de Origem Animal – Produção de Ovos (mil dúzias) 2017	225
MAPA 107 A, B, C, D – Semiárido Baiano – Situação da base mineral : Fases requerimento de pesquisa, autorização de pesquisa, requerimento de lavra, autorização de lavra – 2019	229
MAPA 108 - Semiárido Baiano – Localização de reservas de pedras preciosas, 2019.....	230
MAPA 109 - Semiárido Baiano – Localização de reservas de Ferro, 2019	231
MAPA 110 - A, B e C – Semiárido Baiano - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Trabalho e Renda, 2010, 2014 e 2016	233
MAPA 111 –Semiárido Baiano – Rendimento Médio – emprego formal 2010 (R\$) por município e faixas referenciando o salário mínimo da época	236
MAPA 112 - Semiárido Baiano – Rendimento Médio – emprego formal 2012 (R\$) por município e faixas referenciando o salário mínimo da época	237
MAPA 113 - Semiárido Baiano – Rendimento Médio – emprego formal 2014 (R\$) por município e faixas referenciando o salário mínimo da época	238

MAPA 114 - Semiárido Baiano – Rendimento Médio – emprego formal 2016 (R\$) por município e faixas referenciando o salário mínimo da época	239
MAPA 115 - Semiárido Baiano – Rendimento Médio – emprego formal 2017 (R\$) por município e faixas referenciando o salário mínimo da época	240

Sumário de Quadros

QUADRO 1- Diretrizes da política estadual de convivência com o semiárido e problemas identificados pelos gestores estaduais relacionados ao semiárido baiano para os próximos 10 anos.	6
QUADRO 2- Dimensão x Objetivo do Desenvolvimento Sustentável X Indicador / Dados	11
QUADRO 3 - Territórios de Identidade e municípios incluídos no Semiárido baiano	15
QUADRO 4- Territórios de Identidade incluídos no semiárido baiano, por faixa, e número de municípios	17
QUADRO 5 - Municípios Integrantes das ASD na Bahia	28
QUADRO 6 – Unidades de Conservação localizadas no Semiárido Baiano.....	45
QUADRO 7 - Semiárido Baiano, Comitês de Bacia Hidrográfica	53
QUADRO 8 – Municípios do Semiárido baiano por faixa de população, 2010 e 2017	70
QUADRO 9 – Semiárido Baiano – Condições da Habitação 2010 (%) ranking com 5 melhores e 5 piores	89
QUADRO 10 -: Estabelecimentos Agropecuários e Área Ocupada – Bahia e Semiárido Baiano	96
QUADRO 11 – Projetos de Assentamento X Território de Identidade X Área X Capacidade de Famílias	113
QUADRO 12 – Tipo de Sistema de abastecimento de água x cobertura da população X condição de qualidade da água	140
QUADRO 13 – Cobertura de coleta domiciliar, 2010, ranking municípios com maior e menor cobertura 2010.....	186
QUADRO 14 – Domicílios com acesso à energia elétrica, 2010 (%)	188
QUADRO 15 – Semiárido Baiano – Média PIB per capita 2010 X nº e Percentual de municípios acima e abaixo da média.....	191
QUADRO 16 - Semiárido Baiano, VAB total, agropecuário, indústria e serviços, por ano X nº municípios acima e abaixo do VAB médio Bahia no mesmo ano (2010, 2012, 2014, 2016)	196
QUADRO 17 - - Semiárido Baiano, VAB total 2010 X nº municípios acima e abaixo do VAB médio Bahia no mesmo ano	197
QUADRO 18 - Semiárido Baiano – DAP por município 2018, ranking dos cinco municípios com mais e menos DAP, por TI	210
QUADRO 19 – Semiárido Baiano – Produção de origem Animal, Ovos de Galinha (por mil dúzias), 2010, 2012, 2014, 2016, 2017	226
QUADRO 20 – Semiárido Baiano – Rendimento médio – emprego formal –anos 2010, 2012, 2014, 2016 e 2017, ranking dos cinco maiores e dos cinco menores rendimentos médios, por TI e município	235

Sumário de Figuras

Figura 1 – Semiárido Baiano – Evolução dos municípios acima da média VAB Bahia, 2010, 2012, 2014, 2014, por setor	196
---	-----

Siglário

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AF	Agricultura Familiar
ANEEL	Agência Brasileira de Energia Elétrica
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ASD	Área Susceptível à Desertificação
APA	Área de Proteção Ambiental
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
BTF	Barreiros Trincheira Familiar
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CECAV	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas
CETA	Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas
CIR	Comissão Intergestores Regional - SUS
CSA	Comitê de Convivência com o Semiárido
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DSS	Determinantes Sociais da Saúde
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (extinta governo Collor)
ESF	Estratégia de Saúde da Família
ESEC	Estação Ecológica
FLONA	Floresta Nacional
GEE	Gases de Efeito Estufa
ICMBio	Instituto Chico Mendes
INEMA	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
LA	Limpeza de Aguadas
MapBiomass	Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MONA	Monumento Natural
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MS	Ministério da Saúde
MSD	Módulo Sanitário Domiciliar
MST	Movimento Sem Terra
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento de Reforma Agrária
PAD	Programa Água Doce
PAE/BA	Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
PAN-Brasil	Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
PARNA	Parque Nacional
PBF	Programa Bolsa Família
PcD	Pessoas com Deficiência
PE	Parque Estadual
PEATER	Programa Estadual de ATER
PECSA	Política Estadual de Convivência com o Semiárido
PEMA	Plano Estadual de Meio Ambiente
PERH	Plano Estadual de Recursos Hídricos
PEPSA	Programa Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais
PES	Planejamento Estratégico Situacional
PLANSEA	Plano de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental Sustentável
PNATER	Programa Nacional de Assistência Técnica Rural
PNE	Programa Nacional de Educação
PPI	Programação Pactuada e Integrada do SUS
PPM	Pesquisa de Pecuária Municipal
PPP	Projeto Político Pedagógico

PPSUS	Programa de Pesquisa para o SUS
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSA	Pagamento por Serviço Ambiental
RAS	Rede de Atenção à Saúde
RVS	Refúgio de Vida Silvestre
RF	Regularização Fundiária
RQ	Remanescente Quilombola
SA	Semiárido
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia
SEC	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia
SNUC	Sistema de Unidades de Conservação
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SESAB	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
SEEG/OC	Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima
SIATER	Sistema de Assistência Técnica Rural
SIGATER	Sistema de Gestão de Assistência Técnica Rural
SISAGUA	Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano
SISPACTO	Sistema de Pactuação de Indicadores do Pacto pela Saúde - SUS
SUS	Sistema Único de Saúde
TI	Território de Identidade
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UE	Unidade Escolar
VAB	Valor Agregado Bruto
VIGIAGUA	Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico Estadual

O Semiárido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, Sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. (Malvezzi, 2007:9)

1. Preambulo

A convivência com o Semiárido é um desafio. Complexa e sistêmica ela pressupõe a compreensão de que fatores físicos, bióticos, socioeconômicos, culturais políticos e institucionais que se ordenam e norteiam os modos como este território é observado e funciona. Conviver significa respeitar e construir. Significa desenvolver formas adequadas de cultura para viver neste ambiente, adaptando-se a ele, tornando viável a vida (Malvezzi, 2007: 11-12). O seu segredo “*(...) está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes*” (BAPTISTA, N.Q.; CAMPOS, 2013:52).

Para compreender a situação do Semiárido na Bahia está em construção análise com duas dimensões: a primeira, sob o olhar dos gestores públicos que atuam nesse território e a segunda, do conhecimento acumulado, a partir de dados, indicadores e estudos técnicos e científicos disponíveis. O olhar dos gestores foi sistematizado a partir de um processo coletivo de identificação dos macroproblemas e como se explicam. Em 85 encontros realizados com gestores e técnicos de 12 secretarias de estado foram identificados e discutidos os principais pontos que explicam a situação sob seu olhar. Essas questões orientaram o levantamento de dados secundários e informações que compõe esse relatório. A análise teve como base os territórios de identidade baianos abrangidos pelo Semiárido Baiano e analisados a partir de seus aspectos social, ambiental, econômico e institucional.

2. Antecedentes

Nos últimos 12 anos o Governo da Bahia avançou na estratégia de desenvolvimento dos 27 Territórios de Identidade (TI) do Estado. Implementou estratégia territorializada de planejamento público a partir de ações nos Territórios. A escuta social foi potencializada a partir de encontros territoriais preparatórios para os Planos Plurianuais (PPA) 2008-2011, 2012-2015 e 2016-2019. Avançou, também, na construção de Planos de Desenvolvimento Territoriais Sustentáveis dos 27 Territórios de Identidade. Eles, na sua primeira versão, foram construídos com o viés agrário e na sua revisão, em

2016-2017, tiveram escopo ampliado para a visão do território incorporando o urbano. Em todos esses processos, o Semiárido tem sido prioridade.

Desde 2012 o Governo da Bahia, sob a Coordenação da Secretaria da Casa Civil, atua de forma sistemática em relação ao tema Semiárido. Foram realizadas consecutivas escutas territoriais por meio do Comitê Estadual para Enfrentamento dos Efeitos da Seca que depois passou a se denominar Comitê de Convivência com o Semiárido (CSA).

Anteriormente o Decreto Estadual nº 11.573 de 4 de junho de 2009 instituiu o Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAE/Ba e seu Comitê Gestor de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. A finalidade do Comitê Gestor foi coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Plano Estadual de Combate à Desertificação – PAE/BA, bem como assegurar a integração das políticas e ações realizadas pelos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado da Bahia. O PAE/BA foi construído alinhado ao Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil, 2004) e organizado a partir de quatro eixos: Sistema de Produção Agrícola e Sustentabilidade Socioambiental; Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas e seus reflexos na Questão das Migrações Populacionais, da Saúde, Gestão de Recursos Hídricos, Segurança Hídrica e o Acesso à Água como Direito Humano diante dos Cenários das Mudanças Climáticas e Revisão da Política Estadual de Combate à Desertificação na Perspectiva da Legislação Atual¹.

A compreensão governamental do paradigma de “combate à seca” mudou a partir dessas construções e escutas junto à sociedade. A compreensão que “conviver com o Semiárido” significa abraçar uma proposta de desenvolvimento viável onde os seres humanos que se relacionem com a natureza do Semiárido de forma respeitosa, com políticas públicas adequadas, não apenas diferentes – baratas ou caras (Baptista e Campos, 2013, p.64) passou a pautar a construção da política pública de convivência com o Semiárido. Assim, foi constituído grupo de trabalho intergovernamental em 2014 para desenhar a política de convivência com o Semiárido da Bahia.

O processo coletivo se concretizou com a publicação da Lei Estadual nº 13.572 de 30 de agosto de 2016 que instituiu a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido. Como desdobramento, foi

¹ Para maiores detalhes ver Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca PAE/BA - Versão Validada, 2014

estruturado novo grupo de trabalho para elaborar o decreto que aprovou o regulamento da Lei nº 13.572. O Decreto nº 17.951 foi publicado em 22 de setembro de 2017. Ele define a estrutura do Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido que é composto pelo Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido e pelo Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido. Além disso delibera como instrumentos de planejamento e gestão da Política de Convivência com o Semiárido: o Plano Estadual de Convivência com o Semiárido e seu Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação.

Em janeiro de 2018 foi realizado seminário intergovernamental para início da construção do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido. A Análise Situacional do Semiárido Baiano é seu primeiro produto.

Carvalho destaca que “o segredo da convivência está, além de outras ações, na produção e estocagem de bens no período chuvoso sendo a água o principal bem a ser estocado” (2017:139). Autonomia hídrica é expressão de ordem. O compromisso com a gestão dos recursos naturais, tanto pela sociedade civil quanto pelo estado, principalmente no que diz respeito à água (CARVALHO *et alli*, 2017:147). Nesse sentido, a visão de convivência com o Semiárido onde a sociedade civil tem papel ativo passa a ser ponto importante nesta construção.

3. Metodologia de análise

A elaboração da análise baseou-se, conforme orientação do art. 16 do decreto estadual nº 17.951 de 22 de setembro de 2017, na análise situacional e integrada, tomando como base o Território de Identidade e considerando aspectos social, ambiental, econômico e institucional.

Para tanto utilizou-se duas abordagens complementares: (i) a análise situacional, (momento explicativo) da metodologia de Planejamento Estratégico Situacional (PES). Nela, em encontros moderados foi realizada a identificação de problemas e estruturados mapas cognitivos (e/ou fluxograma de problema) e (ii) sistematização dos temas e observação das questões que mais se destacaram, levantamento de dados e indicadores que pudessem auxiliar a análise. Para cada indicador utilizado, foram observadas e relacionadas as referências Bahia, Território de Identidade e os Municípios objeto do trabalho – que são aqueles localizados no Semiárido baiano. Cabe registrar que a organização da análise partiu do pressuposto que as equipes gestoras estariam produzindo suas análises setoriais e haveriam a integração das mesmas no documento sistematizado.

3.1. Planejamento Estratégico Situacional – PES e a análise situacional

O Planejamento Estratégico Situacional (PES) é teoria e método de governo e de planejamento estratégico público. Sua utilização possibilita o planejamento que precede e que preside a ação de governo. Nele, o processo de planejamento se inicia com a análise dos problemas reais e a partir deles, constitui-se ambiência para o desenho de projetos para enfrentá-los no tempo. Estrutura-se, então, uma visão complexa de realidade, onde há uma trama de atores sociais em jogo, que possuem diferentes interesses e visões desta realidade que explicam e onde atuam, e diferentes conflitos cognitivos e de interesses (MATUS, 1994 e 1996). Ou seja, PES é método de planejamento “por problemas que trata, principalmente, problemas mal estruturados e complexos, para os quais não existe solução normativa ou previamente conhecida como no caso daqueles bem estruturados”. (Artmann)

Fundamentado nas categorias centrais do Planejamento Estratégico, um ator pode definir onde quer e pode alcançar sua ação de governo. Por este motivo, o anúncio dos resultados do plano vem sempre precedido de uma análise das principais variantes (variáveis fora do controle do ator que planeja) que, combinadas corretamente, compõem os diferentes cenários possíveis para a realização do Plano. A visão de estratégia no PES está ligada a duas ideias fundamentais: a de importância e a de viabilidade. A primeira está relacionada a melhor alternativa para a obtenção de um objetivo futuro. A segunda, a criar viabilidade no amanhã para aquilo que parece inviável hoje. O processo de construção do Plano Estratégico passa pelas duas ideias: escolher o mais importante a fazer e decidir-se pela estratégia criadora de viabilidade. A análise de viabilidade demanda, assim, pensar a forma de lidar com os atores importantes, a partir da verificação dos seus recursos críticos (DAGNINO, 2001).

O PES é composto por quatro momentos: explicativo, normativo, estratégico e tático-operacional. A análise situacional faz parte do momento explicativo. É nela que se identifica, seleciona (valorando, priorizando e escolhendo), descreve e explica problemas² apresentando e selecionando os seus nós críticos³. "A **análise situacional**

² A estruturação do mapa cognitivo e/ou fluxograma de problema passa pela compreensão adequada do que é o problema, suas relações causais, impactos e causas. Um problema adequadamente compreendido e formatado possibilita aos gestores condições de solução e evita retrabalhos

³ Nó estratégico ou crítico é causa do problema. A metodologia pressupõe que sejam escolhidos em média três nós estratégicos para atuação da gestão. A escolha dos nós estratégicos passa pela análise de três características: (i) se solucionado terá alto impacto na solução e/ou mitigação do problema descrito; (ii) se está na governabilidade de atuação do ator que declara e (iii) se sua solução é “conveniente e oportuna”.

obriga a *diferenciar* as explicações. Cada ator avalia o jogo social de modo particular e atua segundo sua própria interpretação da realidade” (Matus & Huerta, 1996).

O processo de análise situacional iniciou com a construção de mapa cognitivo de problemas – ou fluxograma de problema. O objetivo foi identificar “problemas” relativos à convivência com o semiárido para os próximos dez anos e suas causas a partir do olhar dos gestores e técnicos que se envolveram no primeiro momento da análise. A partir da aplicação dos instrumentos metodológicos-operacional – mapa cognitivo/fluxograma de problema, moderação e técnicas de visualização de problemas – junto às equipes de técnicas e de gestores foram construídos os fluxogramas e/ou mapas cognitivos. O suporte metodológico auxiliou-os na sistematização e explicação de questões que sob o olhar de cada secretaria estadual têm importância para a compreensão da situação do Semiárido baiano, seus problemas e desafios. Como pano de fundo foram consideradas duas questões fundamentais: a importância e a viabilidade. Ou seja, escolher o mais importante a fazer e decidir-se pela estratégia criadora de viabilidade. A análise de viabilidade demanda, assim, pensar a forma de lidar com os atores importantes, a partir da verificação dos seus recursos críticos (DAGNINO, 2001).

Os encontros com as equipes gestoras do Governo da Bahia foram precedidos de reuniões técnicas com o grupo técnico da Secretaria da Casa Civil, para preparação e discussão das diretrizes de cada atividade, com vistas ao adequado encaminhamento da análise. Foram realizados 94 encontros moderados com gestores e técnicos do estado da Bahia. Com eles foi discutida a situação do Semiárido baiano a partir de sua visão.

As questões identificadas pelos gestores estaduais como problemas da/na convivência com o semiárido nos próximos 10 anos estão apresentadas no TOMO 2. Para cada “problema” foi produzido um ou mais mapas cognitivos.

QUADRO 1- Diretrizes da política estadual de convivência com o semiárido e problemas identificados pelos gestores estaduais relacionados ao semiárido baiano para os próximos 10 anos.

Diretriz/Problema	Descrição
Diretriz 1 Promoção do acesso à terra, de forma adequada às especificidades social, cultural, ambiental e econômica do semiárido, por meio da aquisição de novas glebas de terra, do apoio à reforma agrária e à regularização fundiária das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, incluindo aquelas tradicionalmente ocupadas pelos povos e comunidades tradicionais	
Problemas	Regularização Fundiária da Agricultura Familiar e dos Povos e Comunidades Tradicionais não está universalizada
	Manutenção do modo de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais no Semiárido está ameaçada
Diretriz 2 Promoção do acesso à água para consumo humano, dessedentação animal e uso produtivo da agricultura familiar	
Problema	Insegurança hídrica e alimentar e nutricional no semiárido
	Escassez de oferta de água para produção agropecuária
	Aumento das doenças transmissíveis e não transmissíveis por veiculação hídrica no semiárido
Diretriz 3 Gestão, conservação, uso sustentável e recuperação dos recursos naturais dos biomas, ecossistemas e bacias hidrográficas que integram o semiárido, promovendo o recaatingamento, bem como a promoção do combate à desertificação e o estímulo à criação de Unidades de Conservação, prioritariamente no bioma Caatinga, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Zoneamento Ecológico Econômico Estadual - ZEE	
Problema	Ampliação das áreas desertificadas no semiárido
Diretriz 4 Incentivo ao uso do Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, potencializando os seus efeitos quanto à geração de renda, valorização da sociobiodiversidade e preservação ambiental	
Problemas	Redução da sociobiodiversidade do semiárido
	Insuficiente conservação da biodiversidade no Semiárido
	Redução da produção agropecuária no semiárido
Diretriz 5 Promoção de instrumentos e mecanismos integrados voltados para o monitoramento do clima, solo e hidrologia para previsão e mitigação dos efeitos de eventos hidrológicos críticos e gestão de crises, com difusão das suas informações	
Problema	Insegurança do produtor rural na tomada de decisão
Diretriz 6 Articulação de ações, programas e projetos transversais para estruturação e organização de sistemas produtivos e de comercialização, priorizando os de base agroecológica, da agricultura familiar, da economia solidária, da economia criativa e da produção associada ao turismo, por meio de assistência técnica e extensão, do armazenamento, abastecimento, beneficiamento, agroindustrialização, distribuição, circulação e comercialização de produtos e serviços oriundos da produção no semiárido	
Problemas	Não sustentabilidade socioeconômica das famílias vulneráveis do Semiárido
	Desemprego e precarização do trabalho nos municípios do semiárido
	Fragilização das Cadeias Produtivas da Economia Solidária e do Artesanato

Diretriz/Problema	Descrição
	Sistemas produtivos dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT'S) no Semiárido ainda não apresentam o pleno desenvolvimento (ou Comprometimento (manutenção do setor) de cadeias produtivas do setor agropecuário sustentabilidade)
	Renda do produtor rural do semiárido insuficiente
Diretriz 7 Fortalecimento e ampliação das redes de assistência técnica nos diversos sistemas de produção no campo e na cidade	
Problemas	Insuficiente cobertura da Assistência Técnica Rural da Agricultura Familiar no semiárido
	Fragilização do processo produtivo dos empreendimentos da Economia Solidária
Diretriz 8 Incentivo econômico e fiscal para o fortalecimento e a autonomia de empreendimentos econômicos solidários e da agricultura familiar, notadamente agroecológicos, das mulheres, dos jovens e de povos e comunidades tradicionais do semiárido	
Diretriz 9 Criação e incremento de linhas de financiamento e ações de apoio para a implantação, estruturação e funcionamento de cooperativas, associações e empreendimentos	
Problema	Empreendimentos coletivos fragilizados
Diretriz 10 Valorização da agrobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos animais e vegetais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais e tradicionais	
Problema	Modelo de produção agropecuária em sequeiro predominante da Agricultura Familiar no Semiárido é parcialmente sustentável
	Risco de desaparecimento de material genético de variedades locais e tradicionais
	Redução da biodiversidade
Diretriz 11 Promoção de segurança alimentar dos rebanhos, prioritariamente, pertencentes à agricultura família	
Problema	Insuficiente segurança alimentar dos rebanhos da Agricultura Familiar no semiárido
Diretriz 12 Promoção da autonomia, da inclusão socioproductiva e da participação da mulher e do jovem nos espaços de poder de decisão e controle social de políticas pública	
Problemas	Elevado índice de mortalidade da juventude no Semiárido
	Elevados índices de violação de direitos fundamentais no semiárido
	Não garantia da qualidade de vida e da preservação dos valores culturais do PCIN do SA
	Violação de Direitos Fundamentais das Pessoas com Deficiência (PcD) no semiárido
Diretriz 13 Promoção de programas e ações voltadas para o incremento e fortalecimento da infraestrutura e habitação nas áreas urbanas e rurais dos municípios do semiárido, de forma adequada às especificidades social, cultural e ambiental	

Diretriz/Problema	Descrição
Diretriz 14 Implantação de infraestrutura, conferindo prioridade ao armazenamento, ao sistema intermodal de transporte e ao escoamento da produção	
Problemas	Baixo Índice de exploração e aproveitamento do potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no semiárido
	Elevado nº de localidades não atendidas com telefonia móvel na região do Semiárido
Diretriz 15 Valorização da diversidade cultural através da preservação e promoção das culturas populares e identitárias, do patrimônio material e imaterial e das práticas culturais e manifestações artísticas do semiárido	
Problema	Insuficiente promoção da cultura do semiárido
Diretriz 16 Promoção da educação integral e contextualizada para a convivência com o semiárido em todos os processos e espaços educacionais do campo e da cidade	
Problema	Currículo descontextualizado da realidade do semiárido
Diretriz 17 Estímulo e priorização da elevação da escolaridade no semiárido	
Problema	Insuficiente permanência dos educandos na rede de educação
Diretriz 18 Inserção da educação ambiental nos planos, programas e projetos vinculados à convivência no semiárido	
Problema	Educação ambiental é realizada de forma incipiente e não contextualizada com o território do semiárido
	Descontinuidade de ações socioambientais sustentáveis no semiárido
Diretriz 19 Fomento ao desenvolvimento e disseminação de pesquisas, conhecimentos, tecnologias, práticas e inovações contextualizadas para a convivência com o semiárido	
Problemas	Rede de Educação Profissional desenvolve insuficientes ações voltadas para o S A
	Conhecimentos disponíveis para a AF no S A não são suficientes para a superação da pobreza nem do trabalho penoso
	Incipiente incorporação dos resultados de pesquisas em saúde voltados ao semiárido
	Baixa inovação tecnológica da produção agropecuária no SA
Diretriz 20 Estabelecimento de uma rede de atenção integral à saúde, promovendo suficiência regional, considerando as peculiaridades do semiárido, tendo a atenção básica como ordenadora da rede e coordenadora do cuidado	
Problemas	Dificuldade de provimento e fixação de trabalhadores do SUS com perfil adequado às especificidades dos municípios do semiárido
	Não garantia da integralidade do Cuidado pela Rede de Atenção à Saúde
	Aumento do número de idosos com incapacidades / dependência funcional no S A
	Insuficiente acesso das populações vulneráveis aos serviços de saúde e a atenção integral com atendimento humanizado

Diretriz/Problema	Descrição
Diretriz 21 Estímulo, desenvolvimento e promoção à produção associada ao turismo por meio da integração da produção econômica e cultural do semiárido ao turismo	
Problema	Economia do turismo (local) não sustentável
	Dificuldade de promoção do turismo no S A
Diretriz 22 Fomento à implantação de empreendimentos de geração de energia no semiárido por meio de fontes renováveis alternativas	
Problema	Insuficiência de geração de energia através de fontes renováveis alternativas
	Baixo índice de exploração e aproveitamento do potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no S A

3.1. Sistematização dos temas

A partir do material produzido realizou-se sistematização dos temas e observadas as questões que mais se destacaram. As equipes gestoras e técnicas se organizaram para levantar dados e indicadores que pudessem auxiliar a análise. Para cada indicador utilizado, foram observadas e relacionadas as referências Bahia, Território de Identidade e os Municípios objeto do trabalho – que são aqueles localizados no Semiárido baiano. As fontes de dados prioritárias foram IBGE (Censo 2010 e Censo Agropecuário 2017). Além disso, foram usadas referências do Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado da Bahia, bem como dados do IBGE, MI, MDA, INEP, INCRA, Fundação Palmares, INEP, Datasus, Geografar/UFBA, SEI Bahia e dados do governo da Bahia.

Para melhor entendimento da realidade do Semiárido baiano nos temas analisados, considerou-se dois grandes temas: meio físico biótico e o ambiente antrópico (ou socioeconômico e cultural – incluindo aí acesso à terra). O viés dado buscou completar as discussões realizadas com o técnicos e gestores do estado da Bahia que participaram da rodada de diagnóstico situacional do Semiárido Baiano. O tema “**Meio Físico-Biótico**” teve como foco a observação das caracterizações de clima, biomas, situação da cobertura vegetal, unidades de conservação, cavernas e recursos hídricos. O tema “**Meio Antrópico**” apreciou três dimensões fundamentais – Social (incluindo acesso à terra), Ambiental e Econômica – e buscou aproximá-las àquelas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU – agenda 2030⁴. A partir do rol de indicadores dos ODS, foram selecionados indicadores para cada dimensão. Cabe observar que nesta etapa preliminar optou-se por fazer adaptações quanto ao relacionamento dos indicadores das dimensões ambiental e econômica em relação a essas mesmas dimensões em relação aos ODS. O QUADRO 2 apresenta dimensões, objetivos do desenvolvimento sustentável e indicadores / dados utilizados como referência.

Os resultados sobre o Semiárido baiano a partir dessa análise relacionando meio físico biótico e meio antrópico – nas suas dimensões social, econômica, ambiental – estão apresentados a seguir por meio de levantamentos de dados secundários; bem como comentários sobre aspectos de relevância para o objeto do diagnóstico em questão.

⁴ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) abordam quatro (4) dimensões: Social, Ambiental, Econômica e Institucional. Seu monitoramento se dá por meio de painel que contém 231 indicadores, divididos em 17 temas. Eles estão acessíveis em <http://agenda2030.com.br/>. No Brasil, é o IBGE que faz o seu monitoramento e disponibiliza dados no âmbito da base SIDRA. Eles podem ser acessados em http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2015.shtm

QUADRO 2- Dimensão x Objetivo do Desenvolvimento Sustentável X Indicador / Dados

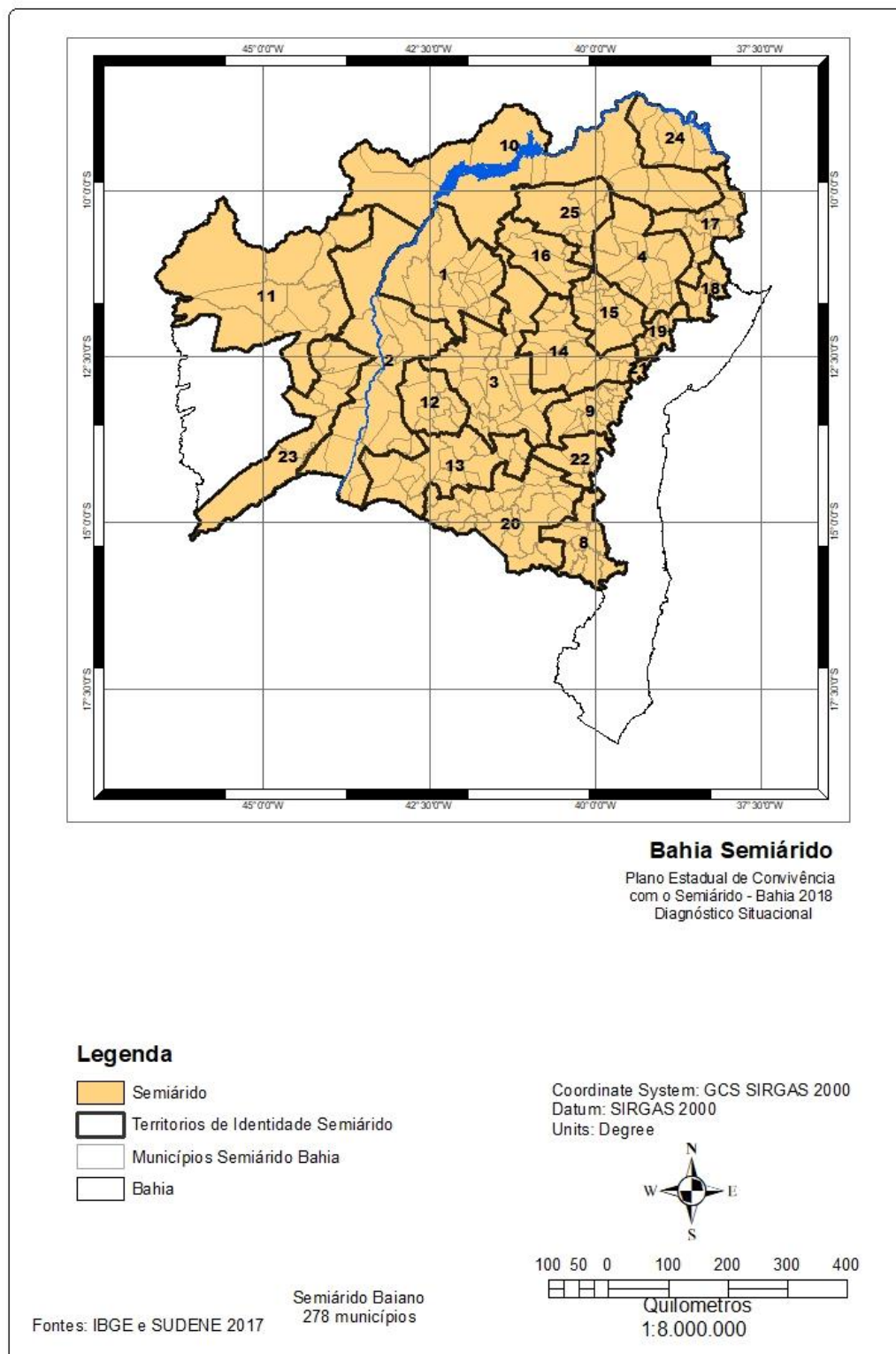
ODS	Indicador / Dado
Dimensão Social	
Considerou-se dados relacionados às necessidades humanas, saúde, educação e melhoria da qualidade de vida. Foram selecionados os indicadores relacionados aos seguintes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	
ODS 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares e ODS 10: Redução das Desigualdades – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	
	(1) Área do município (km2 2010)
	(2) População total (2010 e 2017)
	(3) Proporção de afrodescendentes com relação à população total (2010)
	(4) Número de mulheres (2010)
	(5) Percentual de mulheres em relação ao total da população (2010)
	(6) Proporção da população rural (2010)
	(7) Densidade demográfica (hab/km2) (2010)
	(8) Esperança de vida ao nascer (2010)
	(9) Média de pessoas por família (2010)
	(10) Taxa de pobreza no município (2010)
	(11) Índice de GINI por município (1991, 2000, 2010)
	(12) Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família (2013, 2017)
	(13) Povos e comunidades tradicionais identificados – Remanescentes quilombolas, comunidades de fundo e fecho de pasto e territórios indígenas (2018)
	(14) PIB per capita - (R\$/hab) (2010, 2012, 2014, 2016)
ODS 2: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	
	(15) Taxa de mortalidade infantil em menores de 1 ano (por mil n.v.)
	(16) ICSAB (2013, 2014, 2015, 2016, 2017)
	(17) Taxa de Cobertura de Vacinal (2017)
	(18) Taxa de Nascidos Vivos com 7 Consultas de Pré-Natal (2017)
	(19) Taxa de Óbitos por Doenças Inf... (2017)
	(20) Leitos Disponíveis, por tipo (2017)
	(21) Esquistossomose (2017)
	(22) Doenças Infecciosas (2017)
	(23) Doença de Chagas (2017)
	(24) Taxa de Óbitos por Hipertensão (2017)
ODS 4: Educação de Qualidade -Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	
	(25) Proporção de analfabetos com 15 anos ou mais (%) BA 2010
	(26) Taxa de Distorção Idade Série Ensino Fundamental (2013, 2015, 2017)
	(27) Taxa de Distorção Idade Série Ensino Médio (2013, 2015, 2017)
	(28) Ideb Ensino Médio
	(29) Ideb do Ensino Fundamental II (6ª ao 9ª ano)

ODS	Indicador / Dado
ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	
	(30) Déficit habitacional relativo (%) – 2010
	(31) Tipo de Estrutura dos domicílios 2010
Dimensão Econômica considerou-se o perfil econômico, com enfoque especial para o setor da agropecuária.	
ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos	
	(32) Produto Interno Bruto (PIB) per capita (2010, 2012, 2014, 2016)
	(33) Rendimento médio formal (2010, 2012, 2014, 2016, 2017)
ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	
	(34) nº de DAP
	(35) Participação do VAB da Agropecuária (%)
	(36) Assistência Técnica Rural
	(37) Produção de mandioca (2010, 2017)
	(38) Produção de soja (2010, 2017)
Dimensão Ambiental Considerou-se dados de acesso a serviços de saneamento – água, esgoto, coleta de lixo – e consumo de energia. Além disso, informações sobre assentamentos e sobre o zoneamento ecológico e econômico da Bahia.	
ODS6: Água Potável e Saneamento - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	
	(39) acesso a abastecimento de água: O indicador representa a proporção da população urbana e rural com acesso a abastecimento de água por rede geral ou por poço ou nascente
	(40) acesso ao abastecimento de água rural
	(41) acesso ao esgotamento sanitário: O indicador representa a proporção da população, urbana e rural, com acesso a esgotamento sanitário adequado no domicílio
	(42) acesso ao esgotamento sanitário rural: O indicador representa a proporção da população rural, com acesso a esgotamento sanitário adequado no domicílio
	(43) acesso ao serviço de coleta de lixo: O indicador representa a parcela da população atendida pelos serviços de coleta de lixo doméstico
	(45) localização do município na Bacia Hidrográfica
	(46) comitês de Bacia Hidrográfica
ODS7: Energia Limpa e Acessível - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos	
	(47) acesso à energia
	(48) acesso à energia rural

4. Bahia e o Semiárido

A Bahia é o 5º estado brasileiro em extensão territorial. Ocupa 33,6% da região Nordeste e 6,64% do território nacional com 564.692,669 km², sua população é entorno de 15,34 milhões de habitantes (IBGE, 2017). O Semiárido baiano possui extensão territorial de 476 mil km², representa 79% do território baiano e metade do Semiárido brasileiro (MAPA 1).

O Semiárido baiano tem 7,67 milhões de habitantes, i.e. 50% da população baiana (IBGE, 2017). Extensa área, diversa natural e culturalmente, conhecida pelos longos períodos de seca (ASSAD *et alli*, 2016:7) tem “inúmeras heterogeneidades, sejam estas definidas por questões naturais ou decorrentes de seu peculiar processo de formação econômica e territorial” (CARVALHO *et alli*, 2017: 139 *apud* ANDRADE, 2011). Nele estão 22 dos 27 Territórios de Identidade Baianos. O QUADRO 3 apresenta os Territórios de Identidade e os municípios incluídos no Semiárido baiano e o QUADRO 4 apresenta-os por faixa e número de municípios.



MAPA 1 - Semiárido Baiano – Municípios e Territórios de Identidade

QUADRO 3 - Territórios de Identidade e municípios incluídos no Semiárido baiano

Nº TI	TI	Municípios que compõe o TI e estão no semiárido baiano
01	Irecê	América Dourada; Barra do Mendes; Barro Alto; Cafarnaum; Canarana; Central; Gentio do Ouro; Ibipeba; Ibititá; Ipuíara; Irecê; Itaguaçu da Bahia; João Dourado; Jussara; Lapão; Mulungu do Morro; Presidente Dutra; São Gabriel; Uibaí; Xique-Xique
02	Velho Chico	Barra; Bom Jesus da Lapa; Brotas de Macaúbas; Carinhanha; Feira da Mata; Ibotirama; Igaporã; Malhada; Matina; Morpará; Muquém do São Francisco; Oliveira dos Brejinhos; Paratinga; Riacho de Santana; Serra do Ramalho; Sítio do Mato
03	Chapada Diamantina	Abaíra; Andaraí; Barra da Estiva; Boninal; Bonito; Ibicoara; Ibitiara; Iramaia; Iraquara; Itaeté; Jussiape; Lençóis; Marcionílio Souza; Morro do Chapéu; Mucugê; Nova Redenção; Novo Horizonte; Palmeiras; Piatã; Rio de Contas; Seabra; Souto Soares; Utinga; Wagner
04	Sisal	Araci; Barrocas; Biritinga; Candeal; Cansanção; Conceição do Coité; Ichu; Itiúba; Lamarão; Monte Santo; Nordestina; Queimadas; Quijingue; Retirolândia; Santaluz; São Domingos; Serrinha; Teofilândia; Tucano; Valente
08	Médio Sudoeste	Caatiba; Iguai; Itambé; Itapetinga; Itarantim; Itororó; Macarani; Maiquinique; Nova Canaã; Potiraguá
09	Vale do Jiquiriça	Amargosa; Brejões; Castro Alves; Cravolândia; Elísio Medrado; Irajuba; Itaquara; Itiruçu; Jaguaquara; Lafayette Coutinho; Lajedo do Tabocal; Maracás; Milagres; Nova Itarana; Planaltino; Santa Inês; Ubaíra
10	Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes; Canudos; Casa Nova; Curaçá; Juazeiro; Pilão Arcado; Remanso; Sento Sé; Sobradinho; Uauá
11	Bacia do Rio Grande	Angical; Baianópolis; Barreiras; Buritirama; Cotegipe; Cristópolis; Formosa do Rio Preto; Mansidão; Riachão das Neves; Santa Rita de Cássia; Wanderley
12	Bacia do Paramirim	Boquira; Botuporã; Caturama; Érico Cardoso; Ibipitanga; Macaúbas; Paramirim; Rio do Pires; Tanque Novo
13	Sertão Produtivo	Brumado; Caculé; Caetité; Candiba; Contendas do Sincorá; Dom Basílio; Guanambi; Ibiassucê; Ituaçu; Iuiú; Lagoa Real; Livramento de N. Senhora; Malhada de Pedras; Palmas de Monte Alto; Pindaí; Rio do Antônio; Sebastião Laranjeiras; Tanhaçu; Urandi
14	Piemonte do Paraguaçu	Boa Vista do Tupim; Iaçú; Ibiquera; Itaberaba; Itatim; Lajedinho; Macajuba; Mundo Novo; Piritiba; Ruy Barbosa; Santa Terezinha; Tapiramutá
15	Bacia do Jacuípe	Baixa Grande; Capela do Alto Alegre; Gavião; Mairi; Nova Fátima; Pé de Serra; Quixabeira; Riachão do Jacuípe; São José do Jacuípe; Várzea da Roça; Várzea do Poço
16	Piemonte da Diamantina	Caém; Capim Grosso; Jacobina; Miguel Calmon; Mirangaba; Ourolândia; Saúde; Serrolândia; Umburanas; Várzea Nova
17	Semiárido Nordeste II	Adustina; Antas; Banzaê; Cícero Dantas; Cipó; Coronel João Sá; Euclides da Cunha; Fátima; Heliópolis; Jeremoabo; Nova Soure;

Nº TI	TI	Municípios que compõe o TI e estão no semiárido baiano
		Novo Triunfo; Paripiranga; Pedro Alexandre; Ribeira do Amparo; Ribeira do Pombal; Santa Brígida; Sítio do Quinto
18	Litoral Norte e Agreste Baiano	Crisópolis; Inhambupe; Itapicuru; Olindina; Sátiro Dias
19	Portal do Sertão	Água Fria; Anguera; Antônio Cardoso; Feira de Santana; Ipecaetá; Ipirá; Pintadas; Rafael Jambeiro; Santa Bárbara; Santanópolis; Santo Estevão; Serra Preta; Tanquinho
20	Vitória da Conquista	Anagé; Aracatu; Barra do Choça; Belo Campo; Bom Jesus da Serra; Caetanópolis; Cândido Sales; Caraíbas; Condeúba; Cordeiros; Encruzilhada; Guajeru; Jacaraci; Licínio de Almeida; Maetinga; Mirante; Mortugaba; Piripá; Planalto; Poções; Presidente Jânio Quadros; Ribeirão do Largo; Tremedal; Vitória da Conquista
21	Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu
22	Médio Rio de Contas	Boa Nova; Itagi; Jequié; Manoel Vitorino
23	Bacia do Rio Corrente	Brejolândia; Canápolis; Côcos; Coribe; Santa Maria da Vitória; Santana; São Félix do Coribe; Serra Dourada; Tabocas do Brejo Velho
24	Itaparica	Abaré; Chorrochó; Glória; Macururé; Paulo Afonso; Rodelas
25	Piemonte Norte do Itapicuru	Andorinha; Antônio Gonçalves; Caldeirão Grande; Campo Formoso; Filadélfia; Jaguarari; Pindobaçu; Ponto Novo; Senhor do Bonfim
Fonte: SEI – Bahia, SUDENE (resolução 115/2017 – delimitação semiárido Brasil)		

QUADRO 4- Territórios de Identidade incluídos no semiárido baiano, por faixa, e número de municípios

Faixa	Território de Identidade	% no Semiárido	municípios
Totalmente no semiárido	01 Irecê	100,00	20
	02 Velho Chico	100,00	16
	03 Chapada Diamantina	100,00	24
	04 Sisal	100,00	20
	10 Sertão do São Francisco	100,00	10
	12 Bacia do Paramirim	100,00	9
	13 Sertão Produtivo	100,00	19
	14 Piemonte do Paraguaçu	100,00	13
	15 Bacia do Jacuípe	100,00	14
	16 Piemonte da Diamantina	100,00	10
	17 Semiárido Nordeste II	100,00	18
	20 Vitória da Conquista	100,00	24
	24 Itaparica	100,00	6
	25 Piemonte Norte do Itapicuru	100,00	9
Acima de 75% no semiárido	23 Bacia do Rio Corrente	81,82	9
	09 Vale do Jequiriça	80,00	16
	11 Bacia do Rio Grande	78,57	11
	08 Médio Sudoeste da Bahia	76,92	10
Entre 50% e 75%	19 Portal do Sertão	52,94	9
Entre 10% e 25%	22 Médio Rio de Contas	25,00	4
	18 Litoral Norte e Agreste Baiano	22,73	5
	21 Recôncavo	10,00	2
Fonte: SEI – BA, elaboração Própria			

5. Meio Físico Biótico do Semiárido Baiano

O Meio pode ser entendido, no seu sentido mais amplo, como tudo que existe na terra, ou seja, sua natureza e todos os seres vivos (ZEE BA, 2012:3). O Semiárido nordestino tem sido qualificado e estereotipado como pobre, feio, hostil e adverso (CARVALHO, 2011). Nada mais equivocado que isso. Na Bahia, o Semiárido é região de escassez hídrica, com clima variável, heterogêneo, com três biomas presentes – Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Neste item iremos comentar sobre clima, biomas, cobertura do solo, cavernas, sistema de unidades de conservação,

5.1.Clima

O Semiárido é região de escassez hídrica, generalizada, associada a elevada variabilidade anual e interanual da precipitação e notável diversidade paisagística. Essas características são responsáveis por dois fenômenos típicos da região: secas e cheias, que acontecem com periodicidade cada vez maior e cada vez mais intensas e severas. Em síntese, nele os seguintes critérios se enquadram: precipitação média anual igual ou inferior a 800mm; Índice de aridez entre 0,21 e 0,50 no período 1961-1990; déficit hídrico diário (risco de seca) igual ou superior a 60%, tomando-se por base o período 1970-1990 (CBHSF, 2016).

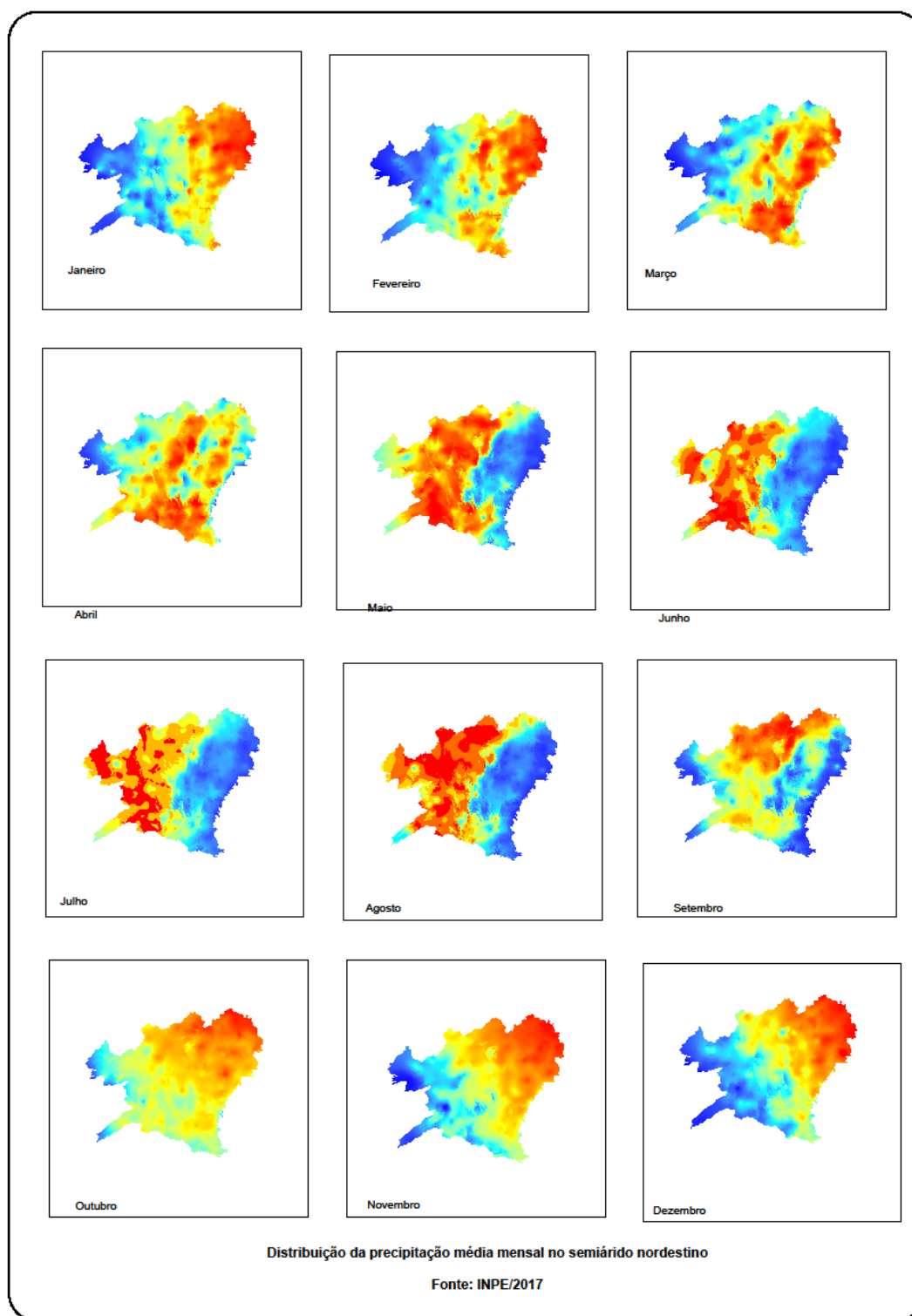
O Semiárido baiano é caracterizado por possuir estações do ano bem definidas, entre período de chuvas e de seca, bem característicos, com chuvas iniciando no mês de outubro e terminando no mês de abril. De acordo com as normais climatológicas para o período de 1961-1990, a precipitação pluviométrica da região pode variar entre 500 e 900 mm anuais. Segundo as normais o parâmetro meteorológico de temperatura média varia entre 20 e 24°C. As temperaturas máximas média ficam entorno de 25 a 28°C anuais na parte mais ao sul, e apresentam, na maior parte da região oeste, médias entre 31 e 34°C. As temperaturas mínimas médias oscilam entre 15 e 18°C. Os valores de umidade relativa do ar ficam no entorno de 60 e 75% ao longo do ano (SEPLAN-BA, 2013).

A precipitação apresenta grande diversidade espacial (a média anual pode variar entre dois locais de 400 a 2000mm) e temporal (a precipitação ocorre de forma concentrada em uma época do ano: dezembro a fevereiro – na região do São Francisco, por exemplo). Segundo Souza e Oliveira (2006) na Bahia há enclaves úmidos e sub-úmidos denominados como serras úmidas, brejos, matas, etc. Eles encontram-se distribuídos de modo disperso pelos sertões semiáridos e configuram verdadeiros sub-espacos de exceção inseridos no semiárido. Esses enclaves são

“via de regra, superfícies topograficamente elevadas de relevos serranos com dimensões variadas e que são submetidos às influências de mesoclimas de altitudes. Representam verdadeiras “ilhas verdes” no domínio morfoclimático das Caatingas que recobrem as depressões interplanálticas e intermontanas semi-áridas” (AB’SÁBER, 1970, 1974).

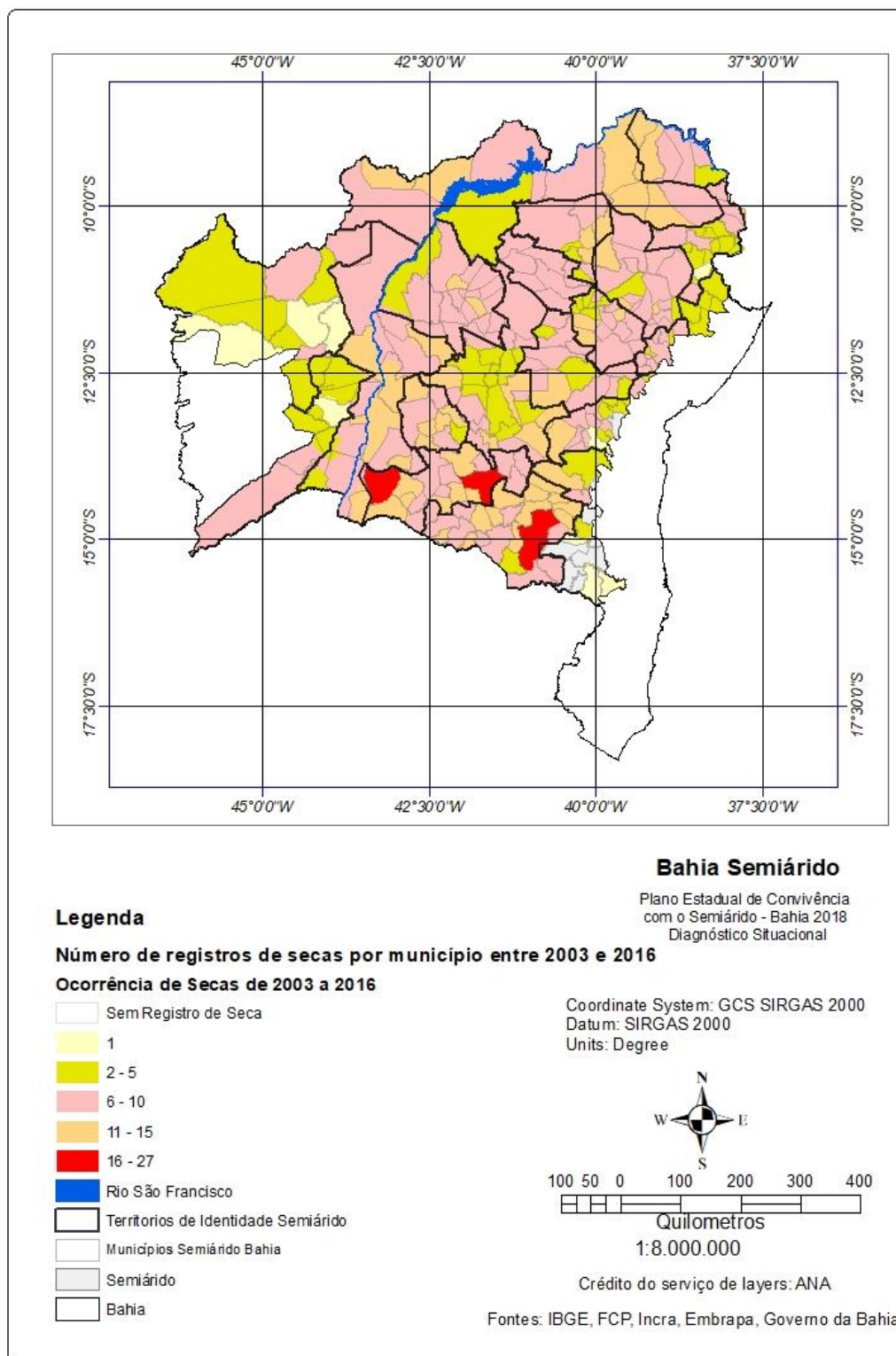
Nesses enclaves geralmente estão as “melhores condições ambientais e de recursos naturais nos planos climáticos, pedológico e hidrológico”, o que reflete em melhores condições de uso da terra, estrutura econômica e povoamento. Os enclaves são os “celeiros” da produção agrícola, com disponibilidade de recursos hídrico. Neles, segundo Reis (1988) o balanço hídrico é altamente beneficiado; de um lado porque o regime térmico é modificado pela altitude ou pela própria condensação do vapor d’água presente no ar, por outro lado, eles são beneficiados pelo aumento das chuvas, regularmente distribuídas.

Dados históricos do Inpe demonstram que as médias mensais de precipitação no Semiárido baiano, em **anos típicos**, apresentam distribuição de chuva de forma irregular no território. Leitura do **MAPA 2** (que apresenta a distribuição mensal das chuvas no Semiárido baiano a partir de série histórica do INPE), explicita a concentração de chuvas na parte norte-nordeste do semiárido baiano. Já na região Oeste pode-se observar que há maior precipitação de chuvas, em média durante sete meses do ano. Nelas as nuvens vindas da região amazônica apresentam maior influência. Na porção a leste, próxima à região do Atlântico, tem, em média cinco e seis meses de chuva. Na região central, Depressão São Franciscana, a média 4 meses de chuva prevalece. Essa região encontra-se rodeada por formações geológicas que impedem a maior chegada de nuvens, de um lado Chapada Diamantina fazendo uma espécie de curva com formato de bumerangue acompanhando o Rio São Francisco; do lado Oeste após a depressão São Franciscana, há os Altiplanos do Jalapão também bloqueando a chegada de nuvens. Esses elementos influenciam no bloqueio das nuvens para a região central do Semiárido Baiano.



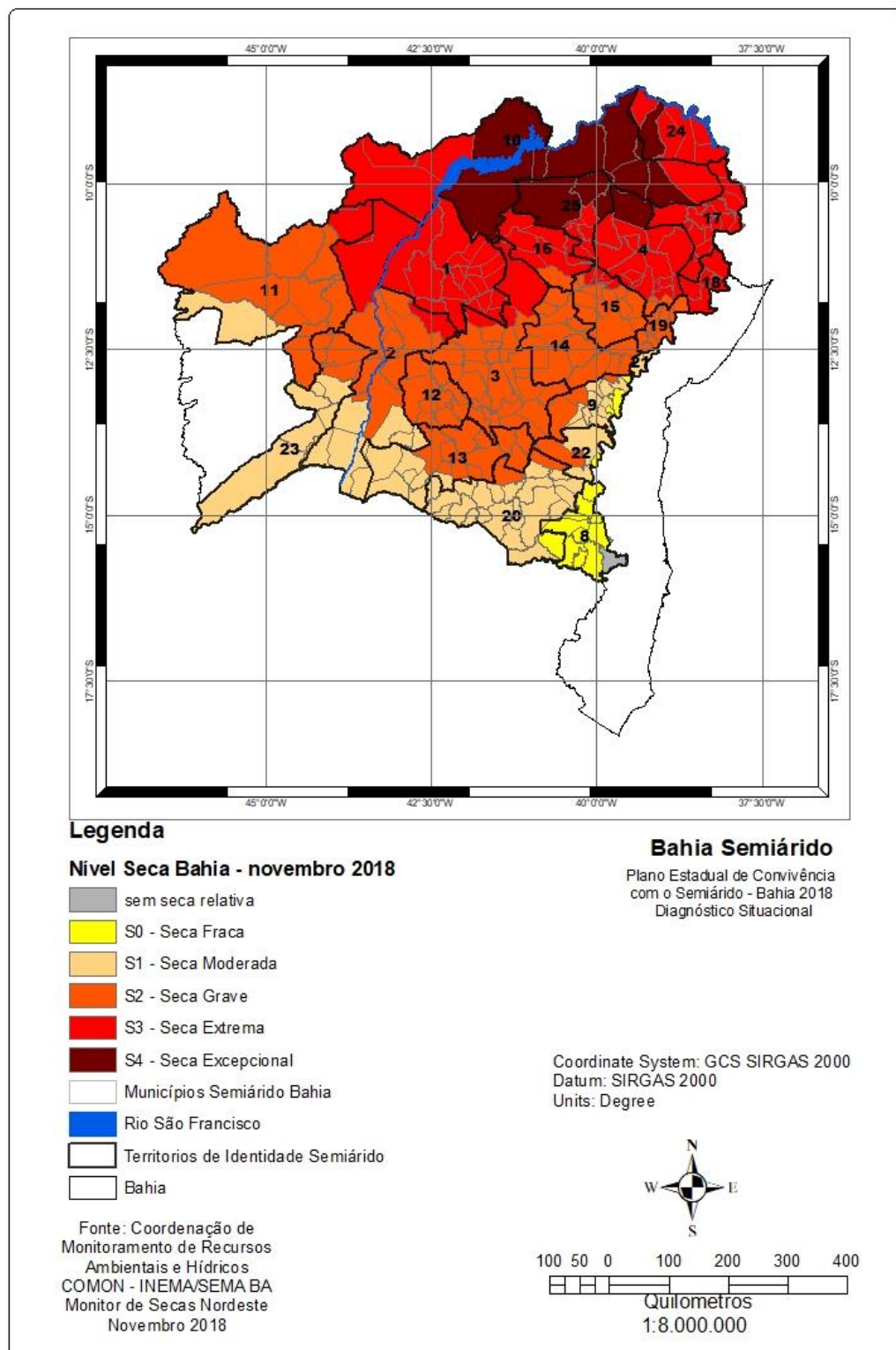
MAPA 2 - Semiárido Bahia – Distribuição da Precipitação Média Mensal, a partir da série histórica

Essa variação climática está relacionada à dinâmica da atmosfera global. Ela resulta em desequilíbrio hídrico que tem como consequência a ocorrência de secas periódicas (déficit hídrico periódico). Elas (as secas) podem agravar ou desencadear processos de desertificação. Tal dinâmica se explicita no MAPA 3 onde pode-se observar, por exemplo, concentração das últimas duas décadas de registros de seca nos Territórios de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia e de Vitória da Conquista.



MAPA 3 – Semiárido Baiano, ocorrência de secas entre 2003 e 2016

Já em novembro de 2018, o Monitor de Seca Bahia informava que praticamente todos os municípios do Semiárido baiano encontravam-se com diferentes níveis de seca. O MAPA 4 destaca a situação por nível. Nela observa-se que as regiões dos Territórios de Identidade do Sertão do São Francisco e do Piemonte Norte do Itapicuru estavam em situação de seca excepcional, em 12 municípios. Já os municípios em situação de seca grave respondiam a quase 40% de todos os municípios do Semiárido baiano indo numa faixa da região central do estado até o oeste baiano. E apenas o município de Potiraguá no Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia encontrava-se em situação “sem seca relativa”.



MAPA 4 – Semiárido Bahia – Nível de seca em novembro de 2018

5.1.1 Áreas Susceptíveis à Desertificação - ASD

Nas áreas onde ciclos de secas em conjunto com atividades humanas pressionam os ecossistemas, em ações conjuntas ou separadas, a deterioração biológica dos ecossistemas, as modificações regressivas dos solos, vegetação e regime hídrico levam à desertificação (CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016). Elas geram desequilíbrios naturais, considerados um tipo de degradação ambiental, que abrangem “*degradação do solo, da fauna, da flora e dos recursos hídricos, resultando na perda da qualidade de vida das populações atingidas*” (Santos & Aquino, 2016).

“Segundo Ab’Saber (1977), os processos parciais de desertificação ocorrem de forma pontual ou areolar, ocasionando degradações irreversíveis da paisagem. O processo atua direcionando o ambiente à condição de paisagem tipo desértica, determinando perda dos solos, escassez dos recursos hídricos, redução ou perda da produtividade biológica, improdutividade agrícola e abandono das terras devido ao fato da diminuição da capacidade da terra de fornecer subsídios que são essenciais às atividades humanas como, por exemplo, produção de culturas, pasto, combustível (IPCC, 2007), ocasionando redução na qualidade de vida das populações afetadas. As regiões localizadas entre as faixas de transição de áreas úmidas e secas sofrem mais com a degradação do que as áreas de caatingas que já estão adaptadas às condições de semiaridez.

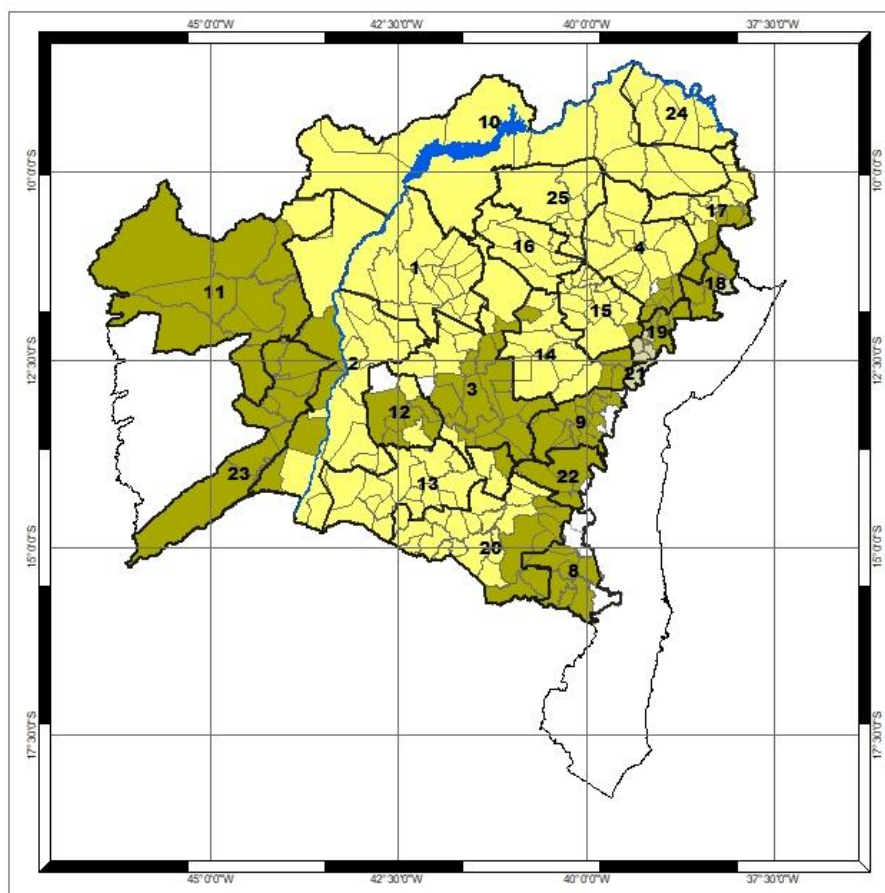
A ONU estima que, até 2025, um quinto das terras produtivas da América do Sul pode ser afetado pelo processo de desertificação (ONU, 1997). As áreas mais susceptíveis estão localizadas na Argentina, Bolívia, Chile, México, Peru e Brasil (ARELLANO-SOTA et al., 1996). No que diz respeito às áreas do Brasil, a região mais crítica (hot spot) localiza-se no semiárido do Brasil que é o mais populoso do mundo (MARENGO, 2008), com mais de 53 milhões de habitantes e uma densidade demográfica de aproximadamente 34 habitantes por km² (IBGE, 2010). Além disso, a região é apontada como uma das mais vulneráveis às alterações climáticas globais no próximo século, no Brasil (IPCC, 2007).” (Vieira, 2015)

Preocupações relacionadas ao combate à desertificação entraram na pauta mundial na medida em que com a desertificação “o processo de empobrecimento do solo pode ir até o ponto em que ele não pode mais garantir a subsistência da população de determinado local” (Tavares K. C., Cruz, Lira, & Santos, 2017). No Brasil, as ASD abrangem área de 1,3 milhões de Km², sendo que 180mil km² já se encontram em processo grave e muito grave de desertificação.

“O Semiárido tem esses problemas agravados devido a “sua situação geoambiental vulnerável, onde, principalmente os cursos de água, solo e geobotânica, são consumidos e exauridos vorazmente, aumentando assim a susceptibilidade às contingências climáticas, sobretudo termo pluviométrico, como a desertificação” (Tavares K. C., Cruz, Lira, & Santos, 2017).

Na Bahia, segundo o Plano Estadual de Combate à Desertificação (PAE/BA), em 2014 haviam 289 municípios inseridos em Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD)⁵. Isso equivalia à 490mil km², ou 88,6% do estado. No Semiárido baiano encontravam-se 267 municípios classificados com ASD, ou seja, 92,3% das ASD baianas estão nessa região. Essas áreas costumam ter longos períodos de seca, seguidos de períodos chuvosos, provocando elevado prejuízo econômico, social e ambiental na região (PAE/BA, 2014, p.39). A ampliação das ASD têm ocorrido devido a fatores como sobre cultivo – que esgota os solos; sobre pastoreio – que empobrece ou destrói a cobertura florestal e compacta o solo; desmatamento – que expõe os solos a capacidade erosiva das chuvas e ventos; irrigação inadequada – que provoca a salinização dos solos (Governo da Bahia, 2014) e queima de vegetação para produção de energia têm sido importante fator de ampliação das ASD (CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016).

⁵ ASD são áreas que “se caracterizam por longos períodos de seca, seguidos por outros de intensas chuvas. Ambos os processos, secas ou chuvas intensas, costumam provocar significativos prejuízos econômicos, sociais e ambientais à região” (PAE/Ba, 2014: 39).



Bahia Semiárido

Plano Estadual de Convivência
com o Semiárido - Bahia 2018
Diagnóstico Situacional

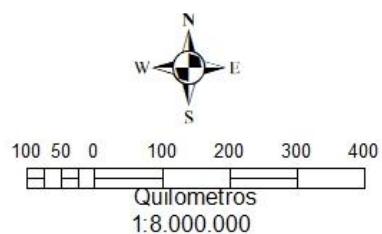
Legenda

Áreas Susceptíveis à Desertificação

- categoria semiárido
- categoria subúmido seco
- categoria áreas de entorno
- Municípios Semiárido Bahia
- Rio São Francisco
- Territórios de Identidade Semiárido
- Bahia

Fonte: PAE BA - Versão Validada
elaboração própria

Coordinate System: GCS SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS 2000
Units: Degree



MAPA 5 - Semiárido Baiano – Áreas Susceptíveis à Desertificação

O QUADRO 5 apresenta lista dos municípios classificados pelo PAE-BA como ASD, por tipo. É relevante destacar a aderência entre os eixos do PAE-BA e as Diretrizes da Política Estadual de Convivência com o Semiárido.

QUADRO 5 - Municípios Integrantes das ASD na Bahia

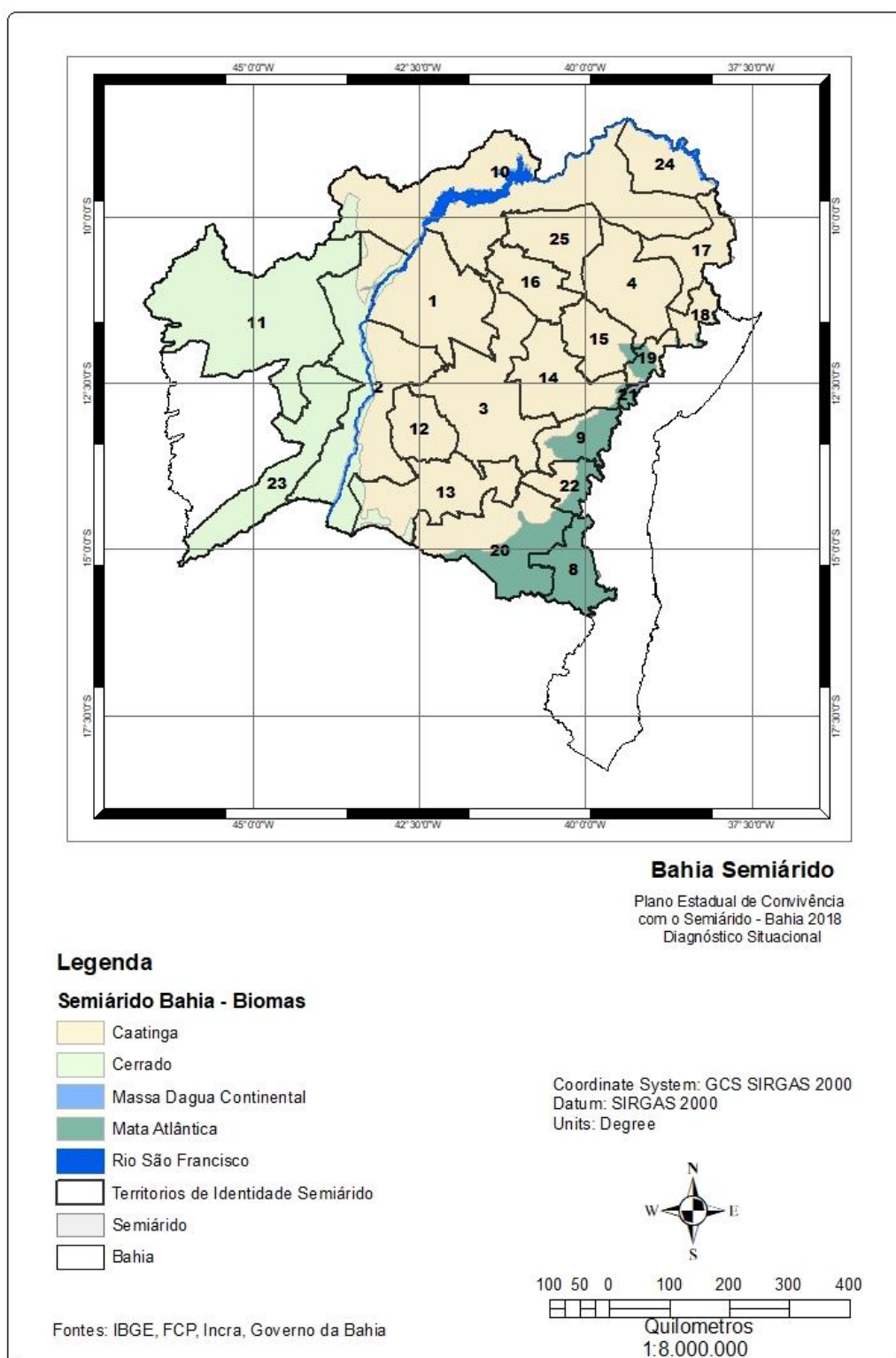
Categoria de ASD	Nome dos Municípios	Número de Municípios
Semiárido	Abaré, América Dourada, Anagé, Andorinha, Antas, Antônio Gonçalves, Aracatu, Araci, Baixa Grande, Banzaê, Barra, Barra do Mendes, Barro Alto, Belo Campo, Boa Vista do Tupim, Bom Jesus da Lapa, Bonito, Brotas de Macaúbas, Brumado, Buritirama, Caculé, Caém, Caetanos, Caetité, Cafarnaum, Caldeirão Grande, Campo Alegre de Lourdes, Campo Formoso, Canarana, Candiba, Cândido Sales, Cansanção, Canudos, Capela do Alto Alegria, Capim Grosso, Caraíbas, Carinhanha, Casa Nova, Central, Chorrochó, Cícero Dantas, Conceição do Coité, Condeúba, Cordeiros, Coronel João Sá, Curaça, Dom Basílio, Euclides da Cunha, Filadélfia, Gavião, Gentil do Ouro, Glória, Guajeru, Guamnambi, Iaçú, Ibiassucê, Ibipêba, Ipitanga, Ibiquera, Ibi tiara, Ibititá, Ibotirama, Igaporã, Ipirá, Ipuíara, Iraquara, Irecê, Itaberaba, Itaguaçu da Bahia, Itiúba, Ituaçu, Iuiú, Jacaraci, Jacobina, Jaguarari, Jeremoabo, João Dourado, Juazeiro, Jussara, Lagoa Real, Lajedinho, Lapão, Licínio de Almeida, Livramento do Brumado, Macajuba, Macururé, Maetinga, Mairi, Malhada, Malhada de Pedras, Matina, Miguel Calmon, Mirangaba, Mirante, Monte Santo, Morpará, Morro do Chapéu, Mortugaba, Mulungu do Morro, Mundo Novo, Nordestina, Nova Fátima, Novo Triunfo, Oliveira dos Brejinhos, Ourolândia, Palmas de Monte Alto, Paramirim, Paratinga, Paulo Afonso, Pé de Serra, Pedro Alexandre, Pilão Arcado, Pindaí, Pindobaçu, Pintadas, Piripá, Piritiba, Ponto Novo, Presidente Dutra, Presidente Jânio Quadros, Queimadas, Quijingue, Quixabeira, Remanso, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Riacho de Santana, Ribeira do Pombal, Rio de Contas, Rio do Antônio, Rodelas, Ruy Barbosa, Santa Brígida, Santaluz, São Domingos, São Gabriel, São José do Jacuípe, Saúde, Seabra, Sebastião Laranjeiras, Senhor do Bonfim, Sento Sé, Serrolândia, Sítio do Quinto, Sobradinho, Souto Soares, Tanhaçu, Tremedal, Tucano, Uauá, Uibaí, Umburanas, Urandí, Valente, Várzea da Roça, Várzea do Poço, Várzea Nova, Xique-Xique.	159
Subúmido Seco	Abaíra, Adustina, Água Fria, Érico Cardoso, Armagosa, Andaraí, Angial, Baianópolis, Barra da Estiva, Barra do	107

Categoria de ASD	Nome dos Municípios	Número de Municípios
	Choça, Barreiras, Biringa, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Boninal, Botuporã, Brejões, Brejolândia, Caatiba, Canápolis, Candéal, Catolândia, Caturama, Cipó, Cocos, Contendas do Sincorá, Coribe, Correntinha, Cotegipe, Cristópolis, Encruzilhada, Fátima, Feira da Mata, Feira de Santana, Formosa do Rio Preto, Heliópolis, Ibicoara, Ichu, Inhambupe, Irajuba, Iramaia, Itaeté, Itambé, Itapetinga, Itapicuru, Itaquara, Itarantim, Itatim, Itiruçu, Jaborandi, Jaguaquara, Jequié, Jussiapé, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Lamarão, Lençóis, Macarani, Macaúbas, Maiquinique, Manoel Vitorino, Mansidão, Maracás, Marcionílio Souza, Milagres, Mucugê, Muquém de São Francisco, Nova Itarana, Nova Redenção, Nova Soure, Olindina, Palmeiras, Paripiranga, Piatã, Planaltino, Planalto, Poções, Rafael Jambeiro, Riachão das Neves, Ribeira do Amparo, Ribeirão do Largo, Rio do Pires, Santa Bárbara, Santa Inês, Santa Maria da Vitória, Santana, Santanópolis, Santa Rita de Cássia, Santa Teresinha, São Desidério, São Félix do Coribe, Satiro Dias, Serra do Ramalho, Serra Dourada, Serra Preta, Serrinha, Sítio do Mato, Tabocas do Brejo Velho, Tanque Novo, Tanquinho, Tapiramutá, Teofilândia, Utinga, Vitória da Conquista, Wagner, Wanderley.	
Áreas do Entorno	Acajutiba, Alagoinhas, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Aporá, Aramari, Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Conde, Coração de Maria, Crisópolis, Esplanada, Governador Mangabeira, Ipecaetá, Irará, Ouriçangas, Rio Real, Santo Amaro, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos.	23
Total de municípios nas ASD		289
Fonte: MMA-SRH, 2004, apud PAE-BA 2014, p.40		

5.2.Biomas

O Semiárido Baiano cobre 447.800,9 km² do território baiano. Ele é composto por três biomas principais: Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica, mais a massa de água continental que representa 1,47% do semiárido, com 6.594,3km². Nele, a Caatinga representa 66% (com 295.563,4 km²) do Semiárido baiano, aparecendo em 17 Territórios de Identidade (Itaparica, Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Piemonte Norte do Itapicuru, Piemonte da Diamantina, Sisal, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão, Vale do Jiquiriça, Bacia do Jacuípe, Irecê, Sertão Produtivo, Velho Chico, Bacia do Paramirim, Chapada Diamantina, Vitória da Conquista, Médio Rio de Contas).

O Cerrado aparece em cinco Territórios de Identidade (Bacia do Rio Grande, Bacia do Rio Corrente, Velho Chico, Sertão do São Francisco e Sertão Produtivo) e representa 24,42% (com 109,354,7 km²) do Semiárido baiano. Já a Mata Atlântica aparece em sete Territórios de Identidade (Bacia do Jacuípe, Piemonte do Paraguaçu, Portal do Sertão, Vale do Jiquiriça, Médio Rio de Contas, Médio Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista) e representa 8,10% (com 36,288 km²) do Semiárido Baiano. O MAPA 6 apresenta o Semiárido, seus biomas, a divisão dos Territórios de Identidade e seus municípios.



MAPA 6 – Semiárido Bahia - Biomas

5.2.1 Caatinga

O bioma Caatinga é exclusivo do Brasil. Ele estabelece-se em depressões interplanálticas, mas também pode ser encontrada nos planaltos (ex. Raso da Catarina). Em casos excepcionais, a vegetação de Caatinga ocorre na faixa de 1000 m de altitude, como é o caso das ‘Caatingas de altitude’ de Morro do Chapéu (TAYLOR & ZAPPI, 2004, apud ZAPPI, 2008). Normalmente ocorrendo ao longo de pediplanos ondulados expostos a partir de rochas sedimentares do Cretáceo ou do Terciário que recobrem o escudo brasileiro, datando do período Pré-Cambriano (COLE, 1960), a Caatinga apresenta solos resultantes da erosão do substrato, por conseguinte pedregosos e rasos, onde a rocha-mãe aparece escassamente decomposta e frequentemente aflorando na superfície (AB’SABER, 1974).

A fisionomia da Caatinga é muito variada, com um número elevado de comunidades vegetais (Andrade-Lima, 1981). Registra-se desde áreas de vegetação arbustiva baixa e rala até florestas impenetráveis atingindo facilmente 8m de altura. A presença de espécies microfilas e decíduas, além de adaptações como espinhos, acúleos, folhas e caules suculentos, e o predomínio de ervas anuais, caracterizam esta vegetação (ZAPPI, 2008). Entre as famílias lenhosas mais típicas encontramos *Leguminosa* e *Euphorbiaceae*, além de arbustos e ervas das famílias *Malvaceae*, *Asteraceae*, *Poaceae*, *Acanthaceae* e *Rubiaceae*. De modo geral, a Caatinga não apresenta uma cobertura graminóide contínua (ZAPPI, 2008).

Em termos de classificação da vegetação, a mais completa foi apresentada por Andrade-Lima (1981), que divide o domínio das Caatingas em diferentes unidades, marcadas pela presença e/ou predomínio de grupos de um pequeno número de espécies lenhosas. Na sua maioria, as espécies selecionadas por Andrade-Lima (1981) não são exclusivas da Caatinga, porém ocorrem em distintas associações e apresentando relativa dominância dentro desse bioma, sendo possível utilizar a presença de tais associações para definir unidades (ZAPPI, 2008). Devido à situação alarmante de devastação do bioma Caatinga (CASTELLETTI et al., 2003), com grande parte de sua área degradada ou transformada para fins agropastoris, tornou-se difícil estabelecer os limites reais da vegetação. Devido em parte à sua ocorrência sobre substratos rochosos, em parte às suas estratégias de sobrevivência e dispersão extremamente eficientes em ambientes áridos, ou mesmo ao fato de serem percebidas pelo sertanejo como plantas úteis (ANDRADE et al., 2006), as *Cactaceae* muitas vezes estão entre as poucas espécies remanescentes após

a transformação da Caatinga original. Segundo PRADO (2003 apud ZAPPI, 2008), existem 14 gêneros e 183 espécies endêmicos da Caatinga, enquanto Giulietti et al. (2002) apresentam 18 gêneros e 318 espécies. De qualquer forma, ambos os autores sublinham que a flora da Caatinga apresenta um grau de endemismo importante e suficiente para que a mesma seja reconhecida como uma vegetação distinta. Com base em dados exclusivos da família *Cactaceae* (ZAPPI, 2008), pode-se afirmar que a Caatinga da Bahia e Minas Gerais é muito mais rica, em termos de espécies, do que aquela encontrada nos estados setentrionais, a norte do Rio São Francisco. Devido ao relevo encontrado nos estados da Bahia e Minas Gerais, é possível que a influência da Serra do Espinhaço e da Chapada Diamantina como refúgio, durante mudanças climáticas do terciário e do quaternário, tenha sido crucial, possibilitando ciclos sucessivos de expansão e isolamento de distintas espécies, na área em questão.

A Caatinga é considerada um dos ecossistemas brasileiros mais degradados pelas atividades humanas. Estima-se que 45,3% de sua área total já esteja alterada, o que a coloca como o terceiro bioma brasileiro mais modificado, sendo ultrapassado apenas pela Mata Atlântica e o Cerrado. Ela também é considerada como o bioma menos protegido, com apenas 8% de sua área sendo mantida em 123 Unidades de Conservação, das quais 41 de Proteção Integral e 82 de Uso Sustentável (EMBRAPA - Agência de Informação Tecnológica, 2018). Na Bahia, a Caatinga é o bioma principal circundando a Chapada Diamantina (HARLEY, 1995; ZAPPI et al., 2003). Sendo que ela aparece também, de modo menos expressivo, ao norte / noroeste das serras. A extensa zona de contato entre a Caatinga e o campo rupestre determina uma forte influência florística da Caatinga sobre os campos rupestres da Chapada Diamantina (HARLEY, 1995; ZAPPI et al., 2003). Já a Caatinga encontrada na região central da Bahia assemelha-se àquela ocorrente no Norte de Minas, classificada por Andrade-Lima (1981) como Unidade I, Floresta de Caatinga Alta, onde as espécies características seriam *Cavanillesia umbellata* (barriguda), *Myracrodruon urundeuva*, *Tabebuia impetiginosa* e *Aspidosperma pyrifolium*. Tal vegetação ocorre sobre rochas calcáreas ou cristalinas do pré-cambriano, nas áreas com a maior disponibilidade hídrica dentro do bioma Caatinga. Esse seria o tipo de Caatinga que influencia o norte da Serra do Espinhaço (Minas Gerais) e o centro-sul da Chapada Diamantina (BA).

A biodiversidade da Caatinga é elevada. A variabilidade paisagística é sua imagem de marca, com enorme riqueza ambiental, ecológica e cultural. É denominada Mata Branca. Suas plantas possuem adaptações ao clima, tais como folhas transformadas

em espinhos, cutículas altamente impermeáveis, caules suculentos, presença de sistema de raízes bem desenvolvidos, entre outros.

Há vários ambientes associados na Caatinga, sendo reconhecidos 12 tipos diferentes de Caatingas, que chamam atenção especial pelos exemplos de adaptações aos habitats semiáridos. Tal situação pode explicar, parcialmente, a grande diversidade de espécies vegetais, muitas das quais endêmicas ao bioma. Estima-se que pelo menos 932 espécies já foram registradas na região, sendo 380 endêmicas. A Caatinga é um tipo de formação vegetal com características bem definidas: árvores baixas e arbustos espinhosos que, em geral, perdem as folhas na estação das secas (espécies caducifólias), além de muitas cactáceas. Após as primeiras chuvas no fim do ano, a Caatinga perde seu aspecto rude e torna-se rapidamente verde e florida.

“Ela apresenta três estratos: arbóreo (8 a 12 metros), arbustivo (2 a 5 metros) e o herbáceo (abaixo de 2 metros). Contraditoriamente, a flora dos sertões é constituída por espécies com longa história de adaptação ao calor e à seca, é incapaz de reestruturar-se naturalmente se máquinas forem usadas para alterar o solo. A degradação é, portanto, irreversível na Caatinga. As espécies mais encontradas são: *Caesalpinia pyramidalis* (catingueira), *Mimosa caesalpiniaefolia* Benth. (sabiá), *Mimosa* sp. (unha-de-gato), *Pithecellobium diversifolium* Benth. (jurema-branca), *Cassia excelsa* Schrad. (canafístula), *Mimosa nigra* Hub. (jurema-preta), *Caesalpinia ferrea* Mart. (pau-ferro), *Pityrocarpa* sp. (catanduva) – *Fabaceae*; *Croton* sp. (marmeleiro), *Jatropha* sp. (pinhão), *Cnidioscolus phyllacanthus* Hoffm. (favela) – *Euphorbiaceae*; *Combretum leprosum* Mart. (mufumbo) – *Combretaceae*; *Ziziphus joazeiro* Mart. (juazeiro) – *Rhamnaceae*; *Astronium* sp. (aroeira) – *Anacardiaceae*; *Lantana* sp. (camará) – *Verbenaceae*;.. *Bursera leptophloeos* Mart. (imburana-de-cambão) – *Burseraceae*; *Aspidosperma pyrifolium* Mart. (pereiro) – *Apocynaceae*; *Cereus jamacaru* DC. (mandacaru), *Cereus squamosus* Guerin (facheiro), *Melocactus* spp. (coroa-de-frade) – *Cactaceae*; *Bromelia laciniosa* Mart. (macambira) – *Bromeliaceae* e *Pilocereus gounellei* Weber. (xique-xique).”

“Quando chove na Caatinga, no início do ano, a paisagem e seus habitantes se modificam. Lá vive a ararinha-azul, ameaçada de extinção. Outros animais da região são o sapo-cururu, a asa-branca, a cotia, o gambá, o preá, o veado-catingueiro, o tatu-peba e o sagui-do-nordeste, entre outros. São conhecidas, em localidades com feição características da Caatinga semiáridas, 44 espécies de lagartos (como o tiú ou teiú), 9 espécies de anfisbenídeos (lagartos sem patas), 47 de serpentes (como a cascavel, a jararaca e a jibóia), 4 de quelônios, 3 de crocolia e 47 de anfíbios, das quais apenas 15% são endêmicas. Um conjunto de 15 espécies e de 45 subespécies foi identificado como endêmico. São 20 as espécies ameaçadas de extinção, estando incluídas nesse conjunto duas das espécies de aves mais ameaçadas do mundo: a ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*) e a arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*)” (LUCENA, s/d, pp329-332),

5.2.2. Cerrado

O Cerrado é o sistema ambiental brasileiro que mais sofreu alteração com a ocupação humana depois da Mata Atlântica. Dos 1,6 milhões de km², abrangendo dez estados do Brasil Central, a Bahia detém 27% da área desse bioma, sendo que cerca de 51% sofreu transformação de ocupação. Esse bioma representa 22% da área total da Bahia.

O termo Cerrado é sinônimo regionalista de savana (VELOSO *et al.*,1991). Sua vegetação é preferencialmente xeromórfica e típica de clima estacional, no sentido amplo pode-se dizer que o Cerrado não possui uma fisionomia única em toda a sua extensão. Ele apresenta-se como um mosaico de formas fisionômicas, bastante diversificado, exibindo desde formas campestres bem abertos, como os campos limpos, até formas relativamente densas, florestais, como os cerradões. Nele é possível observar toda uma variedade de formas intermediárias às formações de predominância herbácea e as de predominância florestal.

Em termos de patrimônio requerendo conservação, o Cerrado apresenta: (a) Patrimônio natural : (i) Florístico, estimando-se 10 mil espécies (1800 são árvores) das quais apenas 6.429 estão identificadas, entre as quais muitas são espécies raras ou endêmicas; parte do banco genético brasileiro; (ii) Fauna nativa com grande biodiversidade, contando com espécies raras de animais (cerca de 40% de endemismo; parte do banco genético brasileiro; (iii) Recursos hídricos abundantes e extensos, tanto superficiais – afluindo para a Bacia do São Francisco - quanto subterrâneos; (iv) Cavernas e grutas, sendo mais de duzentas já registradas, estimando-se igual número de não registradas e caracterizadas Patrimônio paleontológico Material arqueológico e inscrições rupestres em interiores de cavernas; (b) Patrimônio imaterial (ativo intangível): o sucesso dos agronegócios no Cerrado brasileiro traz ideia internacional sobre o potencial agrícola da região, tendo em vista a grande extensão topográfica propícia a mecanização, a oferta de água em abundância e a disponibilidade de protocolos corretivos e de fertilização químicos adequados para compensar a acidez e a pobreza do solo da região, além da disponibilidade de espécies geneticamente modificadas adaptadas às condições climáticas locais. Portanto o Cerrado está criando imagem forte em agronegócios.

“Entre as espécies vegetais encontradas no Cerrado, podemos citar: angico, caviúna, sucupira, barbatimão, jacarandá-do-campo, capimflecha, buriti e indaiá. As espécies mais comuns são: *Caryocar coriaceum* Wittm. (pequizeiro) – *Caryocaraceae*; *Parkia platycephala* Benth. (visgueiro), *Dimorphandra gardniana* Tul. (faveira),

Plathymeria reticulata Benth. (amarelo), *Byrsonima verbascifolia* Rich. (murici) – *Malpighiaceae*; *Psidium* sp. (araçá) – *Myrtaceae*; *Tabebuia* sp. (paud'arco) – *Bignoniaceae*. Espécies vulgarmente conhecidas por caraíba, mucunduba e lacre também aparecem. A fauna do Cerrado também é muito rica. As espécies de mamíferos mais comuns são: lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), tatu-canastra (*Priodontes maximus*), onça-parda (*Felis concolor*), tamanduá-bandeira (*Mymecophaga tridactyla*) e veado campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*). Calcula-se que existam 66 famílias de aves nos Cerrados. Algumas espécies: ema (*Rhea americana*), perdiz (*Rynchostus rufescens*), nhambu-xintã (*Crypturelus parvirostris*), seriema (*Cariama cristata*), papagaio-moleiro (*Amazona xanthops*) e ararimba (*Galbula ruficauda*).“ (LUCENA, s/d, p.334).

5.2.3. Mata Atlântica

A Mata Atlântica é um mosaico diversificado de ecossistemas, sendo uma das áreas de maior diversidade de seres vivos do planeta. Nele, diferentes estruturas e composições florísticas; diferenças de solo, relevo (montanhas, platôs, vales e planícies) e diferenças climáticas se apresentam. Ela tem formação densa de porte alto (20 a 30m), normalmente com folhas de tamanho médio, esgalhamento aberto, rica em espécies, algumas com copas em para-sol, apresentando lianas e epífita. Atualmente restam cerca de 7,3% de sua cobertura florestal original, fator agravado pelo fato de nessa região se localizarem os recursos hídricos (rios) que abastecem cerca de 70% da população brasileira. Na Mata Atlântica existem 1.361 espécies de animais e 20 mil espécies de plantas, sendo que 8 mil são exclusivas desta floresta. Nela espécies importantes

“se destacam: pau-brasil, jacarandá e palmito; já praticamente extintos, devido às intensas atividades de exploração. Entre algumas espécies importantes, citam-se: das *Fabaceae*, *Inga bahiensis* Benth. (ingá), *Hymenaea* sp. (jatobá), *Erythrina* sp. (mulungu), *Anadenanthera macrocarpa* (Benth.) Brenan. (angico); das *Borraginaceae*, *Cordia* sp. (frei-jorge); das *Bignoniaceae*, *Tabebuia* spp. (pau-d'arco-roxo e amarelo); das *Arecaceae*, *Orbygnia martiana* B. Rodr. (babaçu); das *Lauraceae*, *Ocotea* sp. (louro); das *Meliaceae*, *Cedrela* sp. (cedro); das *Rosaceae*, *Licania tomentosa* (Benth.) Fritsch. (oiti da praia).”

“Das 202 espécies brasileiras de animais ameaçados de extinção, 171 são da Mata Atlântica. O maior primata das Américas, o Mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*; *Muriki*) vive exclusivamente na Mata Atlântica. Entre os mamíferos encontram-se: a onça pintada (*Panthera onca*); a suçuarana (*Felis concolor*); o jaguarundi (*Felis yagouaroundi*); a jaguatirica (*Felis pardalis*); o guaxinim (*Procyon cancrivorus*); o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*); a capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*); a cotia (*Dayprocta azarae*); o bugio (*Alouatta fusca*); o miqui (*Brachyteles arachnoides*); a anta (*Tapirus terrestris*); e os micos-leões (*Leontopithecus*). Quanto às aves, a Mata Atlântica possui cerca de 620 espécies, variando de lugar para lugar, mas quase sempre em números superiores a 200 espécies. Entre as centenas de aves, podemos citar pela sua raridade: o macuco (*Tinamus solitarius*), a jacutinga (*Penelope jacutinga*), o mutum do nordeste (*Mitu mitu*), o papagaio-decara-roxa (*Amazona brasiliensis*), a araponga (*Procnias nudicollis*), o sabiá-pimenta (*Carponis melanocephalus*), a

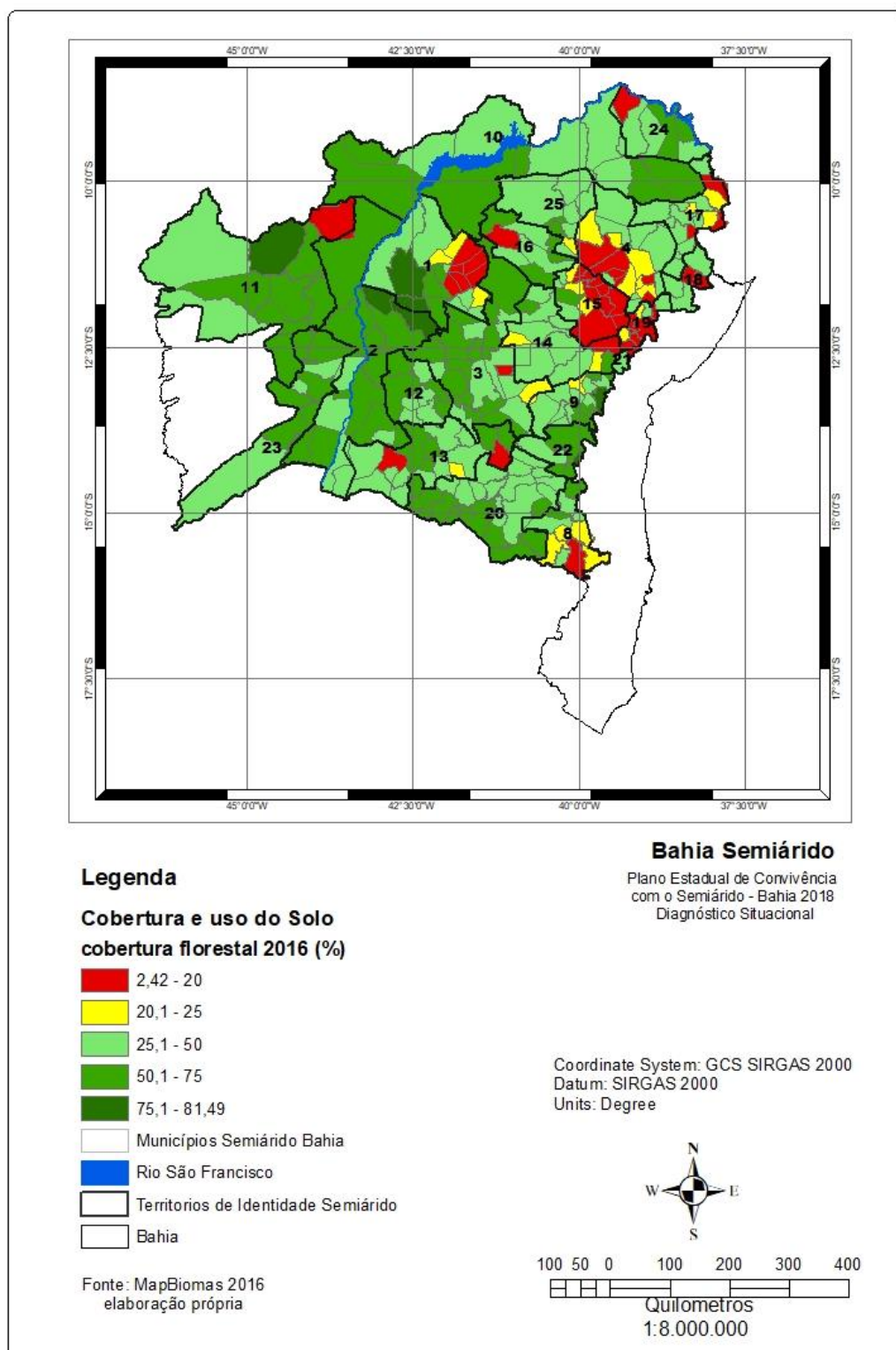
saíra-de-costa-preta (*Tangara-peruviana*); e o pixoxó (*Sporophila frontalis*).” (LUCENA, s/d, p.337).

5.3.Cobertura e Uso do Solo

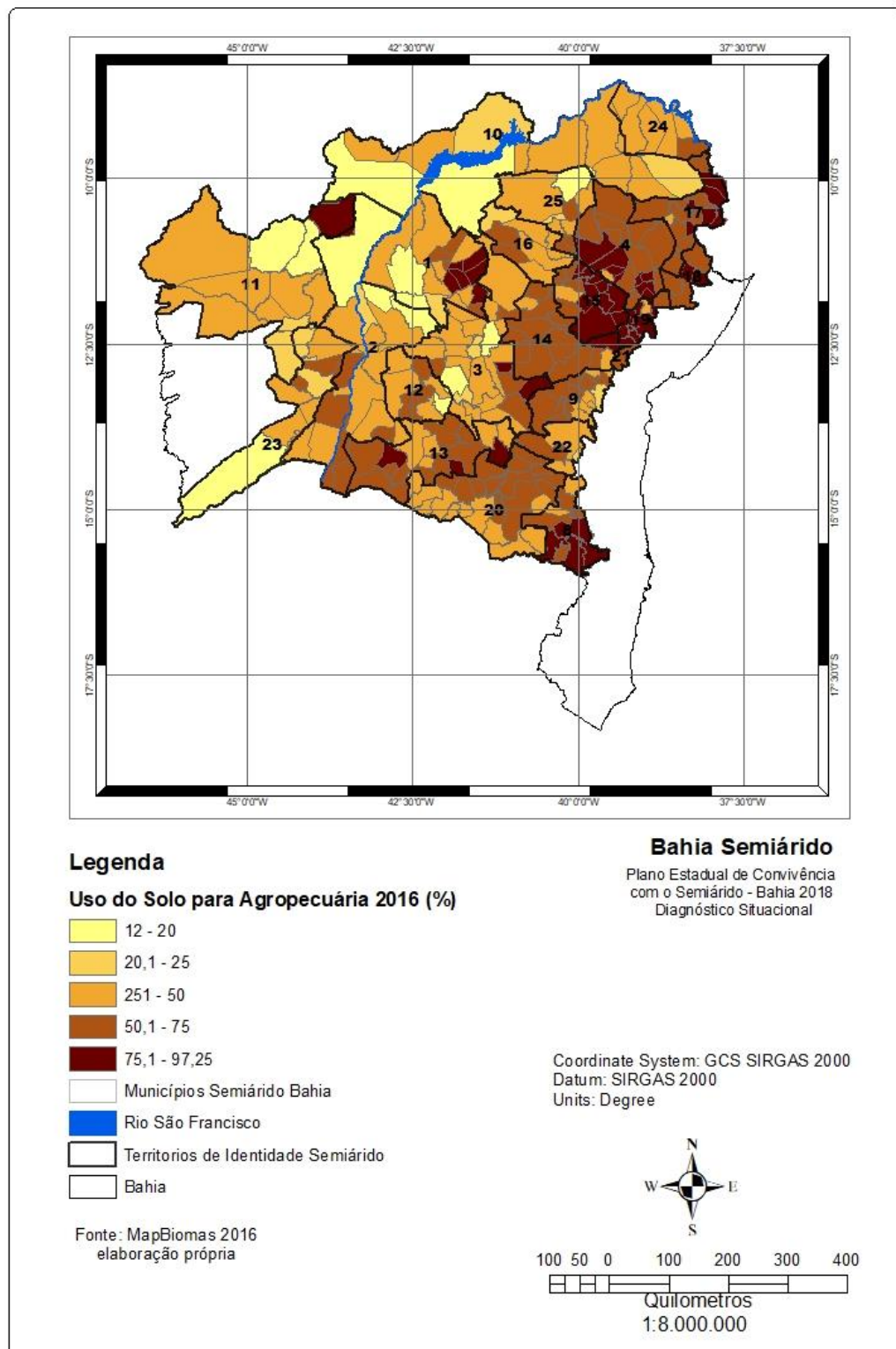
A compreensão da forma como o solo está sendo aproveitado, auxilia no entendimento da evolução das interações entre os sistemas humanos, ecossistemas, atmosfera e outros sistemas da terra. Entre as mudanças climáticas acompanhadas pela Convenção Quadro das Nações Unidas, as mudanças no uso do solo e florestas – incluindo o desmatamento e as queimadas – são emissores de gases de efeito estufa (GEE). Estudos indicam que nas regiões de clima quente (como o Semiárido) as temperaturas serão elevadas a níveis de intolerância por parte de culturas agrícolas, fazendo cair a produtividade, implicando em mudanças na estrutura produtiva e no padrão do uso do solo (VICTORIA, s/d).

O Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil (MapBiomias), iniciativa do SEEG/OC (Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima), identificou que, em 2016, no Semiárido baiano sete municípios encontravam-se com cobertura florestal maior que 75% de seu território: Brotas de Macaúbas e Morpará (TI Velho Chico); Gentio do Ouro e Ipupiara (TI Irecê); Itagi (TI Médio Rio de Contas); Santa Rita de Cássia (TI Bacia do Rio Grande) e Ubaíra (TI Vale do Jequiriça). Na outra ponta, os municípios de Santanópolis (2,43%) e Feira de Santana (8,358%) – ambos no TI Portal do Sertão; Lamarão (5,58% - TI Sisal); Irecê (5,85%), Heliópolis (6,56% - TI Semiárido Nordeste II); João Dourado (7,81%) e Lapão (8,49%) - todos no TI de Irecê; Gavião (9,4% - Bacia do Jacuípe) e Olindina (9,58% TI Litoral Norte e Agreste Baiano).

O MAPA 7 explicita a situação, apresentando a cobertura florestal por município por faixas, no Semiárido baiano. O MAPA 8 traz a situação do uso da terra para agropecuária por município, por faixas. Em termos gerais, observa-se que nos TI Irecê, Sisal, Bacia do Jacuípe e Médio Sudoeste da Bahia há proporcionalmente menor cobertura vegetal e maior uso do solo para agropecuária.



MAPA 7 - Semiárido Baiano – Cobertura Vegetal por município 2016 (%)



MAPA 8 – Semiárido Baiano – Uso do Solo 2016 (%)

5.4. Sistema de Unidades de Conservação no Semiárido Baiano

As Unidades de Conservação são importante instrumento de política ambiental. Elas são orientadas pela Lei Federal nº9.985 de 18 de julho de 2000 que regulamentou o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). O SNUC traz um conjunto de diretrizes e procedimentos oficiais que viabilizam a implementação de UC, ordenando a preservação ambiental no país. Sua estruturação visou potencializar o papel das UC, conservando amostras significativas dos ecossistemas e da biodiversidade brasileira. O desafio colocado é “conservar ou preservar sistemas ecológicos ou socioecológicos em estado de equilíbrio ou que estejam necessitando de recuperação” (Cavalcanti, Coutinho, Ferreira, & Silva, 2018).

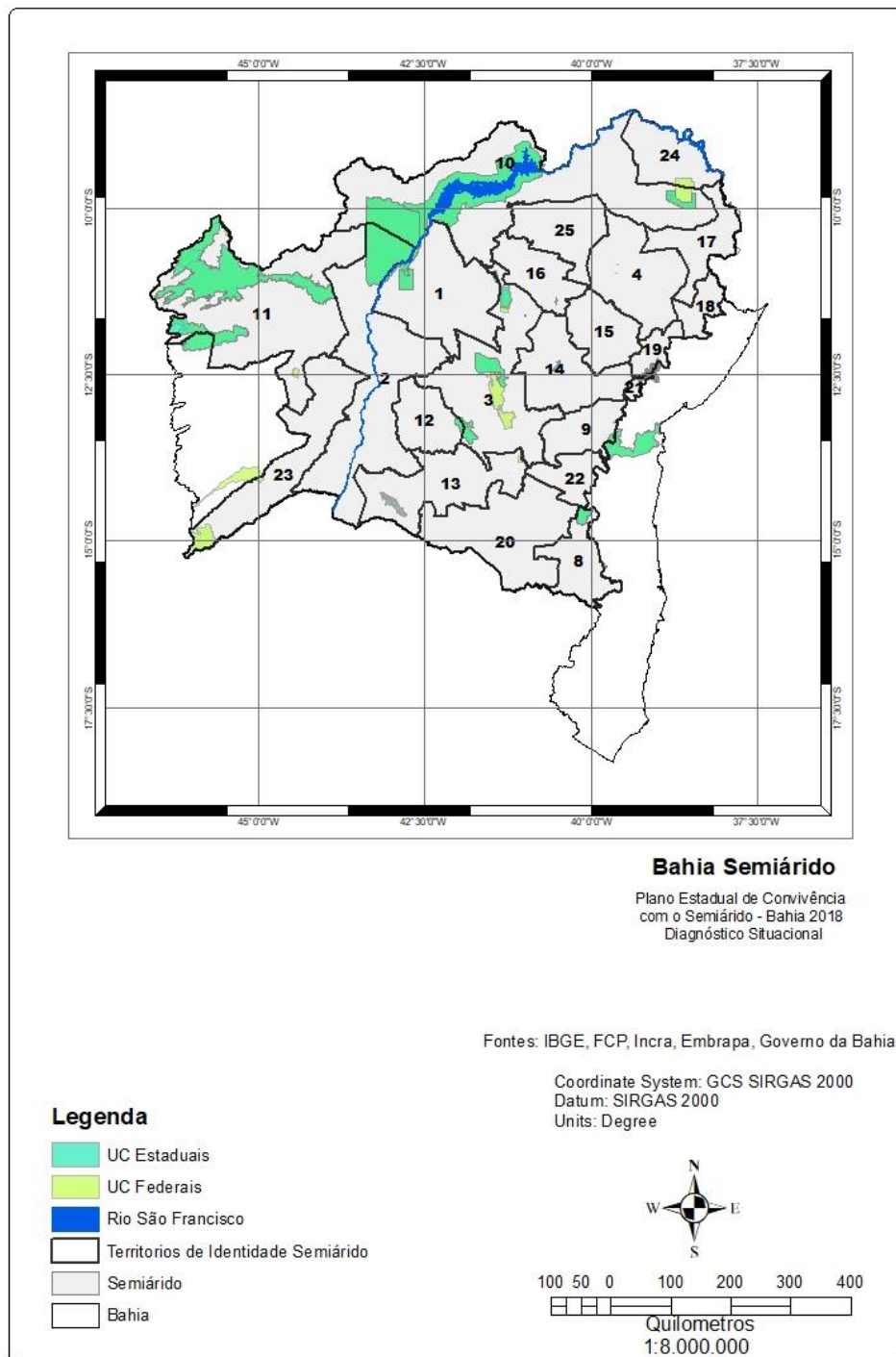
O SNUC dialoga com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 15 da Agenda 2030 que trata de três temas principais: florestas, desertificação e diversidade biológica. Entre as metas do ODS 15 estão: assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce; promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas; deter o desmatamento; restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento; combater a desertificação; restaurar a terra e o solo degradado. (Cavalcanti, Coutinho, Ferreira, & Silva, 2018)

Na Bahia, o SNUC é gerido pela Diretoria de Unidades de Conservação (DIRUC) do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA). A maioria das UC localizadas no território baiano são de uso sustentável, segundo Carvalho (s/d) o objetivo maior de sua constituição *“foi o ordenamento e o disciplinamento do uso e ocupação do solo em vastas áreas do seu território ameaçado pelas atividades produtivas”*.

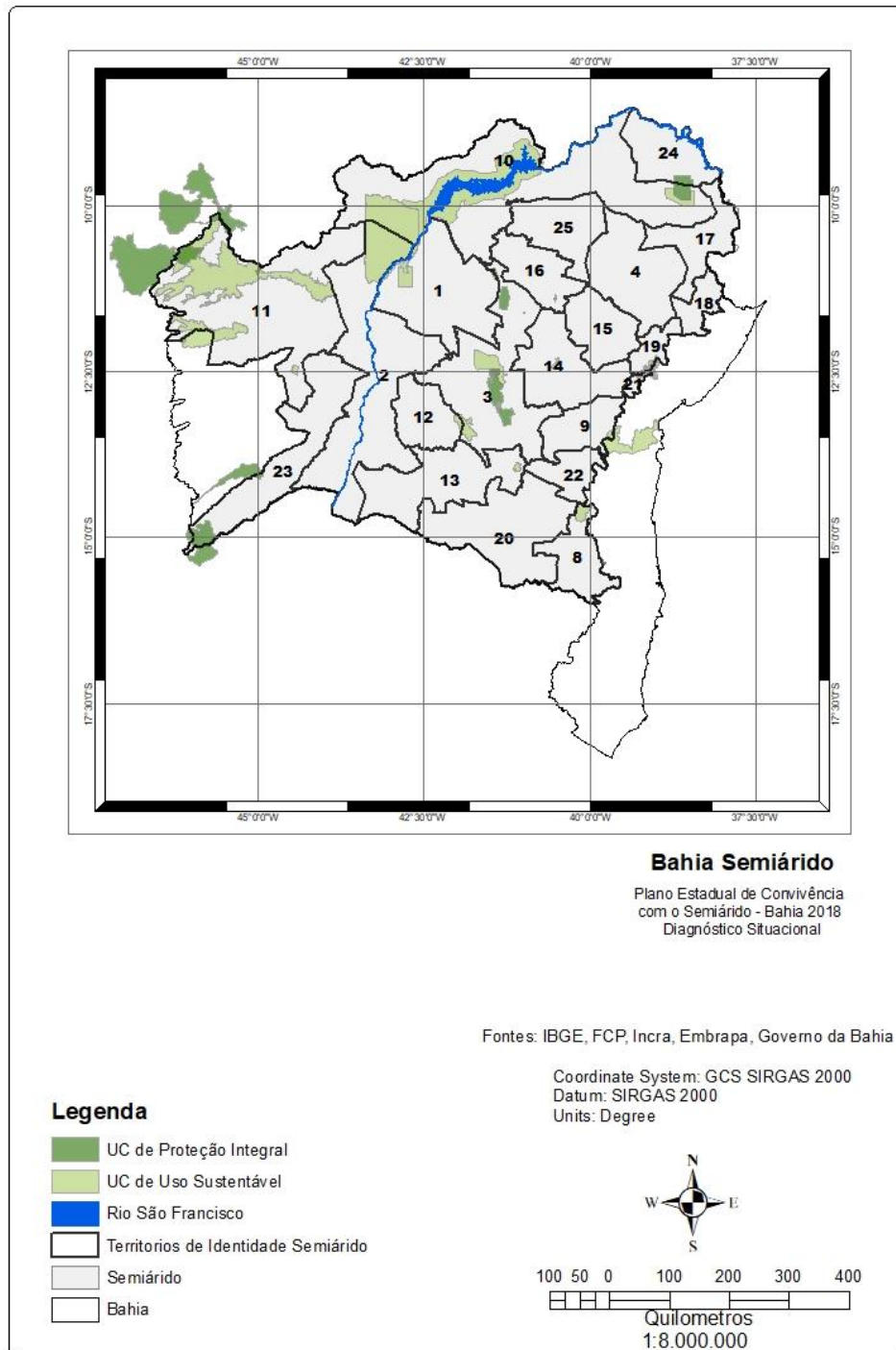
No Semiárido baiano há 25 Unidades de Conservação. Elas são classificadas em: (i) 17 UC Estaduais e (ii) 08 UC Federais (MAPA 9). Dessas, do tipo Proteção Integral são cinco UC federais e quatro UC estaduais; já do tipo Uso Sustentável são 13 UC Estaduais e 2 UC Federais (MAPA 10). Em relação à tipologia, elas são: há 01 Monumento Natural (MONA), 02 Florestas Nacionais (FLONA), 12 Áreas de Proteção Ambiental (APA); 01 Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); 01 Refúgio de Vida

Silvestre (RVS); 03 Estações Ecológicas; 05 Parques (PARNA ou PE). O QUADRO 6 apresenta informações sobre as UC.

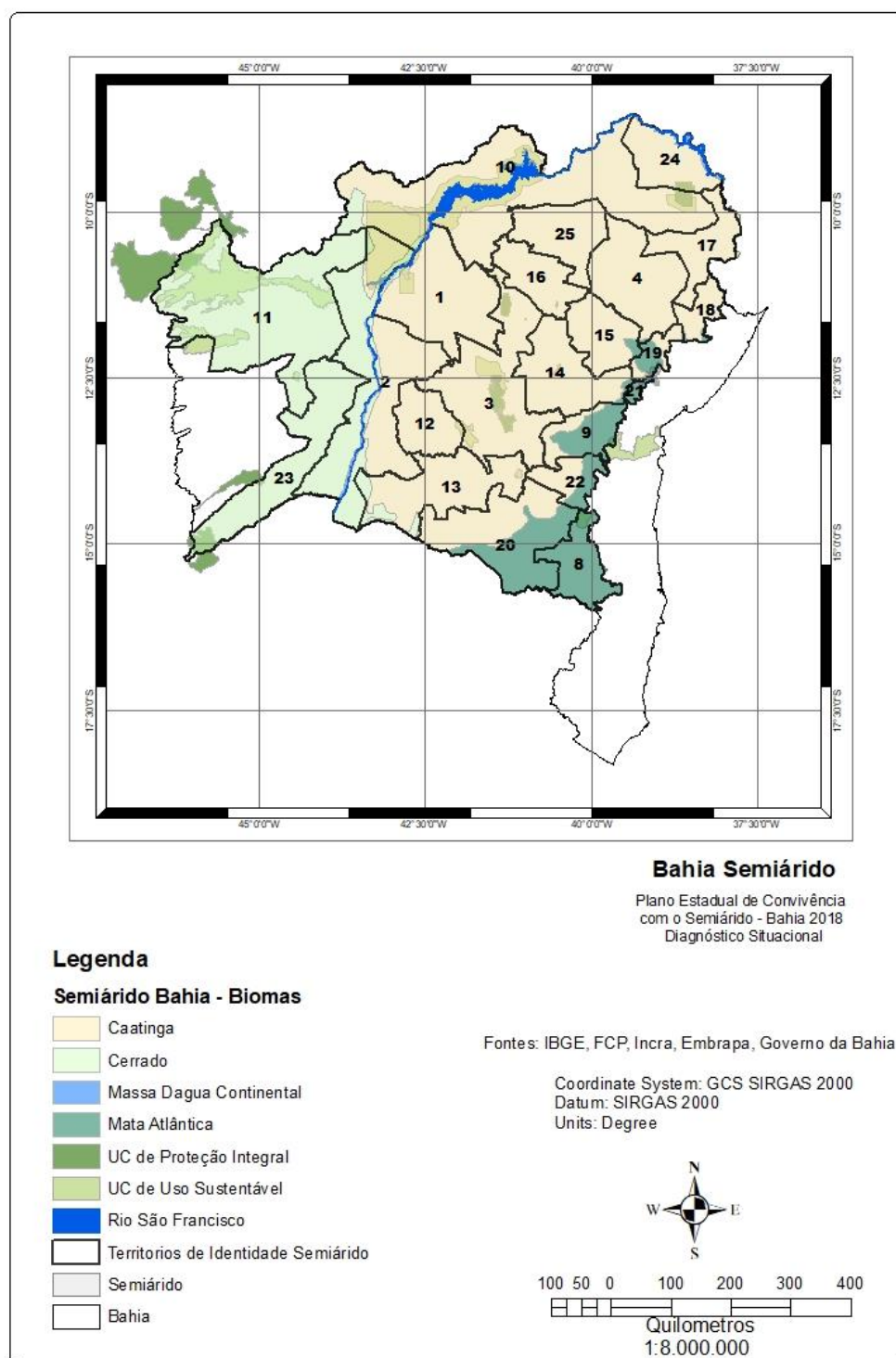
As Unidades de Conservação estão, principalmente, localizadas entre o Cerrado e a Caatinga baiana, nas regiões Oeste e Central (Chapada) (MAPA 11). Elas se encontram em 12 dos 22 Territórios de Identidade do Semiárido Baiano, nos TI: Sertão do São Francisco, Velho Chico, Chapada Diamantina, Bacia do Rio Grande, Médio Sudoeste, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Irecê, Bacia do Rio Corrente, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Paramirim e Médio Sudoeste da Bahia.



MAPA 9 - Semiárido Baiano, Unidades de Conservação Estaduais e Federais



MAPA 10 - Semiárido Baiano, Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável



MAPA 11 - Semiárido Baiano - Biomas e Unidades de Conservação

QUADRO 6 – Unidades de Conservação localizadas no Semiárido Baiano

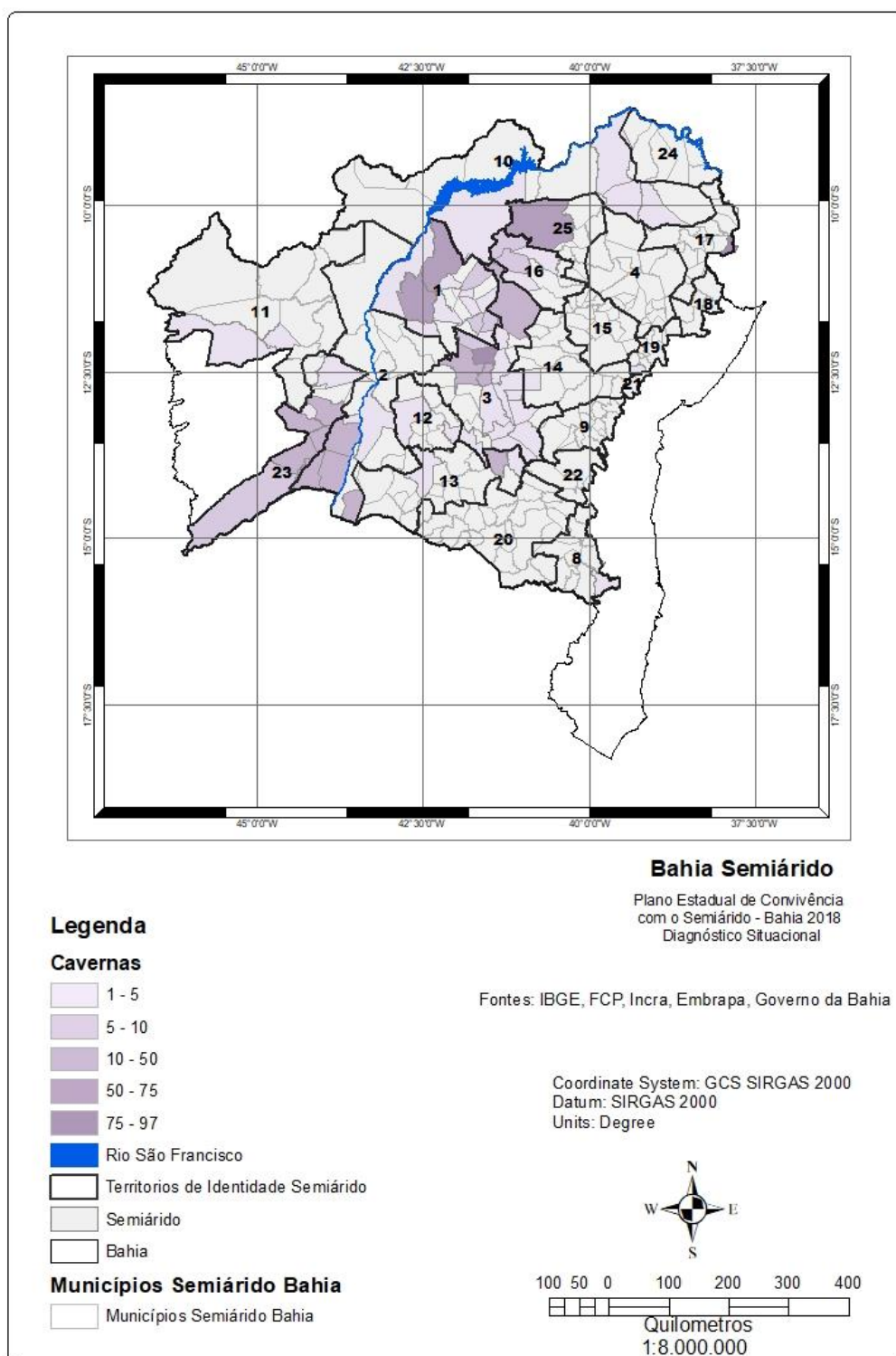
Nome	Ano de Criação	SIGLA	Área Oficial	Administração	Ato Legal	Tipo de UC	Tipo de Uso
Área de Proteção Ambiental Lago do Sobradinho	2006	APA	1235357 ha	Estadual	D.E. nº9.957 de 30.03.06	Área de proteção ambiental – APA	Uso Sustentável
Área de Proteção Ambiental Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco	1997	APA	1024802 ha	Estadual	D.E. nº 6.547 de 18.07.97	Área de proteção ambiental – APA	Uso Sustentável
Área de Proteção Ambiental Serra Branca/Raso da Catarina	2001	APA	67515,45 ha	Estadual	D.E. nº 7.972 de 05.06.01	Área de proteção ambiental – APA	Uso Sustentável
Área de Proteção Ambiental Bacia do Rio de Janeiro	1993	APA	300305,62 h	Estadual	D.E. nº 7.971 de 05.06.01/	Área de proteção ambiental – APA	Uso Sustentável
Área de Proteção Ambiental Lago de Pedra do Cavalo	1997	APA	47244,26 ha	Estadual	D.E. nº 6.548 de 18.07.97	Área de proteção ambiental – APA	Uso Sustentável
Área de Relevante Interesse Ecológico Serra do Orobó	2002	ARIE	7398,442 ha	Estadual	D. E. nº 8.267 de 06.06.02	Área de relevante interesse ecológico – ARIE	Uso Sustentável
Floresta Nacional Contendas do Sincorá	1999	FLONA	11215,78 ha	Federal	Decreto S/N, de 21/09/1999	Floresta - FLO	Uso Sustentável
Área de Proteção Ambiental Rio Preto	2006	APA	1138498 ha	Estadual	D.E. nº 10.019 de 05.06.06	Área de proteção ambiental – APA	Uso Sustentável
Área de Proteção Ambiental Gruta dos Brejões/Veredas do Romão Gramado	1985	APA	11889,58 ha	Estadual	D.E. nº 32.487 de 13.11.85	Área de proteção ambiental – APA	Uso Sustentável
Área de Proteção Ambiental Lagoa itaparica	1997	APA	78142,99 ha	Estadual	D.E. nº 6.546 de 18.07.97	Área de proteção ambiental – APA	Uso Sustentável
Área de Proteção Ambiental Serra do Barbado	1993	APA	68038,2 ha	Estadual	D.E. nº 2.183 de 07.06.93	Área de proteção ambiental – APA	Uso Sustentável
Floresta Nacional de Cristópolis	2001	FLONA	12790,54 ha	Federal	Decreto de 18.05.2001	Floresta - FLO	Uso Sustentável
Área de Proteção Ambiental Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	2003	APA	230351,3 ha	Estadual	D.E. nº8.552 de 05.06.03	Área de proteção ambiental – APA	Uso Sustentável
Área de Proteção Ambiental Serra do Ouro	2006	APA	50689,81 há	Estadual	D. E. nº10.194 de 27.12.06	Área de proteção ambiental – APA	Uso Sustentável

Nome	Ano de Criação	SIGLA	Área Oficial	Administração	Ato Legal	Tipo de UC	Tipo de Uso
Área de Proteção Ambiental Marimbu-Iraquara	1993	APA	124967,3 ha	Estadual	D.E. nº 2.216 de 14.06.93	Área de proteção ambiental – APA	Uso Sustentável
Estação Ecológica Raso da Catarina	1984	ESEC	104842,5 ha	Federal	Decreto 89.268, de 03/01/1984; Portaria 373, de 11/10/2001	Estação ecológica - ESEC	Proteção Integral
Estação Ecológica Rio Preto	2005	ESEC	5872,622 ha	Estadual	D.E. nº 9.441 de 06.06.05	Estação ecológica - ESEC	Proteção Integral
Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins		ESEC	714343,3 ha	Federal		Estação ecológica - ESEC	Proteção Integral
Monumento Natural Cachoeira do Ferro Doido	1998	MONA	362,0958 ha	Estadual	Decreto 7.412, de 17/08/1998	Monumento Natural - MONA	Proteção Integral
Parque Estadual das Sete Passagens	2000	PE	2822,073 ha	Estadual	Decreto 7.808, de 24/05/2000	Parque - PAR	Proteção Integral
Parque Estadual Morro do Chapéu	1998	PE	48504,27 ha	Estadual	Decreto 7.413, de 17/08/1998	Parque - PAR	Proteção Integral
Parque Nacional da Chapada Diamantina	1985	PARNA	151941,2 ha	Federal	Decreto 91.655, de 17/09/1985	Parque - PAR	Proteção Integral
Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	0	PARNA	730188,4 ha	Federal		Parque - PAR	Proteção Integral
Parque Nacional Grande Sertão Veredas	1989	PN	230853,42 h	Federal	Decreto 97.658, de 12/04/1989; Decreto S/N, de 21/05/2004	Parque - PAR	Proteção Integral
Refúgio de Vida Silvestre das redas do Oeste Baiano	2002	RVS	128048,98 ha	Federal	Decreto S/N, de 13/12/2002	Refúgio de vida silvestre - RVS	Proteção Integral
Fonte: DIRUC – Inema/SEMA-BA							

5.5.Cavernas

As cavernas têm importante papel na preservação ambiental. Segundo estudos do ICMBio (ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2016), elas atuam no armazenamento estratégico de água, com a carga e recarga de aquíferos. Além disso, em seus ambientes estão registradas informações relativas aos processos geológicos, possibilitando pesquisar a origem, a formação e as sucessivas transformações da litologia (estudo especializado em rochas e suas camadas) local e do paleoclima (clima de determinado período pré-histórico).

O Semiárido Baiano responde por quase 88% das cavernas da Bahia. Até outubro de 2018 estavam registradas 806 unidades no Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV) do Instituto Chico Mendes (ICMBio). Cerca de metade das cavernas estão nos Territórios da Chapada Diamantina (21%), Irecê (18,6%) e Bacia do Rio Corrente (13,5%). Cabe destacar que razoável número das cavernas identificadas se encontra fora das Unidades de Conservação. Territórios com cavernas podem explorar de forma sustentável com objetivo de geração de trabalho e renda e potencializar turismo ecológico e integrados. O MAPA 12 apresenta a localização das cavernas no semiárido baiano, por município.



MAPA 12 – Semiárido Baiano – Cavernas, por municípios

5.6. Recursos Hídricos

Recursos hídricos são as águas superficiais ou subterrâneas disponíveis para qualquer tipo de uso de região ou bacia. Elas podem ser de uso urbano ou rural. A água é bem natural e limitado. Sua garantia de disponibilidade e qualidade para seus múltiplos usos é regulada por meio de órgãos e instrumentos que coordenam a gestão dos recursos hídricos

A Lei das Águas⁶ é o instrumento norteador da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Entre seus fundamentos⁷ estão questões como a água ser bem de domínio público; recurso natural limitado, dotado de valor econômico; onde entre seus múltiplos usos são prioritários o acesso ao consumo humano e a dessedentação animal. Incluído neste contexto, encontra-se o saneamento básico, fator de proteção à qualidade de vida, assegurado pela Lei Nacional do Saneamento Básico⁸. Ele trata das questões relativas ao abastecimento de água, coleta e disposição de esgotos sanitários, controle da poluição causada por esses esgotos, drenagem urbana (águas pluviais) e o acondicionamento, coleta, transporte e destino final dos resíduos sólidos. Sua inexistência compromete a saúde pública, o bem-estar e degrada o meio ambiente.

Os recursos hídricos superficiais do Semiárido caracterizam-se por regime anual intermitente e fortes variações interanuais. As características edafoclimáticas e socioeconômicas do Semiárido requerem tecnologias específicas de utilização e conservação dos recursos hídricos. Contudo, a intervenção predatória neste espaço, a degradação da qualidade dos mananciais normalmente utilizados, o uso de métodos de irrigação de superfície, a baixa eficiência dos serviços de saneamento básico – situação caracterizada pelas grandes perdas de água tratada nas redes de distribuição, por exemplo

⁶ A Lei Federal nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997 é conhecida como Lei das Águas e norteia a gestão dos recursos hídricos em nível nacional.

⁷ Os fundamentos que baseiam a Lei das Águas são: (i) a água é um bem de domínio público; (ii) a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; (iii) em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais, sendo colocado a vida em primeiro plano, estabelecendo um compromisso social, no qual a vida humana e dos animais sobrepuja os interesses econômicos; (iv) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas, objetivando reconhecer a existência das diversas demandas pela água na nossa sociedade e admiti-las como sendo todas elas legítimas e em igualdade de condições para reivindicação do uso destes recursos, sem qualquer definição, a priori, de um uso privilegiado; (v) a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH, adotando-se, assim, a bacia hidrográfica como unidade de planejamento; (vi) a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades, sendo adotada a gestão descentralizada dos recursos hídricos significando que tudo quanto pode ser decidido em níveis hierárquicos mais baixos de governo não será resolvido pelos níveis mais altos dessa hierarquia. (art1º Lei 9.433/1997)

⁸ A lei Federal nº 11.445 de 22 de fevereiro de 2007 é conhecida como Lei do Saneamento Básico e estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para política federal de saneamento básico

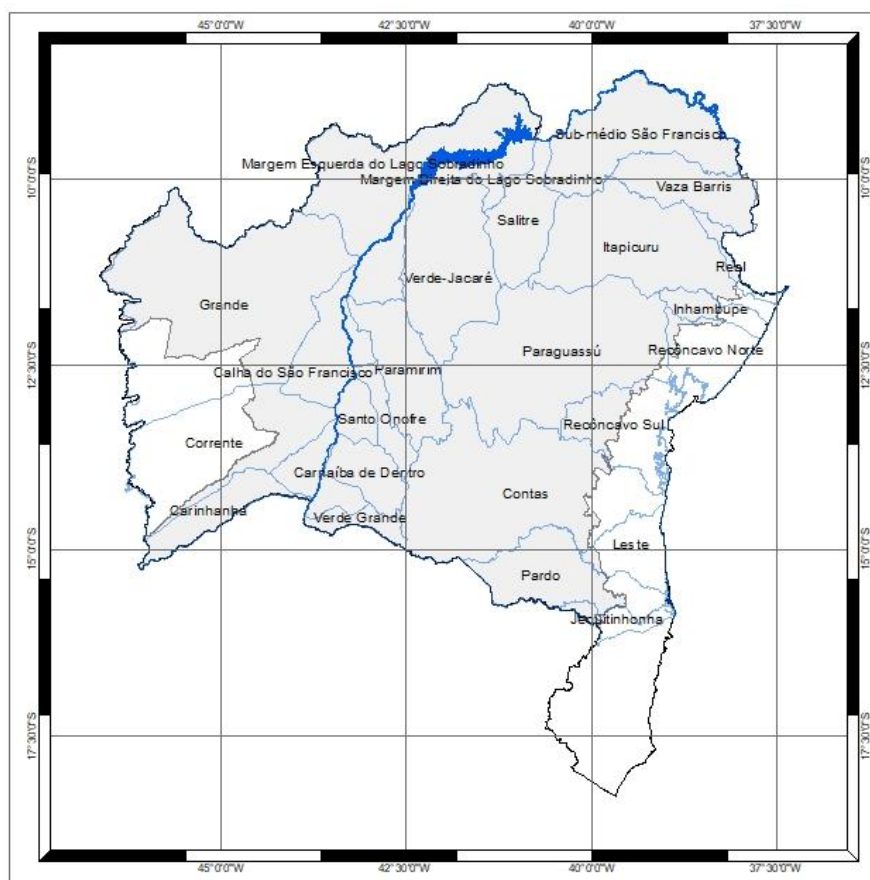
(REBOUCAS, 1997) têm resultado no uso inadequado dos seus corpos hídricos. Esses fatores aumentam a fragilidade da região ao processo de desertificação, ocasionando interferência negativa em processos produtivos, na saúde e na qualidade de vida das pessoas dessa região, pela redução da disponibilidade hídrica.

5.6.1 Gestão de Recursos Hídricos

A gestão de recursos hídricos no Semiárido baiano passa pelos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Os Planos de Bacias Hidrográficas, segundo o art. 11 da lei da Política Estadual de Recursos Hídricos nº 11.612/09, são planos diretores, de natureza estratégica e operacional, que têm por finalidade fundamentar a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, compatibilizando os aspectos quantitativos e qualitativos do uso das águas, de modo a assegurar as metas e os usos neles previstos, na área da bacia ou região hidrográfica considerada.

Atualmente a região do semiárido conta com 03 (três) Planos de Bacias elaborados, todos afluentes do Rio São Francisco (Bacia do Verde Jacaré, as Bacias do rio Paramirim e Santo Onofre e a Bacia do Rio Salitre), bacias estas que se caracterizam pela escassez de água e necessidade de um gerenciamento efetivo deste recurso, por serem regiões onde ocorrem sérios conflitos pelo uso da água. O desafio de elaboração de Planos de Recursos Hídricos para as demais bacias que compõem a região do semiárido baiano, e a implementação dos planos já existentes promoverá o fortalecimento das políticas públicas de recursos hídricos (cobrança do uso da água, autorizações de outorgas, fiscalizações, monitoramento), fortalecerá a rede de governança por meio de capacitação de seus atores; bem como ampliará a base de conhecimentos dos representantes dos respectivos comitês.

Apesar de a Lei 9.433/97, também conhecida como “Lei das Águas” ter como um de seus fundamentos a descentralização da gestão dos recursos hídricos e contar com a participação dos usuários e das comunidades, ainda é um grande desafio concretizar a gestão participativa da água por meio dos Comitês de Bacia e demais organismos colegiados. O MAPA 13 apresenta as subbacias localizadas no Semiárido Baiano. Existem 12 Comitês de Bacia Hidrográfica no Semiárido baiano, além do Comitê Federal de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O MAPA 14 explicita a malha hídrica do Semiárido Baiano. Destaca-se o Rio São Francisco, cruzando o Semiárido Baiano. Além dele, os TI da Bacia do Rio Grande e do Sertão Produtivo têm expressiva malha hídrica. O QUADRO 7 apresenta lista dos Comitês.



Bahia Semiárido

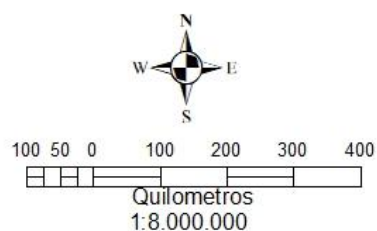
Plano Estadual de Convivência
com o Semiárido - Bahia 2018
Diagnóstico Situacional

Fontes: IBGE, FCP, Incra, Embrapa, Governo da Bahia

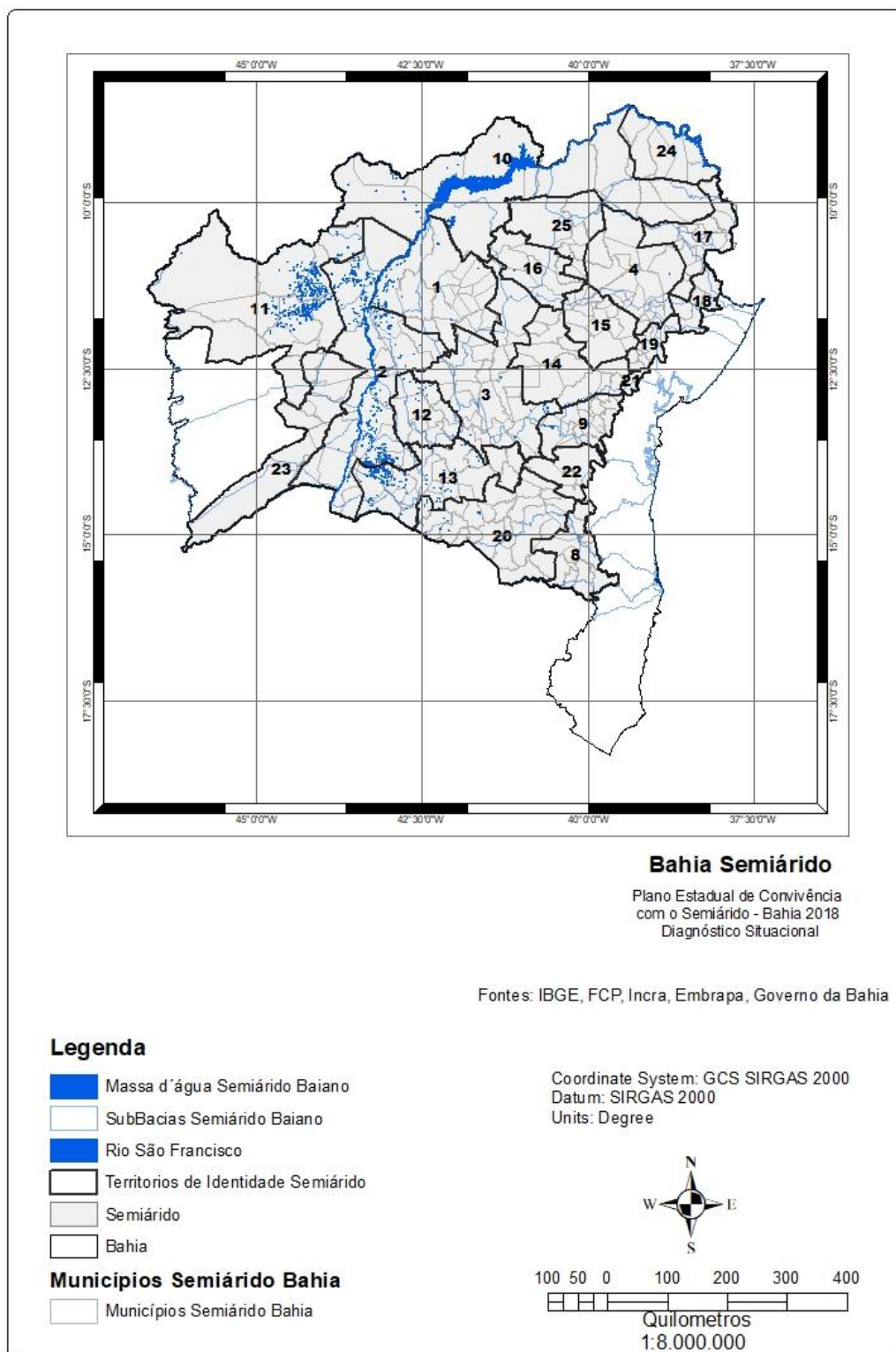
Coordinate System: GCS SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS 2000
Units: Degree

Legenda

- Rio São Francisco
- SubBacias Semiárido Baiano
- Semiárido
- Bahia



MAPA 13 - Semiárido baiano, Sub-bacias hidrográficas



MAPA 14 - Semiárido Baiano, sub-bacias hidrográficas e malha hídrica

QUADRO 7 - Semiárido Baiano, Comitês de Bacia Hidrográfica

Comitê	Instrumento de Criação	Data Criação	Área Aproximada	População	Município
CBH do Rio Itapicuru	Dec. 9.937/06	22/03/2006	39.000	1.300.000	55
CBH do Recôncavo Norte	Dec. 9.936 alterado pelo Dec. 11.204/08	22/03/2006	18.000	3.750.000	46
CBH do Rio Paraguaçu	Dec. 9.938	22/03/2006	55.000	1.660.000	86
CBH dos Rios Verde - Jacaré	Dec. 9.939	22/03/2006	33.000	350.000	29
CBH do Rio Salitre	Dec. 10.197	27/12/2006	14.000	97.000	9
CBH do Rio Corrente	Dec. 11.244	17/10/2008	35.000	197.000	13
CBH do Rio de Contas	Dec. 11.245	17/10/2008	55.000	1.250.000	76
CBH do Rio Grande	Dec. 11.246	17/10/2008	77.000	336.000	17
CBH dos Rios Baianos do Entorno do Lago de Sobradinho	Dec. 11.247	17/10/2008	37.000	155.000	11
CBH dos Rios Paramirim e Santo Onofre	Dec. 14.245	18/12/2012	22.000	236.000	27
CBH do Recôncavo Sul	Dec. 15.730	05/12/2014	17.000	907.000	56
CBH Verde Grande	Decreto Presidencial s/n	03/12/2003	31 410	74.500	35
CBH São Francisco	Decreto presidencial s/nº	05/06/2001	639.219		507

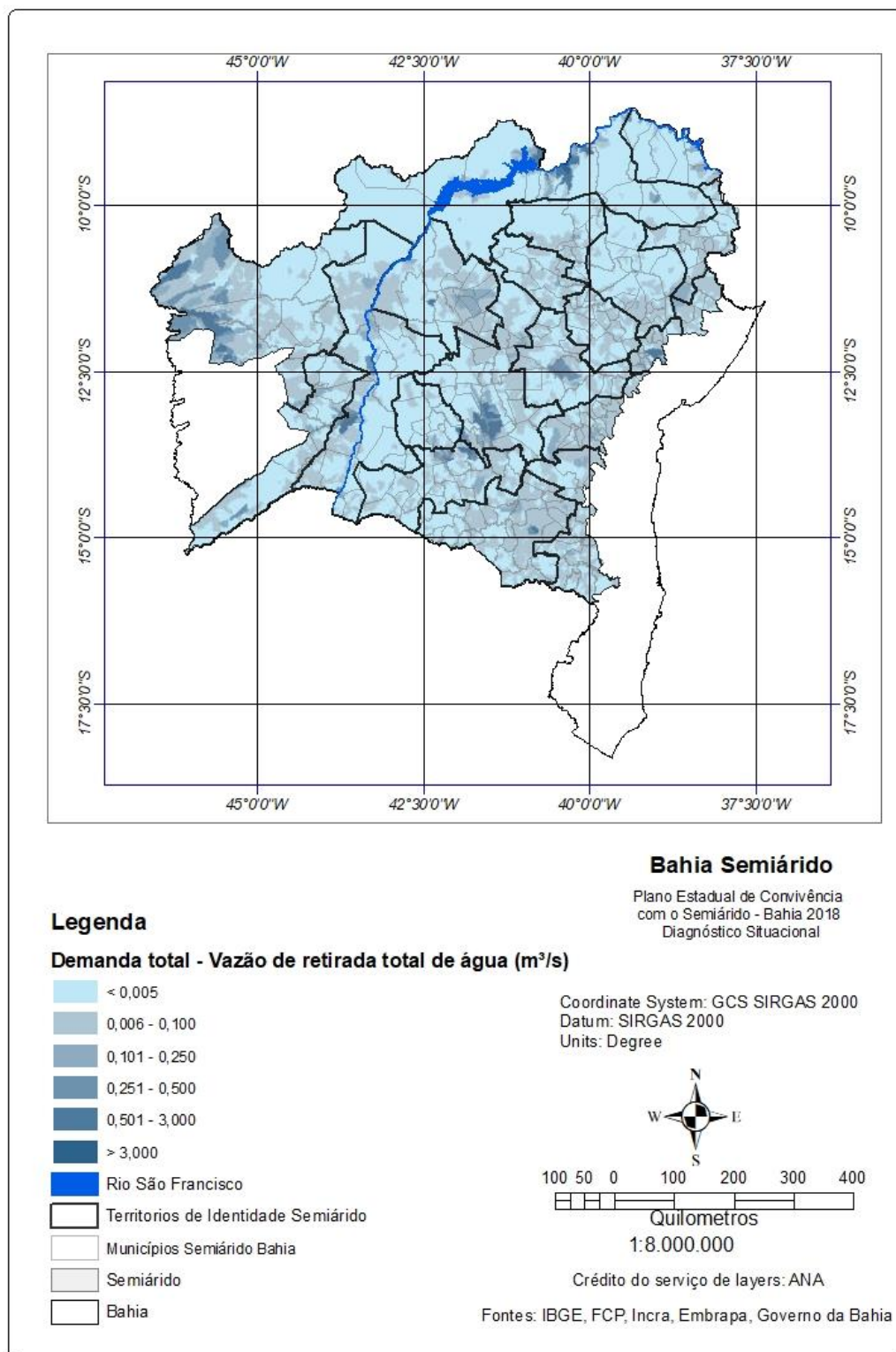
5.6.2 Demanda Hídrica

Demanda hídrica é a quantidade de água captada, expressa em unidades de volume e que satisfaz os diversos usos da população. Esses usos são classificados, em função de sua qualidade e quantidade, em dois tipos: “consuntivos”- quando parte da água captada é consumida no processo produtivo e não retorna ao curso d’água - e “não consuntivos”- quando a água captada ou utilizada em determinada atividade é devolvida na mesma quantidade e qualidade, ou então a água é utilizada apenas como meio para determinada atividade. (Arsky, s/d)

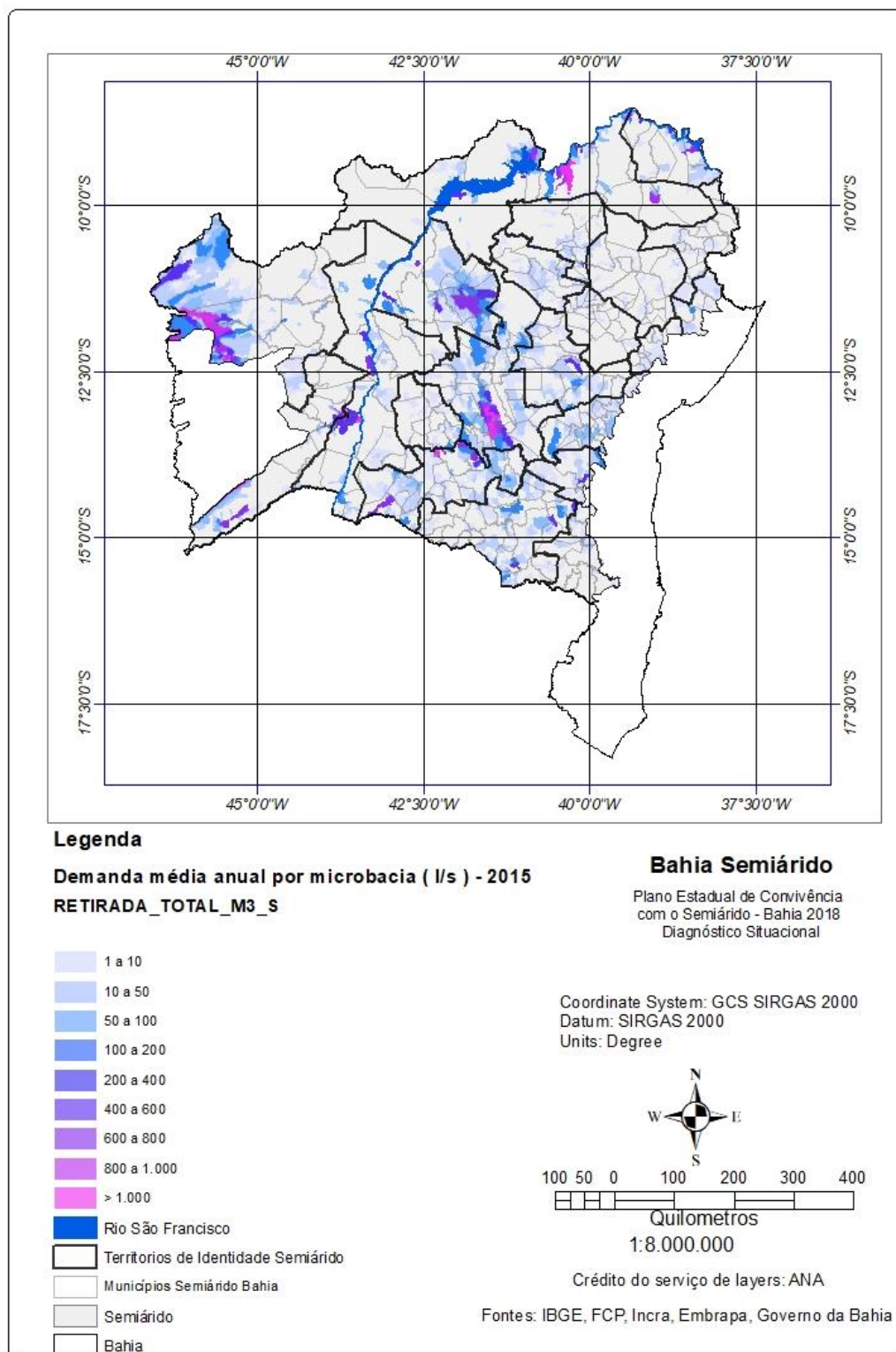
A Organização das Nações Unidas (ONU) considera que o acesso básico ocorre quando uma família dispõe de, pelo menos, 20 litros per capita por dia e percorre uma distância inferior a 1 km para busca-la. Sob o ponto de vista da garantia de uma boa saúde, a Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que o acesso diário mínimo é de 50 litros de água por pessoa/dia. No Brasil são estimados parâmetros médios de consumo de 200 a 270 litros por pessoa/dia para a projeção de sistemas de abastecimento urbano de água, com o objetivo definir os investimentos necessários para o atendimento da demanda hídrica local. No meio rural estima-se que a demanda média esteja entre 70 e 100 litros per capita/dia.

Com relação à produção de alimentos, os parâmetros de demanda variam de acordo com cada cultura e o tipo de irrigação utilizada. Cabe destacar a importância do manejo adequado dos sistemas de irrigação, na medida em que se utilizados de forma precária, com uso de equipamentos mal dimensionados, grandes perdas de água nos sistemas por falta de manutenção ou uso de sistemas de irrigação inadequados para as condições climáticas podem gerar grande desperdício de água.

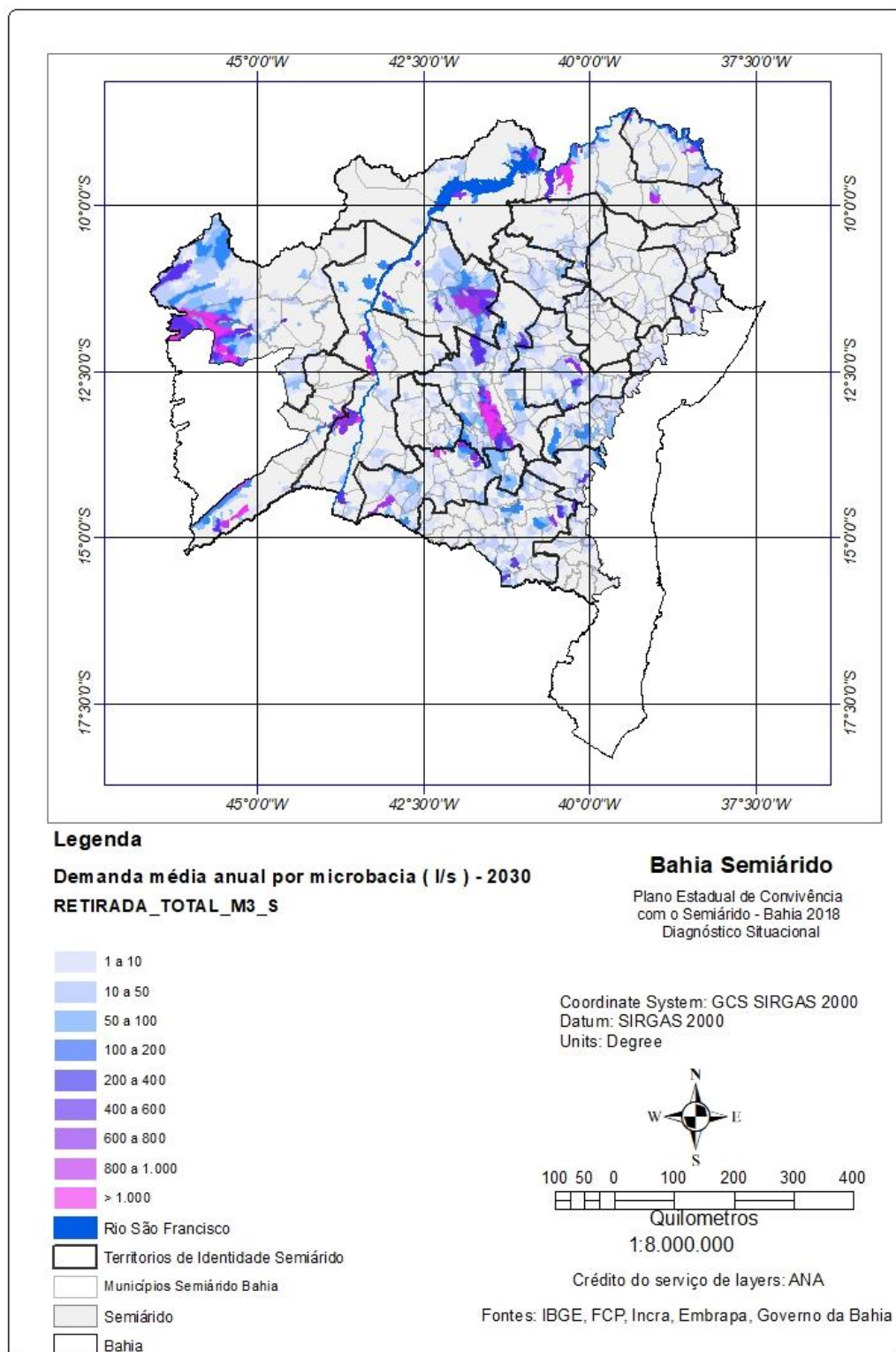
A ANA em 2015 desenvolveu estudos relacionados à demanda total de vazão de retirada de água e suas projeções para 2030. O MAPA 15 apresenta a demanda total de vazão de retirada de água em m³/s, segundo o SNIRH 2015. Ele se complementa com o MAPA 16 que apresenta, segundo a ANA, a demanda média anual de água por microbacia (l/s) também em 2015. Já o MAPA 17 apresenta as projeções para 2030, com expansão de demanda nessas regiões.



MAPA 15 - Semiárido Baiano – Vazão de retirada total de água (m³/s)



MAPA 16 Semiárido Baiano, Demanda média anual de água por microbacia (L/s), 2015



MAPA 17 - Semiárido Baiano – Demanda média anual por microbacia (l/s) - 2030

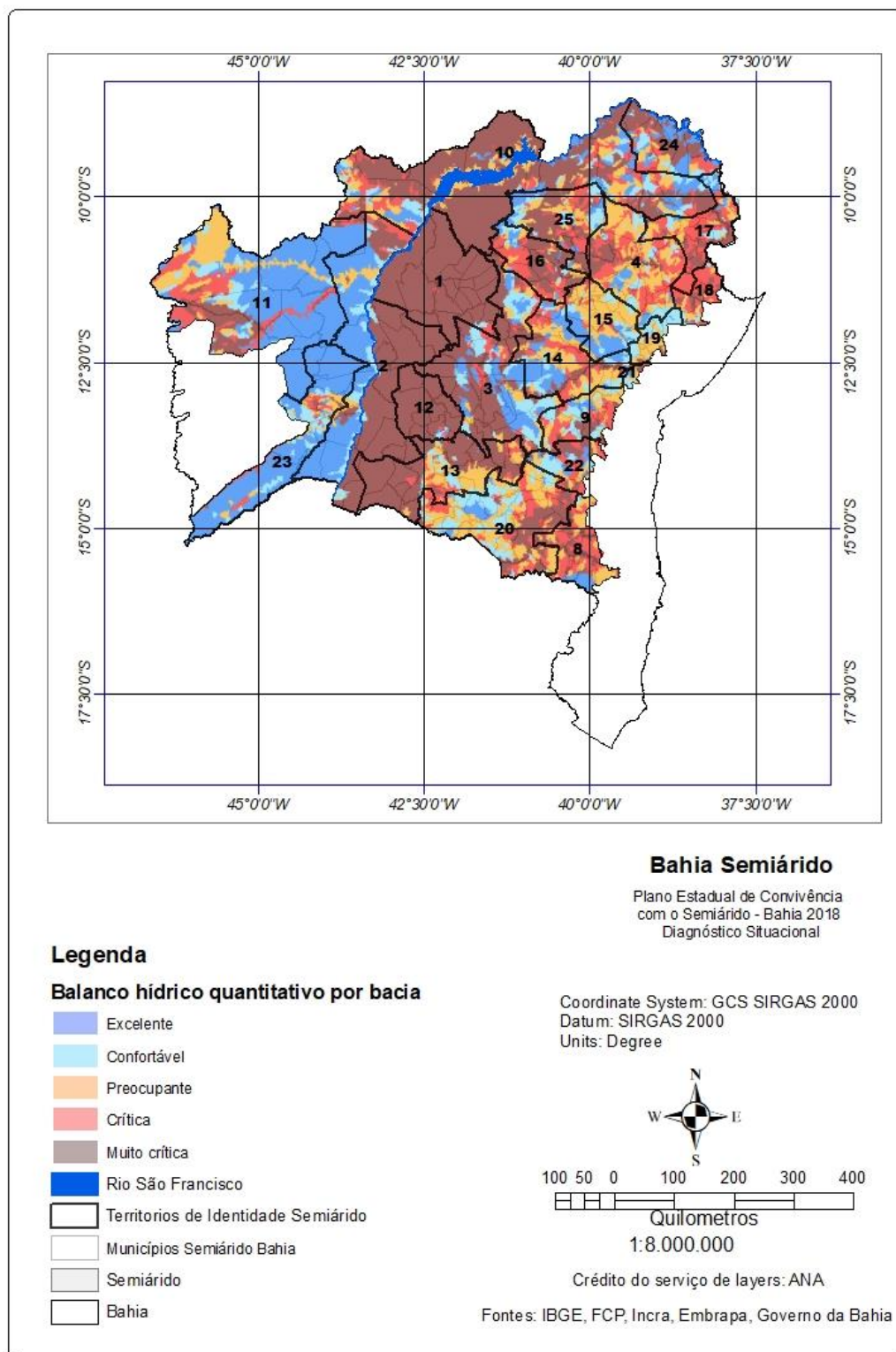
5.6.3 Balanço Hídrico

Contudo, para se ter uma visão sistêmica da situação, é importante conhecer o balanço hídrico. Ele subsidia o planejamento hídrico no manejo integrado dos recursos hídricos. Utilizando-o como unidade de gerenciamento pode-se classificar o clima de uma região, realizar o zoneamento agroclimático e ambiental, identificar o período de disponibilidade e necessidade hídrica do solo. O conhecimento destes fatores favorece o planejamento agropecuário, bem como a definição de práticas de controle de produção (Santos, Hernandez, & Rossetti, s/d). O cálculo do balanço hídrico quantitativo se faz a partir da razão entre a vazão de retirada para os usos consuntivos (industriais, de irrigação, de abastecimento e de dessedentação animal) e disponibilidade hídrica⁹.

O MAPA 18 apresenta a situação das bacias hidrográficas localizadas no Semiárido Baiano, segundo o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos (SNIRH), atualizado em 2015. Pode-se observar que a soma das situações identificadas como “muito crítica, crítica e preocupante” cobre mais de 65% do Semiárido baiano. Nele chama atenção a situação “muito crítica” das bacias hidrográficas localizadas na margem direita do rio São Francisco.

Tal quadro de incertezas quanto à disponibilidade e à qualidade das águas demanda medidas de planejamento e gestão dos recursos hídricos, visando atender à demanda da população de forma permanente, uma vez que os conflitos pelo uso da água tendem a aumentar em função do aumento da demanda, da degradação dos recursos hídricos ou da instabilidade climática. Como consequência direta, a segurança alimentar e nutricional da população rural no semiárido encontra-se condicionado diretamente pela disponibilidade de água para consumo humano, para a dessedentação de animais e para a produção agroalimentar.

⁹ Segundo o SNIRH da ANA: “O balanço hídrico quantitativo é a razão entre a vazão de retirada para os usos consuntivos e a disponibilidade hídrica (em rios sem regularização, representada pela vazão de estiagem, ou seja, aquela com permanência de 95%; em rios com regularização, a vazão regularizada somada ao incremento de vazão com permanência de 95%). fonte: <http://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/main.home?uuid=35f247ac-b5c4-419e-9bdb-dcb20defb1f4>



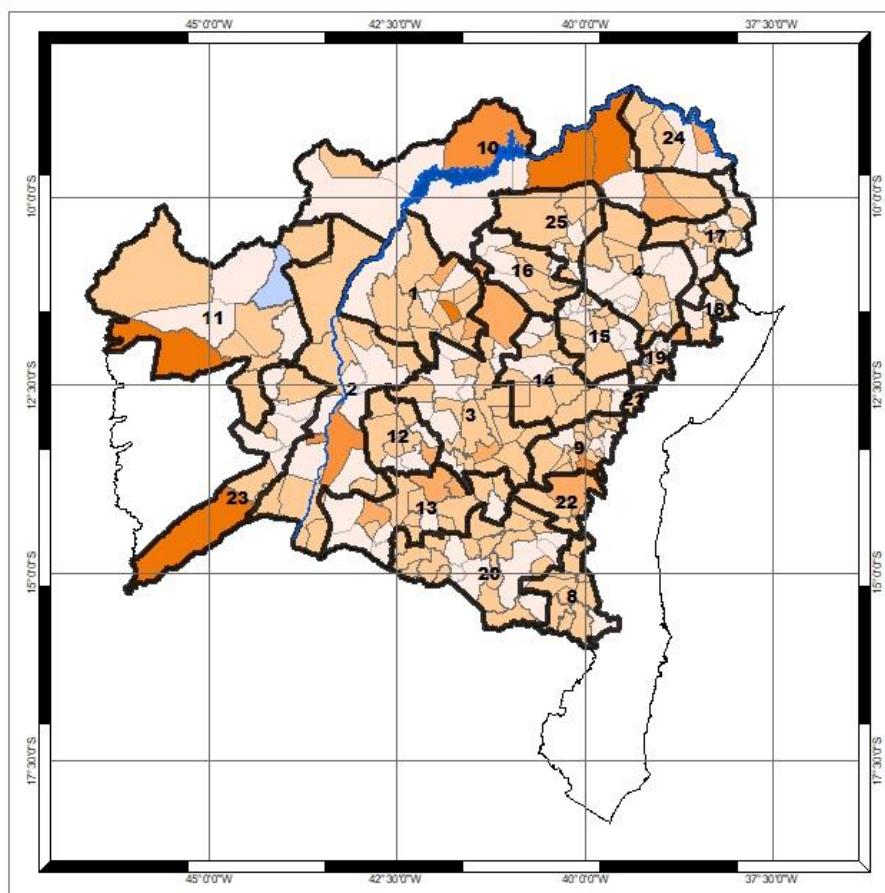
MAPA 18 – Semiárido Baiano – Balanço Hídrico quantitativo por bacia

5.6.4 Uso da Água para Produção

Quando se pensa produção e por consequência o uso dos recursos hídricos para tal, segundo a Embrapa¹⁰, “a agricultura tem sido apontada como suposta consumidora de 70% das reservas globais de água doce. Nos últimos 15 anos, o modelo de produção agropecuária extensiva implantado nas regiões central e oeste da Bahia tem pressionado a demanda de uso de água para produção. Nesse sentido, para que a gestão dos recursos hídricos seja sustentável social, econômica e ambiental, a distribuição da água com base na demanda (outorga) se faz pela competição dos recursos no tempo e no espaço pelos seus diferentes usuários. O desafio da “utilização racional da água pelo setor agropecuário deve ser entendido pelos diversos usuários como resultado da preocupação com a conservação da água”, evitando que seus empreendimentos agropecuários tenham as atividades paralisadas antes do tempo estimado nos respectivos planos de viabilidade. Aperfeiçoar a eficiência do manejo da irrigação, da drenagem agrícola e das práticas conservacionistas na agricultura tradicional de sequeiro são temas a serem trabalhados (Ministério do Meio Ambiente, 2006)

O MAPA 19 apresenta a situação da irrigação no Semiárido baiano segundo o Censo Agropecuário 2017. Nele observa-se que os TI nº 23 Bacia do Rio Corrente, TI nº 11 Bacia do Rio Grande e TI nº 10 Sertão do São Francisco são os que têm maior municípios com maior proporção de área de seus estabelecimentos agropecuários utilizando irrigação. Nesses Territórios de Identidade há prevalência do cultivo da soja e da fruticultura irrigada.

¹⁰ Fonte: <https://www.embrapa.br/agua-na-agricultura/sobre-o-tema>



Bahia Semiárido

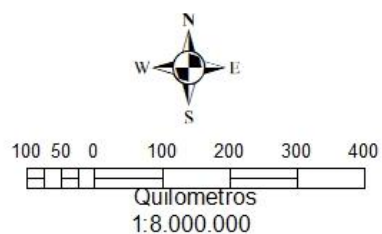
Plano Estadual de Convivência
com o Semiárido - Bahia 2018
Diagnóstico Situacional

Legenda

Áreas Irrigadas (ha) 2017

- 0,00
- 0,01 - 5,00
- 5,01 - 10,00
- 10,01 - 15,00
- 15,01 - 46,49
- Municípios Semiárido Bahia
- Rio São Francisco
- Territórios de Identidade Semiárido
- Bahia

Coordinate System: GCS SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS 2000
Units: Degree



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017
Elaboração Própria

MAPA 19 – Semiárido Baiano – Área Irrigada em hectares 2017

5.6. Serviços Ecossistêmicos

A riqueza e diversidade do Semiárido Baiano são aderentes a crescente percepção da importância de conservação os serviços ecossistêmicos para o bem-estar humano, incluindo a conservação da biodiversidade, regulação do clima, conservação do solo, armazenamento de carbono, ciclagem de nutrientes e recursos hídricos, entre muitos outros. Tal percepção reforça a compreensão de que os ecossistemas são provedores de grande diversidade de benefícios para as sociedades sejam eles sociais, econômicos ou ambientais, consequentemente potencializa a elaboração e implementação de políticas públicas para a conservação da natureza (FGB *et alli*, 2017:6). Assim, os Serviços Ecossistêmicos seriam aqueles serviços que fornecem *condições e processos para apoiar a vida e, direta ou indiretamente, contribuir para a sobrevivência e bem-estar humano* (YOUNG CEF d. B., 2014). Eles estão disciplinados pelo Artigo 41 do Código Florestal Brasileiro (lei nº 12.651/2012).

Um sistema de pagamentos pela proteção ambiental ou por serviços ecossistêmicos (ou ambientais) tem uma lógica muito simples: aumentar a renda de atividades econômicas compatíveis com a conservação, a fim de incentivar o uso sustentável dos recursos naturais, enquanto ao mesmo tempo, penalizando as atividades predatórias (YOUNG CEF d. B., 2014). Teoricamente esse sistema de proteção descreve o processo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) seguindo a lógica onde o beneficiário faz uma contrapartida, financeira ou em espécie, a quem controla o uso da terra, visando garantir o fluxo contínuo e a melhoria do serviço demandado. Ou seja, ganha o protetor e ganha o usuário. Desta forma, o PSA atua como uma fonte adicional de renda para ressarcir os custos (de oportunidade e de manutenção) encarados pelas práticas conservacionistas que permitem o fornecimento dos serviços ecossistêmicos, de modo a compensar o custo de oportunidade da conservação.

Em um sistema ideal, o poluidor ou usuário deve pagar para que o protetor ou provedor receba. Assim, há um incentivo para conservar os bens e serviços fornecidos gratuitamente pelo ambiente natural que sejam de interesse, direto ou indireto, para os seres humanos. Assim, um PSA é um sistema de interesse próprio baseado na suposição econômica de que os agentes tendem a mudar seu comportamento e atitudes de acordo com os incentivos ou penalidades, a fim de maximizar seus lucros ou utilidade, tanto quanto aqueles que se beneficiam das externalidades fornecidas pela conservação estão dispostos a pagar (YOUNG CEF d. B., 2014). Além disso, os PSA devem também visar

a redução da pobreza; como isso poderia ser implementado tem sido objeto de discussão acalorada pela comunidade internacional.

O processo de regulamentação dos PSA tem sido analisado. Críticas quanto a restrita utilização dos instrumentos de comando e controle, tais como multas e outras penalidades para aqueles que não cumprem a legislação ambiental. O principal argumento contrário é a falta de flexibilidade proporcionada aos agentes econômicos para solucionar esses problemas. As políticas de *comando & controle* têm sido insuficientes para alcançar os objetivos desejados de conservação. Portanto, o uso de instrumentos econômicos é importante para proporcionar flexibilidade no cumprimento de metas ambientais, como uma ferramenta complementar à abordagem corrente de *comando & controle* (YOUNG CEF d. B., 2014).

No Brasil, já existem algumas experiências interessantes de instrumento econômico na política ambiental, conforme demonstrado por Young (2005) e Medeiros & Young (2011), incluindo o pagamento pela proteção de bacias hidrográficas. Embora tenha havido algum progresso no desenvolvimento e adoção de políticas ambientais, esses esforços não podem contrabalançar as pressões das forças motrizes do modelo econômico do país, como a expansão urbana, o aumento da população, assim como padrões de produção intensivos em energia, alimentos e materiais (YOUNG CEF d. B., 2014).

Na Bahia, a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais e o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais foram instituídos por meio da Lei nº 13.223, de 12 de janeiro de 2015. Ela define como seus beneficiários: proprietários, posseiros, usuários, comunidades tradicionais que executam serviços ambientais em seus imóveis. Seus objetivos e diretrizes são aderentes às Diretrizes e Objetivos da Política Estadual de Convivência com o Semiárido, mas que ainda não está regulamentada.

A diretriz 4 do PECSA de incentivo ao uso do Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, potencializando os seus efeitos quanto à geração de renda, valorização da sociobiodiversidade e preservação ambiental se relaciona aos Planos que estão sendo desenvolvidos pelo governo da Bahia, com PDI - Quarto Eixo - Infraestrutura para o Desenvolvimento, na Ideia Força Meio Ambiente e Segurança Hídrica.

Os gestores estaduais consideram que a redução da sociobiodiversidade é impactada pela não implementação de Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, na sua avaliação, inclusive a redução da disponibilidade hídrica no semiárido poderia ser mitigada com ações de PSA. Eles entendem que há uma insuficiente

compreensão do Instrumento PSA e de suas possibilidades para a preservação ambiental e aumento da disponibilidade hídrica. Os quadros no anexo 1 explicam o olhar dos gestores sobre o tema.

A diretriz 10 do PECSA que trata da “valorização da agrobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos animais e vegetais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais e tradicionais”, dialoga com a diretriz 4 (PSA) e com as questões do meio físico-biótico até aqui tratadas. Os gestores consideram que a não regulamentação do Plano Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) tem relação direta com redução da biodiversidade no semiárido baiano. Eles apontam que a insuficiente fiscalização ambiental, o incipiente incentivo de implementação de práticas sustentáveis de manejo do semiárido, bem como a inexistência de um banco de dados integrando as diferentes informações sobre o tema que possa subsidiar ações integradas são fatores importantes da redução da disponibilidade hídrica, do desmatamento e por consequência da redução da biodiversidade no Semiárido Baiano. Os quadros no TOMO 2 apresentam a explicação dos gestores relativa a este tema. O objetivo 10 da PECSA se relaciona aos Planos que estão sendo desenvolvidos pelo governo da Bahia, com PDI - Quarto Eixo - Infraestrutura para o Desenvolvimento, na Ideia Força - Meio Ambiente e Segurança Hídrica.

A gestão, conservação, uso sustentável e recuperação dos recursos naturais dos biomas, ecossistemas e bacias hidrográficas que integram o semiárido é importante diretriz para a convivência com o Semiárido. É a partir dela, também, que se garante a preservação da diversidade biológica, promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e proteção das comunidades tradicionais, seus conhecimentos e cultura. Nesse sentido, o desafio de reduzir as áreas desertificadas do semiárido deve ser enfrentado por meio de ações de promoção ao recaatingamento, combate à desertificação e estímulo à criação de Unidades de Conservação, alinhados às diretrizes estabelecidas no Zoneamento Ecológico Econômico Estadual (ZEE).

A Política de Convivência com o Semiárido (PECSA) tem como sua terceira diretriz a “gestão, conservação, uso sustentável e recuperação dos recursos naturais dos biomas, ecossistemas e bacias hidrográficas que integram o semiárido, promovendo o reCaatingamento, bem como a promoção do combate à desertificação e o estímulo à criação de Unidades de Conservação, prioritariamente no bioma Caatinga, em

consonância com as diretrizes estabelecidas no Zoneamento Ecológico Econômico Estadual – ZEE”.

O PPA BA 2016-2019 em seu Programa de Meio Ambiente e Sustentabilidade tem quatro compromissos que dialogam com a terceira diretriz do PECSA e, também, se relaciona com PDI - Quarto Eixo - Infraestrutura para o Desenvolvimento, na Ideia Força - Meio Ambiente e Segurança Hídrica, são eles: (i) Aprimorar a qualidade e o controle ambiental; (ii) Fortalecer a governança ambiental e participativa nas bacias, unidades de conservação, territórios e colegiados estaduais; (iii) Fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos; (iv) Promover a ampliação e restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos. Entre suas metas estão (a) Apoiar técnica e financeiramente os municípios no desenvolvimento de ações preventivas à danos ambientais – 280 unidades; (b) Implementar programa de restauração florestal em áreas prioritárias e estratégicas; (c) Realizar ação para estimular o mercado de cotas de reserva ambiental em áreas prioritárias para a conservação.

6. Meio Antrópico

O meio antrópico é aquele resultante da ação do homem, especialmente quanto às modificações causadas no ambiente. Para fins deste relatório o meio antrópico abarcará três dimensões fundamentais: social (incluindo acesso à terra), ambiental e econômica.

6.1. Dimensão Social

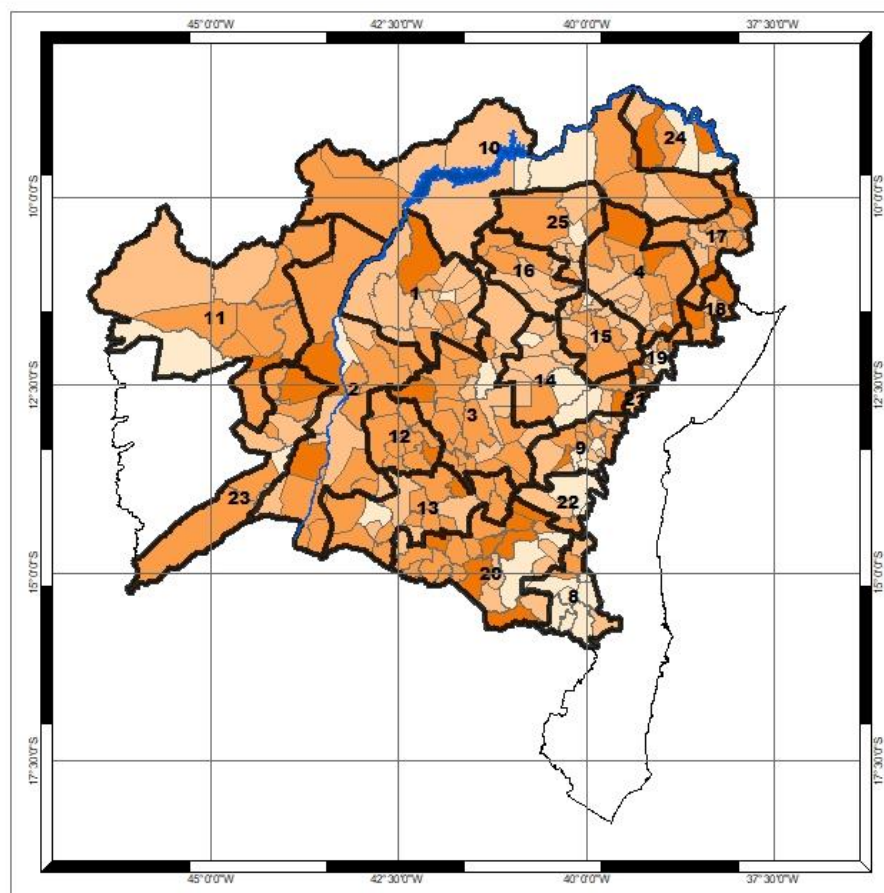
Os dados e indicadores observados na dimensão social dialogam com os ODS 1 (acabar com a pobreza em todas as suas formas); ODS 10 (redução das desigualdades), ODS 2 (assegurar vida saudável); ODS 4 (educação de qualidade) e ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis)

6.1.1 Municípios e População ¹¹

A Bahia tem 567.295 km², 79% no Semiárido. São 278 municípios localizados em 22 Territórios de Identidade. A população que habita o Semiárido baiano representa 50,6% dos baianos (IBGE, 2010). É no campo do Semiárido baiano que estão dois terços da população rural total baiana ou 41% da população total do Semiárido baiano. Em 2010 eram quase 3 milhões de pessoas (MAPA 20).

Em 67% dos municípios haviam mais homens que mulheres (MAPA 21). Dos seus 278 municípios, apenas dois (Ipupiara no TI da Chapada Diamantina e Dom Basílio no TI do Sertão Produtivo) tinham menos de 50% de afrodescendentes e/ou indígenas na sua população, e 18 municípios tinham mais de 85% da sua população composta por afrodescendentes e/ou indígenas (MAPA 22).

¹¹ A análise utilizou os dados de população 2010 e 2017, Territórios de Identidade do Semiárido baiano, Municípios do Semiárido baiano, proporção de homens e mulheres na população (IBGE 2010), proporção de afrodescendentes e indígenas na população (IBGE 2010), densidade demográfica (IBGE 2010)



Bahia Semiárido

Plano Estadual de Convivência
com o Semiárido - Bahia 2018
Diagnóstico Situacional

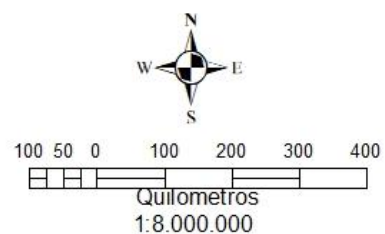
Legenda

População Rural por municípios 2010 (%)

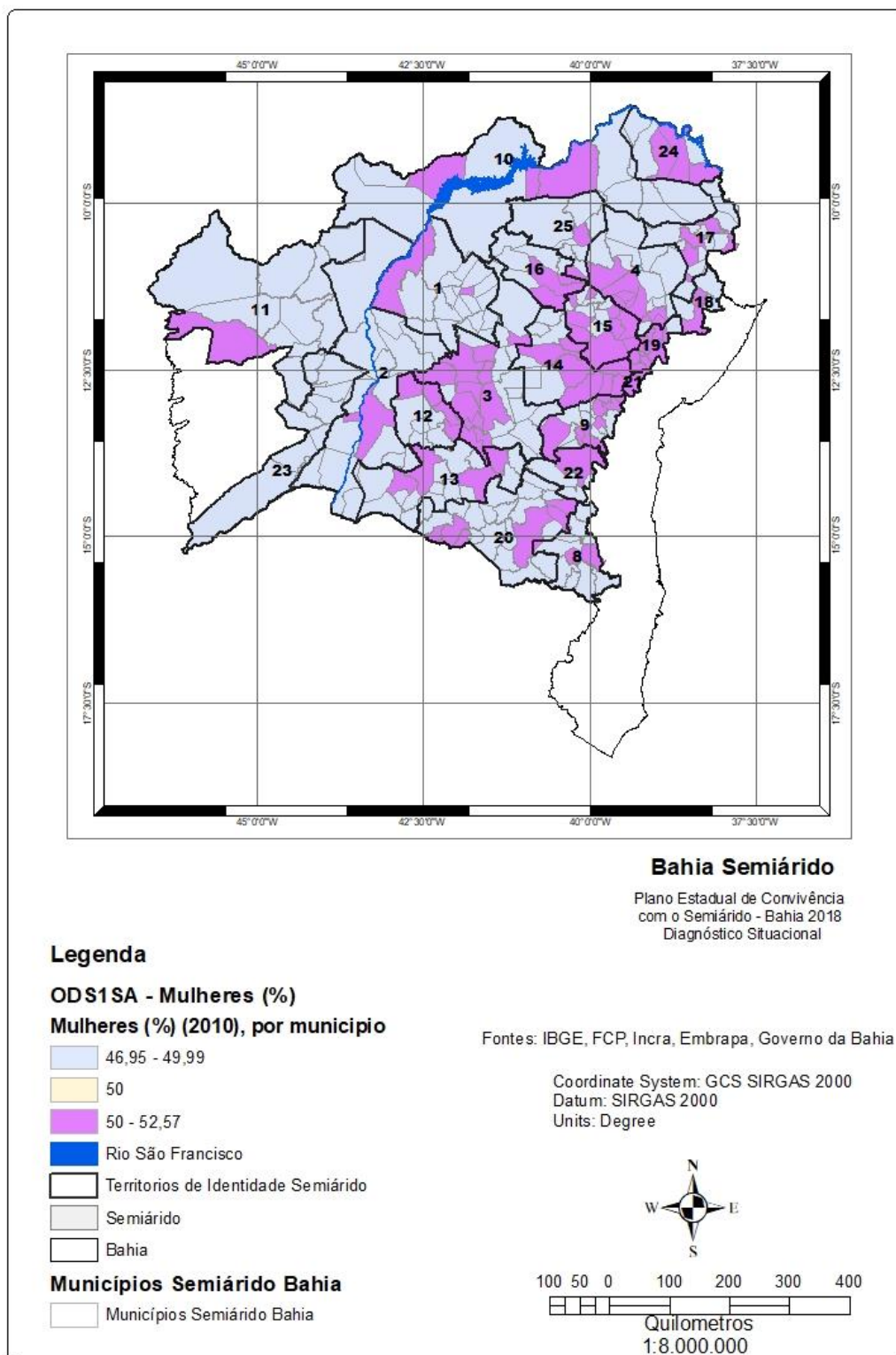
- 2,93 - 25,00
- 25,01 - 50,00
- 50,01 - 75,00
- 75,01 - 87,51
- Municípios Semiárido Bahia
- Rio São Francisco
- Territórios de Identidade Semiárido
- Bahia

Fonte: IBGE - Censo2010
Elaboração Própria

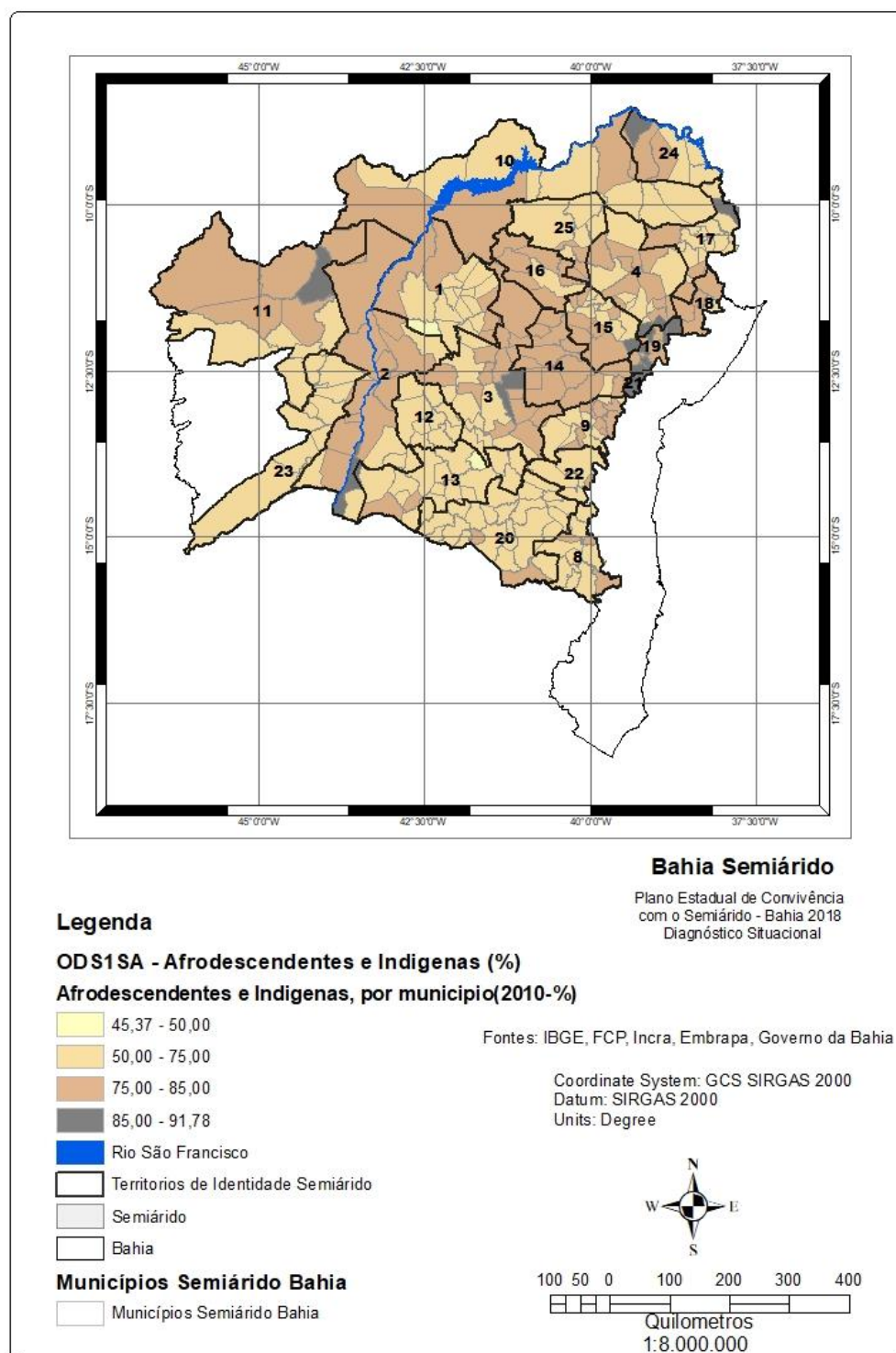
Coordinate System: GCS SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS 2000
Units: Degree



MAPA 20 – Semiárido baiano – População rural 2010 (%)



MAPA 21 - Semiárido Baiano, Mulheres na População, por município (2010) (%)

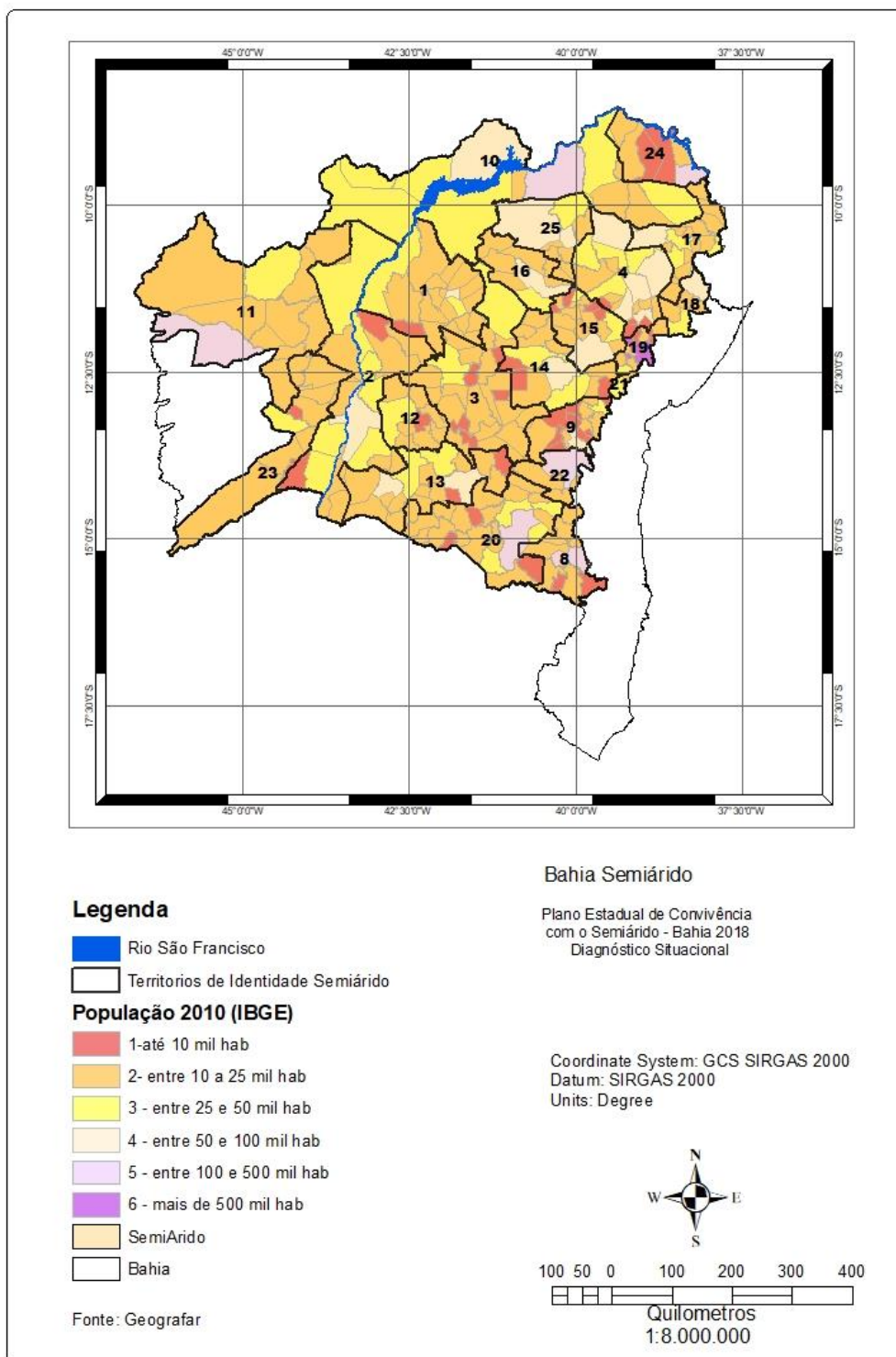


MAPA 22- Semiárido Baiano, Participação de Afrodescendentes e Indígenas na População, por município (2010) (%)

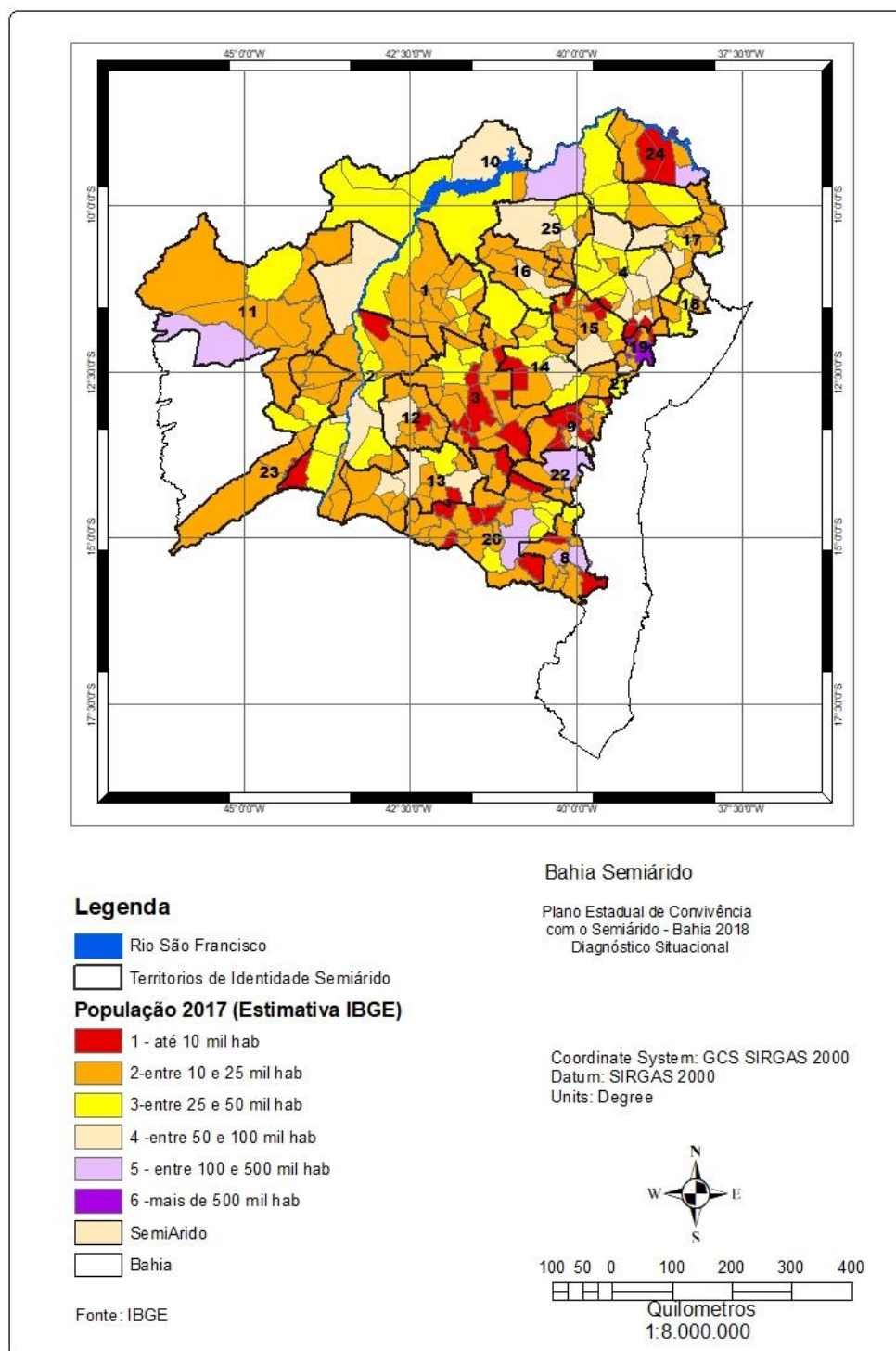
Os municípios do Semiárido são, em sua maioria, rurais e pequenos. Seu porte varia majoritariamente entre muito pequeno a pequeno (até 50 mil habitantes), correspondendo em 2010 (MAPA 23) a 91% dos municípios e em 2017 (MAPA 24) a 89,3% dos municípios. O QUADRO 8 apresenta sua distribuição por faixa de habitantes. Pode-se observar que houve redução do número de municípios na faixa entre 10 e 25 mil habitantes e sua concentração na região central do Semiárido baiano, com destaque para a região dos Territórios de Identidade da Chapada Diamantina e do Piemonte do Paraguaçu.

QUADRO 8 – Municípios do Semiárido baiano por faixa de população, 2010 e 2017

Municípios do Semiárido Baiano por Faixa de População	2010		2017	
	Nº	%	Nº	%
Até 10 mil hab.	40	14,39	42	15,11
Entre 10 e 25 mil hab	171	61,51	157	56,47
Entre 25 e 50 mil hab	42	15,11	49	17,63
Entre 50 e 100 mil hab	18	6,47	23	8,27
Entre 100 e 500 mil hab	6	2,16	6	2,16
Mais de 500 mil hab	1	0,36	1	0,36
Fonte: IBGE, elaboração Própria				

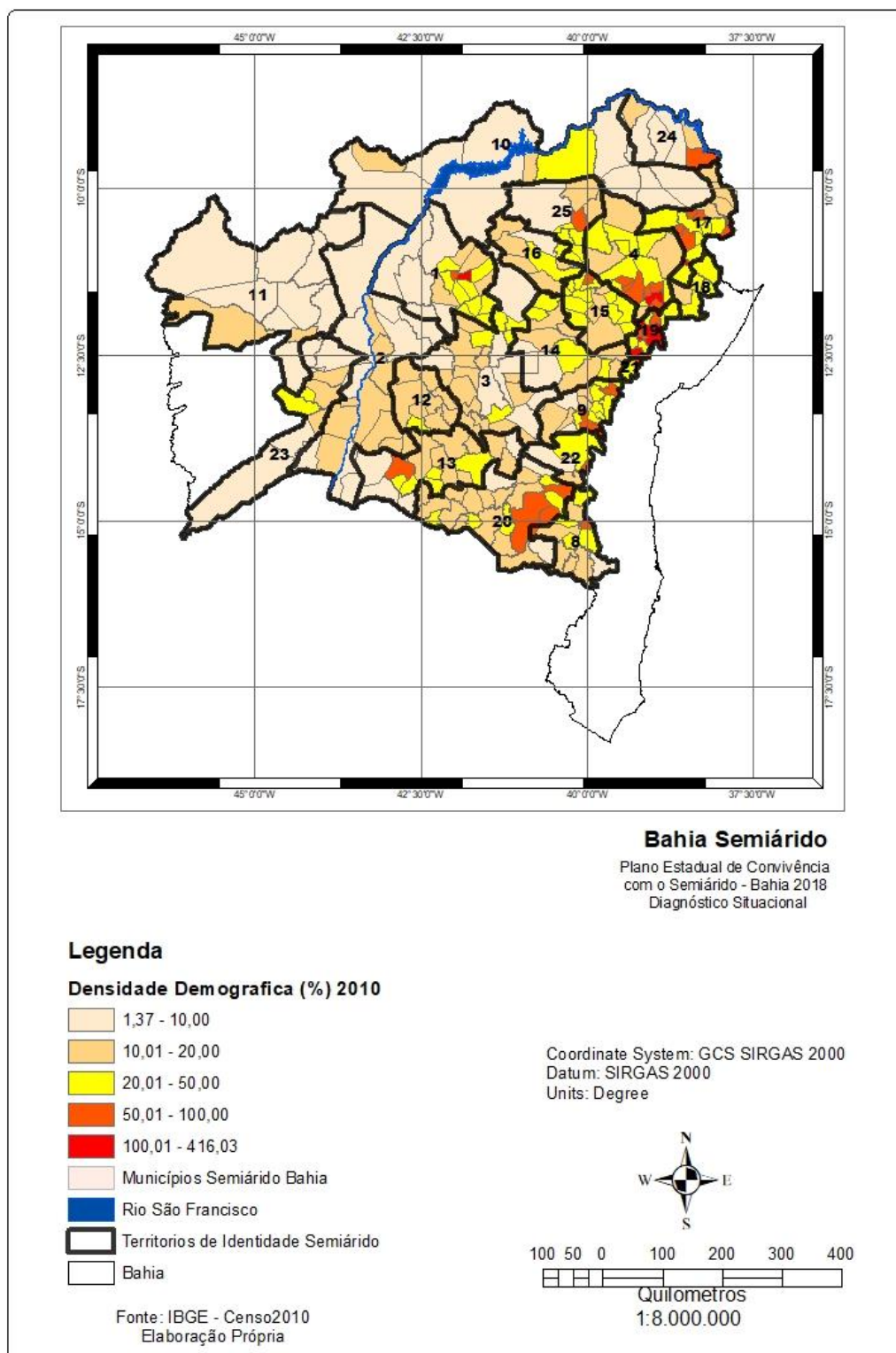


MAPA 23 – Semiárido Baiano – População dos Municípios por faixas - 2010



MAPA 24 - Semiárido Baiano - População dos Municípios por faixas -2017

A densidade demográfica no Semiárido baiano é baixa. Apenas quatro dos 278 municípios tinham densidade demográfica maior que 100 habitantes por Km² em 2010; sendo que 57,5% dos municípios têm densidade demográfica inferior a 20 habitantes por km² (MAPA 25).

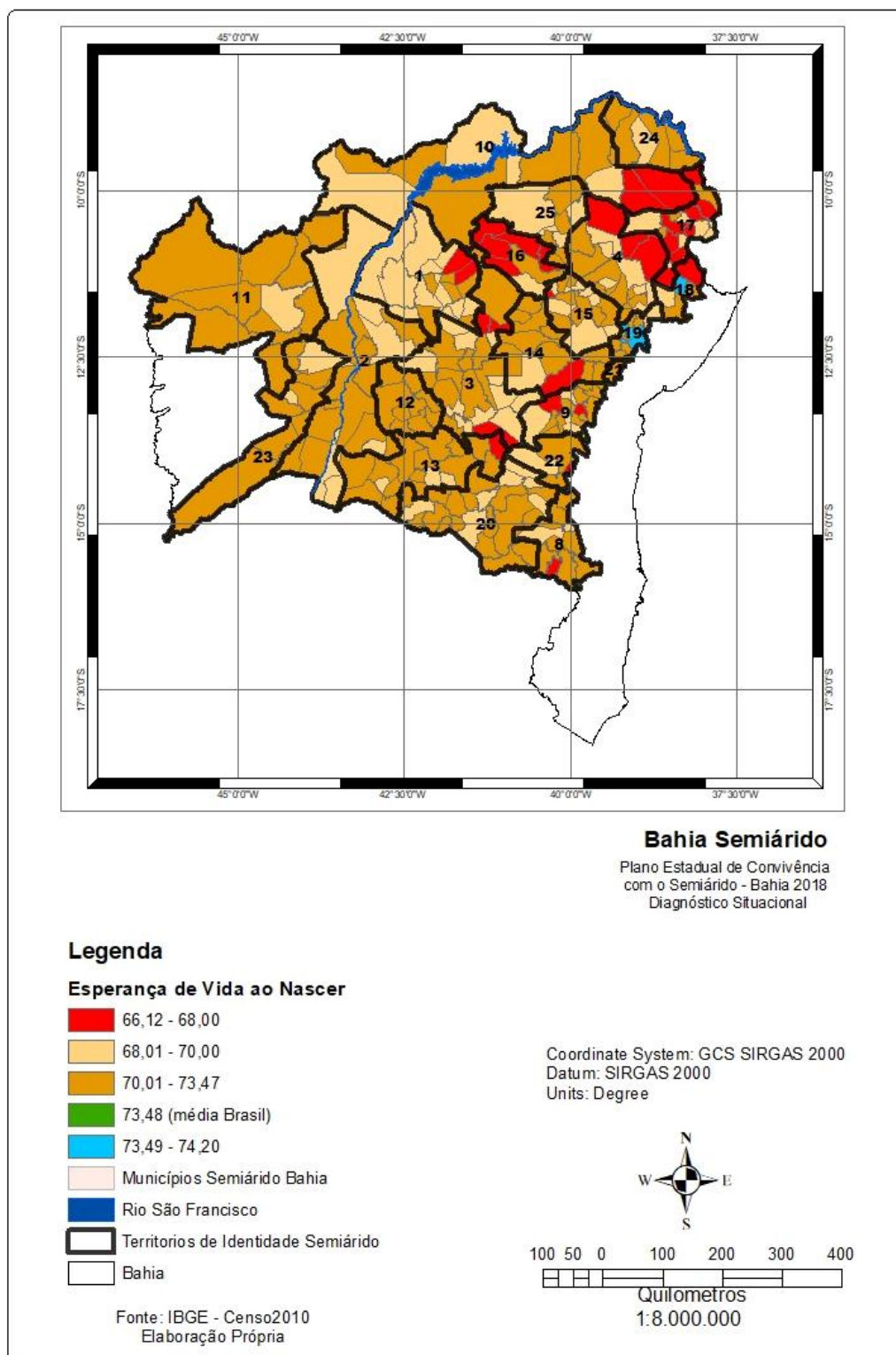


MAPA 25 – Semiárido Baiano - Densidade Demográfica 2010 (%)

6.1.2 Condições de Vida¹²

As condições de vida vivenciadas pela população no momento do seu nascimento colocavam a população do Semiárido baiano com menor esperança de vida ao nascer que a média nacional. Em média, a população do Semiárido tinha esperança de vida na faixa dos 70 anos. Dos seus 278 municípios, em 155 a expectativa de vida era menor que a média baiana (70,20), ou seja, mais de 50% estavam abaixo da média estadual. Por outro lado, apenas dois dos 278 municípios do Semiárido baiano tinham esperança de vida maior que a média nacional (73,48). O MAPA 26 explicita a situação e destaca os Territórios de Identidade nº 10 Sertão do São Francisco, TI nº 4 Sisal, TI nº 16 Piemonte da Diamantina entre aqueles com municípios onde a expectativa média de vida estava cerca de cinco anos menor que a média nacional.

¹² A análise utilizou os indicadores de esperança de vida ao nascer, Gini, cobertura do Programa Bolsa Família 2010 e 2017, média de pessoas por família



MAPA 26 – Semiárido Baiano – Esperança de vida ao Nascer 2010 (anos)

Contudo, nos últimos anos, o aumento da expectativa de vida da população e o número de idosos no Brasil é uma realidade. No contexto da saúde da pessoa idosa, a capacidade funcional configura-se como a meta a ser alcançada, pois é preciso garantir qualidade de vida aos anos conquistados, ou seja, possibilitar manutenção do nível de autonomia e independência do idoso, para as atividades de vida diária. Quando as políticas públicas existentes não atuam satisfatoriamente a consequência é o aumento do número de idosos com incapacidade funcional, reduzindo a qualidade de vida e aumentando o risco de dependência, institucionalização, cuidados e morte prematura.

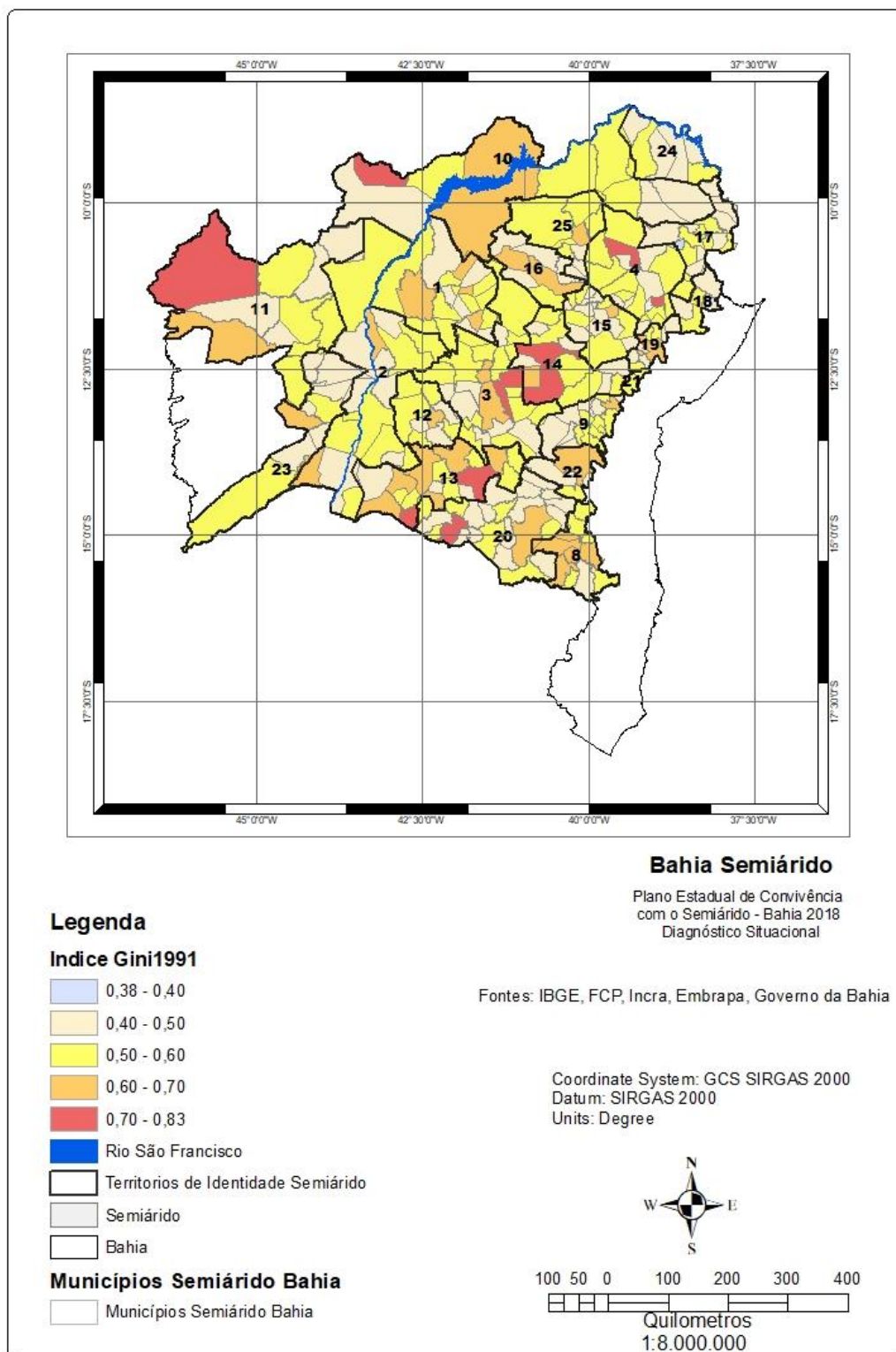
Promoção do envelhecimento ativo é um paradigma de intervenção para as políticas públicas, onde pretende-se a otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança de modo a permitir a qualidade de vida das pessoas no decurso do envelhecimento. Segundo os gestores estaduais (anexo 1), as ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável representam parcela incipiente das ações voltadas a este público, no âmbito das políticas públicas desenvolvidas no Semiárido Baiano. Isto se explicita pela oferta insuficiente de serviços, por conta da não acessibilidade e não efetividade da atenção básica, que leva aos agravamentos de complicações crônicas que poderiam ter sido evitadas. A centralização do Centro de Referência Estadual de Atenção à Saúde do Idoso na capital do Estado também prejudica o atendimento desta população.

A escassez de informações sobre a população idosa favorece a adoção de planejamento em saúde pouco efetivo para a promoção do envelhecimento ativo. O que leva a uma prática no cuidado fragmentada, com ações que não garantem a integralidade do cuidado, porque não consideram a heterogeneidade do envelhecimento nas intervenções; além de uma rede de cuidados frágil e pouco funcional. O planejamento nos pontos da rede ainda acontece de modo fragmentado; o que gera pouca eficiência de ações propostas. Apesar de muitos avanços, as pessoas idosas e suas especificidades ainda permanecem invisíveis, o que provoca perda de oportunidades de intervenção social e sanitária e sobrecarga de serviços especializados, em especial urgência e emergência, com agravos muitas vezes evitáveis que os levam a internação.

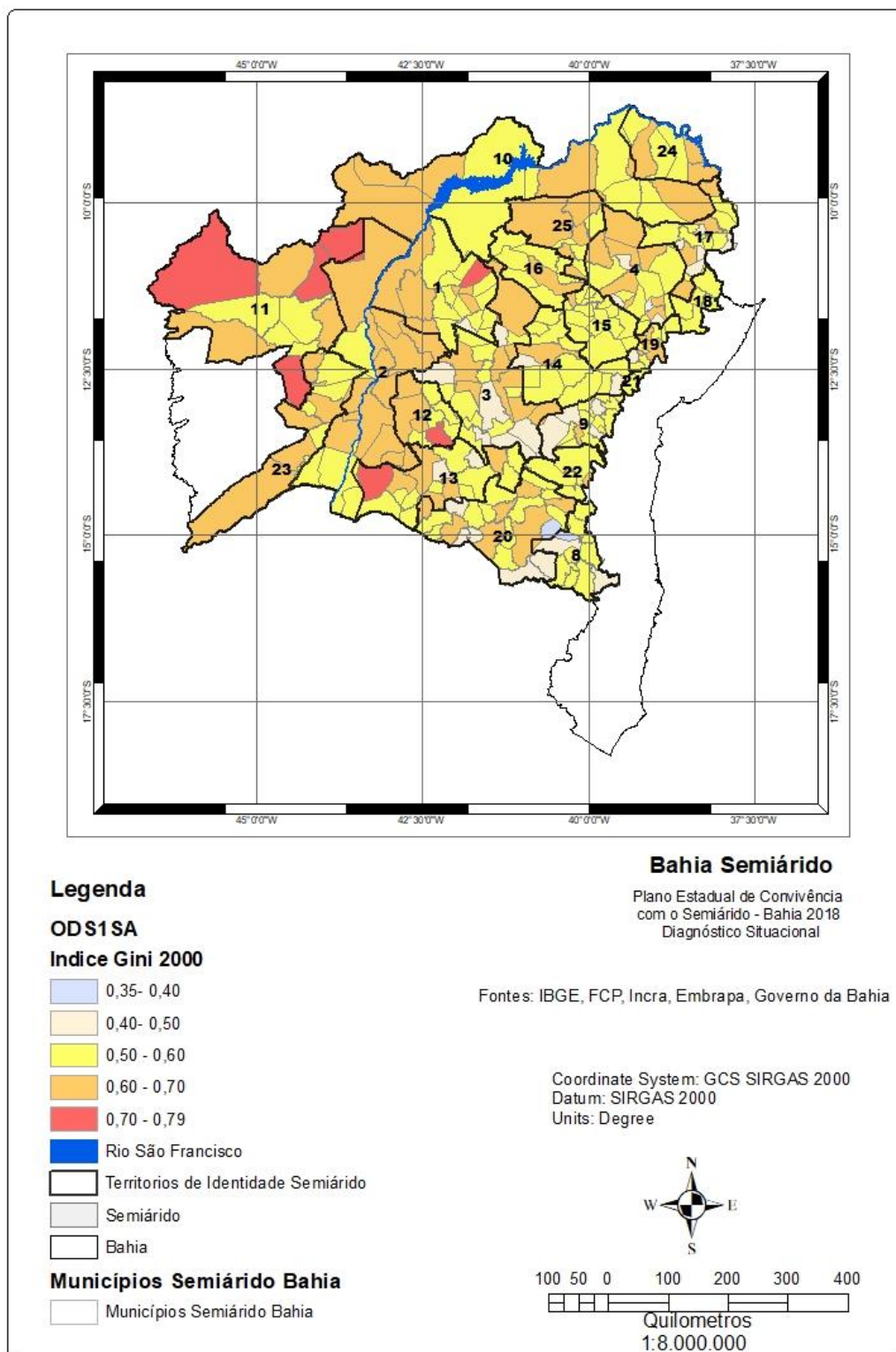
Essa situação dialoga com a Diretriz 20 do PECSA “estabelecimento de uma rede de atenção integral à saúde, promovendo suficiência regional, considerando as peculiaridades do semiárido, tendo a atenção básica como ordenadora da rede e coordenadora do cuidado”; e com o 2º Eixo do PDI - Dimensão Espacial do Desenvolvimento, na sua Ideia Força - Equidade em Saúde.

No Semiárido baiano a desigualdade na distribuição de renda, apesar de sua redução nas últimas décadas, ainda continua bastante expressiva. Os MAPA 27, MAPA 28, MAPA 29 apresentam a distribuição do Índice de Gini nos municípios do Semiárido Baiano no período de 1991, 2000 e 2010.

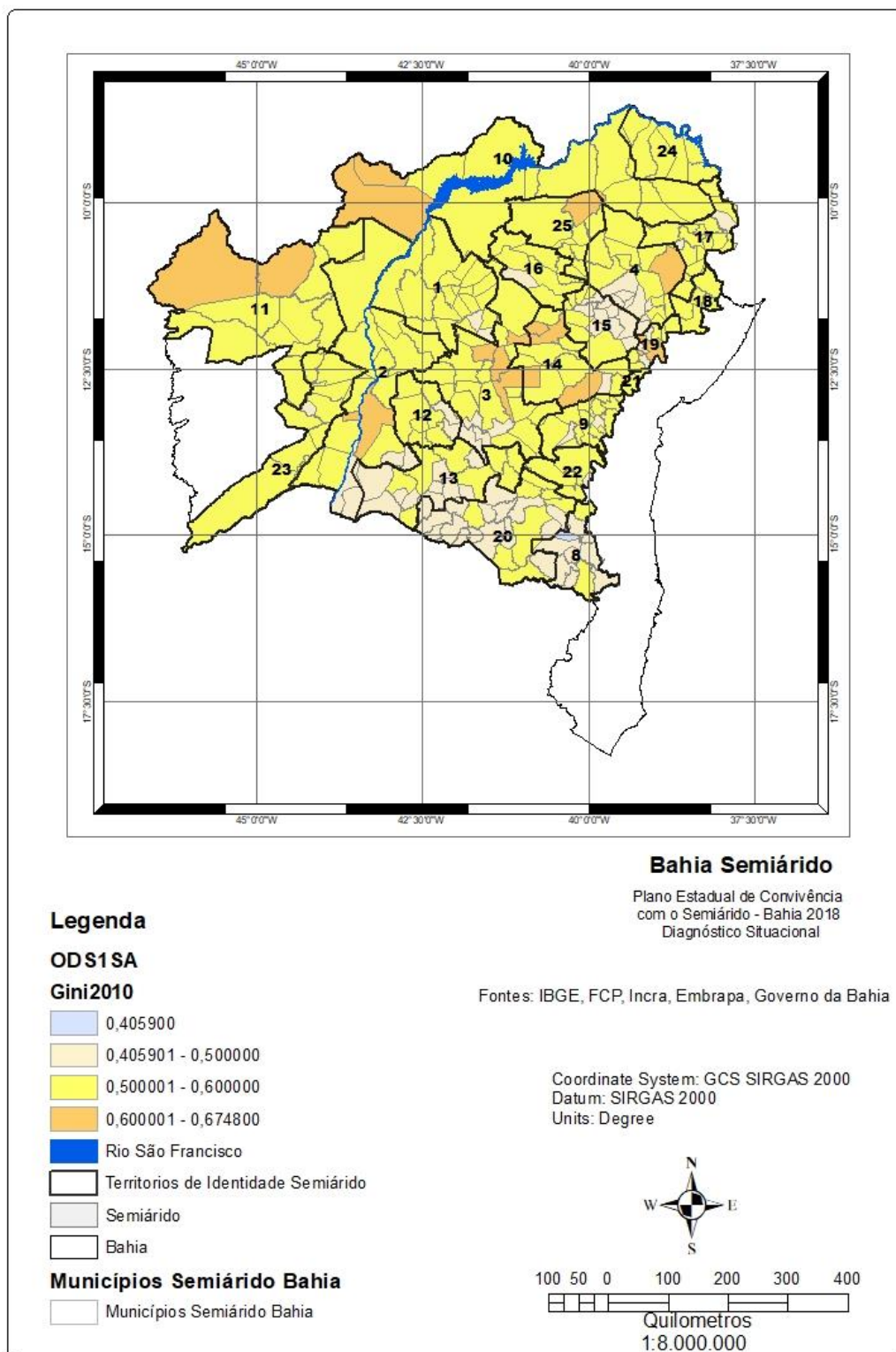
Eles explicitam a situação de desigualdade naqueles municípios onde há latifúndios (como Formosa do Rio Preto no Oeste – TI nº 11 Bacia do Rio Grande), nos territórios onde há populações tradicionais instaladas (Bom Jesus da Lapa – TI nº 2 Velho Chico – Remanescentes quilombolas; e Pilão Arcado – TI nº10 Sertão do São Francisco Fundo e Fecho de Pasto) e/ou assentados de reforma agrária (como Ibiquera – TI nº 14 Piemonte do Paraguaçu).



MAPA 27 – Semiárido Baiano, Índice de Gini (1991), por município

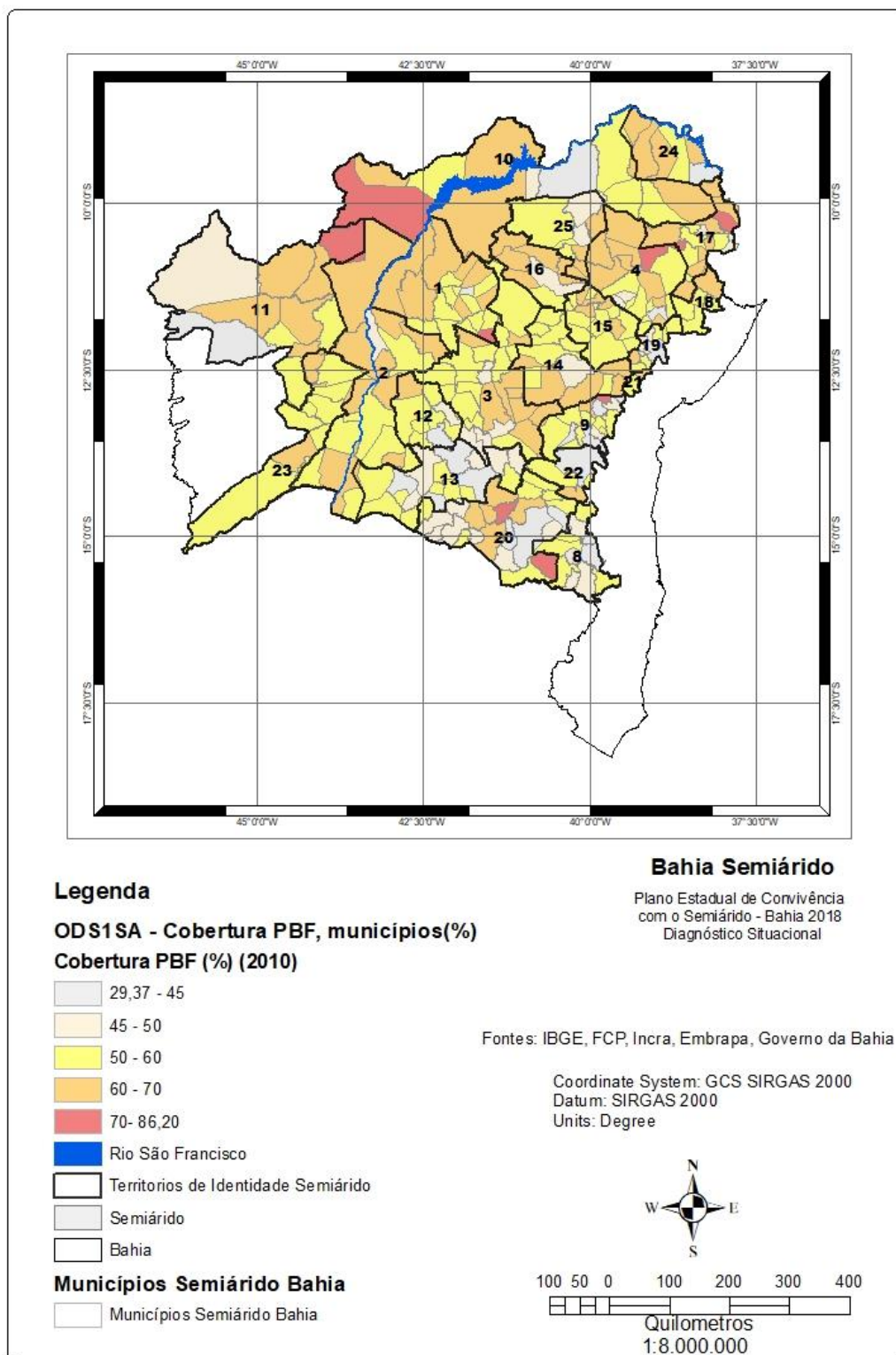


MAPA 28 - Semiárido Baiano, Índice de Gini (2000), por município

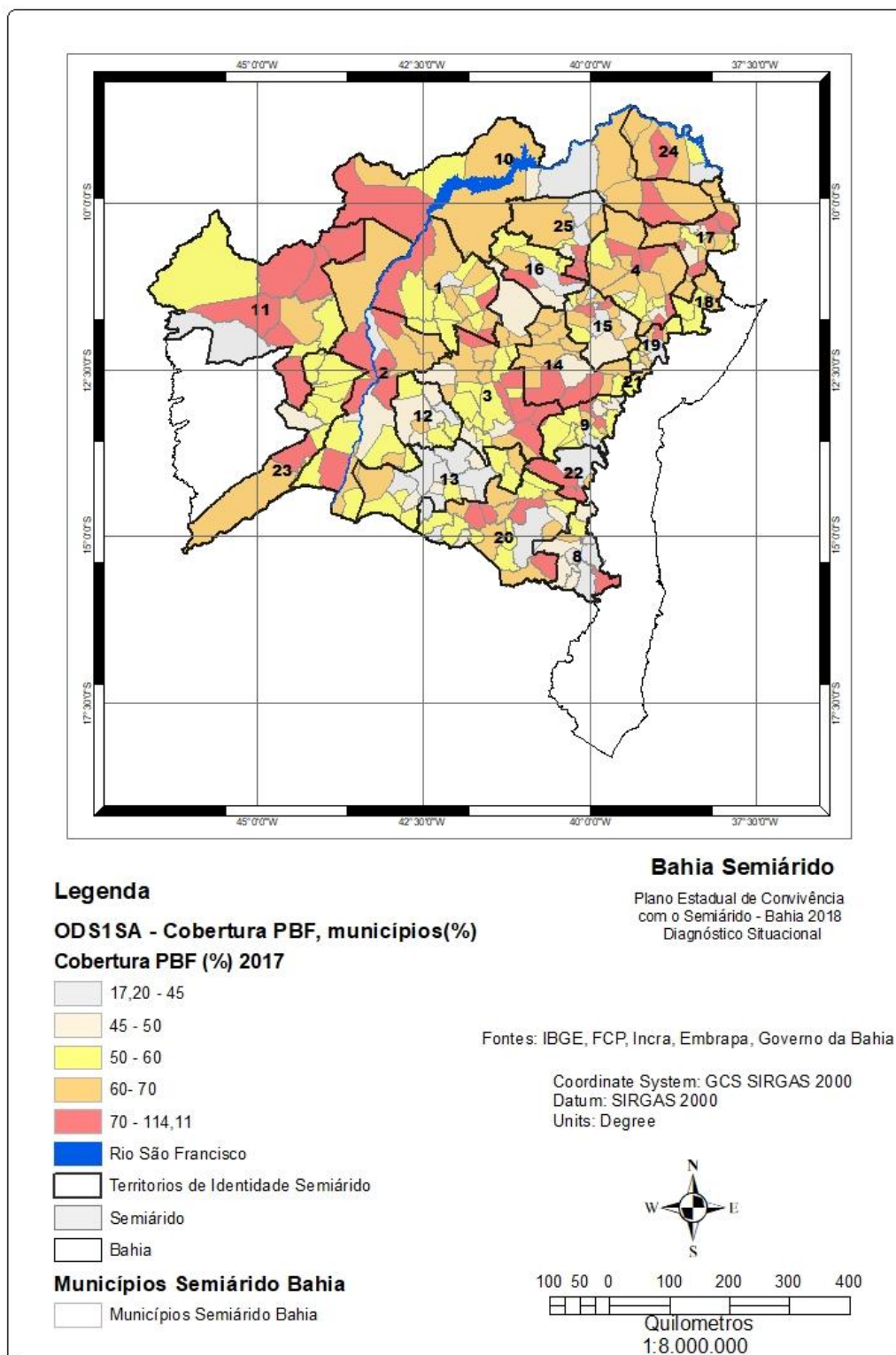


MAPA 29 - Semiárido Baiano, Índice de Gini (2010), por município

Essa desigualdade de distribuição de renda demonstrada pelo Índice de Gini se explicita pela importância e representatividade que o Programa Bolsa Família tem região como pode se observar nos MAPA 30 e MAPA 31 a seguir. Eles explicitam que entre 2010 e 2017 em 41 municípios do Semiárido baiano houve ampliação da cobertura do PBF atendendo mais de 70% das famílias desses municípios, especialmente nas regiões Oeste e Central do Semiárido baiano. Importa destacar ainda que a cobertura das famílias atendidas em mais de 75% dos municípios do Semiárido baiano é de mais de 50% de suas famílias atendidas. O TI nº 13 Sertão Produtivo é aquele que tem proporcionalmente menos famílias atendidas pelo PBF.

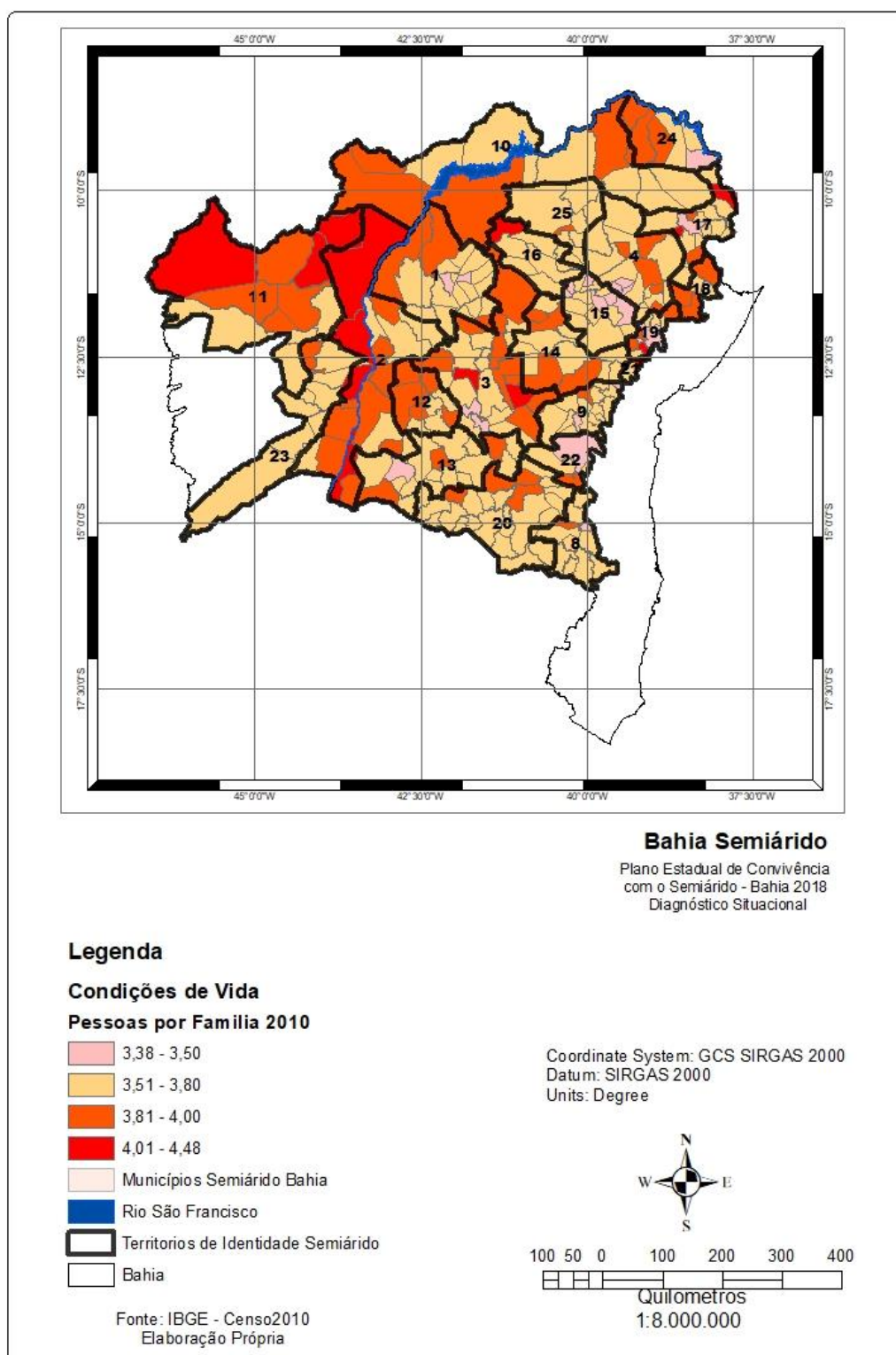


MAPA 30 - Semiárido Baiano, Cobertura Programa Bolsa Família, por município (2010) (%)



MAPA 31 - Semiárido Baiano, Cobertura Programa Bolsa Família, por município (2017) (%)

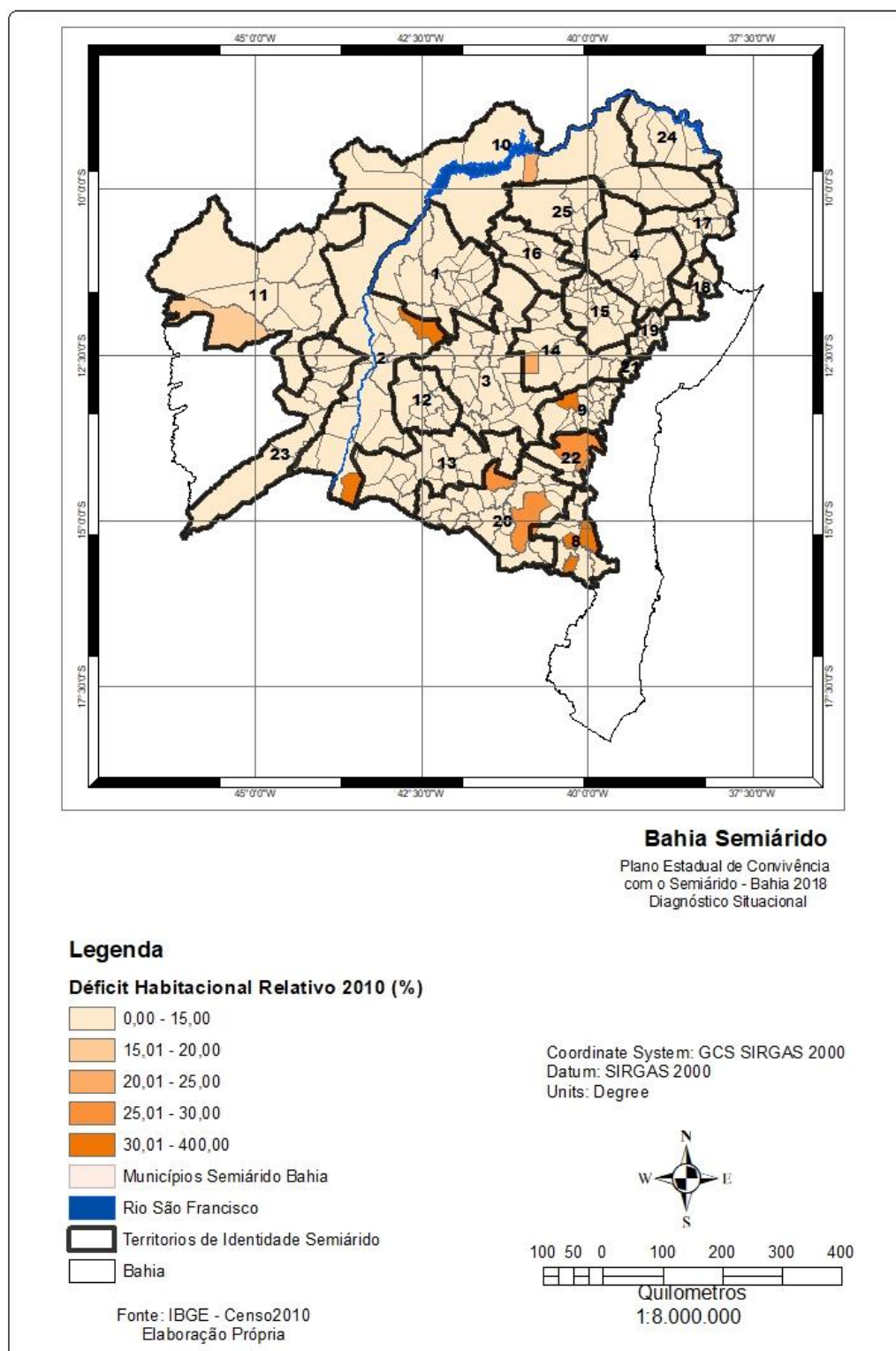
O tamanho das famílias no Semiárido Baiano se relaciona com a cobertura do PBF. O MAPA 32 explicita que nas regiões onde houve ampliação da cobertura do PBF, as famílias têm maior número de pessoas.



MAPA 32 – Semiárido Baiano – Número médio de pessoas por famílias, 2010

6.1.3 Condições de Habitação

As condições da habitação no Semiárido baiano chamam atenção. Todos os municípios do Semiárido têm déficit habitacional relativo maior que as médias Brasil (em 2010 = 12,1%), Nordeste (em 2010 = 14,1%) e Bahia (em 2010 = 12,7%). Ribeira do Amparo (TI nº 17 Semiárido Nordeste II) foi o único município com déficit habitacional relativo menor que a média Nordeste em 2010, com 13,89%. O MAPA 33 apresenta a situação, destacando que em quatro municípios (Juazeiro – TI nº 10 Sertão do São Francisco; Irecê – TI 1 Irecê, Barreiras – TI nº 23 Bacia do Rio Grande- e Barrocas – TI nº 4 Sisal) o déficit habitacional relativo era de mais de 30%, mas que o dobro da média Nordeste. Essa situação dialoga com a Diretriz 13 do PECSA “promoção de programas e ações voltadas para o incremento e fortalecimento da infraestrutura e habitação nas áreas urbanas e rurais dos municípios do semiárido, de forma adequada às especificidades social, cultural e ambiental”. E o Eixo 2 do PDI Dimensão Espacial do Desenvolvimento; Ideia Força - Melhorar a vida das Famílias.



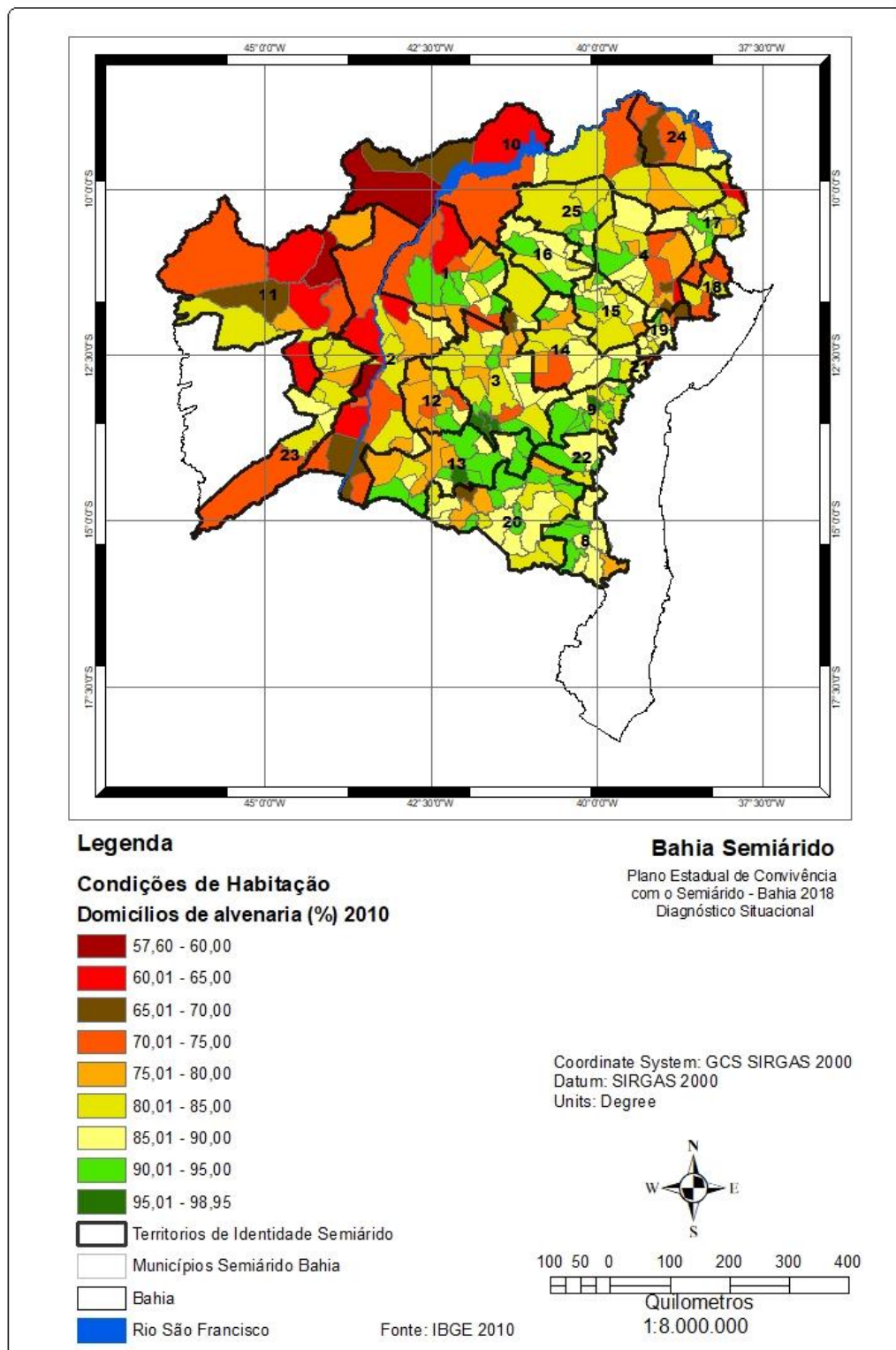
MAPA 33 – Semiárido baiano – Déficit habitacional Relativo 2010 (%)

Os domicílios no Semiárido baiano localizados no Oeste e Noroeste Baianos apresentavam a menor cobertura de habitações com alvenaria. Cotegipe (TI nº 11 Bacia do Rio Grande) era o município com menor percentual de habitações de alvenaria (61,95%) em 2010. Na outra ponta, Irajuba (TI nº9 Vale do Jiquiriça) era o município com maior cobertura de habitações de alvenaria (98,95%) em 2010. O **QUADRO 9** apresenta ranking com os cinco municípios em melhores e piores situação.

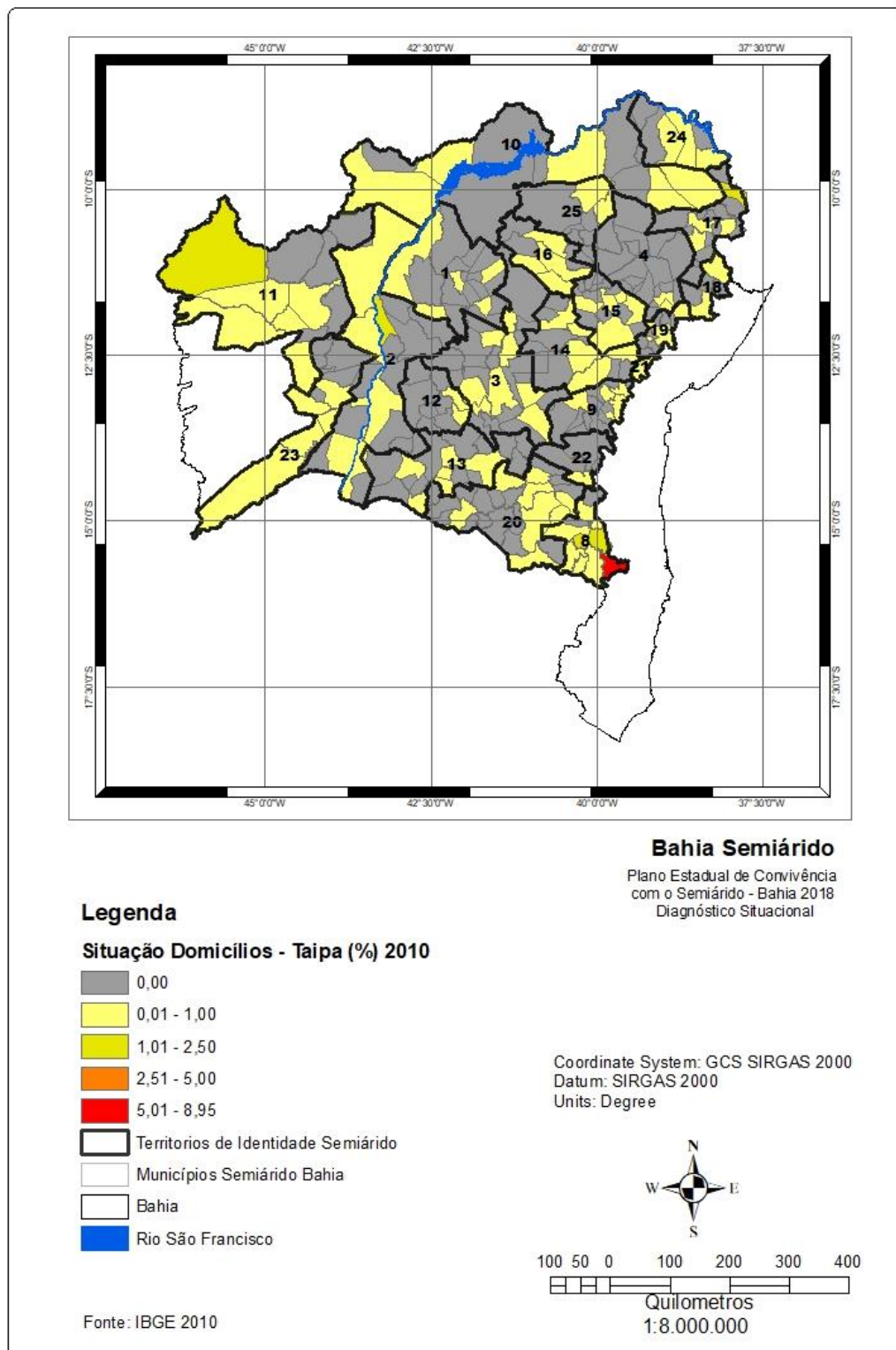
QUADRO 9 – Semiárido Baiano – Condições da Habitação 2010 (%) ranking com 5 melhores e 5 piores

Municípios com maior cobertura de habitações de alvenaria				Municípios com menor cobertura de habitações de alvenaria			
Ranking	Município	TI	%	ranking	Município	TI	%
1º	Irajuba	09	98,95	278	Cotegipe	11	61,95
2º	Jussiape	03	95,97	277	Itaguaçu da Bahia	01	60,08
3º	Rio de Contas	03	95,64	276	Sítio do Mato	02	59,06
4º	Rio do Antônio	13	95,05	275	Pilão Arcado	10	58,15
5º	Contendas do Sincorá	13	94,71	274	Mansidão	11	57,60
Municípios com mais habitações sem paredes 2010				Municípios com mais habitações de taipa 2010			
Ranking	Município	TI	%	ranking	Município	TI	%
1º	Pedro Alexandre	17	9,19	1º	Potiraguá	08	8,95
2º	Boa Vista do Tupim	14	6,97	2º	Pedro Alexandre	17	1,96
3º	Cotegipe	11	6,12	3º	Formosa do Rio Preto	11	1,66
4º	Itaguaçu da Bahia	01	6,03	4º	Ibotirama	02	1,58
5º	Barra	02	5,49	5º	Itapetinga	08	1,10

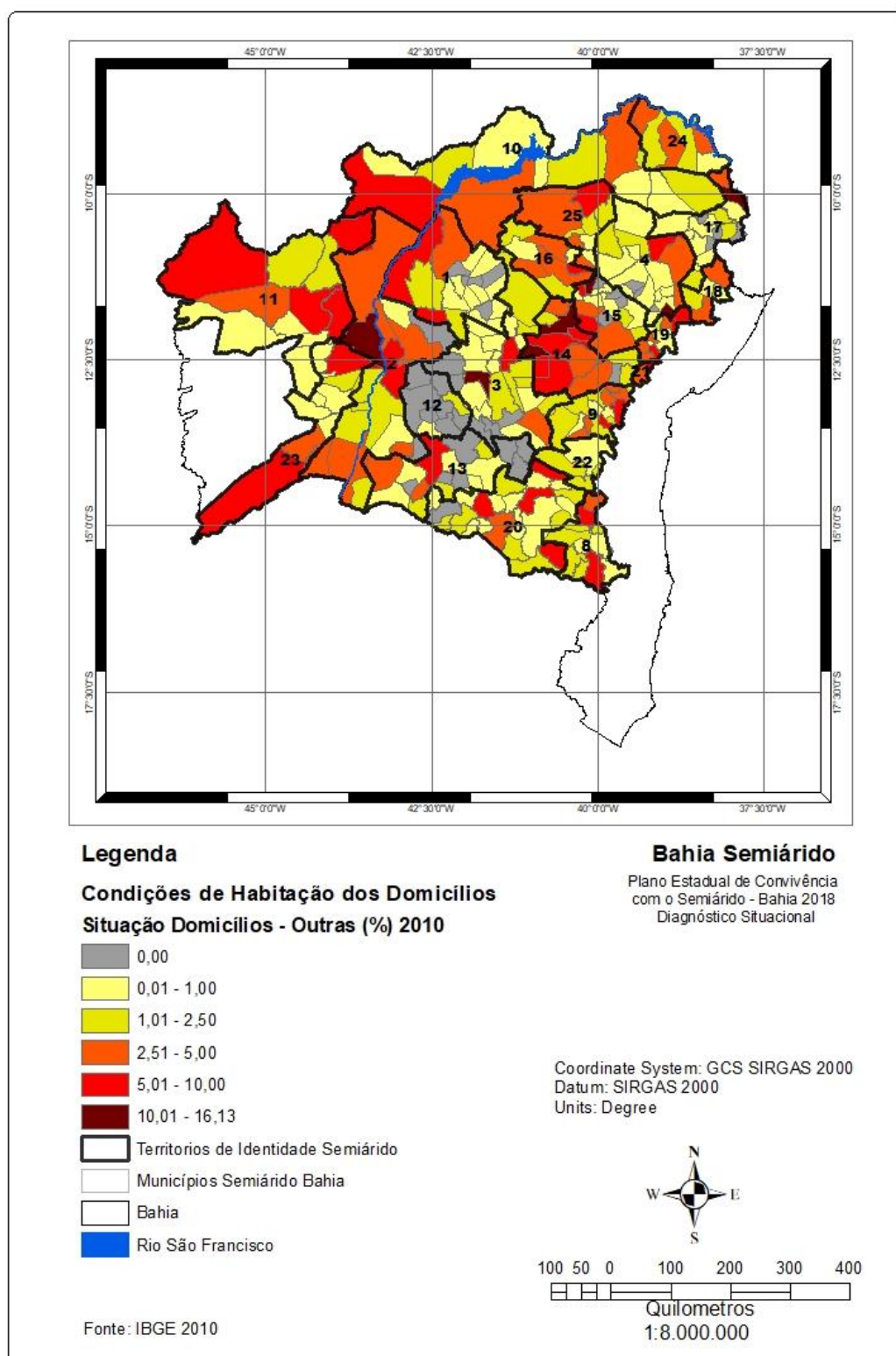
Os apresentam a situação dos domicílios por tipo de construção em 2010. Pode-se observar que em todos os Territórios de Identidade do Semiárido Baiano haviam municípios com habitações em Taipa, com destaque para Paulo Afonso (12,9% das habitações nesta situação), São José do Jacuipe (23,53 % das habitações). Dos 278 municípios do Semiárido baiano, em 183 municípios do Semiárido Baiano não foram identificadas habitações de Taipa no Censo 2010; bem como em 70 não foram identificadas habitações sem paredes e em 40 não foram identificadas habitações de outros materiais.



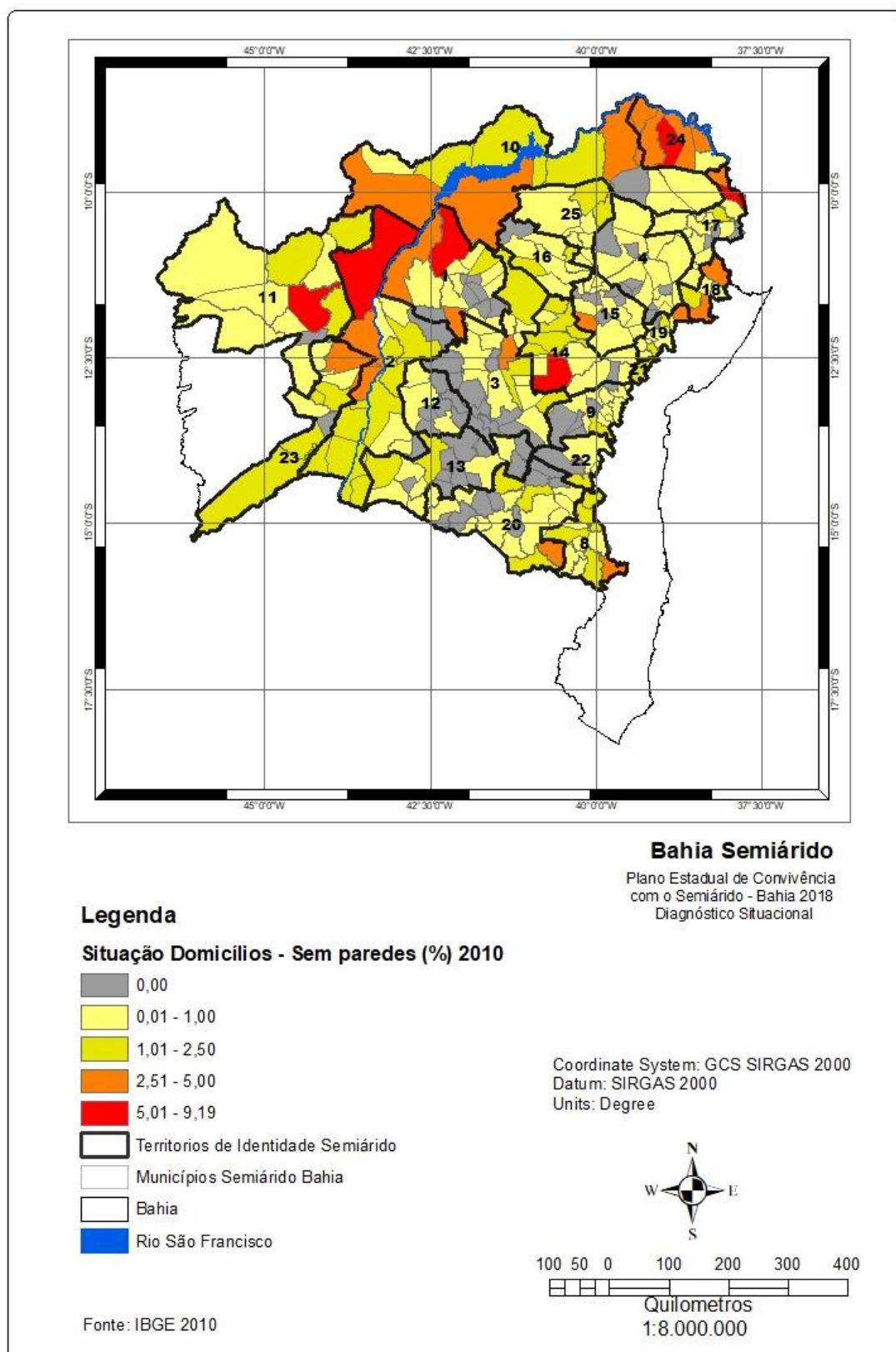
MAPA 34 – Semiárido Baiano – Domicílios de alvenaria X município (%) 2010



MAPA 35 - Semiárido Baiano – Domicílios de Taipa X município (%) 2010



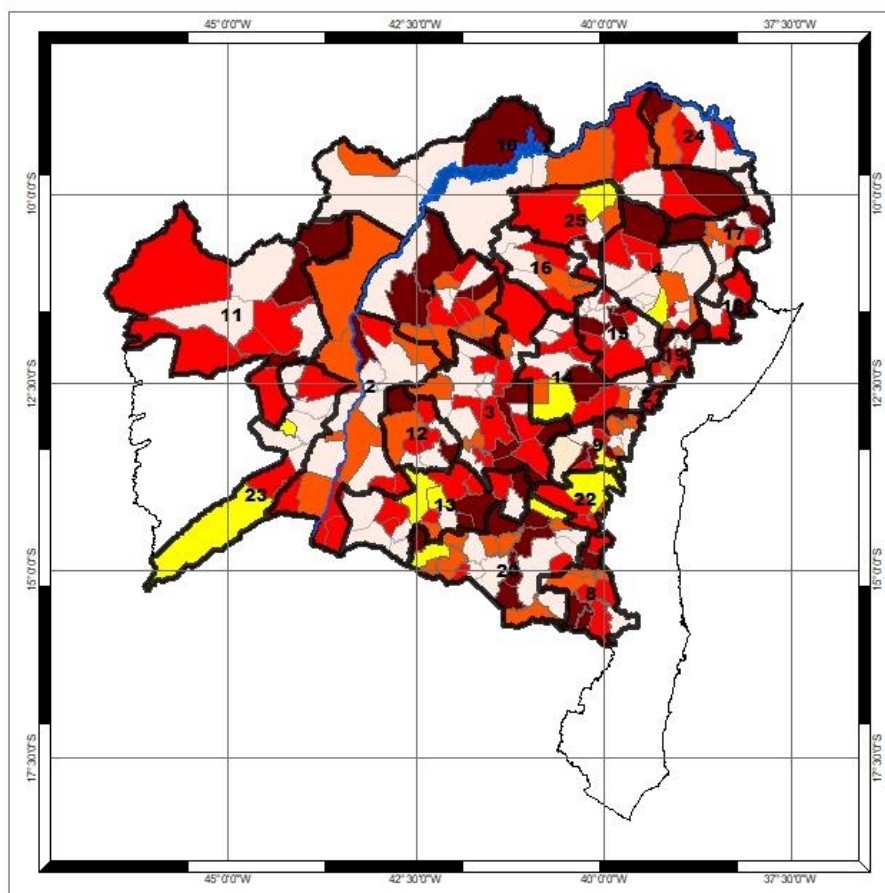
MAPA 36 Semiárido Baiano – Domicílios com outros materiais X município (%)
 2010



MAPA 37 - Semiárido Baiano – Domicílios sem paredes X município (%) 2010

6.1.4 Acesso à Terra

Historicamente a estrutura fundiária do Semiárido baiano é concentrada. O Índice Gini de Concentração de Terras (Geografar, 2006), apresentado no MAPA **38** demonstra isso. Nele pode-se observar que os municípios de maior e menor concentração de terras encontram-se às margens do Rio São Francisco. Próximo da fronteira com Minas Gerais, o município de Serra do Ramalho no Território de Identidade nº 2 Velho Chico, com população estimada 2017 de 32.991 habitantes, se destaca como o de menor concentração de terras no Semiárido Baiano, sendo seu Índice Gini de Terras de 0,463. Já o município com maior concentração de terras é o de Itaguaçu da Bahia, no Território de Identidade nº 1 Irecê, com Índice Gini de Terras de 0,93, população estimada em 2017 de 14.718 habitantes.



Bahia Semiárido

Plano Estadual de Convivência
com o Semiárido - Bahia 2018
Diagnóstico Situacional

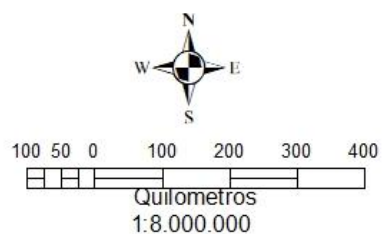
Legenda

Índice Gini de Concentração de Terras 2006 (%)

- 0,46 - 0,50
- 0,51 - 0,60
- 0,61 - 0,70
- 0,71 - 0,80
- 0,81 - 0,91
- Municípios Semiárido Bahia
- Rio São Francisco
- Territórios de Identidade Semiárido
- Bahia

Fonte: IBGE - Geografar

Coordinate System: GCS SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS 2000
Units: Degree



MAPA 38 – Semiárido baiano – Índice Gini de Concentração de Terras 2006 (%)

Segundo o Censo Agropecuários 2017, no Semiárido baiano as propriedades agropecuárias com mais de 500 ha representam 0,8% do total de propriedades, mas ocupam 32,5% do território. Já as propriedades com até 1 ha (minifúndios) representam 13,7% dos estabelecimentos, ocupando 0,2% do território. E quando consideramos as propriedades com até 200 ha (o que em média são quatro módulos fiscais), elas representam 96,8% de todas as propriedades e ocupam 45% das terras (IBGE, Censo Agropecuário 2017). O QUADRO 10 apresenta comparação entre os estabelecimentos agropecuários na Bahia e no Semiárido Baiano, número e área do estabelecimento – absoluto e percentual.

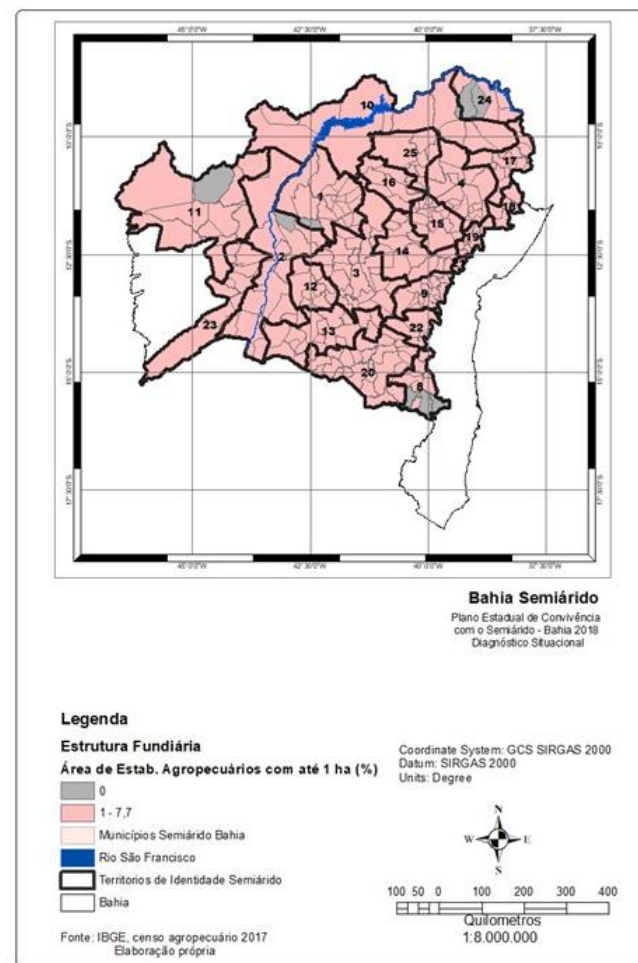
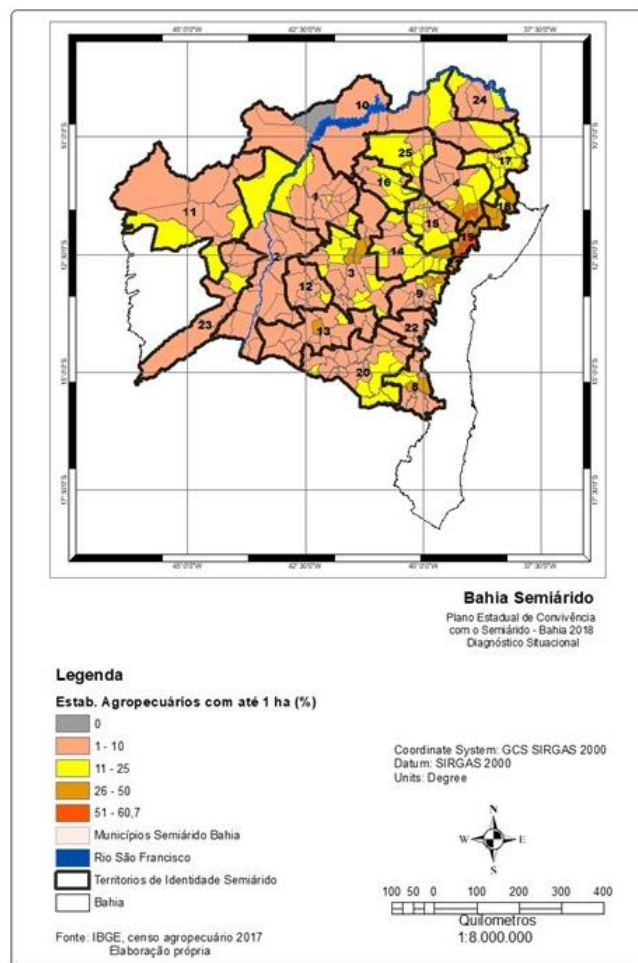
QUADRO 10 -: Estabelecimentos Agropecuários e Área Ocupada – Bahia e Semiárido Baiano

	Bahia				Semiárido Baiano			
	Nº Estab.	%	Área Est (ha)	%	Nº Estab.	%	Área Est (ha)	%
0,1 a 1ha	117698	15,43	61364	0,22	81986	13,79	43035	0,21
1 a 50ha	562533	73,76	6023864	21,64	446685	75,12	4990717	24,69
50 a 200ha	57.810,00	7,58	5.070.781	18,22	47.107	7,92	4.075.392	20,16
200 a 500ha	11.358	1,49	3.344.104	12,02	8.553	1,44	2.530.090	12,52
500 a 1000ha	3.947	0,52	2.413.752	8,67	2.897	0,49	1.779.734	8,81
Mais de 1000 ha	3.158	0,41	7.730.786	27,78	2.143	0,36	4.803.760	23,77
Estab. com produção sem área	6.010	0,79			5.215	0,88		
TOTAL	762620	100,00	27831881	100,00	594656	100,00	20212425	100,00
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Elaboração própria								

O MAPA 39 A e B apresenta a distribuição espacial dos estabelecimentos agropecuários com até 1 ha e o percentual da sua área ocupada, em relação a área do município. No Semiárido baiano, 270 dos 278 municípios têm registros de minifúndios.

A maior concentração dos minifúndios encontra-se nos municípios de Cabeceiras do Paraguaçu, Santo Estevão, Antônio Cardoso, Feira de Santana e Anguera (TI nº 19 Portal do Sertão) e Serrinha (TI nº 4 Sisal) se destacam pela maior presença de minifúndios no Semiárido Baiano. Apesar de haver registros de concentração também nos TI nº 18 Litoral Norte e Agreste Baiano, TI nº 14 Piemonte do Paraguaçu e TI nº 3 Chapada Diamantina.

Por outro lado, nos municípios de Santa Rita de Cássia (TI nº 11 Bacia do Rio Grande), Morpará (TI nº 2 Velho Chico), Ipuíara (TI nº 1 Irecê); Macururê e Chorrocho (TI nº 24 Itaparica) e Macarani, Itarantim e Potiraguá (TI nº 58 Médio Sudoeste da Bahia) não há registros de estabelecimentos agropecuários com até 1 ha.

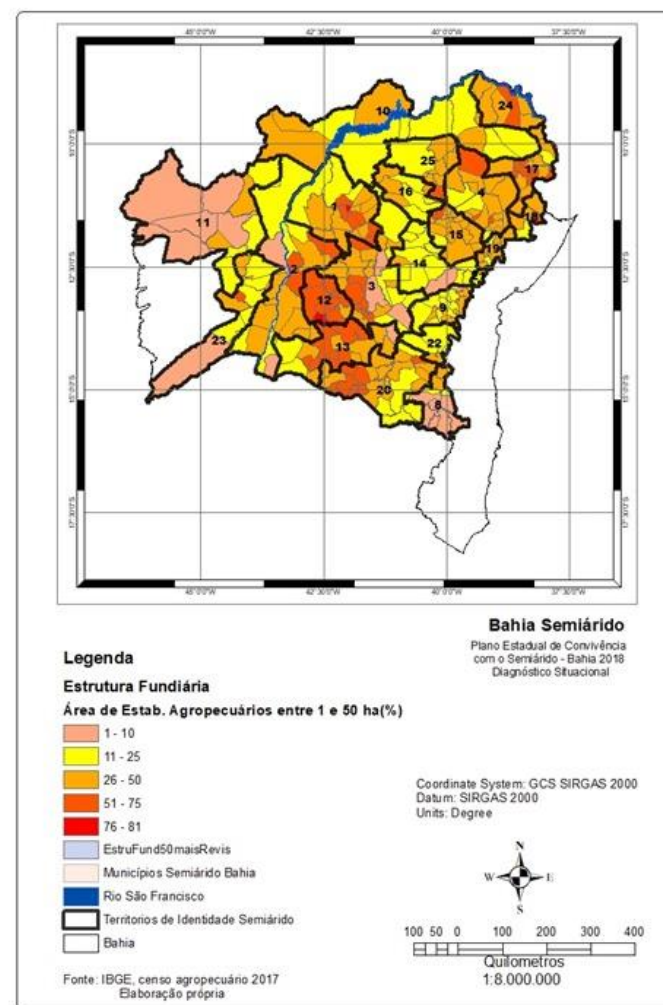
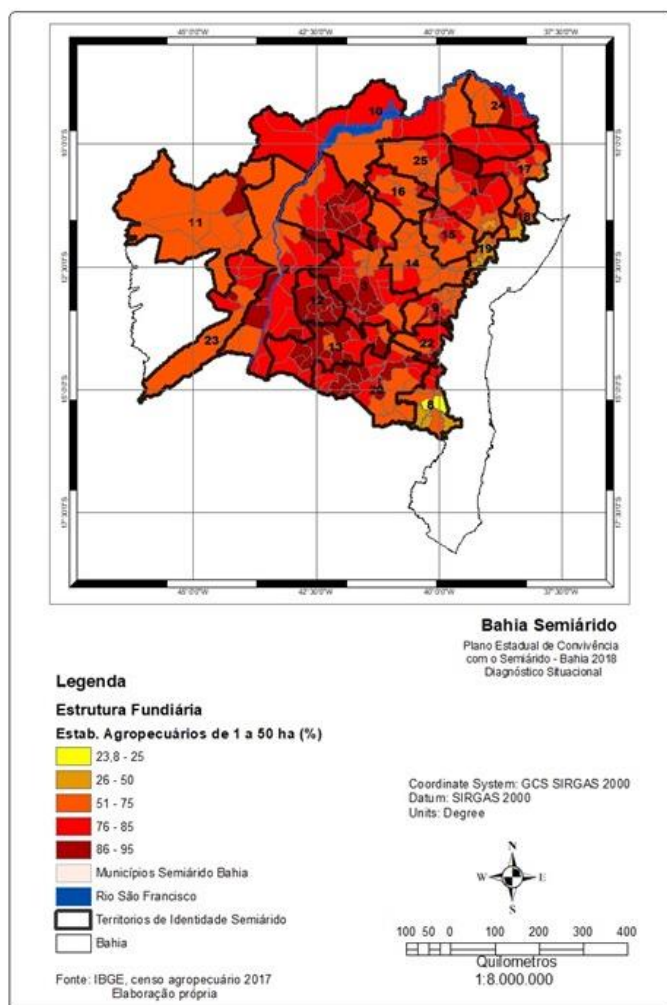


MAPA 39 A e B - Semiárido Baiano – Estabelecimentos Agropecuários com até 1 ha (%) e área (%)

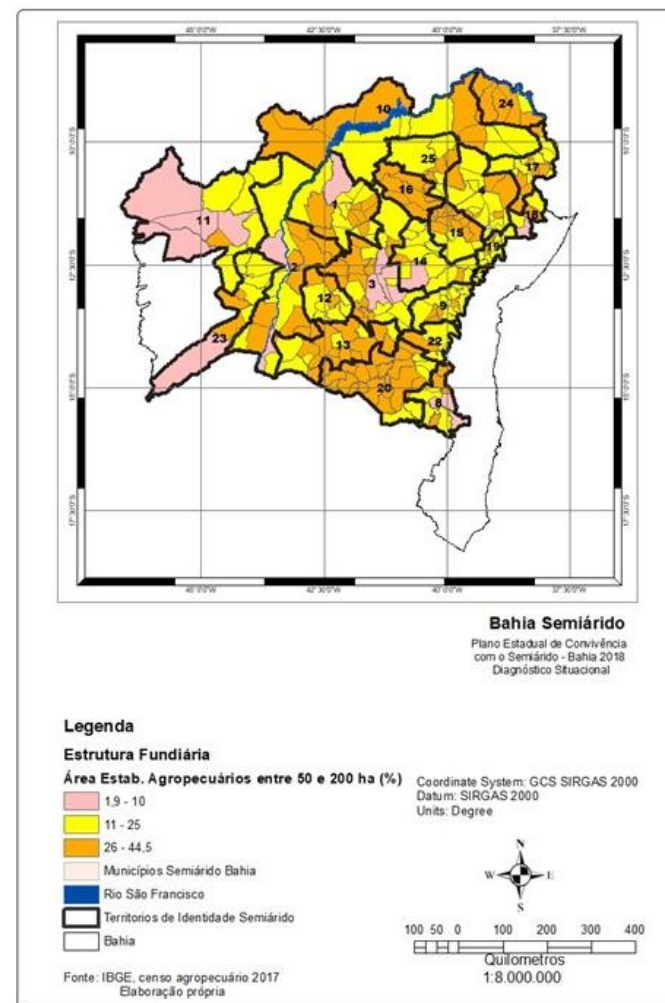
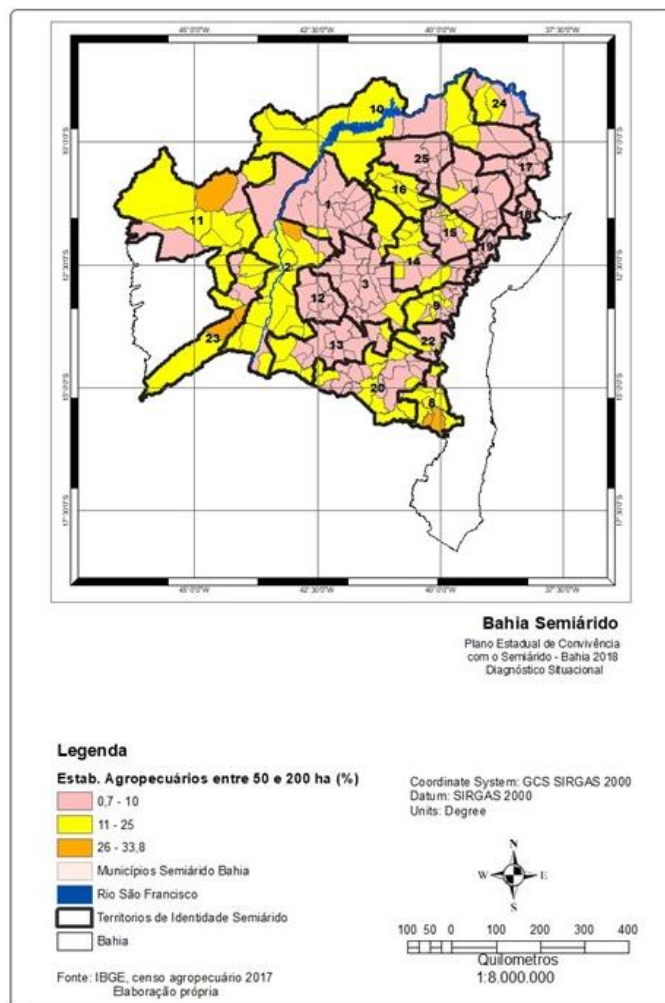
O MAPA 40 A e B traz a distribuição espacial da concentração dos estabelecimentos agropecuários a distribuição dos Estabelecimentos Rurais entre 1 e 50 ha e sua área ocupada. Já MAPA 41 A e B apresenta informação sobre a localização e área ocupada dos estabelecimentos rurais entre 50 e 200 ha. Esses dois conjuntos de mapas correspondem a 83,04% dos estabelecimentos agropecuários do Semiárido baiano, contudo ocupam 44,85% do seu território.

Os TI nº 2 Velho Chico, TI nº 20 Vitória da Conquista, TI nº 10 Sertão do São Francisco estão entre aqueles que maior percentual de estabelecimentos agropecuários com até 200ha. Por outro lado, os TI nº 11 Bacia do Rio Grande e TI nº 23 Bacia do Rio Corrente são aqueles com menor presença de estabelecimentos com até 200 ha.

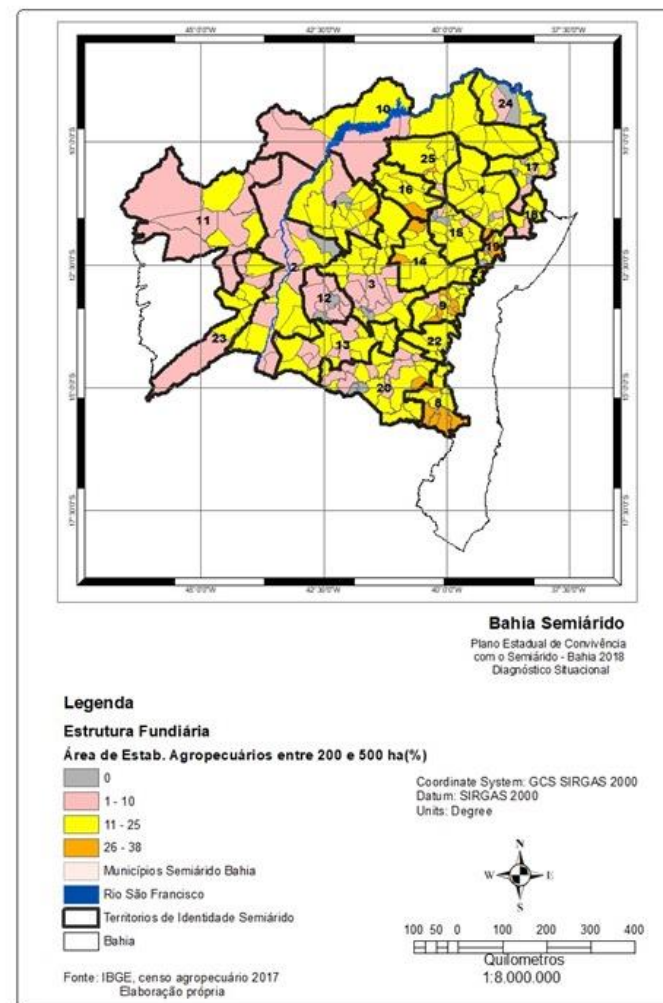
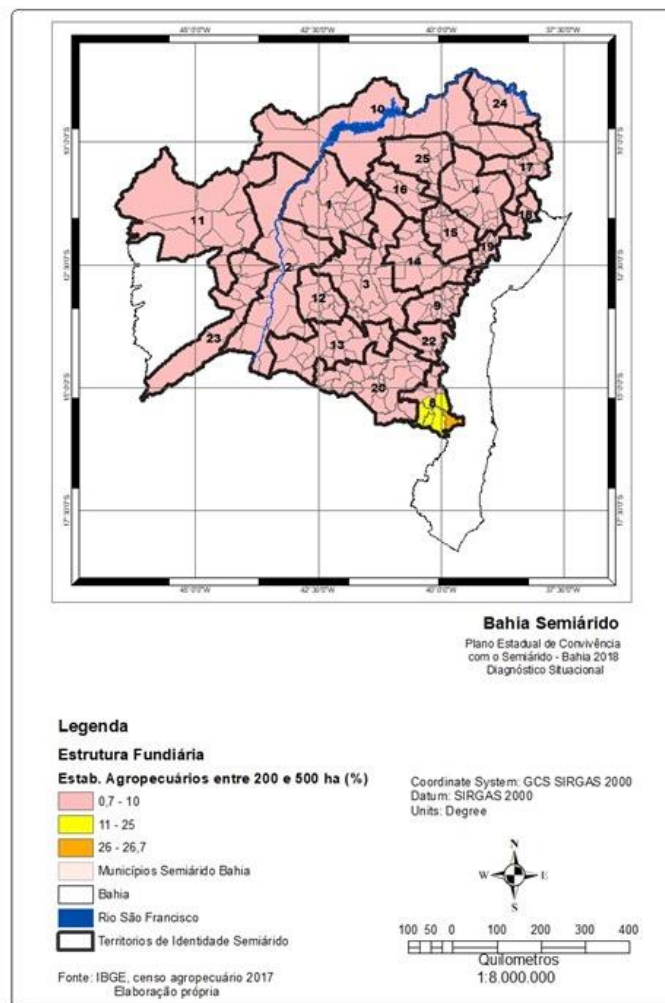
A distribuição espacial dos estabelecimentos agropecuários nas faixas entre 200 e 500 ha e 500 e 1000 ha estão apresentados nos MAPA 42 A e B e MAPA 43 A e B a seguir.



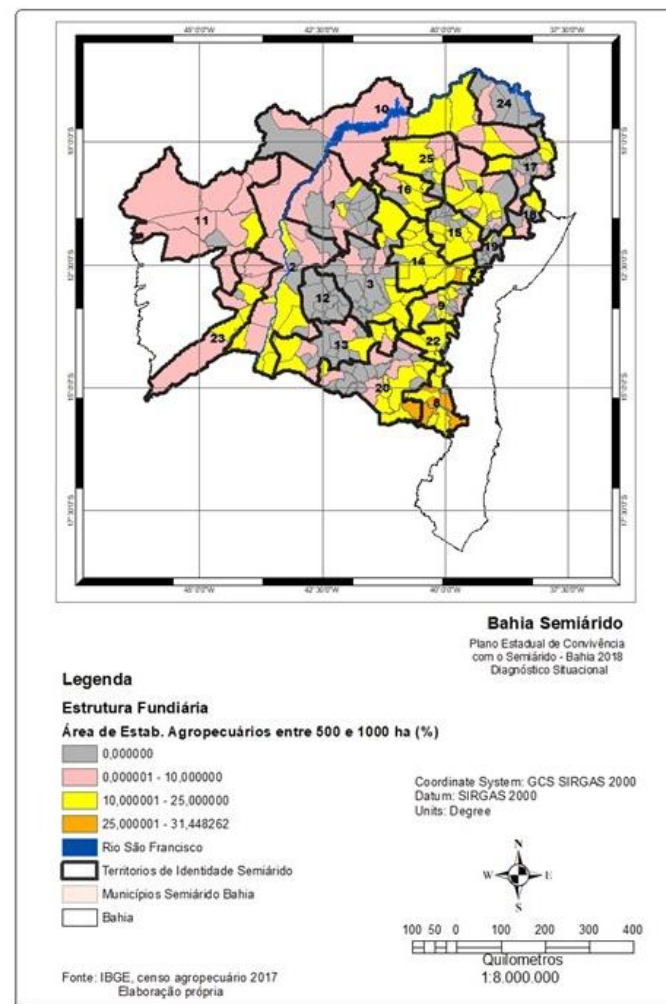
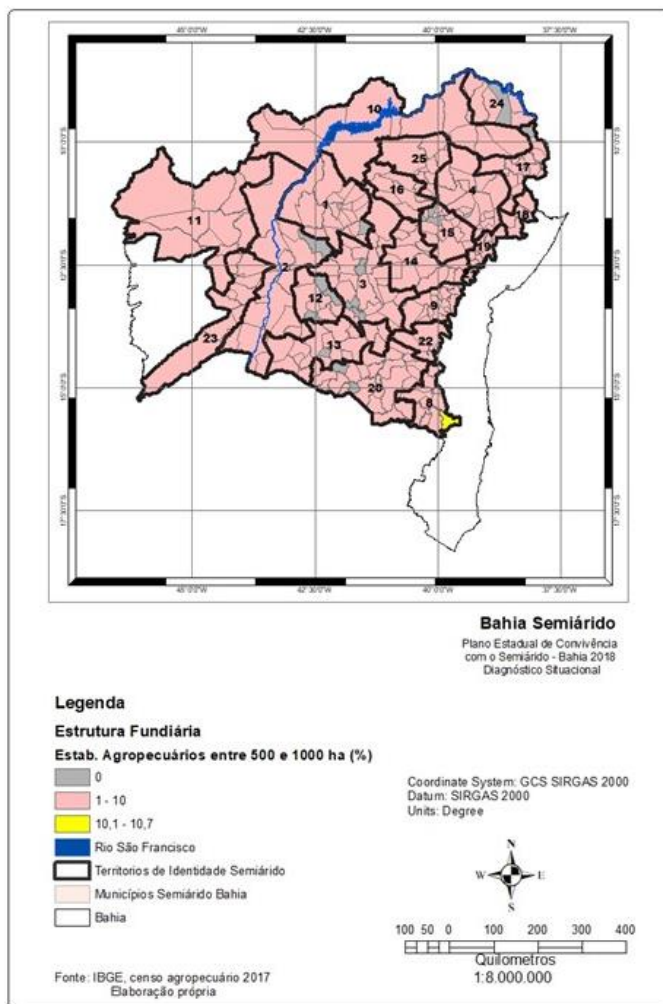
MAPA 40 A e B - Semiárido Baiano – Estabelecimentos Agropecuários com 1 a 50 ha (%) e área (%)



MAPA 41 A e B - Semiárido Baiano – Estabelecimentos Agropecuários com 50 a 200 ha (%) e área (%)

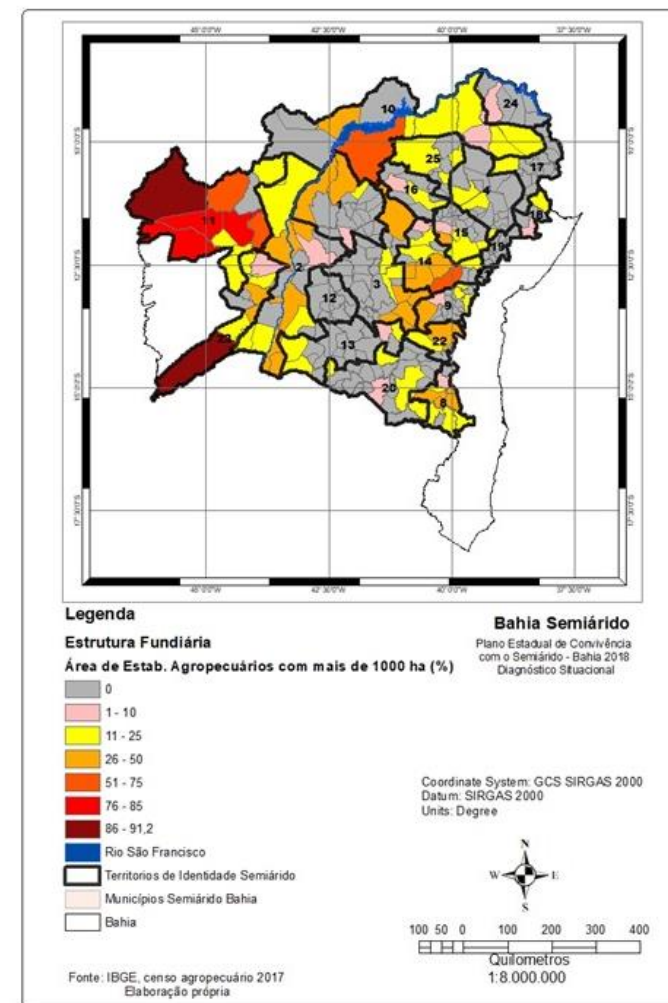
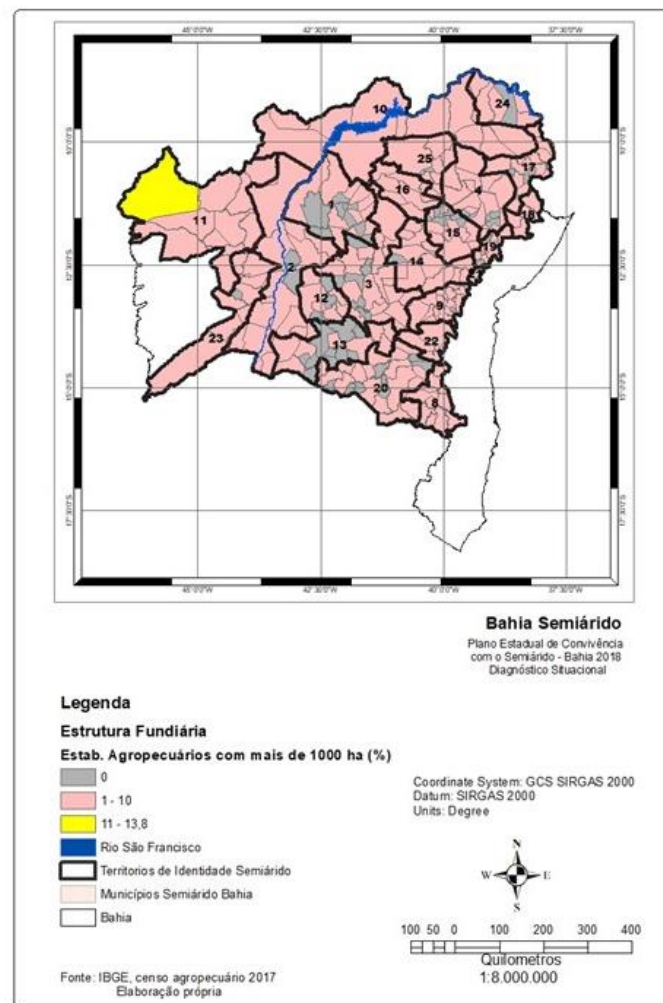


MAPA 42 A e B - Semiárido Baiano – Estabelecimentos Agropecuários com 200 a 500 ha (%) e área (%)



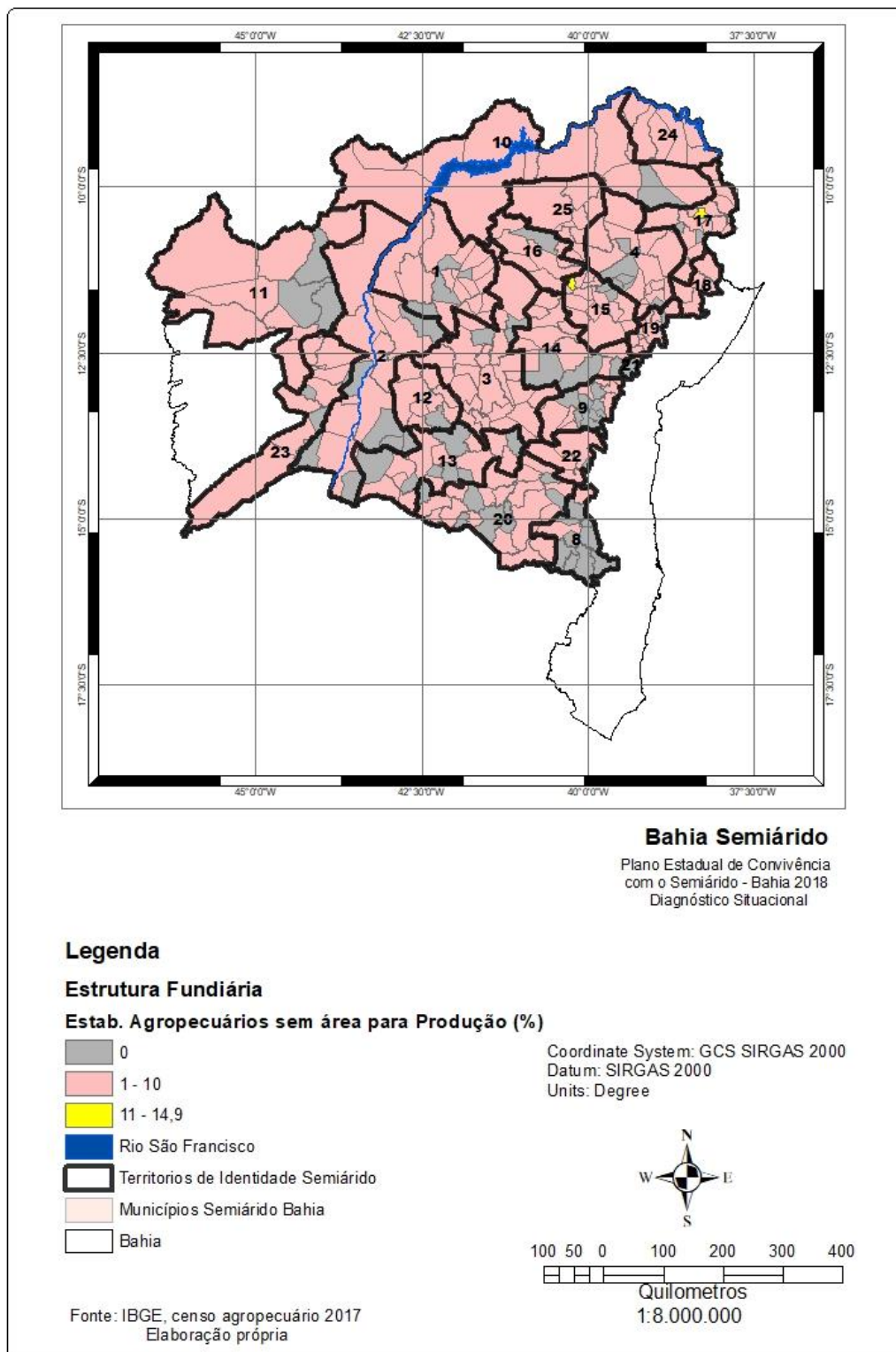
MAPA 43 A e B - Semiárido Baiano – Estabelecimentos Agropecuários com 500 a 1000 ha (%) e área (%)

Por outro lado, o MAPA 44 A e B explicita a localização dos municípios do Semiárido baiano com maior concentração de terras. Cocos (no TI nº 11 Bacia do Corrente), com 47 estabelecimentos agropecuários com mais de 1000 hectares respondendo por 85,3% da área do município é o município com maior concentração de terras. Em seguida está Formosa do Rio Preto no TI nº 23 Bacia do Rio Grande, com 187 estabelecimentos agropecuários correspondendo a 91,25 da área total do município. Eles são seguidos por Riachão das Neves, Cotegipe e Barreiras, todos do TI nº 23 Bacia do Rio Grande.



MAPA 44 A e B - Semiárido Baiano – Estabelecimentos Agropecuários com mais de 1000 ha (%) e área (%)

O **MAPA 45** destaca os municípios com maior percentual de estabelecimentos agropecuários sem área para produção: Serrolândia no TI nº 15 Bacia do Jacuípe com 14,9% e Antas no TI nº 17 Semiárido Nordeste II são os municípios com maior percentual de estabelecimentos agropecuários nesta situação. Por outro lado, cabe observar que cerca de $\frac{1}{4}$ dos municípios (ou 68 municípios) do Semiárido baiano não tem nenhum estabelecimento agropecuário sem área para produção. O TI nº 8 Médio Sudoeste da Bahia é o que tem maior percentual de municípios sem estabelecimentos agropecuários sem área para produção, 80% dos municípios do TI.



MAPA 45- Semiárido Baiano – Estabelecimentos Agropecuários sem área para produção (%)

O perfil dos proprietários de terra do Semiárido baiano é o seguinte: quase 50% são analfabetos, 60% têm entre 30 a 60 anos e 72,6% são negros. Além disso, apesar das mulheres serem 51% da população, elas são apenas 24,94% das proprietárias declaradas dos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017 – Censo Agropecuário).

Os estabelecimentos agropecuários em área de terra ocupada e em área de terras concedidas por órgão fundiário sem título definitivo no semiárido baiano representam cerca de 4% dos estabelecimentos agropecuários e 2% da área dos estabelecimentos agropecuários no Semiárido Baiano. **Sítio do Mato**, no Território de Identidade nº 2 Velho Chico, é o município com maior percentual de estabelecimentos agropecuários em áreas de terra ocupada e/ou em terras concedidas por órgão fundiário sem título definitivo. São 56,7% dos estabelecimentos agropecuários do município que correspondem a 26,2% da área total do município. Sob este tema, dois Territórios de Identidade se destacam: (i) o TI nº 3 Chapada Diamantina, em especial os municípios de **Marcionílio Souza** - onde 49% dos estabelecimentos agropecuários correspondendo a 13% da área do município encontram-se em áreas de terra ocupada e/ou terras concedidas por órgão fundiário sem título definitivo - e **Nova Redenção**, onde 41% dos estabelecimentos agropecuários correspondendo a 18,3% da área do município encontram-se em áreas de terra ocupada e/ou terras concedidas por órgão fundiário sem título definitivo; (ii) o TI nº 14 Piemonte do Paraguaçu, os municípios de **Boa Vista do Tupim** – onde 31,3% dos estabelecimentos agropecuários correspondendo a 8,3% da área do município encontram-se em áreas de terra ocupada e/ou terras concedidas por órgão fundiário sem título definitivo; e **Ibiquera** – onde 30,7% dos estabelecimentos agropecuários correspondendo a 4,8% da área do município encontram-se em áreas de terra ocupada e/ou terras concedidas por órgão fundiário sem título definitivo.

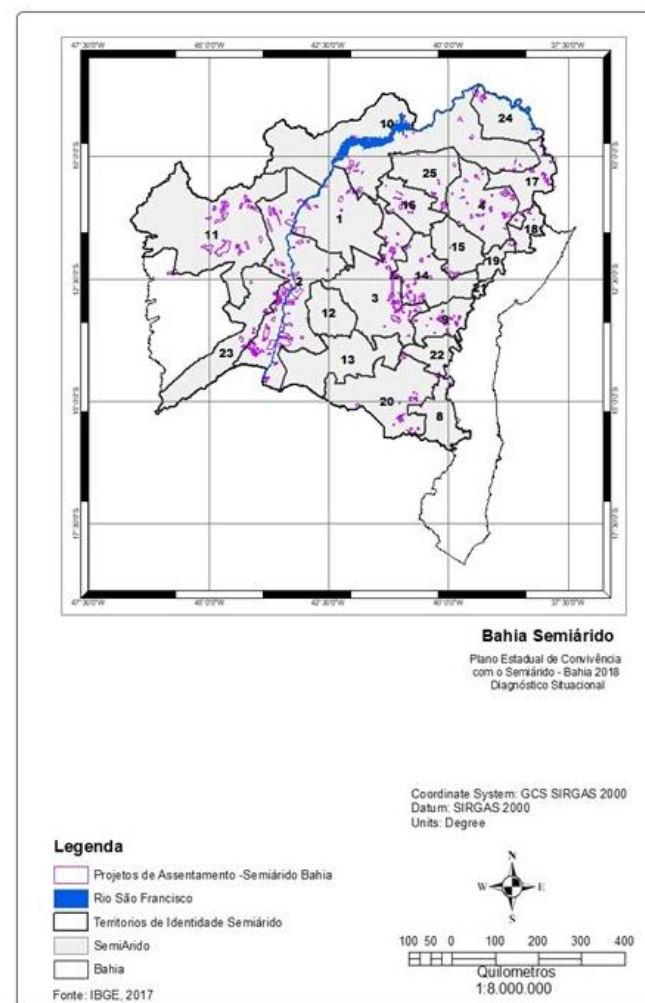
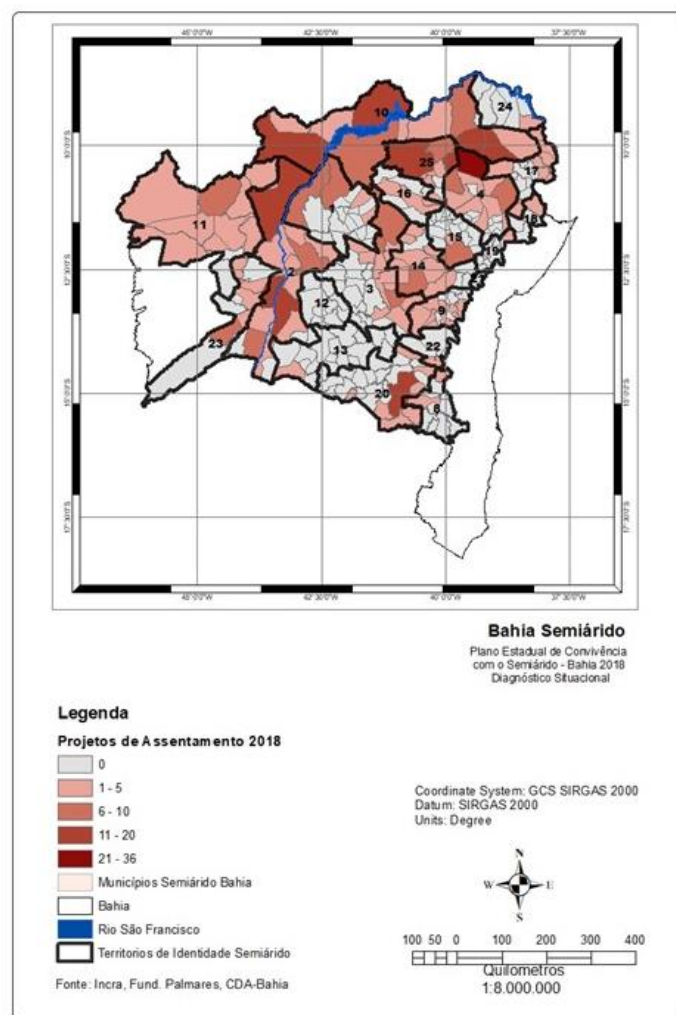
Os Projetos de Assentamento (PA) de Reforma Agrária no Semiárido Baiano são 341, com capacidade para 33.321 famílias assentadas. Eles representam 2,6% de toda a área do Semiárido Baiano e estão espalhados em 20 dos 22 TI do Semiárido baiano, a exceção dos TI nº 21 Recôncavo e TI nº 12 Bacia do Paramirim. O TI nº 2 Velho Chico é o Território com maior número de PA, são 67, atendendo 9.701 famílias; o TI nº 3 Chapada Diamantina é o segundo em PA, são 54, com capacidade para 5.216 famílias¹³.

Os MAPA 46 A e B apresentam a distribuição dos Projetos de Assentamento por Território de Identidade. Neles se observa a concentração dos Projetos de Assentamento

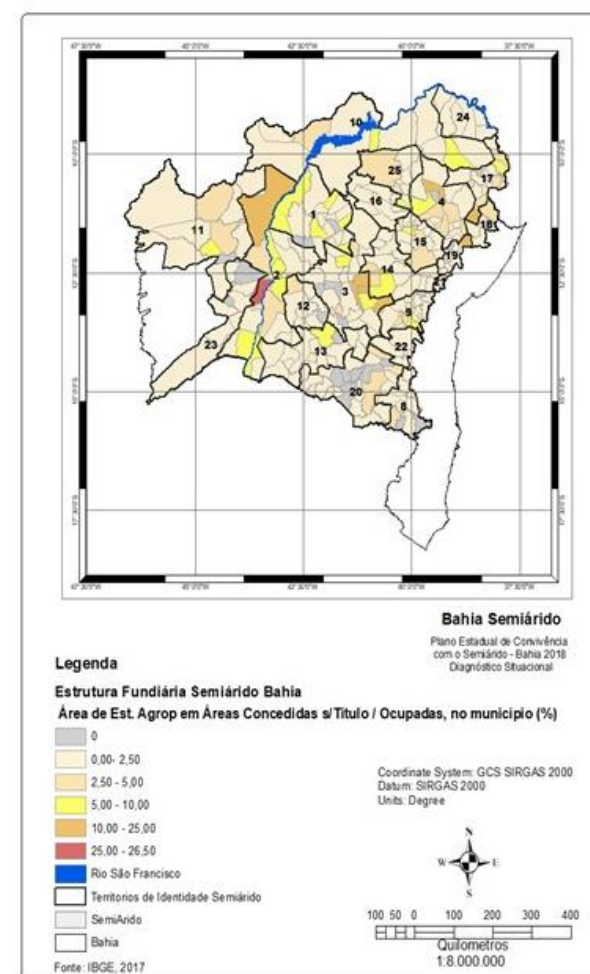
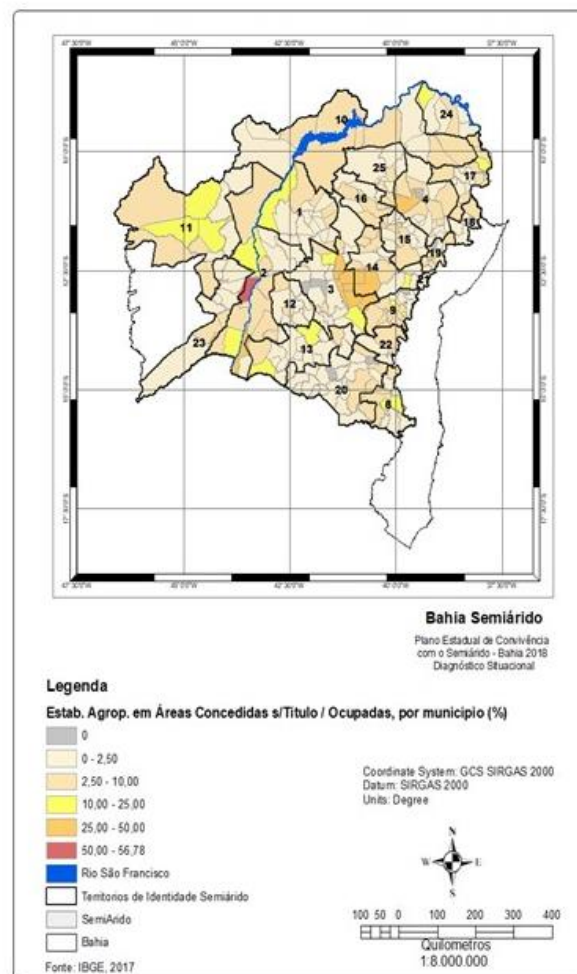
¹³ Fonte: Incra, 2018

em três áreas: entorno do Rio São Francisco, Chapada Diamantina e região Norte do Semiárido baiano. O MAPA 47 apresenta a situação dos estabelecimentos agropecuários em áreas de terra ocupada e/ou cedida por órgão fundiário sem título definitivo. Cabe observar que os municípios que se destacaram em relação à situação da propriedade da terra, enquanto estabelecimentos agropecuários em áreas de terra ocupada e/ou terra concedidas por órgão fundiário sem título definitivo, tem Projetos de Assentamento instalados: Sítio do Mato – 16 PA; Marcionílio Souza –cinco PA; Nova Redenção –4 PA; Boa Vista do Tupim –9 PA; e Ibiquera –quatro PA. O QUADRO 11 apresenta dados sobre quantidade de Projetos de Assentamento, Capacidade de Famílias, Área (ha) e Território de Identidade.

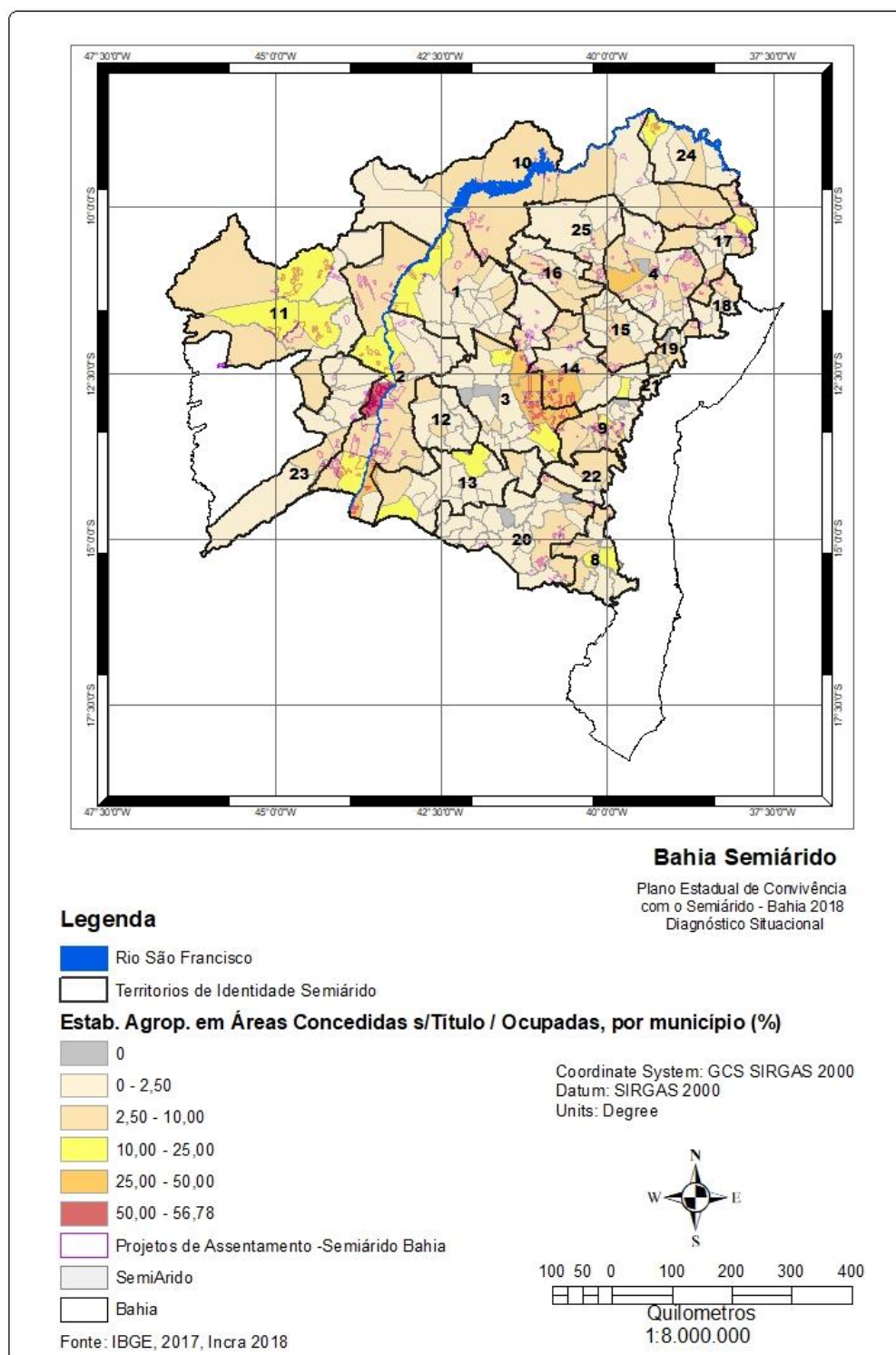
O MAPA 48 apresenta cruzamento entre os municípios identificados com estabelecimentos agropecuários em áreas concedidas sem título definitivo e os perímetros dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária. Nele claramente se observa que as áreas concedidas sem título definitivo concentram os PA.



MAPA 46 A e B - Semiárido Baiano – Distribuição dos projetos de assentamento por território de Identidade



MAPA 47 A e B - Semiárido Baiano, Estabelecimentos Agropecuários em áreas concedidas sem título definitivo ou em terras ocupadas, percentual relativo por município – nº e área dos estabelecimentos

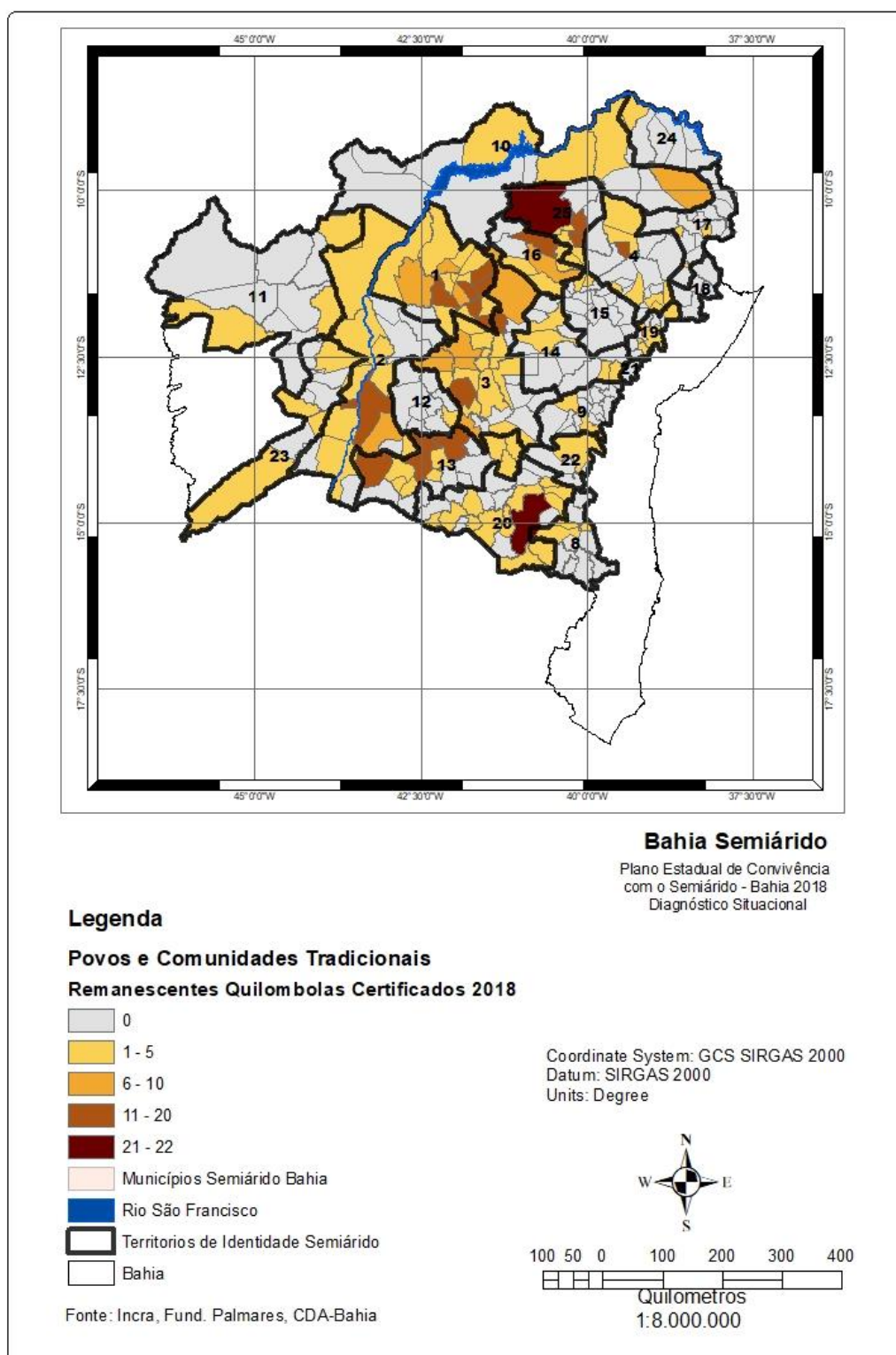


MAPA 48 - Semiárido Baiano, Estabelecimentos Agropecuários em áreas concedidas sem título definitivo ou em terras ocupadas, percentual relativo por município

QUADRO 11 – Projetos de Assentamento X Território de Identidade X Área X Capacidade de Famílias

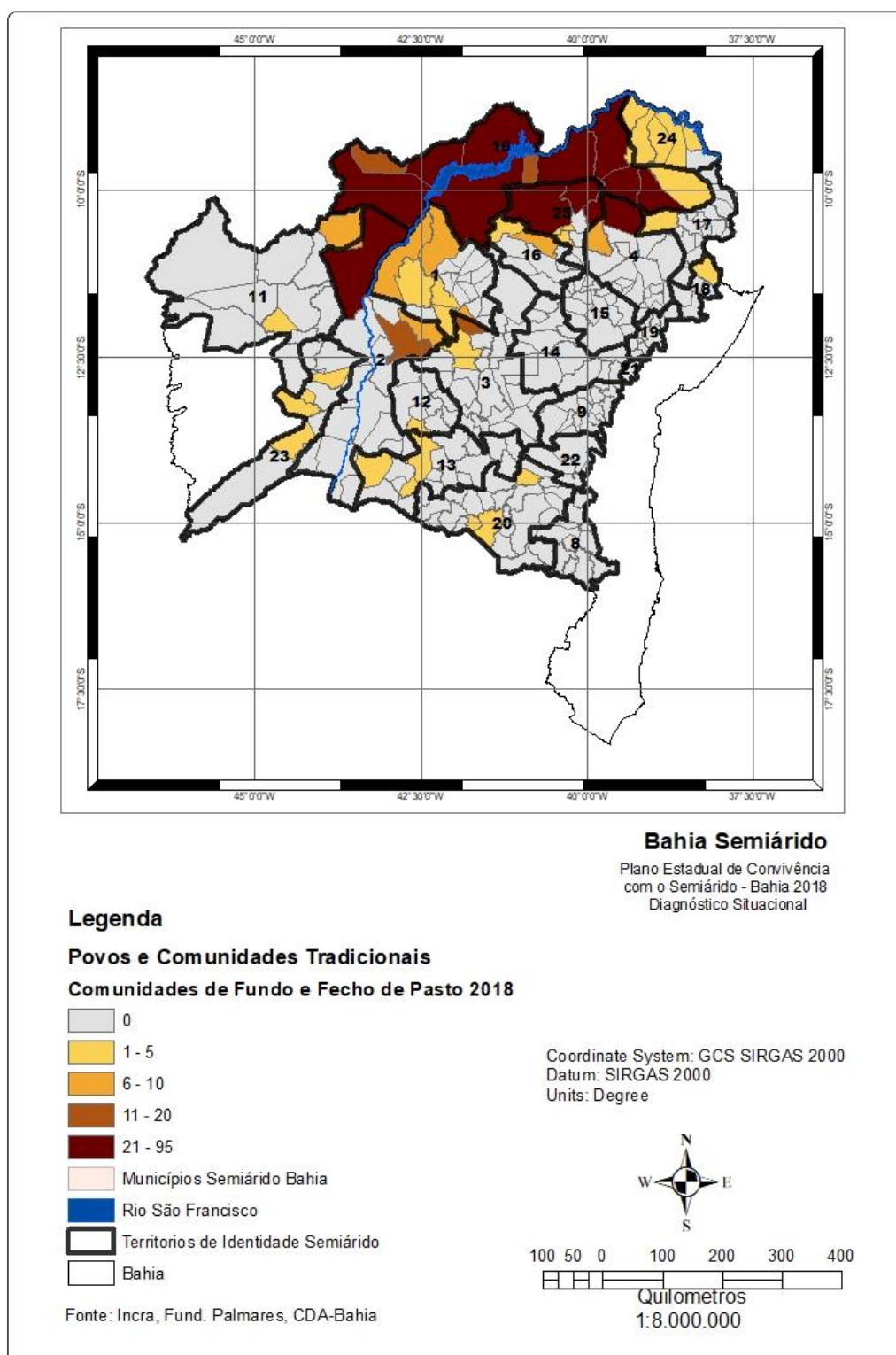
Nº TI	Território de Identidade	Área Calculada	Quantidade PA	Capacidade Famílias
15	Bacia do Jacuípe	16.766,63	6	388
23	Bacia do Rio Corrente	53.325,48	10	1346
11	Bacia do Rio Grande	202.129,90	18	3331
03	Chapada Diamantina	147.350,51	54	5216
01	Irecê	88.741,98	14	1563
24	Itaparica	14.278,17	4	351
18	Litoral Norte e Agreste Baiano	2.316,45	3	145
22	Médio Rio de Contas	1.371,61	1	55
08	Médio Sudoeste da Bahia	3.907,64	5	247
16	Piemonte da Diamantina	19.155,73	9	379
14	Piemonte do Paraguaçu	75.288,78	24	2374
25	Piemonte Norte do Itapicuru	20.349,18	6	628
19	Portal do Sertão	13.789,07	1	212
17	Semiárido Nordeste II	29.652,07	20	833
10	Sertão do São Francisco	78.735,45	20	1942
13	Sertão Produtivo	2.275,12	1	60
04	Sisal	75.911,40	38	1833
20	Vitória da Conquista	35.658,31	22	1531
09	Vale do Jequiriça	29.099,77	18	1186
02	Velho Chico	372.823,84	67	9701
	Total Geral	1.282.927,06	341	33321
	Fonte: Incra, 2018 – Elaboração Própria			

Os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) do Semiárido baiano encontram-se distribuídos por todo o território. Segundo dados da Fundação Palmares (Outubro 2018), em 122 municípios do Semiárido Baiano haviam 535 Comunidades de Remanescentes Quilombolas (RQ) reconhecidas. O MAPA **49** apresenta a distribuição das comunidades RQ no Semiárido baiano. Nele destacam-se dois municípios com maior número de comunidades reconhecidas: Campo Formoso com 21 comunidades (TI nº 25 Piemonte Norte do Itapicuru) e Vitória da Conquista com 22 comunidades (TI nº 20 Vitória da Conquista). Por outro lado, o TI nº 18 Litoral Agreste e Recôncavo Norte não tinha presença de nenhuma comunidade RQ certificada.



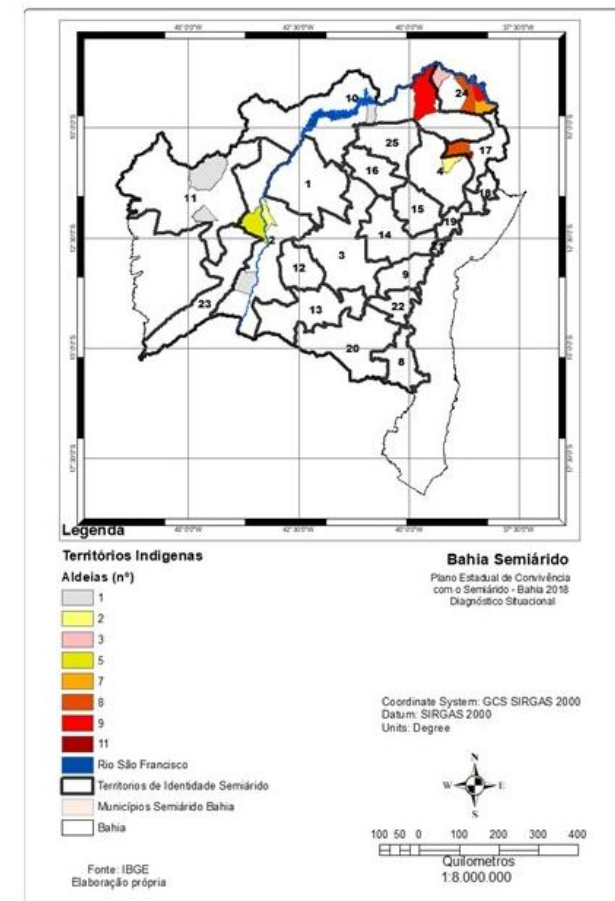
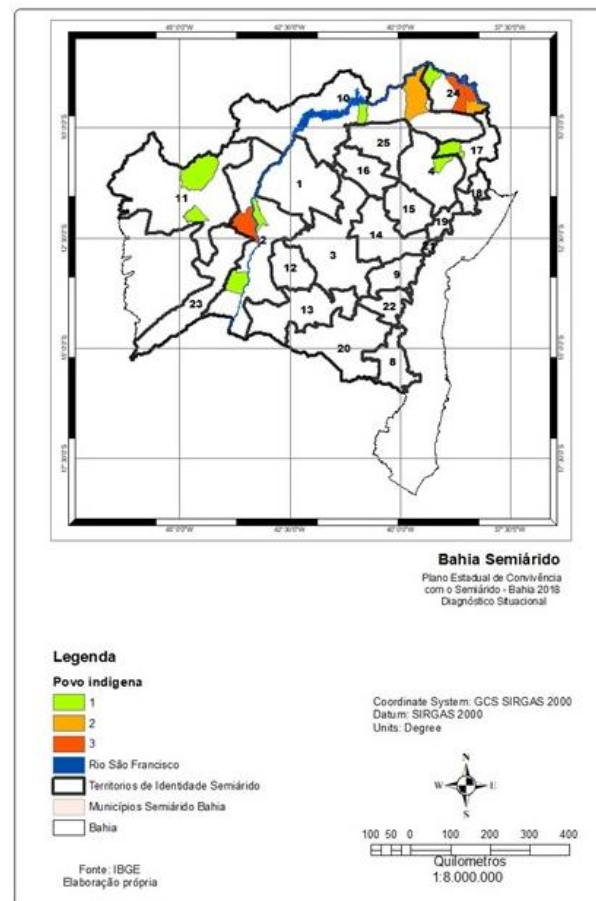
MAPA 49 – Semiárido Baiano – Comunidades Remanescentes quilombolas certificadas 2018

Presentes em 50 municípios do Semiárido baiano, as 826 comunidades de Fundo e Fecho de Pasto podem ser observadas no MAPA 50. Pode-se notar que elas têm maior presença nos TI nº2 Velho Chico, TI nº 10 Sertão do São Francisco, TI nº Piemonte Norte do Itapicuru e TI nº 4 Sisal. O TI nº 10 Sertão do São Francisco concentra os dois municípios com maior quantidade de comunidades de FFP: Uauá com 95 comunidades e Curaça com 92 comunidades.



MAPA 50 – Semiárido Baiano – Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto identificadas 2018

O Semiárido baiano contém 22 territórios indígenas. Eles estão concentrados nas regiões norte e oeste. O Território nº 24 Itaparica com os municípios de Rodelas e Glória e o TI nº 2 Velho Chico – município de Muquém do São Francisco são os que têm maior número de Territórios Indígenas (3 cada um). O MAPA 51 apresenta a distribuição dos Territórios Indígenas no Semiárido Baiano.

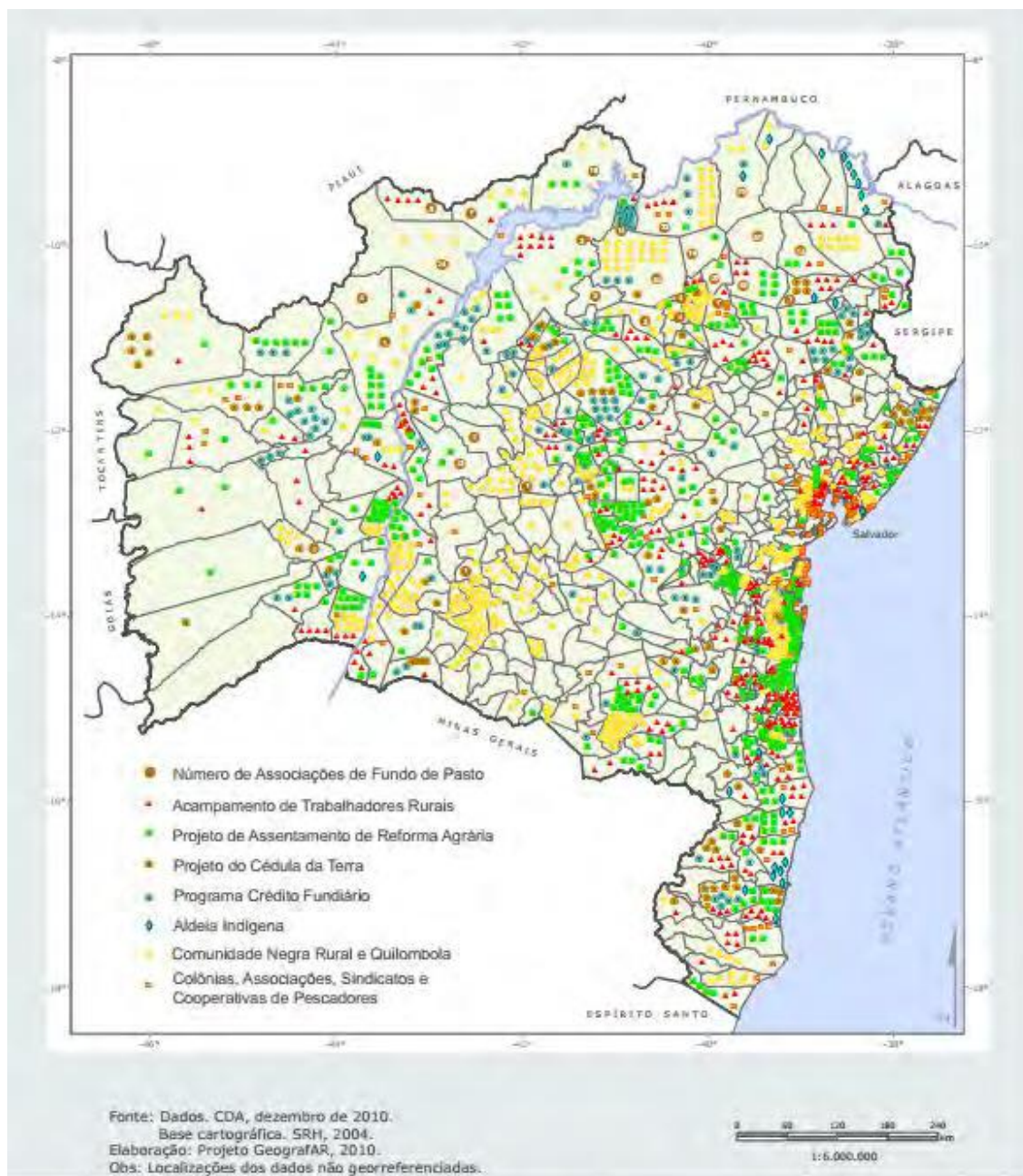


MAPA 51 A e B – Semiárido Baiano – Territórios Indígenas: nº de povos e nº de aldeias

Na maior parte dos Territórios de Identidade e “regiões dos movimentos sociais”, mesmo sendo de assentamentos e ocupações que vêm dos anos de 1980 / 1990, é marcante o déficit em termos de consolidação dos Projetos de Assentamento e das titulações dos Territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais¹⁴, tanto nos seus aspectos produtivos, de agregação de valor e de comercialização, quanto nos que se referem a questões voltadas para as dimensões sociais, ambientais, culturais, de gênero e juventude.

Uma leitura mais analítica do MAPA 52 permite verificar, além das diversas formas de acesso à terra (Projetos de Assentamento, Projetos Cédula da Terra – hoje extinto – e Programa Crédito Fundiário), a diversidade identitária dos movimentos que lutam pela terra no estado da Bahia, desde os mais conhecidos movimentos de trabalhadores rurais e agricultores familiares, tais como o Movimento Sem Terra - MST, Movimento de Luta pela Terra - MLT, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas – CETA e demais Povos e Comunidades Tradicionais: Fundos de Pasto, povos indígenas e comunidades quilombolas. No entanto, o que mais chama a atenção é que a demanda por terra alcança toda a extensão geográfica da Bahia.

¹⁴ Segundo a Fundação Palmares (2018), no Semiárido baiano haviam 538 comunidades remanescentes quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares em outubro de 2018, destas, 351 não tinham processos abertos no INCRA (órgão que realiza a regularização fundiária). Dados da CDA de 2018 informavam que das 912 comunidades de Fundo e Fecho de Pasto que haviam solicitado certificação junto à CDA, 444 não tinham sido certificadas. Por outro lado, segundo o INCRA (2018), dos 341 PA criados, apenas 5 encontravam-se na categoria “consolidado”, ou seja, com mais da metade das famílias beneficiárias possuem o título definitivo de propriedade, estando em fase de transferência de áreas ou imóveis remanescentes, ao Município ou Estado.



MAPA 52 - Bahia – Formas de Acesso à terra (Projetos de assentamento, projetos Cédula da Terra (Hoje extinto) e Programa de Crédito Fundiário)

Embora reconhecendo que nem sempre houve coincidências entre os parâmetros político-ideológicos que fundamentaram os recortes dos Territórios de Identidade e os dos movimentos sociais, as lutas por terra nas regiões onde movimentos de luta pela terra já organizavam suas ações de ocupação e reivindicação de políticas para a Reforma Agrária e regularização fundiária subsidiaram a lógica territorial implementada pelo Governo Federal e depois assumida pelo Estadual. Assim, a expansão e territorialização da luta e da demanda por terras foi potencializada, principalmente nos Territórios de Identidade nº 2 Velho Chico, TI nº 3 Chapada Diamantina, TI nº 10 Sertão do São Francisco, TI nº 25 Piemonte do Itapicuru, TI nº 20 Vitória da Conquista, TI nº 11 Bacia do Rio Grande e TI nº 23 Bacia do Rio Corrente.

Isto pode ser comprovado pelo diagnóstico do INCRA, que identifica muitos municípios de alta e média prioridade para iniciar a implementação de ações fundiárias, visando a obtenção de terras para o assentamento de trabalhadores rurais ou regularização fundiária, os quais guardam significativa correspondência e aproximação com municípios de regiões ou territórios priorizados pelos movimentos sociais e povos e comunidades tradicionais¹⁵.

A região Oeste da Bahia, TI nº 23 Bacia do Rio Grande, por exemplo, vem experimentando grandes transformações nas últimas décadas, principalmente devido à expansão do agronegócio da soja. Essa reorganização do território rural, feita para a sojicultura, iniciou-se nos anos de 1960 com a política de modernização do campo e a utilização de equipamentos tecnológicos na agricultura, concentrando e aumentando o tamanho das propriedades. Indicadores econômicos como PIB per capita, IDH e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal ¹⁶ colocam o município de Barreiras, como um dos maiores centros de desenvolvimento da bacia do São Francisco.

Os estudos¹⁷ que tratam desse aspecto no oeste baiano afirmam que a intensificação dos investimentos do capital no rural, impulsionam as mudanças necessárias – inclusive espaciais - para uma nova lógica de acumulação. Assim, as cidades do agronegócio se multiplicam, tornando-se cada vez mais complexas como lugares de cooperação do

¹⁵ Levantamento de dados e informações para fins de definição de áreas prioritárias para a implementação de Ações Fundiárias. Diagnóstico do Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA. INCRA, Superintendência Regional da Bahia. Outubro 2015. Salvador-BA.

¹⁶ Segundo IBGE 2016, o PIB per capita de Barreiras era de R\$ 21.596,35, sendo o 22º do Estado. Já o seu IDH municipal (2010) era 0,721, situado na faixa de desenvolvimento humano alto. Evolução do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal explicita a boa situação do Município de Barreiras.

¹⁷ (Brandão, 2010), (Carvalho C. W., 2012), (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais, 2017)

capital agrícola, resultando em novas territorialidades. A demanda para desapropriação de imóveis rurais para fins de Reforma Agrária tem relação direta com a extrema concentração fundiária e com o número de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra existentes no estado. Levantamento recente identificou que 182 municípios possuem acampamentos com aproximadamente 40.309 famílias acampadas.

Embora os esforços tenham sido investidos e a prioridade à Reforma Agrária proclamada pelos governos nos últimos anos, dados do IBGE (2009) mostram que o índice de Gini¹⁸ para a concentração fundiária da estrutura agrária brasileira é de 0,872, superior inclusive aos índices apurados nos anos de 1985 (0,857) e 1995 (0,856). Na Bahia o índice calculado em 2009 chegava a 0,841, isto é, em um patamar próximo ao do Brasil, demonstrando a distribuição desigual de terra e a elevada concentração de renda, destacando-se por isso como o 2º estado brasileiro em ocupações de trabalhadores sem terras.

Pesquisa realizada pelo INCRA em 2010, no Brasil e na Bahia, revelou déficits em infraestrutura e em linhas de acesso ao crédito das famílias assentadas. Na Bahia, mesmo que em uma situação comparativa até razoável quanto à infraestrutura, revelou uma situação preocupante quanto à baixa renda das famílias assentadas e à baixa produção agropecuária¹⁹.

A comparação entre as diferentes regiões da Bahia demonstrou pouca variabilidade interna aos assentamentos, por exemplo, indicando que os fatores edafoclimáticos e as diferenças entre os IDH das regiões, assim como o tamanho dos lotes (em torno de 35 /40 ha, maior do que a média das famílias agricultoras), não são suficientes para explicar as baixas rendas. Da mesma forma, as rendas não variam muito tendo em conta a idade dos assentamentos e a escolaridade das famílias. No entanto, é no efetivo acesso às principais linhas de crédito da reforma agrária que se encontra uma diferença significativa na renda agropecuária. Aqui se observa uma alta variabilidade dentro de um mesmo assentamento, o que pode indicar o peso das relações sociais intra-assentamentos e as mediações com os executores de políticas públicas.

Mesmo não desconsiderando a multiplicidade de aspectos que tornam o tema da reforma agrária tão complexo, é evidente que a produção agrícola e a renda gerada por

¹⁸ O Índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de terras. Quanto mais próximo de 01 for o índice, maior é o grau de concentração na distribuição.

¹⁹ Foram entrevistadas 545 famílias assentadas na Bahia, representando o universo dos assentamentos criados entre 1985 e 2008.

ela, com raras exceções, são indicadores adequados para auferir o desenvolvimento dos assentamentos e do sucesso da política pública.

Alguns resultados da pesquisa do INCRA (2010) são suficientes para demonstrar o tamanho do déficit de infraestrutura e de acesso a créditos nos assentamentos da Bahia: 36,4% das famílias ainda não têm acesso à água suficiente; 58% tem acesso à energia elétrica o ano todo (58% na Bahia); só 7,2% tem fossa séptica; 70% acham que as estradas estão ruins ou péssimas; 48% não acessaram o PRONAF; 70,5% acessaram o crédito de instalação modalidade apoio inicial; 65,1% acessaram os materiais de construção, ou seja, apoio à moradia. Os créditos de instalação, modalidade apoio e modalidade materiais de construção, além dos créditos ditos produtivos (principalmente PRONAF e PROCERA) são os principais e mais importantes créditos para a Reforma Agrária.

Diante desse quadro, pode-se compreender porque a renda agropecuária média, de um modo geral, não se apresenta satisfatória, devido aos valores baixos que denotam uma produção agropecuária pouco expressiva, vítima da precariedade em infraestrutura, crédito e outras políticas públicas que simplesmente impedem o desenvolvimento destas áreas, pelo menos no que tange à renda. Pode-se afirmar que, de modo geral, trata-se de linhas de produção de baixa rentabilidade, realizadas com baixo aporte tecnológico, claro que com as devidas exceções. Levantamento realizado entre os anos de 2017 e 2018 junto a 225 Projetos de Assentamento baianos com preenchimento de “Diagnóstico Qualificado de Infraestrutura (DQIS)”²⁰ respondido pelos assentados constatou que o que se produz nos assentamentos da Bahia é o mesmo que na agricultura familiar; isto é, um policultivo com alguma ênfase na produção animal.

A questão da diversificação e da busca de novas alternativas de sustentabilidade do desenvolvimento é outro tema que deve ser abordado. O estímulo ao turismo rural e étnicos, por exemplo, nos Territórios de Identidade nº 3 Chapada Diamantina e outros próximos a ela, abre possibilidades importantes para estes espaços, pois lá estão localizados muitos pontos turísticos de alta visitação. Há ações concretas, que podem ser ampliadas, com resultados importantes na renda das famílias. Da mesma forma, na agricultura familiar baiana há uma sociodiversidade significativa, permite discutir a possibilidade de se efetivar políticas multifuncionais com vistas à preservação de modos

²⁰ O levantamento do Diagnóstico Qualificado de Infraestrutura e Serviços (DQIS) foi realizado no âmbito do Convênio CRT 001/2008 Incra – Governo da Bahia, Contrato 033/2016. A SDR por meio da CAR está coordenando a execução dos trabalhos.

de vida, que privilegiam a reprodução e atualização de práticas de reciprocidade e ajuda mútua.

O acesso à terra é componente fundamental para convivência com o Semiárido pelas populações, principalmente àquelas dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais que lá habitam. Nesse sentido, indígenas, quilombolas, fundo e fecho de pasto, assentados, atingidos por barragens, entre outros têm muito a compartilhar. Seus ensinamentos e práticas de convivência são exemplos. Por outro lado, está colocado o desafio de avançar na titulação das terras dessas comunidades, reconhecendo suas territorialidades.

A Política de Convivência com o Semiárido (PECSA) tem como sua primeira diretriz o acesso à terra. Ela considera fundamental “a promoção do acesso à terra, de forma adequada às especificidades social, cultural, ambiental e econômica do semiárido, por meio da aquisição de novas glebas de terra, do apoio à reforma agrária e à regularização fundiária das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, incluindo aquelas tradicionalmente ocupadas pelos povos e comunidades tradicionais”.

O PPA BA 2016-2019 em seu Programa de Desenvolvimento Rural tem dois compromissos que dialogam com a primeira diretriz do PECSA: (i) promover o acesso à terra e o acompanhamento das ações para o desenvolvimento dos assentamentos de famílias de trabalhadores rurais e (ii) promover a regularização fundiária de imóveis rurais, priorizando a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e o reconhecimento do domínio dos territórios urbanos e suburbanos aos municípios baianos. Entre suas metas estão (a) atender famílias com entrega de 75.055 títulos de propriedade individual e coletivo e (b) regularizar 275 propriedades em áreas quilombolas e de fundo e fecho de pasto.

Os Planos de Desenvolvimento Territorial Sustentável dos Territórios de Identidade Baianos que estão no Semiárido apontam como tema importante a promoção da reforma agrária e acesso à terra, bem como implementação de políticas públicas voltadas a subsidiar tais ações e beneficiários.

A importância da Regularização Fundiária para os Agricultores Familiares e Povos e Comunidades Tradicionais foi apontada pelos gestores como ponto necessário a ser enfrentado nos próximos 10 anos. Os gestores destacaram causas estruturais que dificultam o avanço da Regularização Fundiária dessas populações. Dentre as causas listadas estão a não existência de legislação específica para regularização fundiária de

povos e comunidades tradicionais, a exceção dos povos quilombolas e fundo e fecho de pasto; os tempos ampliados nos processos de regularização fundiária devido a inconsistências nas peças técnicas subcontratadas e acesso insuficiente aos dados cartoriais. No anexo 1 os gestores explicam os entraves à Regularização Fundiária (RF) da agricultura familiar (AF) e dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT). Também no Anexo 1 pode-se observar análise dos gestores destacando a ameaça ao modo de vida das populações tradicionais e como isso é impactado pela insegurança relativa do acesso e posse da terra.

Em relação a Planos que estão sendo desenvolvidos pelo governo da Bahia, esse tema se relaciona com PDI Terceiro Eixo - Ondas de industrialização e modernização tecnológica, na Ideia Força Desenvolvimento do Mundo Rural e com o PECSA na sua Diretriz I - Promoção do acesso à terra, de forma adequada às especificidades social, cultural, ambiental e econômica do Semiárido, por meio da aquisição de novas glebas de terra, do apoio à reforma agrária e à regularização fundiária das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, incluindo aquelas tradicionalmente ocupadas pelos povos e comunidades tradicionais.

6.1.5. Saúde

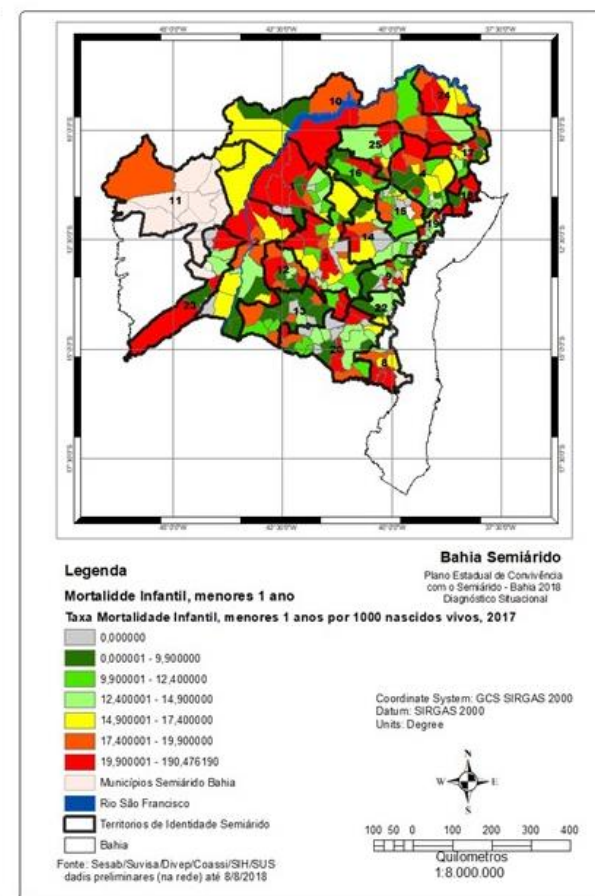
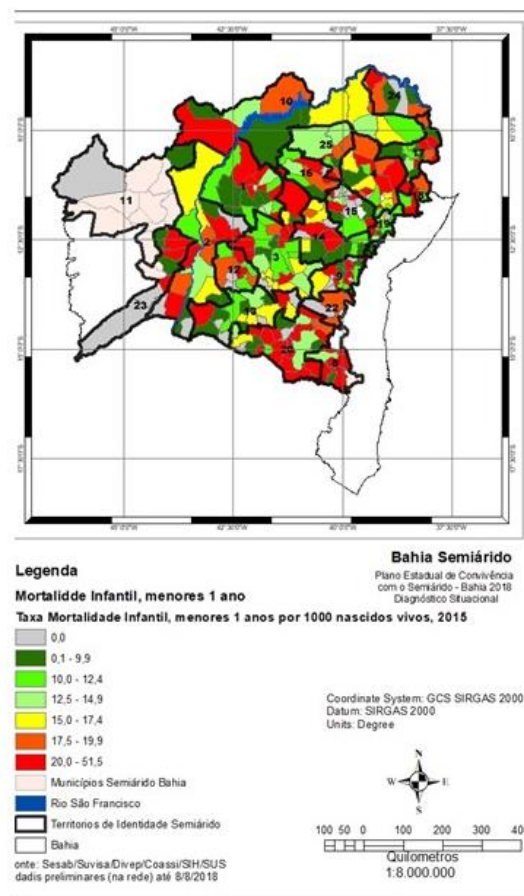
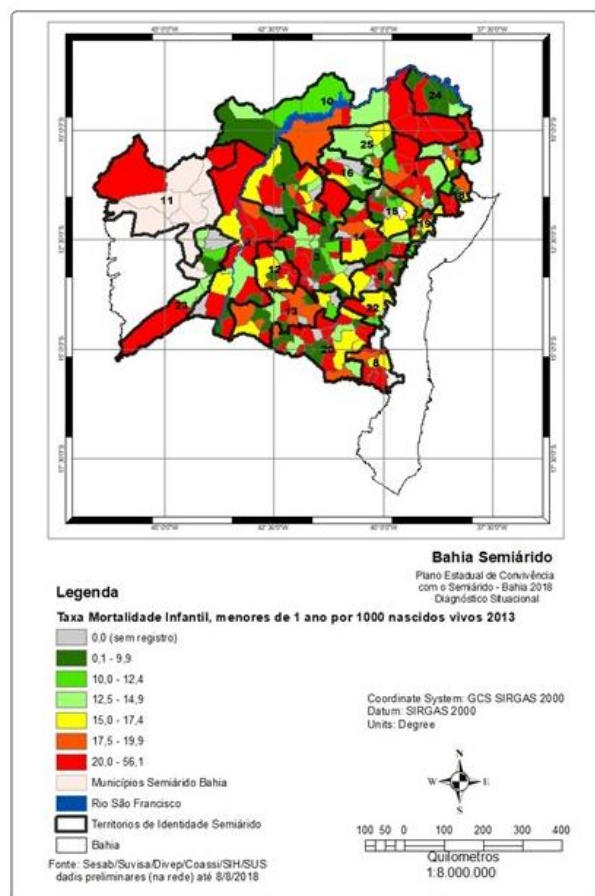
O Semiárido baiano é região sensível a mudanças climáticas, com baixos índices de desenvolvimento social e econômico. É região vulnerável, seja quanto a marginalidade sociogeográfica, as mudanças climáticas ou degradação das terras secas (RIBOT, 1996). Nessa conjuntura, o risco de adoecer e morrer se distribui desigualmente na população (MENDONÇA, 1995), especialmente com relação aos grupos vulneráveis que tem maior risco²¹ demandam atuação dirigida com objetivo de possibilitar maior eficácia e menor custo.

6.1.5.1. Mortalidade Infantil

Importante indicador das condições de vida da população, a taxa de mortalidade infantil “revela a organização da gestão e dos serviços de saúde, além da assistência do binômio mãe/filho, uma vez que denota os demais fatores socioambientais implicados no processo saúde/doença” (Figueiredo, Lunardi Filho, Lunardi, & Pimpão, 2012). A sua redução está relacionada a assistência às grávidas, oferta de leitos, saneamento básico, nutrição, entre outros. Altas taxas de mortalidade infantil explicitam, por exemplo, a vulnerabilidade da população. No Semiárido baiano as taxas de mortalidade infantil chamam atenção. Desde 2013 em média cerca de 60% dos municípios do Semiárido baiano tiveram taxas de mortalidade infantil maiores que a média nacional para aquele ano referência²². Em 2015, mais de 85% dos municípios do Semiárido baiano tiveram taxas maiores que a média nacional. Os MAPA 53 A, B e C apresentam a situação, por município e faixas, para os anos de 2013, 2015 e 2017. Pode-se observar que em 2015 os municípios de Encruzilhada e Mirante no TI nº 20 Vitória da Conquista tiveram taxas maiores que 50. Já em 2017, os municípios de Cocos e Brejolândia (TI nº 23 Bacia do Rio Corrente), Água Fria (TI nº 19 Portal do Sertão) foram os que tiveram taxas mais elevadas.

²¹ Sánchezi; Bertolozzi (2007) trazem o conceito de vulnerabilidade como um processo de construção que supera o caráter individualizante e probabilístico do clássico conceito de "risco", ao apontar a vulnerabilidade como um conjunto de aspectos que vão além do individual, abrangendo aspectos coletivos, contextuais, que levam à suscetibilidade a doenças ou agravos, levando em conta aspectos que dizem respeito à disponibilidade ou a carência de recursos destinados à proteção das pessoas.

²² Taxa de Mortalidade Infantil no Brasil (por mil nascidos vivos): 2013 = 15,02; 2015 = 13,82; 2017 = 12,8 (fonte IBGE).

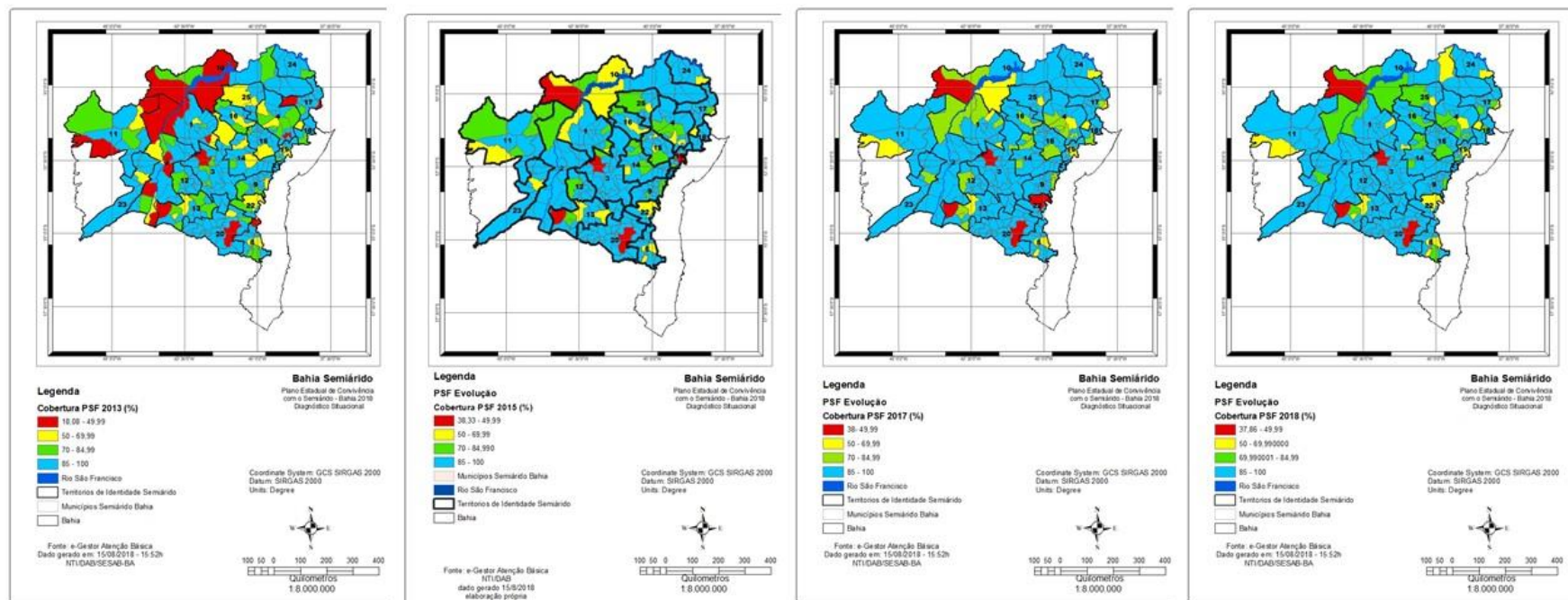


MAPA 53 A, B e C – Semiárido Baiano – Taxa de mortalidade infantil, menores de 1 ano por 1000 nascidos vivos 2013, 2015 e 2017

6.1.5.2. Atenção Básica

A Estratégia de Saúde da Família (ESF) ²³ tem sido fundamental no acompanhamento das populações vulneráveis. O permanente acompanhamento das equipes de ESF oferece “resultados positivos para a saúde da criança, melhoria na atenção ao pré-natal, diminuição da incidência de doenças infecciosas e redução da mortalidade infantil”. Nesse sentido, a ampliação da cobertura da ESF tem apoiado a redução gradativa das mortes de crianças menores de um ano por condições evitáveis (Ceccon, et al., 2014). Os MAPA 54 A, B, C e D apresentam a evolução da cobertura da ESF no Semiárido baiano.

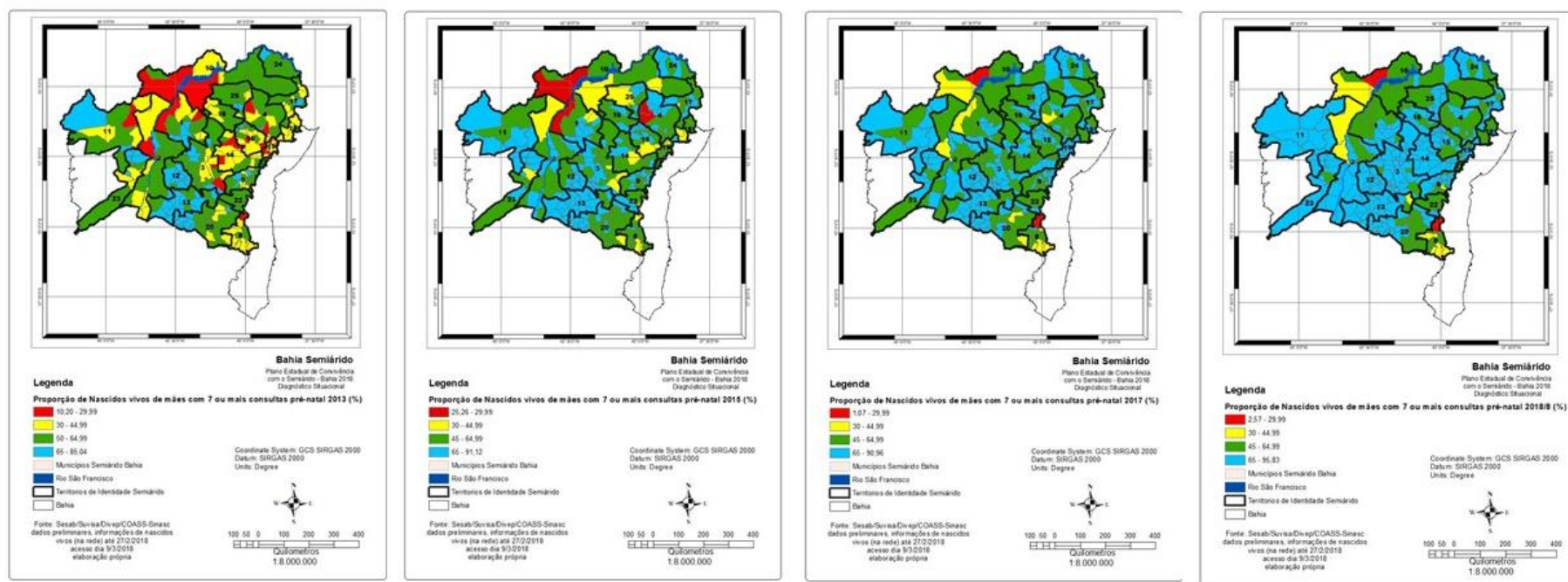
²³ A Estratégia de Saúde da Família (ESF), instituída em 1994 no âmbito Sistema Único de Saúde (SUS), visou reorganizar “as práticas de assistência à saúde a partir da atenção básica”, contribuindo também para “evitar internações melhorar a qualidade de vida e reduzir a prevalência de mortes preveníveis”. Para tanto ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e diagnóstico precoce são desenvolvidas de forma integrada. (Ceccon, et al., 2014)



MAPA 54 A, B, C e D – Semiárido Baiano – Cobertura Programa Saúde da Família 2013, 2015, 2017 e 2018

A assistência pré-natal à gestante, aferida por meio do indicador Proporção de Nascidos Vivos que tiveram 7 ou mais consultas de pré-natal, também é importante para a redução dos índices de mortalidade infantil. Estudos indicam que o olhar clínico ampliado e articulado às tecnologias disponíveis no sistema de saúde ofertadas auxiliam (Figueiredo, Lunardi Filho, Lunardi, & Pimpão, 2012). Os

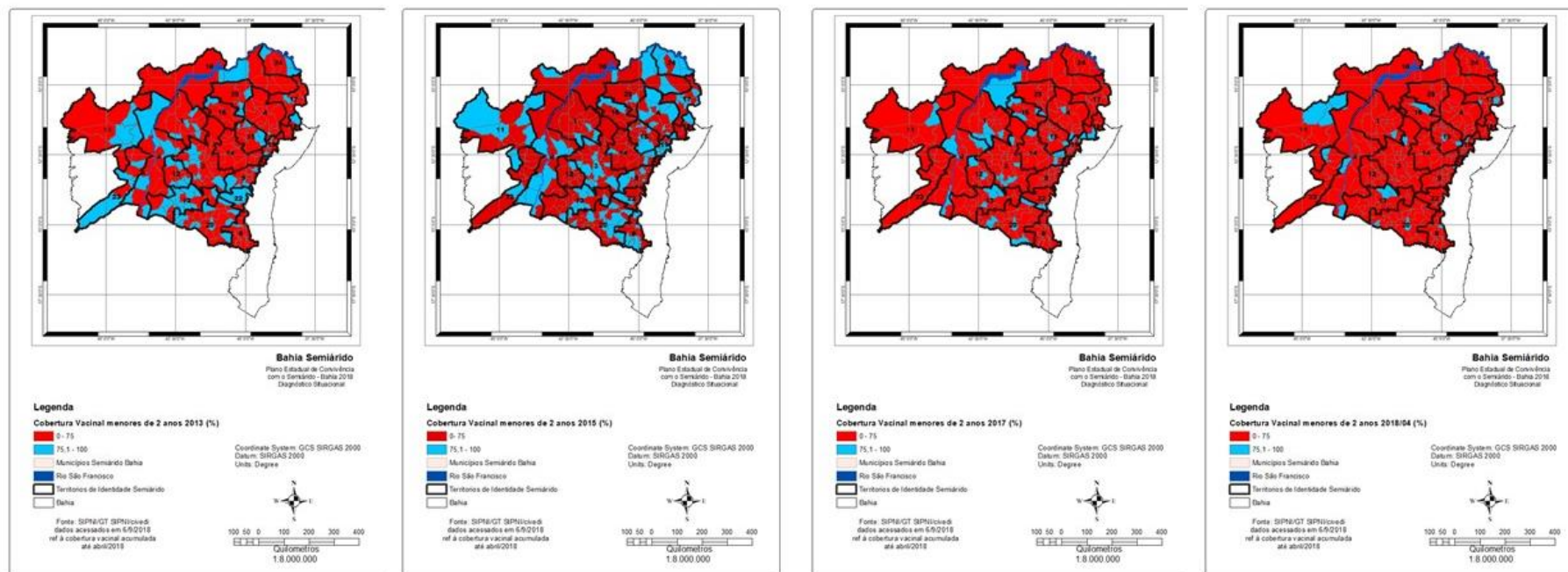
MAPA 55 A, B, C e D demonstram que no Semiárido baiano a ampliação a assistência pré-natal à gestão tem ocorrido de forma significativa. E quando analisada a ampliação desta cobertura vis-à-vis os indicadores de Mortalidade infantil pode-se observar tendência de redução da mortalidade infantil. Nesse sentido, cabe atenção o monitoramento da situação daqueles municípios onde a assistência pré-natal à gestão ainda não cobre 50% das consultas. Em 2017 apenas um dos 278 municípios do Semiárido baiano (Ipupiara no Ti nº 1 Irecê) ofereceu acompanhamento às gestantes de pelo menos 7 consultas de pré-natal.



MAPA 55 A, B, C e D – Semiárido Baiano – Proporção de nascidos vivos com mães que tiveram 7 ou mais consultas de pré-natal, 2013, 2015, 2017 e 2018

Outro indicador da efetividade da Atenção Básica é a cobertura vacinal. A referência de efetividade é 95% de cobertura. Os MAPA 56 A, B, C e D apresentam a situação. Pode-se observar que, por exemplo, em 2015, 45,3 % dos municípios do Semiárido baiano cumpriram a meta, sendo que apenas dois municípios - Santanópolis e Tanque Novo - tiveram taxa de cobertura vacinal menor que 10%. Contudo, em 2017 e 2018 as taxas de cobertura vacinal no Semiárido baiano estiveram muito abaixo da média. Em 2017, nenhum município alcançou a meta de 95% de cobertura, situação preocupante na medida em que apenas 10% dos municípios do Semiárido pelo menos cobriram 50% da meta, e 23 municípios não chegaram a cobertura vacinal de 10%.

Já, até maio de 2018, apenas 21 dos 278 municípios do Semiárido baiano haviam conseguido alcançar a meta. Por outro lado, 123 municípios sequer tinham iniciado os protocolos de vacinação.



MAPA 56 A, B, C e D – Semiárido Baiano – Cobertura Vacinal menos de 2 anos, 2013, 2015, 2017 e 2018/maio

Para mitigar tal situação, é fundamental a garantia da integralidade do cuidado pela Rede de Atenção à Saúde – RAS. Segundo os gestores, a RAS no semiárido baiano apresenta um conjunto de problemas que comprometem a garantia da integralidade do cuidado²⁴. Essa situação tem como fator importante a constatação de que a Atenção Básica não é reconhecida como porta de entrada preferencial (SANTOS; GIOVANELLA, 2015; ALELUIA *et al* 2017), e assim a população naturalmente busca os serviços de alta e média complexidade, pressionando o Sistema. O índice que revela a proporção de internações sensíveis a atenção básica explicita a situação, sua média deveria estar em 28%, contudo os dados demonstram que apenas 40% dos municípios do Semiárido estão na média em 2017. Essa situação gera problemas que podem ser categorizadas em três tipos:

- (i) ordem normativa: as redes temáticas existem, mas não contam com plano de ação aprovado e/ou implantado; ou os fluxos não correspondem ao desenho regional – a exemplo do Hospital Regional de Guanambi referência para 31 municípios, sendo que a região é formada por apenas 21 municípios;
- (ii) estrutura: as regiões apresentam insuficiências: (a) ausência de referência para encaminhamento para a atenção oncológica pediátrica; (b) emergência do Hospital Regional de Guanambi com estrutura aquém da necessidade (pacientes em macas, lotando o setor; (c) dificuldade de acesso ao serviço de hemodiálise na região de Ibotirama -, Hospital Regional de Ibotirama não dispõe de capacidade técnica para atender a população referenciada; (d) região de Irecê conta apenas com 01 neuropediatra; (e) região de Itaberaba têm unidades que poderiam realizar partos de risco habitual, mas não o fazem e o ambulatório não tem capacidade instalada para atender a região e dificuldade de contratação de médicos especializados;
- (iii) organização: a regulação de acesso é um grande entrave para garantia da integralidade do cuidado, seja pela estrutura deficiente, seja pelo modelo regulatório adotado que se mostra fragmentado e sem recursos técnicos e operacionais²⁵; além disso, ausência de instrumentos comunicacionais entre

²⁴ Fonte: Atas das CIR de Brumado, Guanambi, Ibotirama, Irecê, Itaberaba, Juazeiro, Seabra, Senhor do Bonfim, Serrinha e Vitória da Conquista, que agregam 57 municípios do Semiárido Baiano e e 27,2 % da população do estado)

²⁵ como exemplo traz-se alguns relatos dos gestores de municípios do semiárido: central de regulação do sudoeste está sobrecarregada, devido o aumento da demanda, uso do SUREM para regulação de acesso a urgência não deixou claro como será para aqueles municípios que não contam com unidade hospitalar em seu território

níveis de atenção, processos de trabalhos desarticulados, ausência de prontuário eletrônico e falta de conectividade entre os diversos pontos da rede de atenção (Santos; Giovanella, 2015; Aleluia et al 2017).

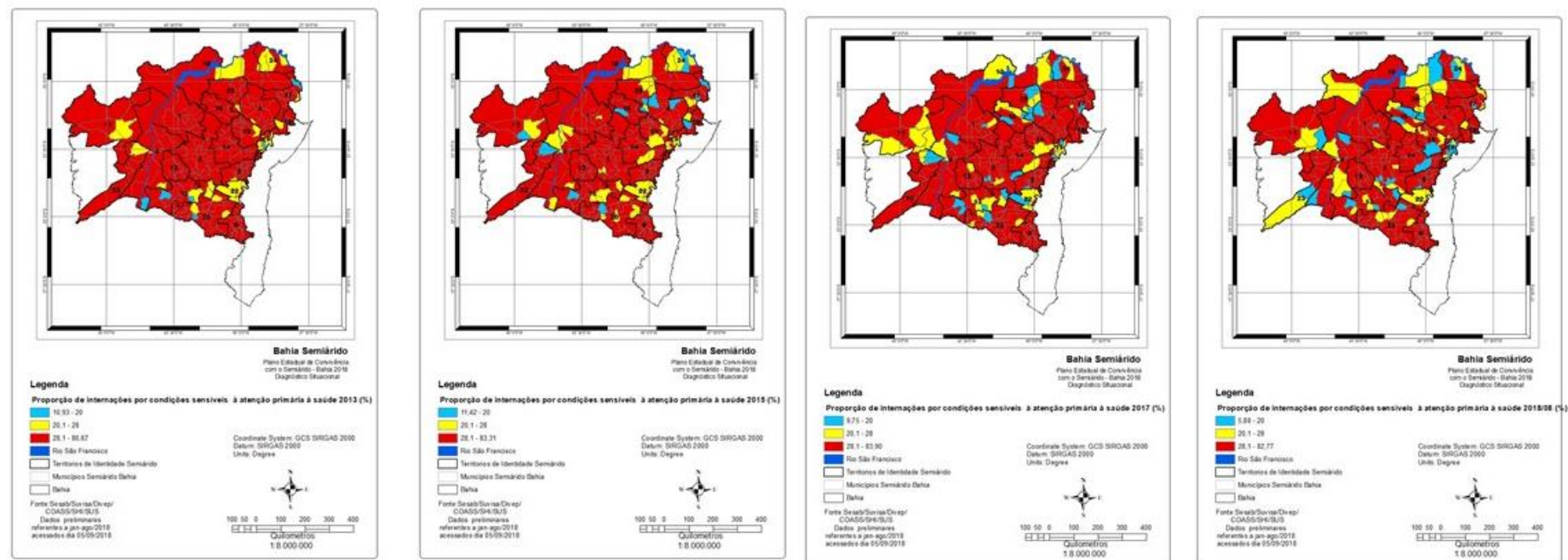
Esses problemas são potencializados pela descontinuidade na implementação dos pactos e acordos firmados entre as instâncias gestoras do SUS. Essa situação fragiliza a gestão de saúde em nível regional e como consequência deixa o sistema de referência e contrareferência na Rede de Atenção à Saúde deficiente. Isto se explicita na dificuldade de marcação de consultas e procedimentos de média e alta complexidade²⁶ não garantido assim, a referência. Quanto a contrareferência, ficou evidente que depende do relato dos usuários, ou seja, não existe um mecanismo formal de contrareferência por parte das unidades referenciadas. Os MAPA 57 A, B, C e D apresentam a evolução do ICSAB 2013, 2015, 2017 e 2018 no território. Esses dados explicitam a importância de investimento em estratégias que aprimorem o atendimento na Atenção Básica e tirem a pressão da Média e Alta Complexidade. Os gestores apontam a questão em quadro no TOMO 2.

A incipiente integração sistêmica²⁷ de ações e serviços de saúde (ou na Rede de Atenção à Saúde - RAS), no Semiárido baiano decorre, entre outros, da inexistência de um sistema de informações que possibilite a integração entre os diversos serviços de saúde, seja do tipo vertical (entre serviços de diferentes níveis de atenção) ou horizontal (serviços de mesmo nível de atenção). Como consequência aspectos fundamentais de gestão que deveriam interagir de forma articulada como a estrutura/organização, as práticas profissionais e a cooperação entre os atores/instituições não o fazem.

Isso causa desigualdade na oferta de ações e serviços entre as diversas regiões de saúde do Estado e consequentemente dificuldade de acesso às ações de Média e Alta complexidade no Semiárido. Longas listas para agendamento e realização de procedimentos de intervenção cirúrgica na atenção são o resultado, bem como a elevada procura pelos usuários aos serviços de urgência e emergência como primeira escolha de acesso ao SUS.

²⁶ relatórios de auditoria do SUS Bahia 2017, que tiveram como objeto de auditoria os sistemas municipais de saúde

²⁷ A integração sistêmica é um fundamento da Rede de Atenção à Saúde (RAS) que envolve três aspectos fundamentais: a estrutura/organização, as práticas profissionais e a cooperação entre os atores/instituições (Brasil, 2010).



MAPA 57 A, B, C e D – Semiárido baiano – Proporção de internações por condições sensíveis à atenção primária de Saúde (ICSAB) 2013, 2015, 2017 e 2018/08

A Insuficiente resolutividade da atenção básica no Semiárido aponta que 73% dos municípios do Semiárido baiano apresentam proporções de internação acima do preconizado pelo IDSUS/MS (28,6%) e que 56% (152) dos municípios apresentaram proporções superiores inclusive a alcançada pelo Estado da Bahia (34,97%). Comparando este resultado com a cobertura da Estratégia de Saúde da Família, constata-se destes municípios 93% possuem cobertura de saúde da família superior a 70%. Tal cobertura denota consolidação da estratégia, na qual espera-se como resultado a melhoria deste indicador.

Vale salientar, que este indicador está relacionado ao registro no sistema de informação de internação hospitalar – AIH, o qual apresenta limites, entre os quais destaca-se: (1) quantifica apenas as internações realizadas na rede SUS; (2) o motivo informado no sistema que justificou a internação nem sempre retrata a real necessidade do usuário sendo diretamente influenciado pelo modo de pagamento ao prestador; (3) codificação inadequada do procedimento.

Essa situação sobrecarrega o processo de regulação do acesso assistencial aos diversos pontos de Atenção da RAS. Outra questão relevante é que a insuficiente comunicação intersetorial entre os órgãos gestores de saúde nos seus diferentes níveis e a fragilidade no planejamento, faz com que as contratações de serviços complementares à Rede, sejam realizadas levando em consideração as pactuações em PPI bem como as demandas apresentadas durante o curso da gestão, muitas vezes sem levar em consideração as necessidades da Central Regional de Regulação. Os gestores apontaram pontos importantes relativos ao tema, como pode ser observado no TOMO 2.

Essas questões dialogam com a Diretriz 20 do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido que fala do “estabelecimento de uma rede de atenção integral à saúde, promovendo suficiência regional, considerando as peculiaridades do semiárido, tendo a atenção básica como ordenadora da rede e coordenadora do cuidado”, também com o PDI, em seu 2º eixo que trata da Dimensão Espacial do Desenvolvimento, Ideia Força – Equidade em Saúde.

6.1.5.3. Doenças de Veiculação Hídrica

São frequentes as doenças relacionadas a água. Isso se dá, principalmente, pela poluição produzida pela atividade industrial, extrativa e agrícola. A insuficiente cobertura de saneamento básico no Semiárido baiano tem íntima relação com a transmissão e importância relativa das doenças de veiculação hídrica. Dados demonstram o histórico de doenças relacionadas ao acesso, quantidade e qualidade das águas de abastecimento; bem como aquelas relativas ao inadequado manejo (i) das águas²⁸, (i) dos esgotos²⁹, (ii) dos resíduos sólidos³⁰, (iii) da habitação³¹ ou (iv) da ausência de drenagem adequada para as águas pluviais no Semiárido baiano.

Muitos municípios do Semiárido baiano fazem a gestão própria dos seus sistemas de abastecimentos de água com a finalidade de reduzir os custos operacionais para o fornecimento à população. Contudo, expressivo número de pequenas comunidades ficou excluído e o resultado desse modelo foi o sucateamento de sistemas implantados pelas Prefeituras e administrados, basicamente por elas ou pela própria comunidade, visto que, faltam recursos e um ordenamento institucional e administrativo para dar suporte e sustentabilidade ao setor. Adicionalmente observa-se a ineficiência de controle operacional em Serviços Autônomos de Abastecimento de Água e Esgotos identificados por inspeções sanitárias e pela baixa inserção de dados no Sisagua³².

A Portaria de consolidação nº 5, anexo XX, estabelece os parâmetros de potabilidade da água para consumo humano. O monitoramento desses parâmetros é

²⁸ As doenças infecciosas relacionadas com a água podem ser causadas por agentes microbianos, agentes químicos ou seus mecanismos de transmissão. Elas podem ser classificadas em quatro grupos: (a) transportadas pela água, sendo adquiridas pela sua ingestão ou por meio de alimentos contaminados (exemplos: cólera, febre tifoide, desintéria bacilar, hepatite infecciosa); (b) adquiridas pela escassez de água para higiene (diarreias – responsáveis por grande parte da mortalidade infantil; infecções de pele e olhos – tracoma; infecções causadas por piolhos); (c) adquiridas pelo contato com a água que contém hospedeiros aquáticos (exemplos: esquistossomose); (d) adquiridas por meio de picadas de insetos infectados que se reproduzem na água ou vivem próximos à reservatórios de águas (exemplos: malária).

²⁹ As doenças relacionadas com os esgotos são aquelas causadas por patogênicos (vírus, bactérias, protozoários e helmintos) existentes em excretas humanas, normalmente nas fezes. Muitas delas também estão relacionadas a água. Elas podem ser transmitidas de diferentes formas. Alguns exemplos: poliomielite, hepatite A cólera, febre tifoide, áscaris lumbricoides, filariose, entre outros.

³⁰ As doenças infecciosas relacionadas os resíduos sólidos mal dispostos, que proporcionam proliferação de moscas, ratos, entre outros. Exemplos: amebíase, salmonelose, peste bubônica, leptospirose, entre outros.

³¹ São doenças infecciosas relacionadas com habitação, entre outras, dengue, meningite, sarampo, doença de chagas.

³² SISAGUA é o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano. Ele tem por objetivo manter atualizado um Banco de Dados com informações importantes, referentes as diferentes formas de Abastecimento de Água, visando análise e avaliação sobre a Qualidade da Água destinada ao Consumo Humano com objetivo de possibilitar melhor Planejamento das Ações de Vigilância no âmbito do SUS, conforme estabelecido na Portaria MS nº 518/04.

realizado pelas secretarias municipais de saúde através da análise da água e lançamento no sistema de informação específico, além disso, está configurado no indicador do Sispacto³³ (Indicador nº 10: Proporção de análise realizadas por municípios cumprindo o plano de amostragem para parâmetros básicos), cuja avaliação nas últimas séries históricas tem demonstrado um baixo cumprimento do indicador. Cabe destacar que a insuficiência de laboratórios³⁴ para a vigilância da qualidade da água no Semiárido baiano; a alta rotatividade das equipes municipais, a ausência de veículo para transportar amostras de água coletadas, as dificuldades de acesso aos pontos de coleta e aos laboratórios de referência impactam fortemente nas condições mínimas necessárias para o adequado monitoramento da qualidade da água. De forma complementar são realizadas inspeções sanitárias nas estações de tratamento de água - ETA pelos técnicos da Vigilância em Saúde Ambiental - VSA.

Na Bahia, em 2017 dados do SISAGUA indicavam que para 18,4% da população a forma de abastecimento e origem da água utilizada não era conhecida. Por outro lado, análises da qualidade da água realizadas, considerando como base a presença de *Escherichia coli* como indicador ambiental de qualidade de água (presença recente de contaminação fecal por animal de sangue quente) apontavam que na medida que se usa soluções alternativas, cai a qualidade de água.

QUADRO 12 – Tipo de Sistema de abastecimento de água x cobertura da população X condição de qualidade da água

Tipo de Sistema	Cobertura	Presença de <i>Escherichia coli</i>
Sistema de Abastecimento de Água - SAA	80%	3,31%
Solução Alternativa Coletiva - SAC	1,7%	22,95%
Solução Alternativa Individual - SAI	0,9%	48,61%
Forma de abastecimento e origem desconhecida	18,1%	

Fonte: SISAGUA, 2017

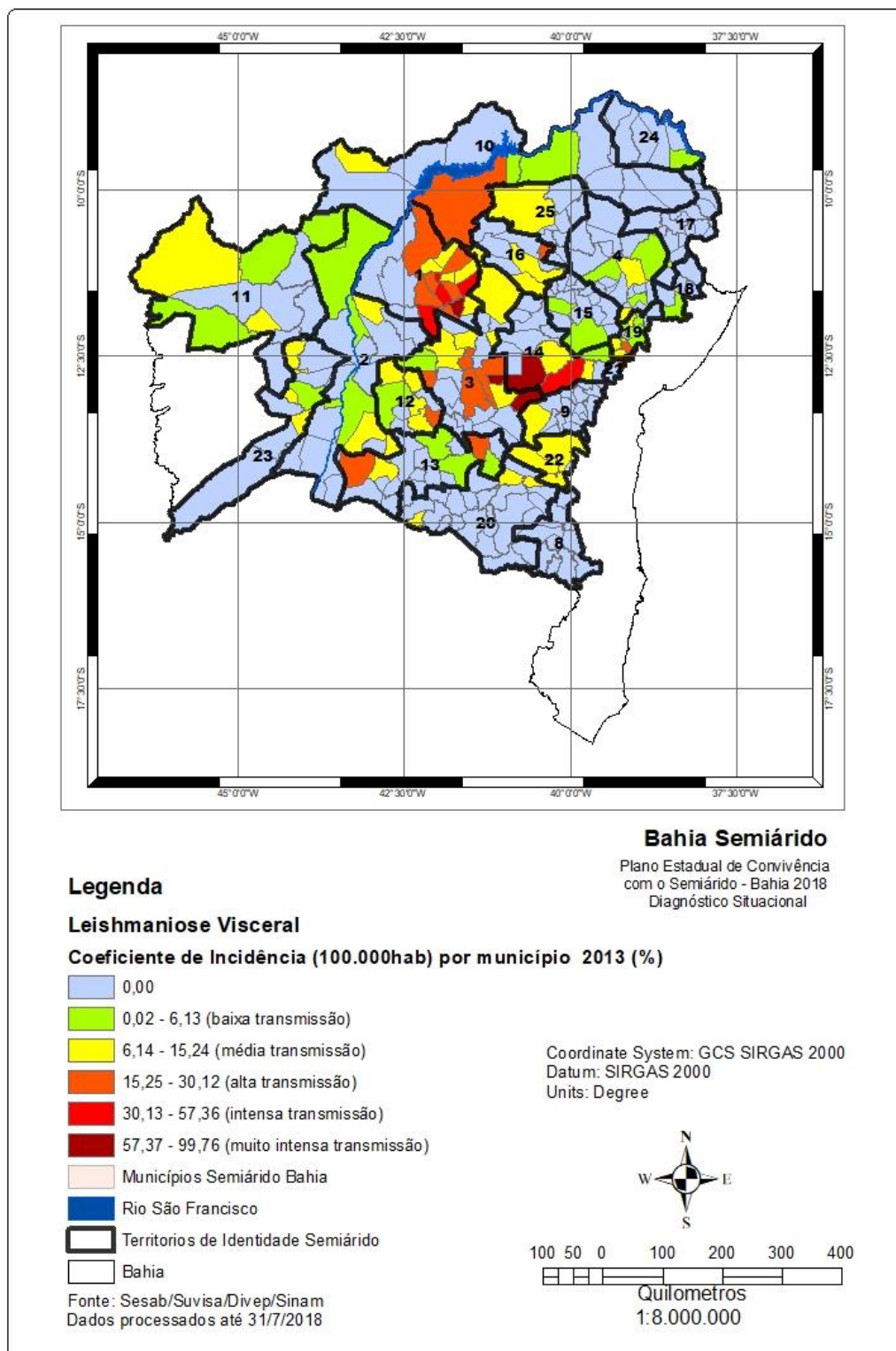
6.1.5.3.1. Leishmaniose Visceral

Dentre os agravos que têm como causas a ausência de saneamento básico, péssimas condições de moradia, ocupação desordenada do solo urbano, invasão e

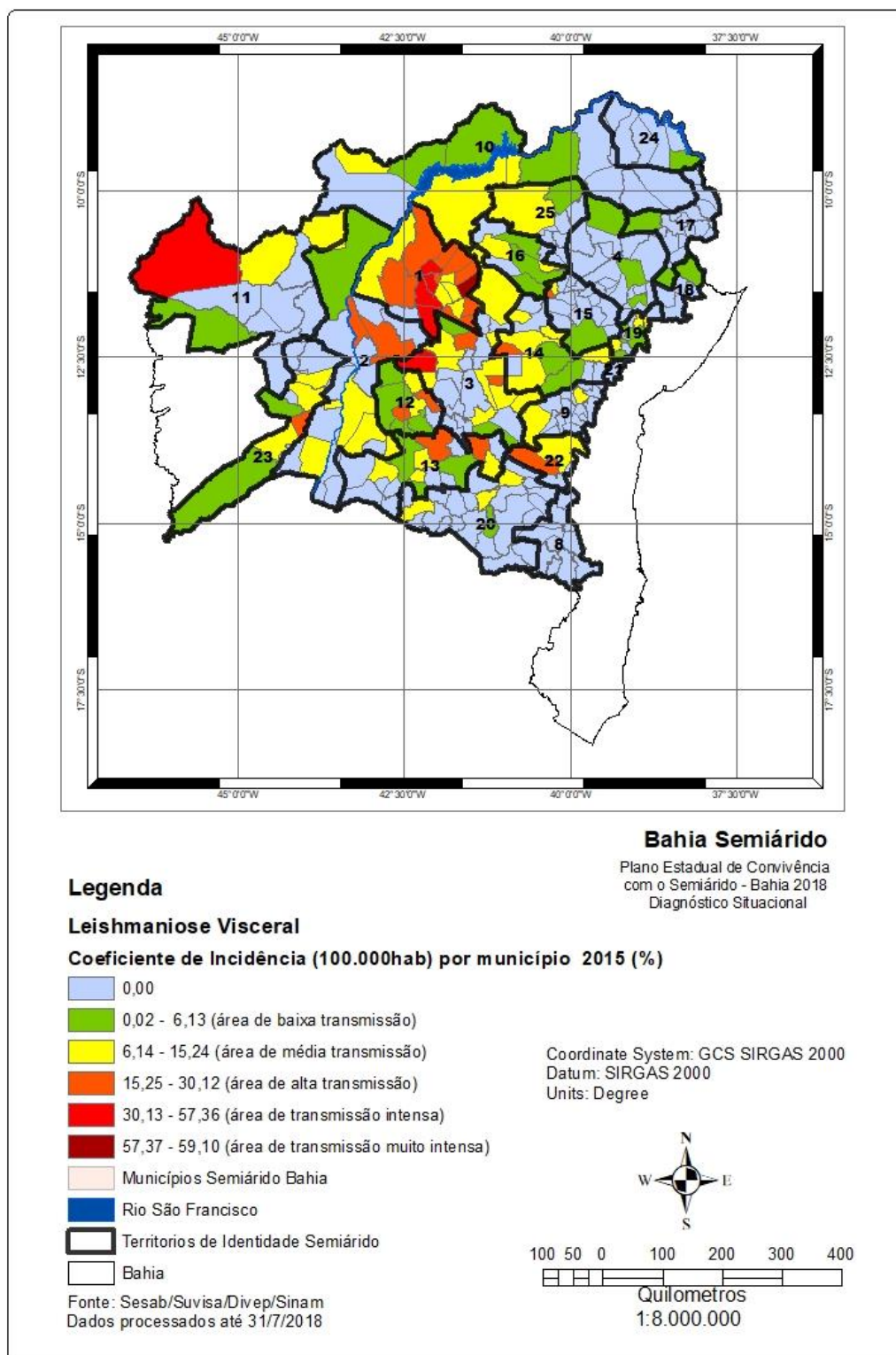
³³ SISPACTO é estratégia para avaliação dos indicadores de saúde em todo Brasil. Foi criada em 1999 pelo Ministério da Saúde. Ele se concretiza por meio de instrumento virtual disponibilizado aos Estados e Municípios onde os mesmos preenchem e registram a pactuação das suas prioridades, metas, objetivos e indicadores do pacto pela saúde. Os pactos são firmados com os diferentes órgãos de saúde (níveis federal, estaduais e municipais) e as metas pactuadas devem ser avaliadas e revistas anualmente.

³⁴ Os 278 municípios do Semiárido baiano são atendidos por seis (6) laboratórios, localizados nos municípios de Vitória da Conquista, Brumado, Feira de Santana, Senhor do Bonfim, Alagoinhas e Serrinha

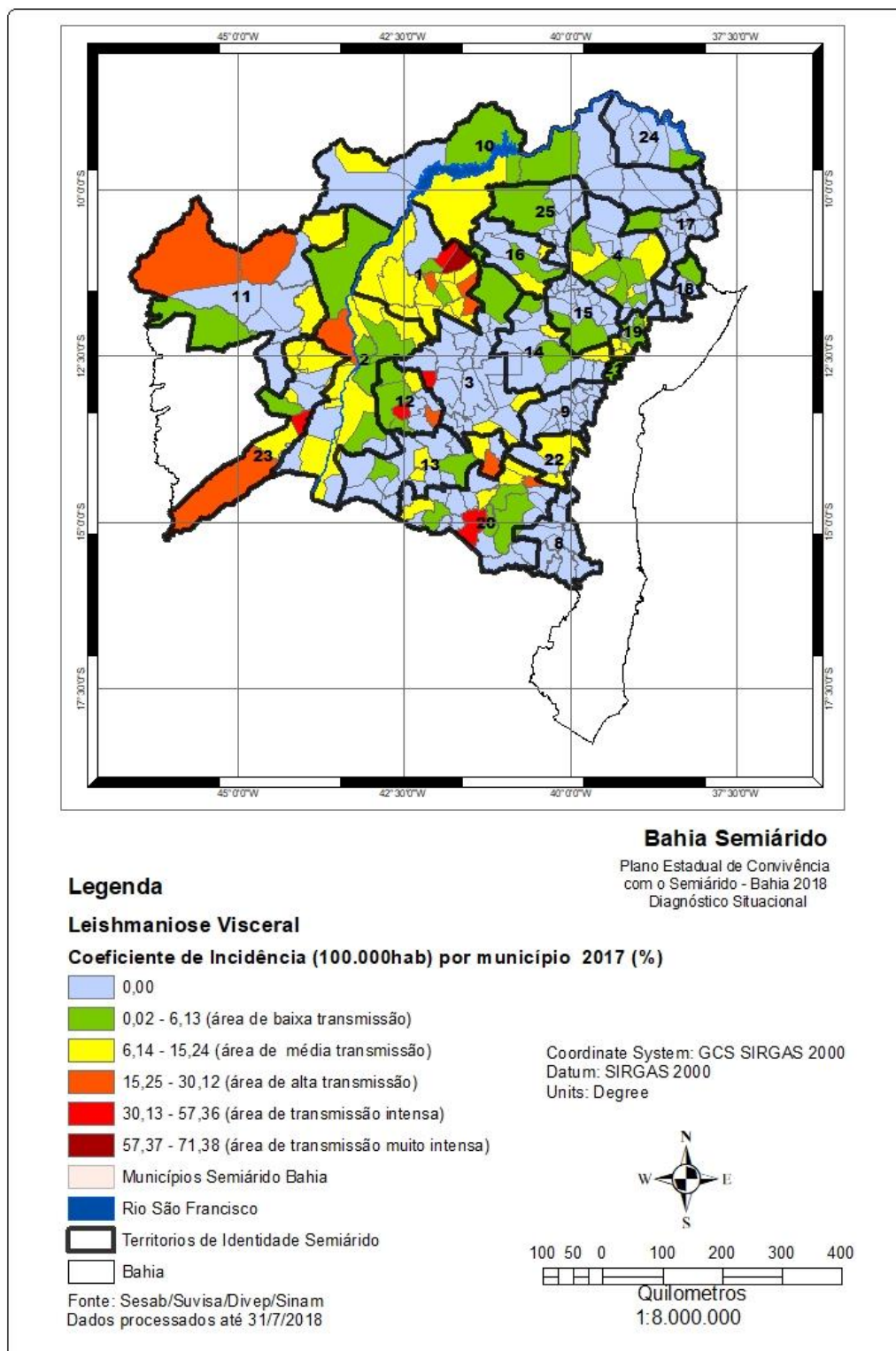
desmatamento de locais nas periferias das cidades para construção de vilas marginais está a Leishmaniose Visceral (conhecida como Calabar). Ela é uma doença adaptada à área urbana, sendo a densidade de cães e o acúmulo de matéria orgânica nas áreas públicas e residências importantes fatores de riscos. Sua transmissão ocorre, predominantemente, pelo vetor *Lutzomyia longipalpis* a partir de picada de vetores infectados pelo protozoário *Leishmania (L.) infantum*. Os MAPA 58, MAPA 59 e MAPA 60 apresentam o seu coeficiente de incidência, por 100.000 habitantes. Eles explicitam a movimentação das áreas de transmissão do tipo médio e alto no sentido leste – oeste do Semiárido Baiano. Há concentração de incidência nos Territórios de Identidade próximos ao rio São Francisco. Por outro lado, nos últimos anos houve ampliação do número de municípios sem incidência registrada do agravo.



MAPA 58 - Semiárido Baiano – Coeficiente de Incidência (100.000 hab) de Leishmaniose Visceral, por município, 2013 (%)



MAPA 59 - Semiárido Baiano – Coeficiente de Incidência (100.000 hab) de Leishmaniose Visceral, por município, 2015 (%)

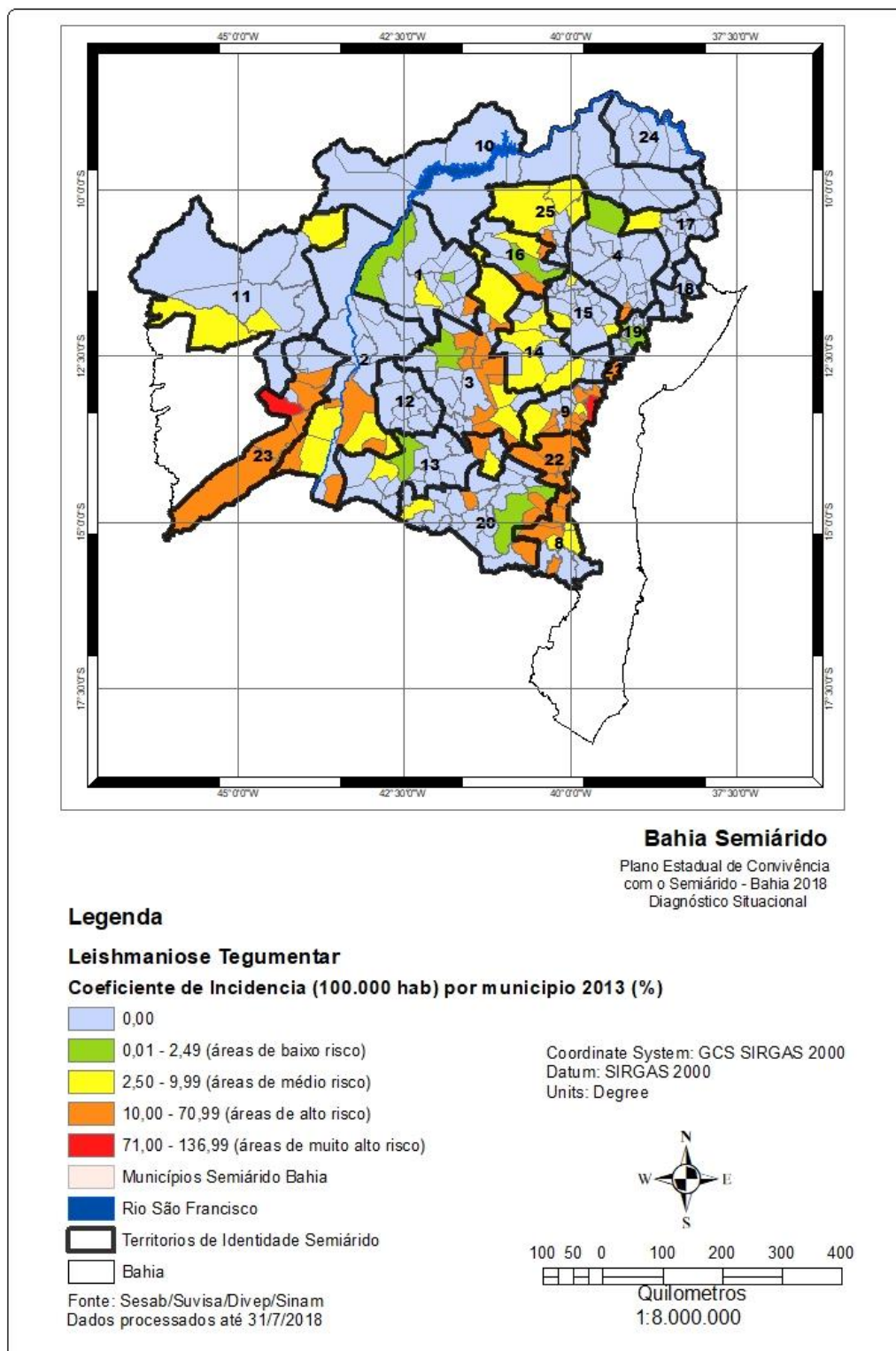


MAPA 60 - Semiárido Baiano – Coeficiente de Incidência (100.000 hab) de Leishmaniose Visceral, por município, 2017 (%)

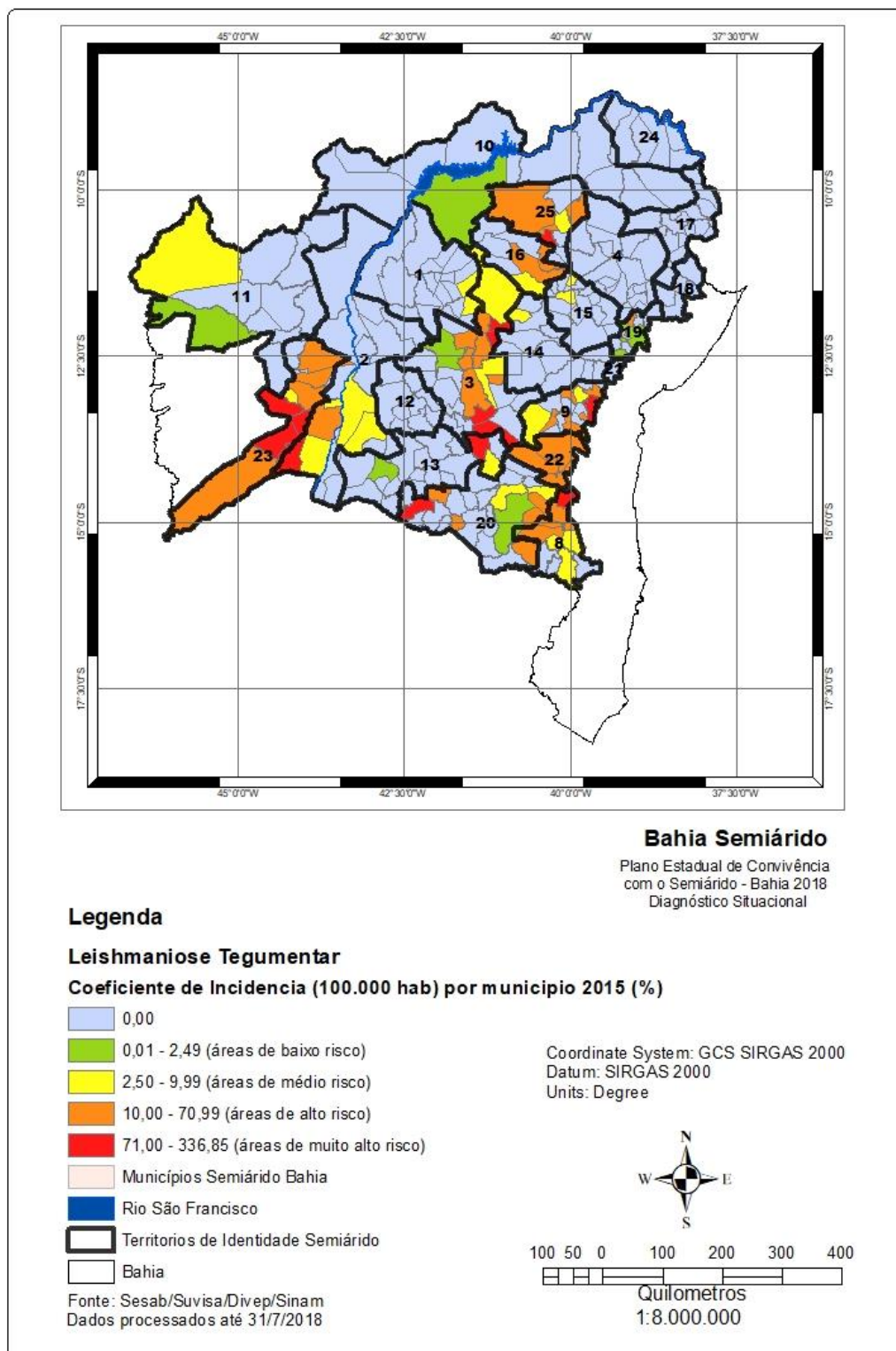
6.1.5.3.2. Leishmaniose Tegumentar

A Leishmaniose Tegumentar (ou cutânea), também conhecida como úlcera de Bauru, nariz de tapir, botão do oriente e ferida brava, é uma doença infecciosa, não contagiosa, que provoca úlceras na pele e mucosas. Ela é transmitida pela fêmea infectada do mosquito *Lutzomyia*, conhecido como mosquito-palha, birigui, tatuquira ou cangalha. Roedores, marsupiais silvestres e animais domésticos podem ser seus reservatórios. Ambientes perto de terrenos baldios, com lixo doméstico disposto de forma inadequada, ou próximos de áreas de mata são propícios ao desenvolvimento dos mosquitos vetores do protozoário.

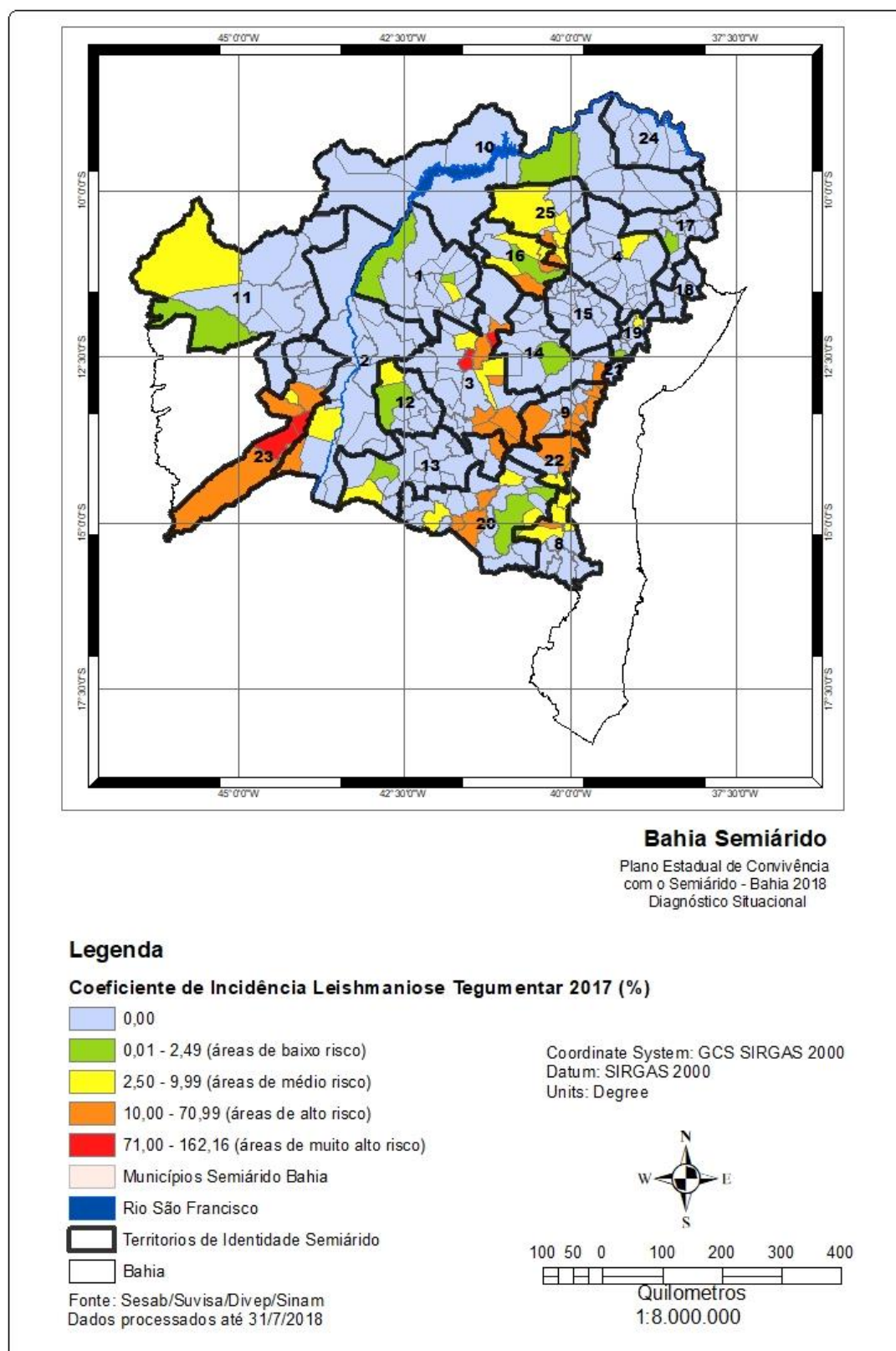
Os MAPA 61, MAPA 62 e MAPA 63 apresentam o coeficiente de incidência da Leishmaniose Tegumentar, por 100.000 habitantes. Eles explicitam a redução das suas áreas de transmissão. Há áreas de muito alto risco na região Oeste e Central do Semiárido Baiano, Territórios de Identidade da Chapada Diamantina e na Bacia do Rio Corrente. Por outro lado, nos últimos anos houve ampliação do número de municípios sem incidência registrada do agravo.



MAPA 61- Semiárido Baiano - Coeficiente de Incidência (100.000 hab) de Leishmaniose Tegumentar, por município, 2013 (%)



MAPA 62 - Coeficiente de Incidência (100.000 hab) de Leishmaniose Tegumentar, por município, 2015 (%)

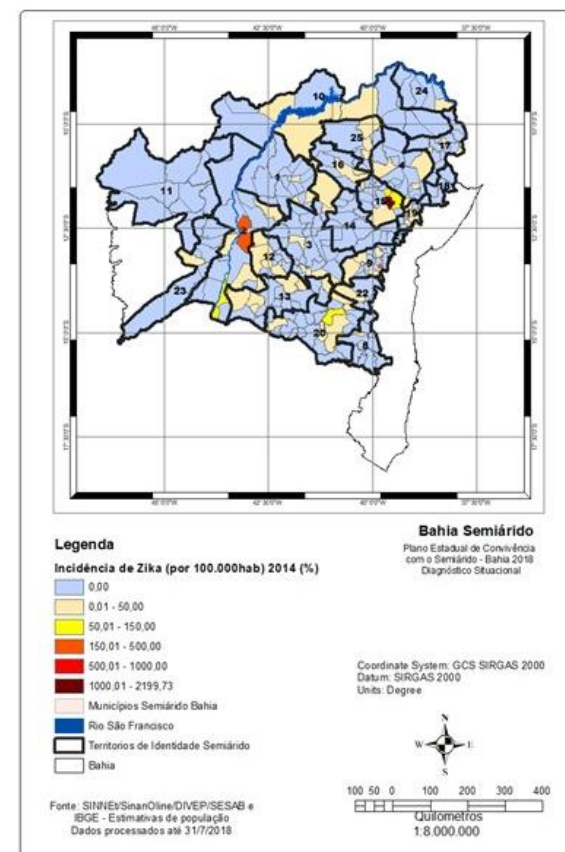
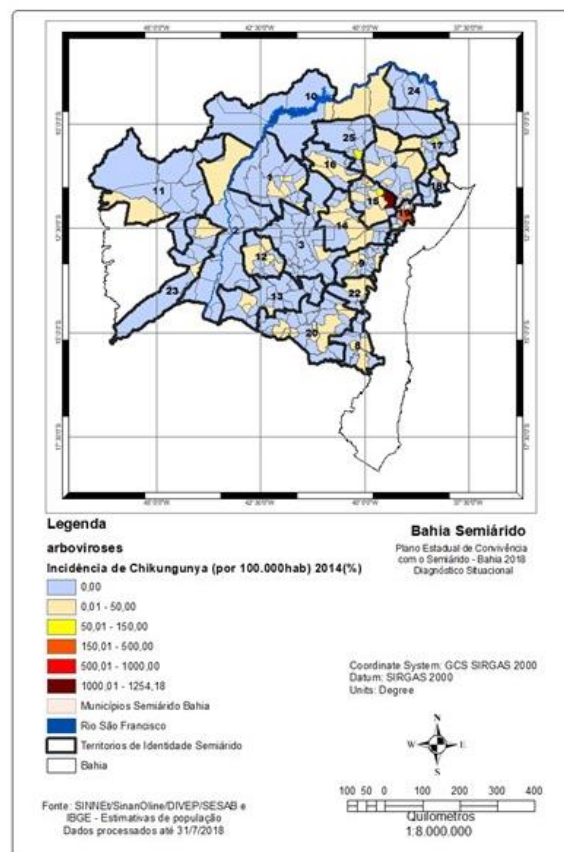
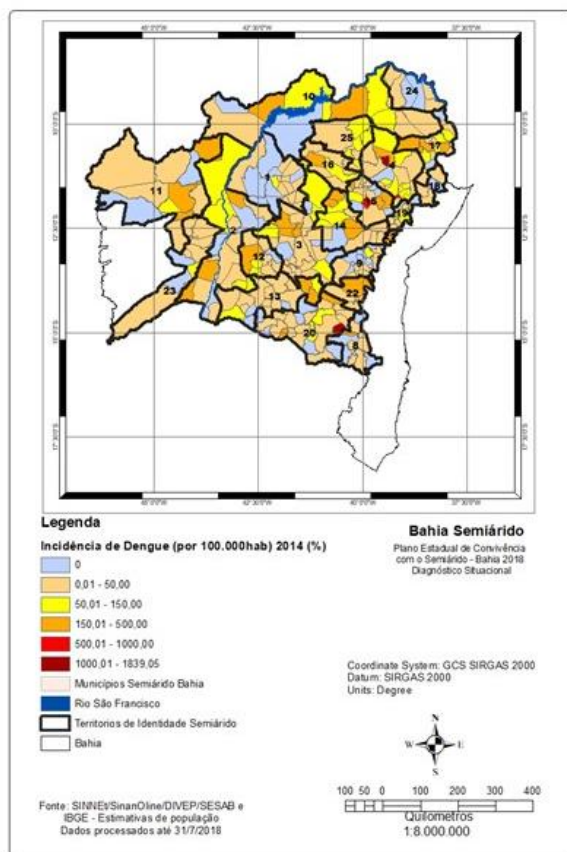


MAPA 63 - Coeficiente de Incidência (100.000 hab) de Leishmaniose Tegumentar, por município, 2017 (%)

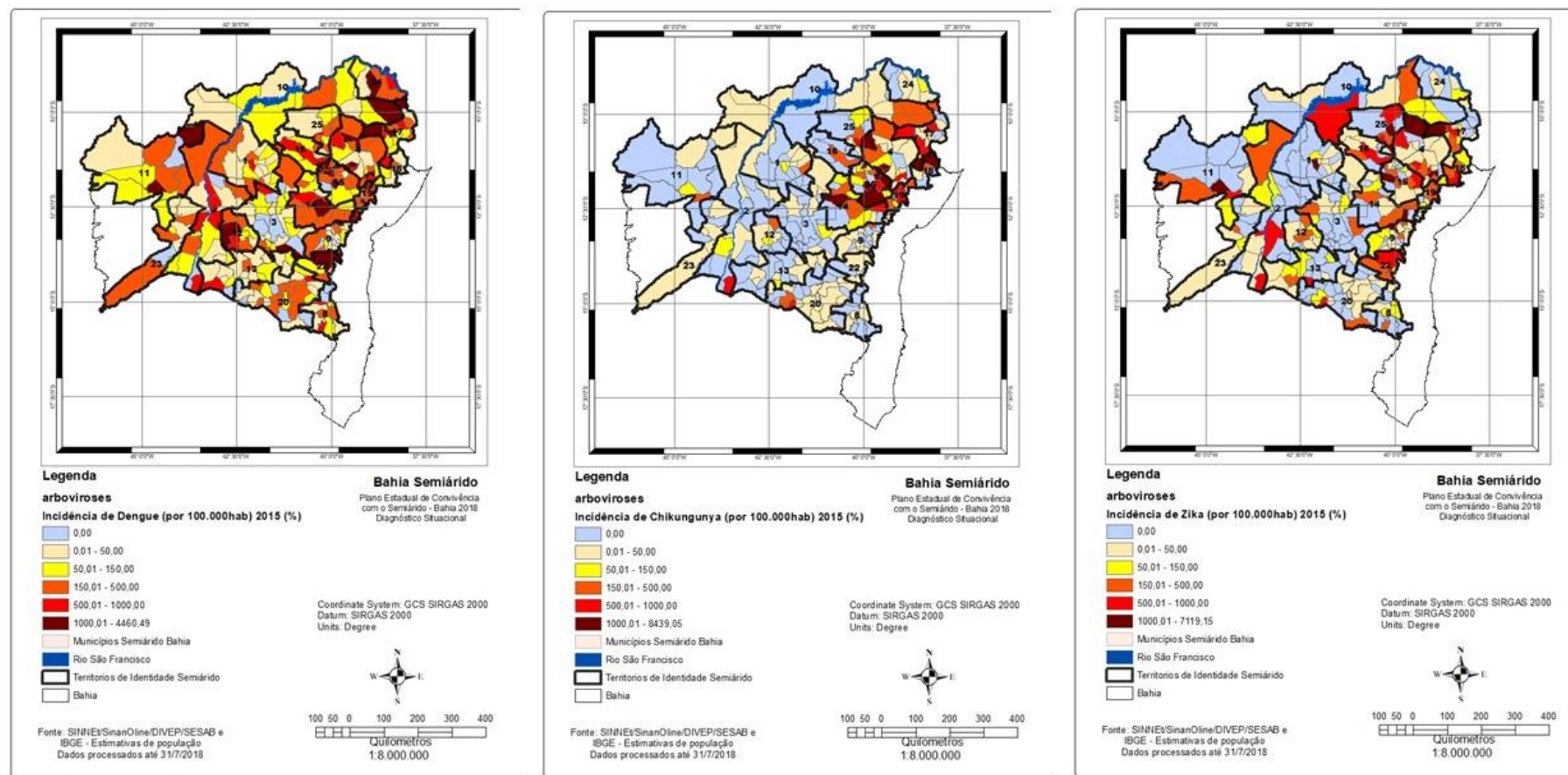
6.1.5.3.3. Arboviroses

Arboviroses são as doenças causadas pelos chamados arbovírus, que incluem o vírus da dengue, Zika vírus, febre chikungunya e febre amarela. A classificação "arbovírus" engloba todos aqueles transmitidos por artrópodes, ou seja, insetos e aracnídeos (como aranhas e carrapatos). Existem 545 espécies de arbovírus, sendo que 150 delas causam doenças em seres humanos. Apesar de a classificação arbovirose ser utilizada para classificar diversos tipos de vírus, como o mayaro, meningite e as encefalites virais, hoje a expressão tem sido mais usada para designar as doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, como o Zika vírus, febre Chikungunya, dengue e febre amarela. O método de prevenção adequado é acabar com o mosquito, mantendo o domicílio sempre limpo, eliminando possíveis criadouros. Para tanto, a ação permanente dos agentes de vigilância epidemiológica municipais e estaduais é fundamental.

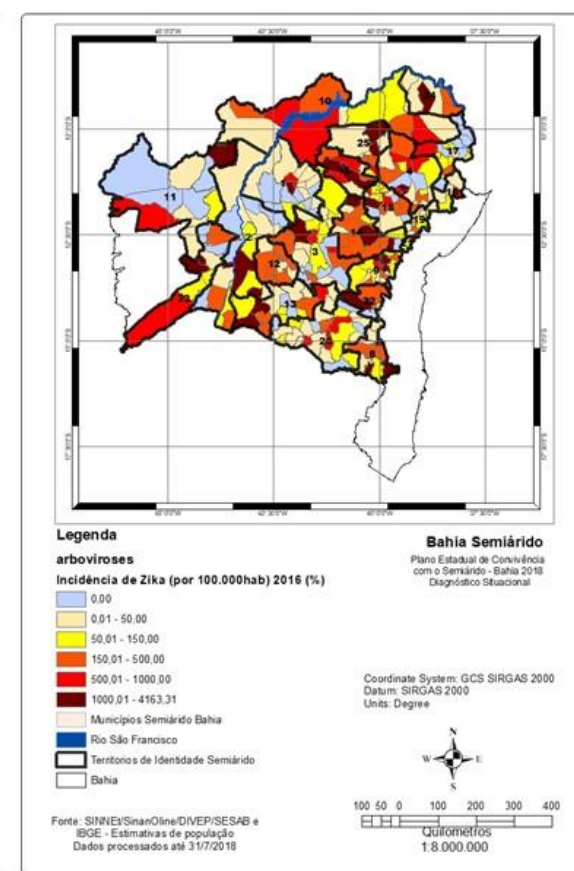
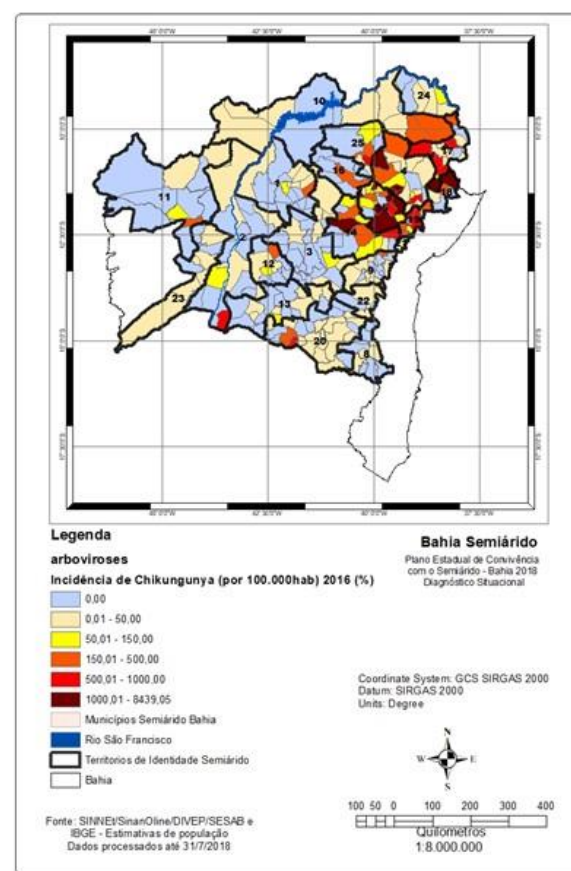
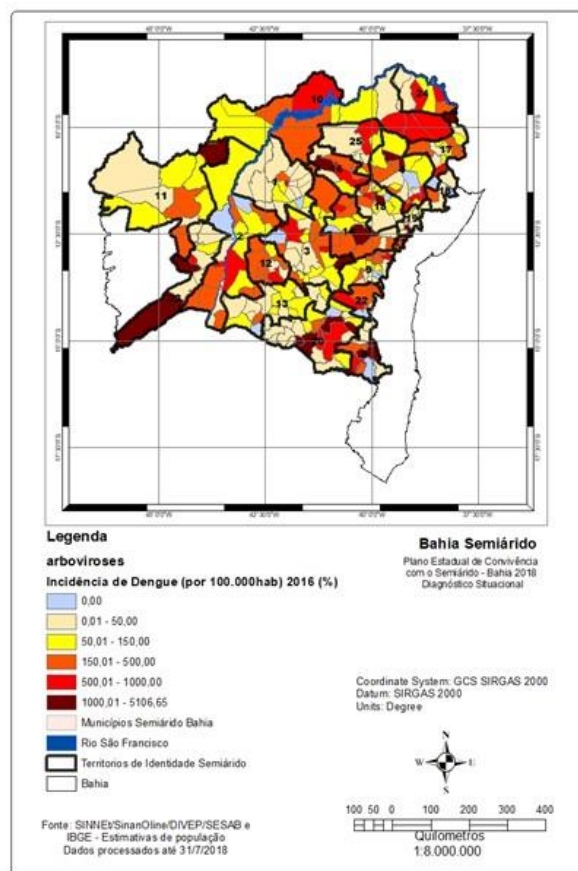
Nos últimos anos o Semiárido Baiano tem tido considerável incidência desses três agravos: Dengue, Zika vírus e Febre Chikungunya. Os MAPA **64**, MAPA 65, MAPA 66, MAPA 67 e MAPA 68 a seguir apresentam a evolução da situação no Semiárido baiano.



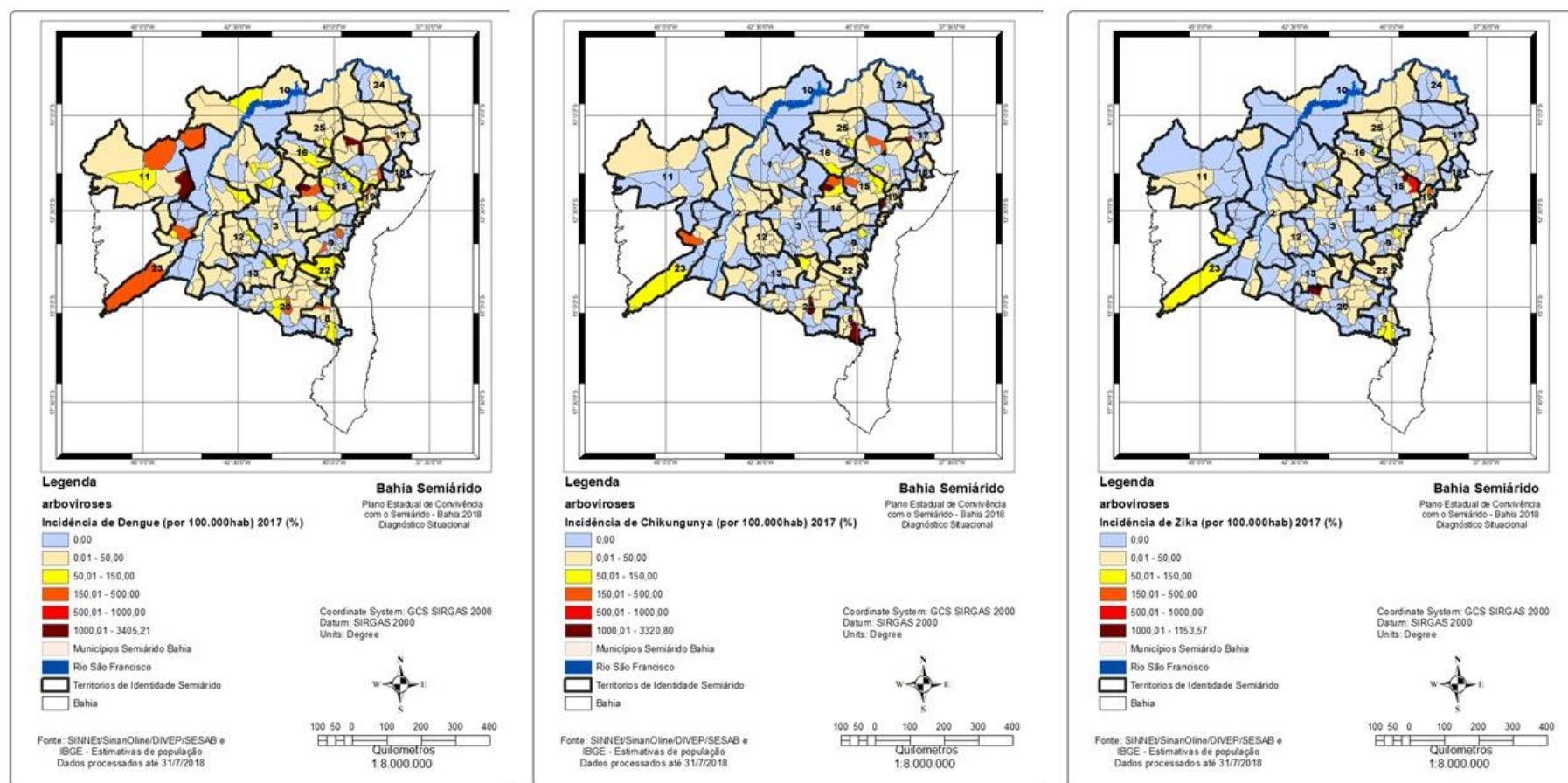
MAPA 64 – Semiárido Baiano – Incidência de Arboviroses Dengue, Chinkungunya e Zika Vírus por 100.000 hab, 2014 (%)



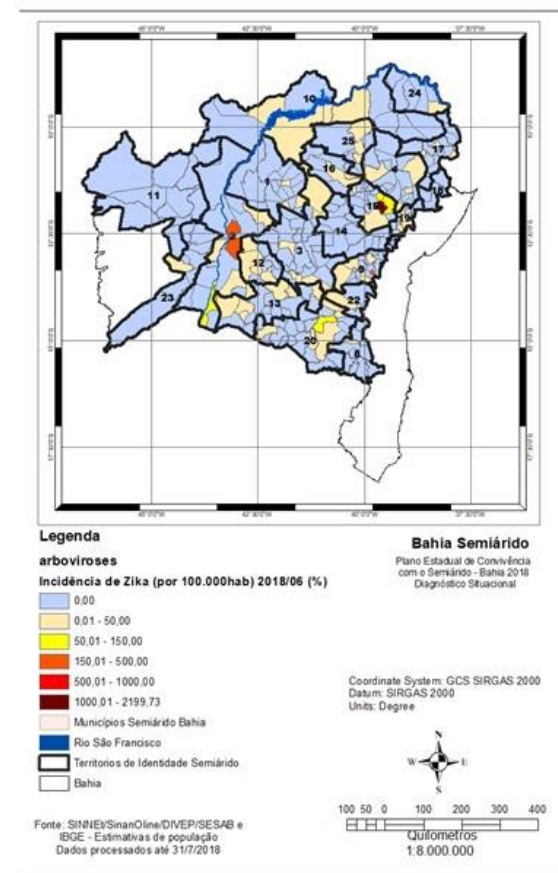
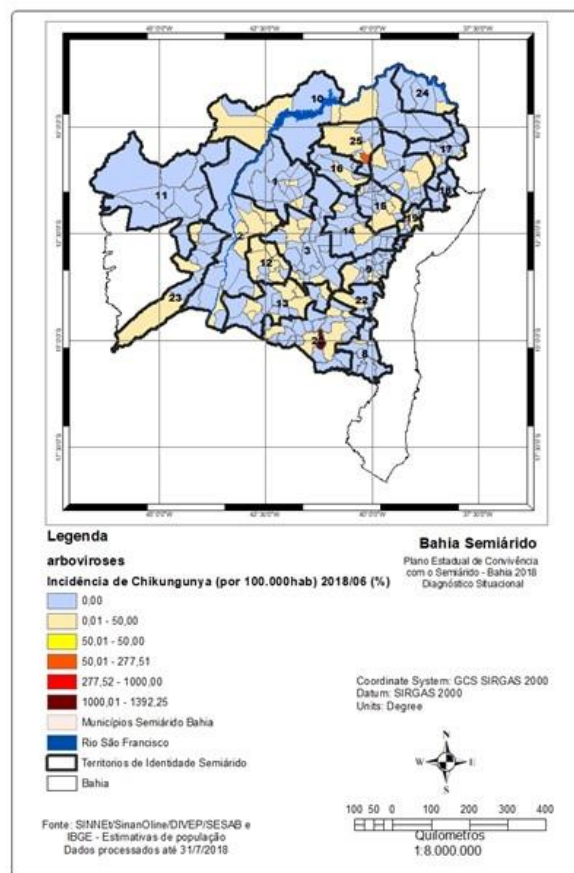
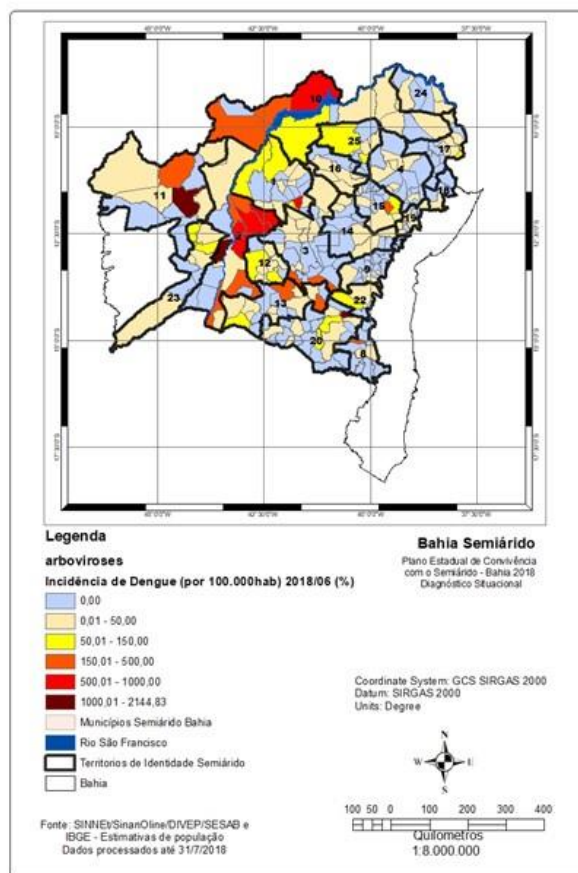
MAPA 65 - Semiárido Baiano – Incidência de Arboviroses Dengue, Chikungunya e Zika Vírus por 100.000 hab, 2015 (%)



MAPA 66 - Semiárido Baiano – Incidência de Arboviroses Dengue, Chinkungunya e Zika Vírus por 100.000 hab, 2016 (%)



MAPA 67 - Semiárido Baiano – Incidência de Arboviroses Dengue, Chinkungunya e Zika Vírus por 100.000 hab, 2017 (%)



MAPA 68 - - Semiárido Baiano – Incidência de Arboviroses Dengue, Chikungunya e Zika Vírus por 100.000 hab, 2018 (%)

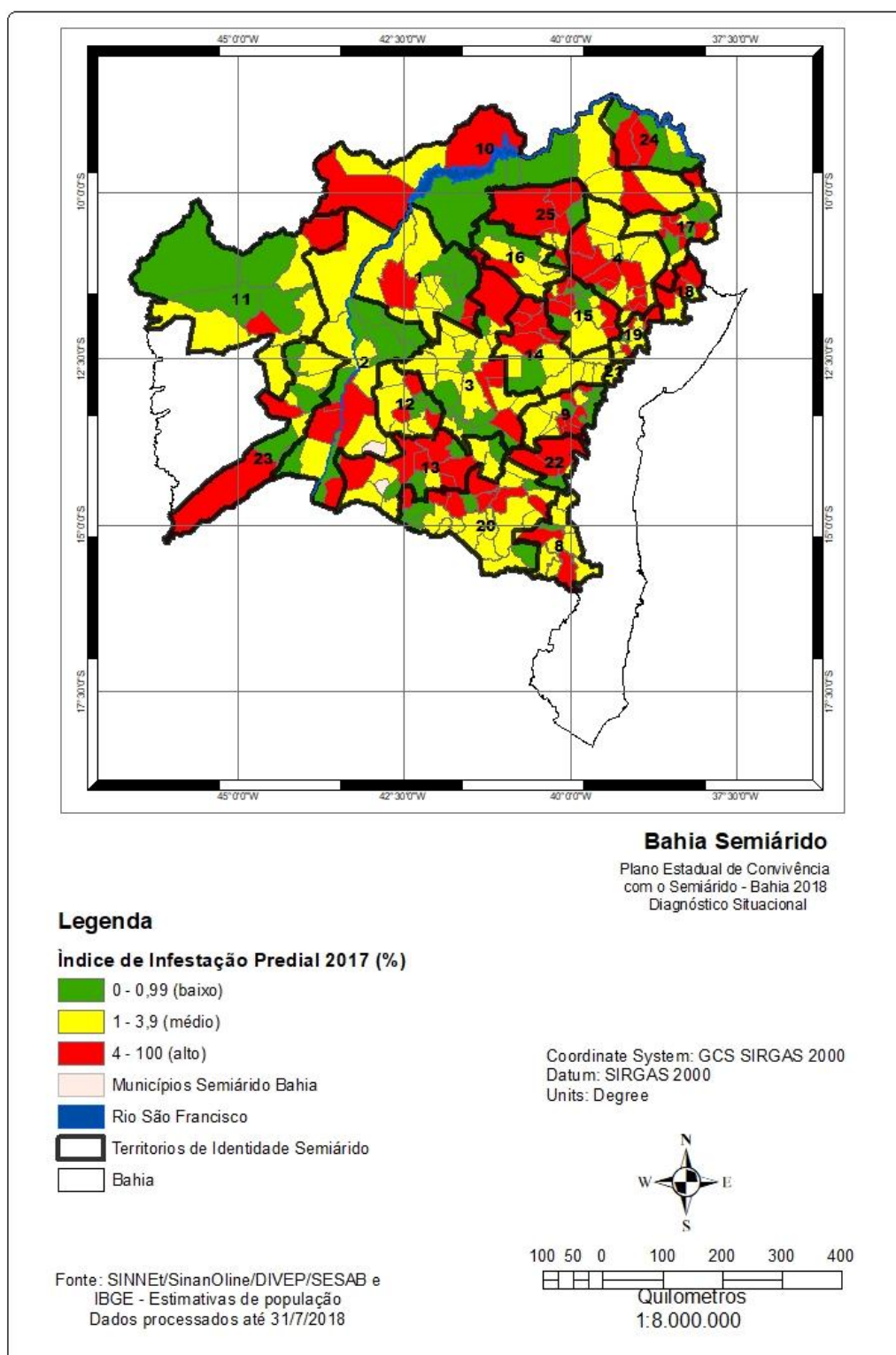
Os MAPA 69 e MAPA 70 apresentam o índice de infestação predial encontrado nos últimos dois anos (2017 e 2018) no Semiárido baiano. Este índice mede a infestação de larvas dos mosquitos na localidade. Cabe destacar que a circulação viral do mosquito não tem área de deslocamento muito grande, o que explica a repetição dos locais de foco.

Neles claramente observa-se que em média 40% dos municípios do Semiárido Baiano estavam altas infestações prediais. Cabe destacar que em 2017, 100% das residências monitoradas nos municípios de Casa Nova, Cícero Dantas, Itarantim, Lagoa Real e Livramento de Nossa Senhora estavam infestadas. O controle da infestação predial se dá pelo trabalho de prevenção realizado pela vigilância epidemiológica em conjunto com os municípios. Contudo, cabe destacar que questões como a precarização da contratação de trabalho de vigilância provocando descontinuidade administrativa; inexistência de cargo e carreira municipal em vigilância da saúde e a desconsideração (ou considerações superficiais) sobre Vigilância da Água para Consumo Humano no âmbito dos Planos Municipais de Saúde³⁵ prejudicam as ações de prevenção e cuidado.

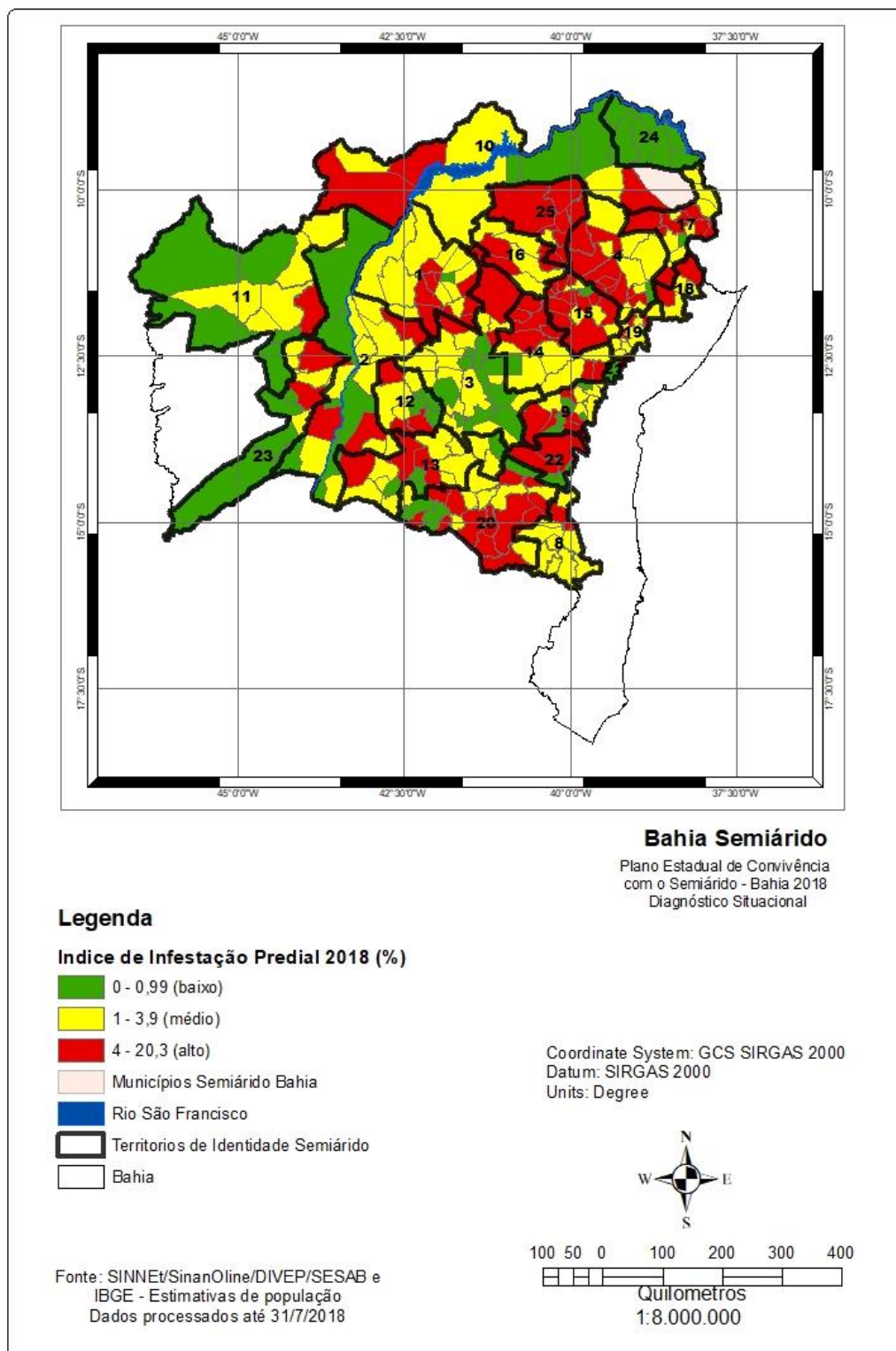
A ação de prevenção e controle das infestações prediais é necessária e permanente, na medida em que o seu controle executado de modo insuficiente pressiona o sistema de saúde. Os gestores apontaram pontos importantes relativos às doenças de veiculação hídrica como pode ser observado no TOMO 2.

Essas questões dialogam com a Diretriz 2 do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido que fala da “promoção ao acesso à água para consumo humano, dessedentação animal e uso produtivo da agricultura familiar” e é fundamental na convivência com o Semiárido.

³⁵ Fonte: APG-Sesab – Planos Municipais



MAPA 69 – Semiárido Baiano - Índice de infestação predial 2017 (%)



MAPA 70 - Semiárido Baiano - Índice de infestação predial 2018 (%)

6.1.5.4. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) Saúde

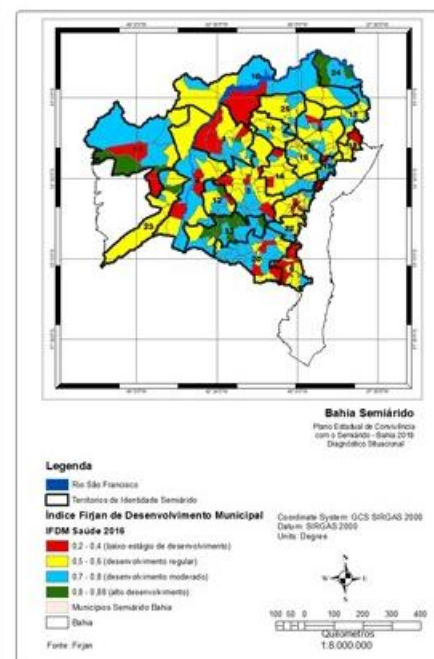
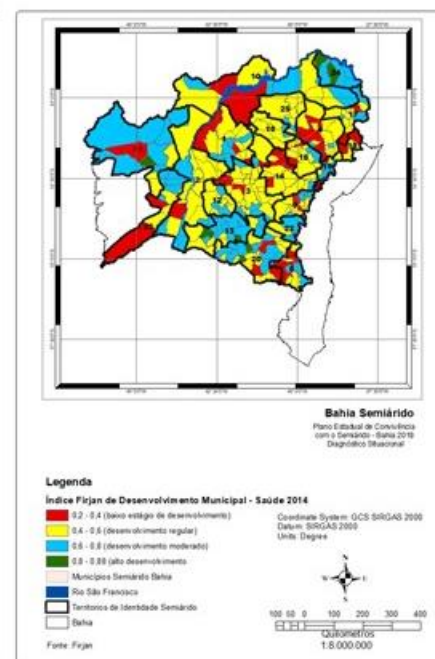
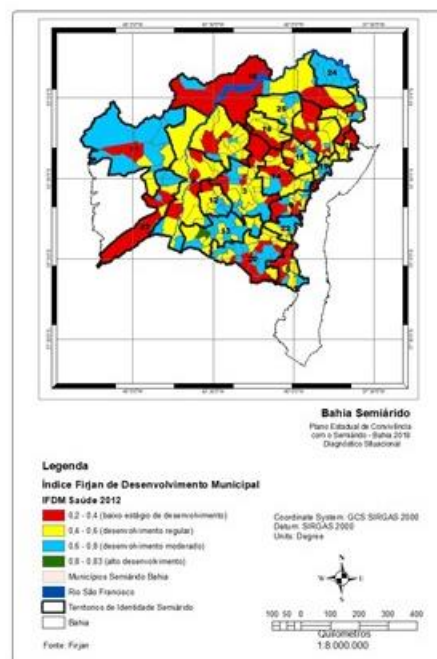
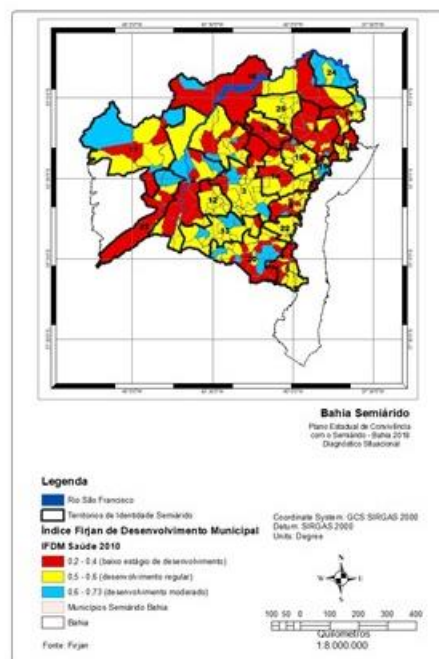
O desenvolvimento socioeconômico brasileiro tem sido monitorado por diferentes indicadores e índices com o objetivo de acompanhar as necessidades brasileiras e considerar suas diferentes realidades. Dentre os diferentes índices existentes podemos citar o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), o IES (Índice de Exclusão Social) e o IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Humano). Para fins deste trabalho optou-se por utilizar o IFDM.

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM foi criado em 2008. Seu objetivo é monitorar anualmente o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, considerando as diferentes realidades da menor divisão federativa: o município. Ele é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas do desenvolvimento humano: trabalho e renda, educação e saúde.

Na dimensão Saúde, o IFDM tem foco na saúde básica e contempla indicadores cujo controle é de competência municipal. São eles: proporção de atendimento adequado de pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis e internações sensíveis à atenção básica³⁶.

A evolução do IFDM Saúde apresentada nos MAPA 71 A, B, C e D possibilita observar o avanço das condições de saúde dos municípios do Semiárido baiano da situação de baixo desenvolvimento em 2010 para o desenvolvimento moderado e alto em 2016. O TI nº13 Sertão Produtivo é o que mais avançou em relação às condições de saúde, encontra-se em melhor situação, com quase 90% de seus municípios em situação de desenvolvimento moderado para alto estágio de desenvolvimento. Nota-se também que, apesar da evolução, ainda se apresentam em todos os outros 21 Territórios de Identidade do Semiárido Baiano há municípios em situação de “baixo estágio de desenvolvimento”.

³⁶ Todos os indicadores estão presentes nos bancos de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e o Sistema Internações Hospitalares (SIH), todos do DataSus – Ministério da Saúde. Nas variáveis da dimensão de saúde os valores equivalem às médias do último triênio em relação ao ano de referência. Isto foi necessário para minimizar a volatilidade característica dos dados de saúde, evitando grandes variações de um ano para outro. Fonte: www.firjan.com.br



MAPA 71 – Semiárido Baiano – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Saúde, 2010, 2012, 2014 e 2016

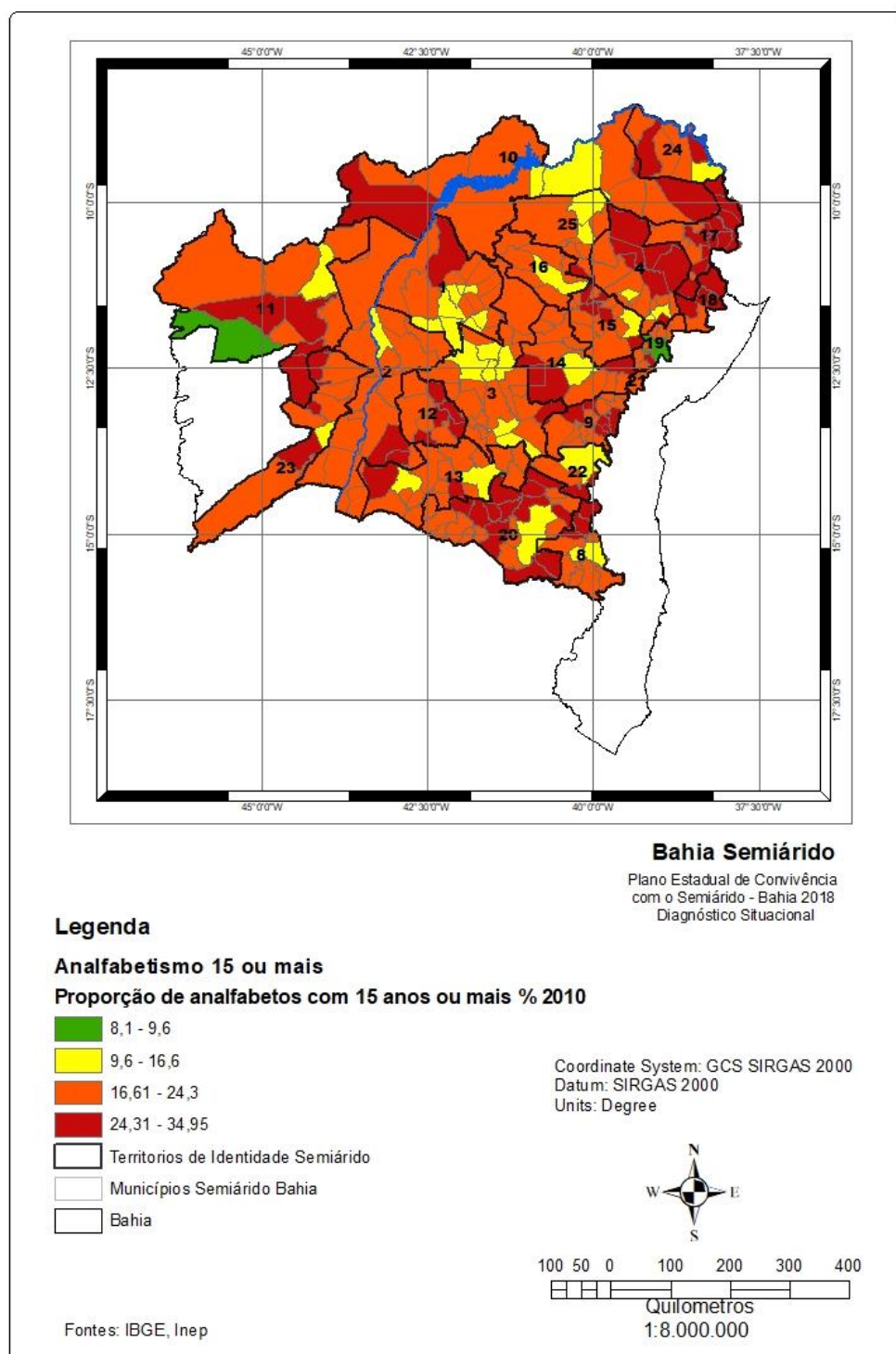
6.1.6 Educação³⁷

A educação oportuniza conhecimento e compreensão da realidade onde se está inserido. Nesse sentido o processo de ensino – aprendizagem passa pela oferta de uma educação contextualizada que possibilite aos educandos, educadores e egressos questionar o seu entorno, buscando soluções para alterá-lo, seja por ações diretas ou por cobranças aos administradores públicos. Ao longo dos últimos dez anos, a educação na Bahia foi marcada, entre outros eventos, por ações governamentais que buscavam atingir a universalização do seu acesso e a melhoria da sua qualidade, a exemplo das políticas de interiorização, de aumento na oferta de vagas, de qualificação da docência e de ampliação do quadro de docentes, seja na educação básica³⁸, seja no ensino superior. Contudo, ao observar a situação do Semiárido baiano e o ponto de partida dessas ações governamentais, apesar dos esforços realizados, constata-se uma realidade que ainda inspira cuidado.

Em 2010, 1/4 das pessoas com 15 ou mais no Semiárido baiano ainda eram analfabetos. O **MAPA 72** explicita a situação. Pedro Alexandre (no TI nº 17 Semiárido Nordeste II) era o município em pior situação (34,9%), seguido por Coronel João Sá (33,65%) e Sítio do Quinto (33%), todos localizados no TI nº 17 Semiárido Nordeste II. Na outra ponta, apenas dois municípios do Semiárido tinham taxas de analfabetos com mais de 15 anos menores que 10% Barreiras ((TI nº 23 Bacia do Rio Corrente) e Feira de Santana (8,14%) no TI nº 19 Portal do Sertão. Ambos os municípios polos econômicos das suas regiões.

³⁷ Utilizou-se como base NT Seplan sobre Educação 2018 para o PDI - 2035

³⁸ A educação básica, de acordo com o artigo 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional – é formada por três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Já segundo as diretrizes curriculares nacionais, em seu artigo 27, cada etapa da educação básica poderá corresponder a uma ou mais das modalidades de ensino: educação de jovens e adultos; educação especial; educação profissional e tecnológica; educação do campo; educação escolar indígena; educação a distância (BRASIL, 2013). Nesta Nota Técnica, a educação básica será discutida com ênfase no ensino médio, especialmente em relação à educação profissional e tecnológica e à educação do campo (BRASIL, 2000).



MAPA 72 - Semiárido Baiano – Proporção de analfabetos com 15 anos ou mais (%) 2010

6.1.6.1. Distorção Idade Série

Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o ano de 2014 indicavam que, no estado, cerca de 243.000 crianças e jovens, de 4 a 17 anos, não frequentavam a escola. Desse contingente, em torno de 134.000 (55,1%) eram jovens de 15 a 17 anos³⁹, que deveriam estar cursando o ensino médio.

Do mesmo modo, observou-se que, entre aqueles que, formalmente, frequentavam a escola no ensino médio, 8,2% já a haviam abandonado, 17,5% tinham sido reprovados, e 45,5% encontravam-se fora da faixa etária prevista para essa etapa específica. Assim, percebe-se que os governos, não obstante continuados esforços para promover melhorias na educação, ainda não conseguiram resultados mais efetivos no sentido de romper com os ciclos de baixos rendimentos, que impulsionam a reprovação e a evasão escolar, e que, certamente, repercutem na distorção idade-série e no frágil desempenho escolar.

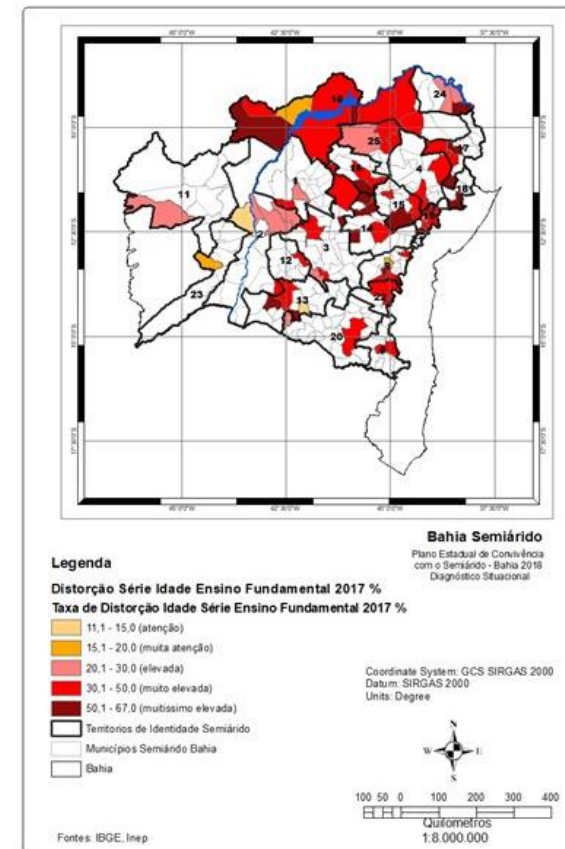
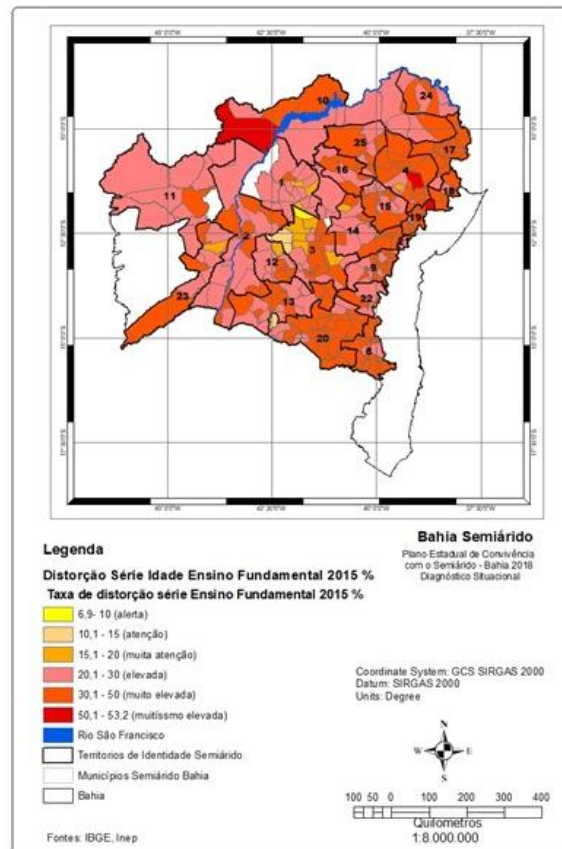
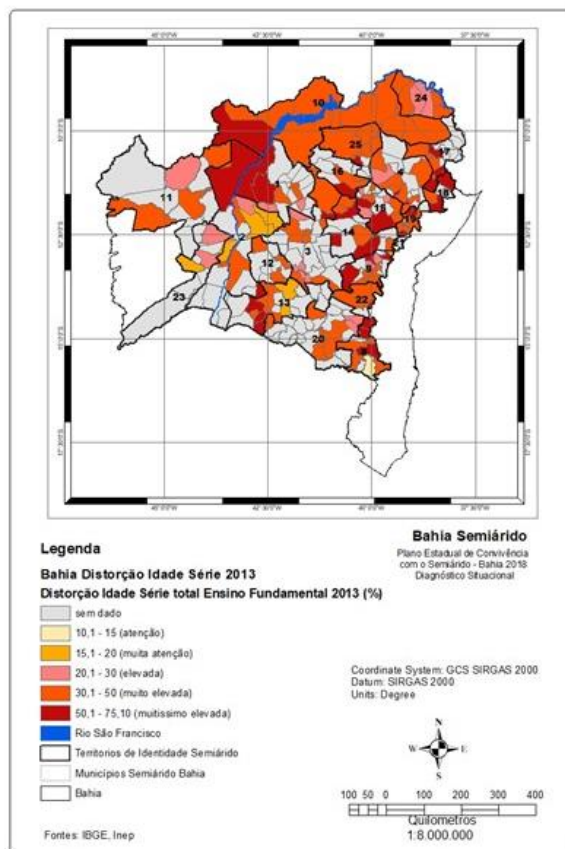
Entretanto, essas mesmas ações ainda não se traduzem em estatísticas efetivamente satisfatórias, visto que a realidade atual da educação baiana apresenta déficits relacionados ao acesso e à permanência no sistema escolar. Em 2015, a título de exemplo, as taxas de reprovação, de 16,4%, bem como as de distorção idade-série do ensino médio, de 41,8%, revelaram-se elevadas e superiores às médias nacionais, que eram de 11,5% e 27,4%, respectivamente (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2017). Nesse mesmo ano, a taxa de escolarização bruta do ensino médio⁴⁰ era de 78,4 %, demonstrando uma redução de 3,8% em relação a 2012. No entanto, a taxa de escolarização líquida do ensino médio⁴¹ era de 42,8%, indicando um pequeno aumento de 0,1%, comparativamente ao resultado de 2012.

No Semiárido baiano a taxa de distorção Idade Série, que indica a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar tem se mantido elevada. Se por um lado, no nível estadual houve transferência de parte das escolas de ensino fundamental para as prefeituras municipais, aquelas unidades escolares que se mantiveram na rede estadual na sua maioria os alunos encontram-se em situação de distorção idade série muito ou muitíssimo elevada. Os MAPA 73 A, B e C explicitam isso.

³⁹ Informação disponibilizada pela Secretaria da Educação (SEC) do estado, especialmente para esta Nota Técnica. Na ocasião, os dados referentes ao ano de 2015 não haviam ainda sido sistematizados.

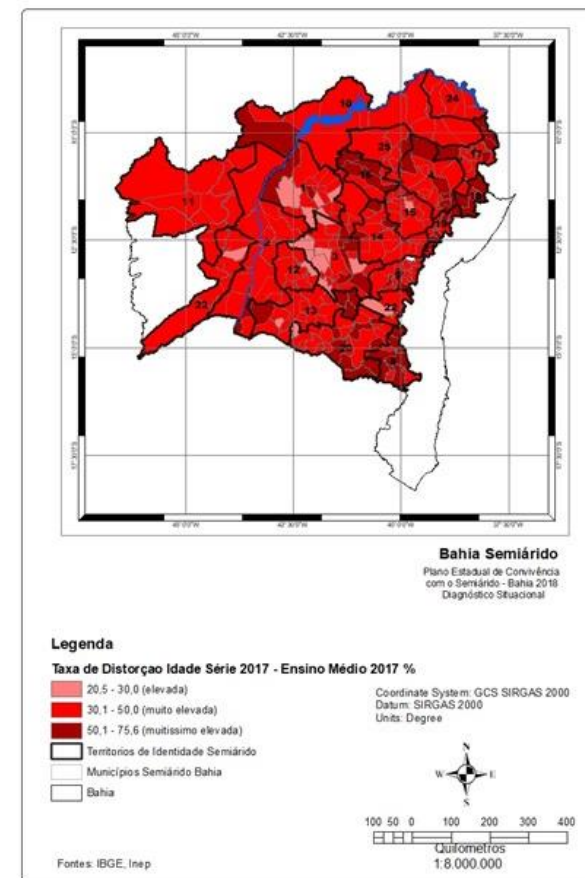
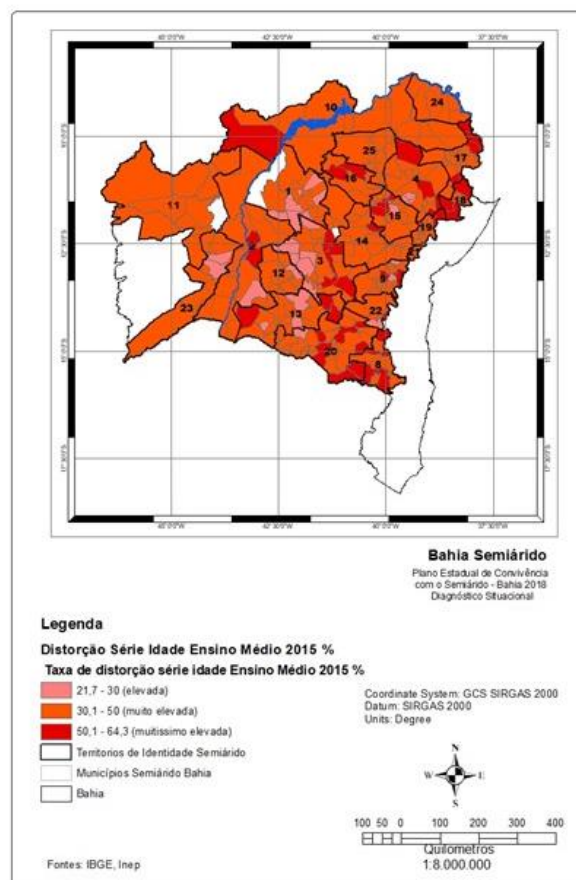
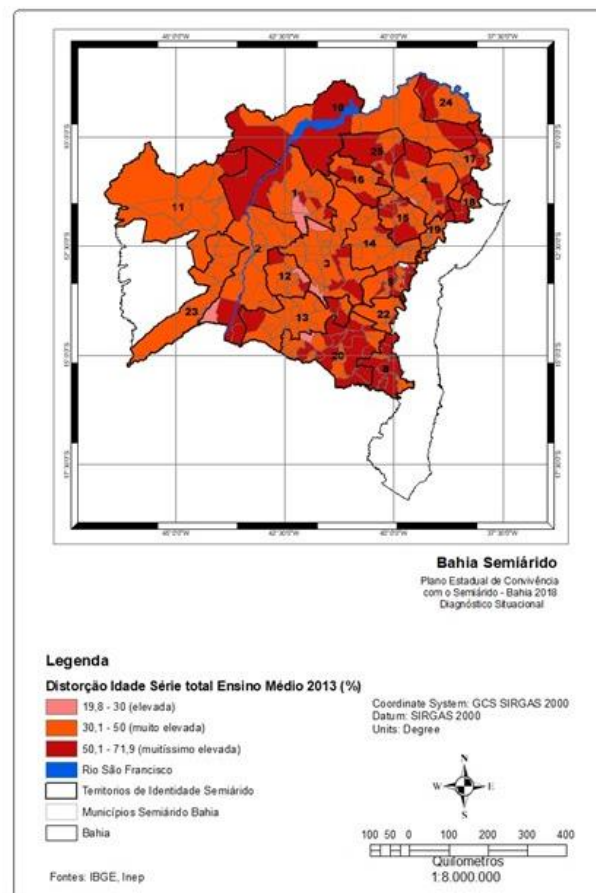
⁴⁰ A taxa de escolarização bruta do ensino médio é a razão entre o número total de matrículas nessa etapa do ensino, independentemente da faixa etária a que pertençam os efetivamente matriculados, e a população correspondente à faixa etária prevista para essa mesma etapa, de 15 a 17 anos.

⁴¹ A taxa de escolarização líquida do ensino médio é a razão entre o número de matrículas de alunos com idade prevista para essa etapa do ensino, de 15 a 17 anos, e a população total na mesma faixa etária.



MAPA 73 A, B e C – Semiárido Baiano – Taxa de Distorção Idade Série Ensino Fundamental 2013, 2015 e 2017 (%)

Quanto à situação das unidades escolares da rede estadual no ensino médio, os MAPA 74 A, B e C demonstram que mais da metade dos municípios do Semiárido baiano encontram-se com jovens educandos com distorção idade série maior que 50%.



MAPA 74 – Semiárido Baiano - Taxa de Distorção Idade Série Ensino Médio 2013, 2015 e 2017 (%)

6.1.6.2. Qualidade

A situação da qualidade do ensino da rede estadual precisa ser considerada. Dentre outros instrumentos, ela é parcialmente aferida pelo IDEB e expressa no cálculo da taxa de rendimento escolar (aprovação) e da média de desempenho dos exames padronizados aplicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

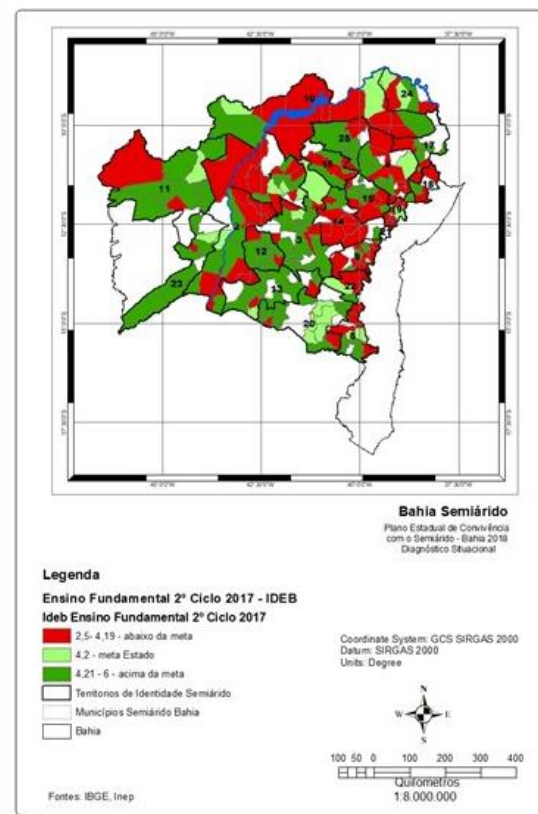
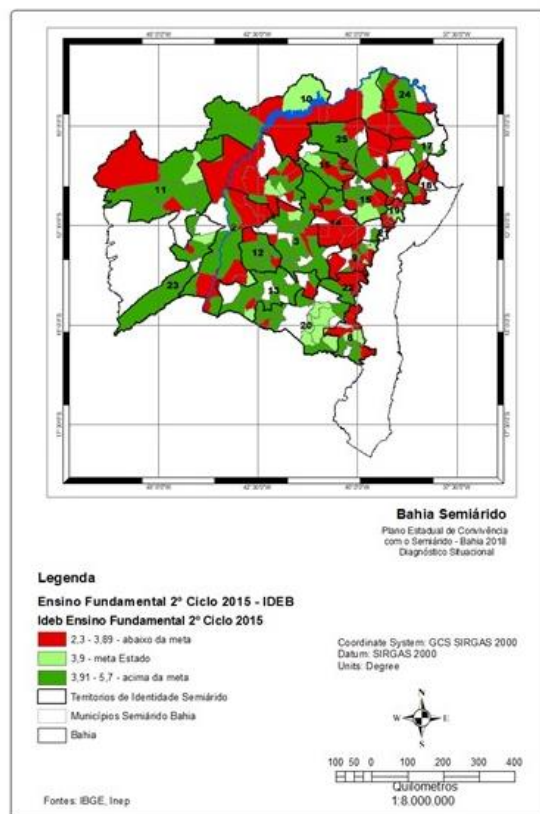
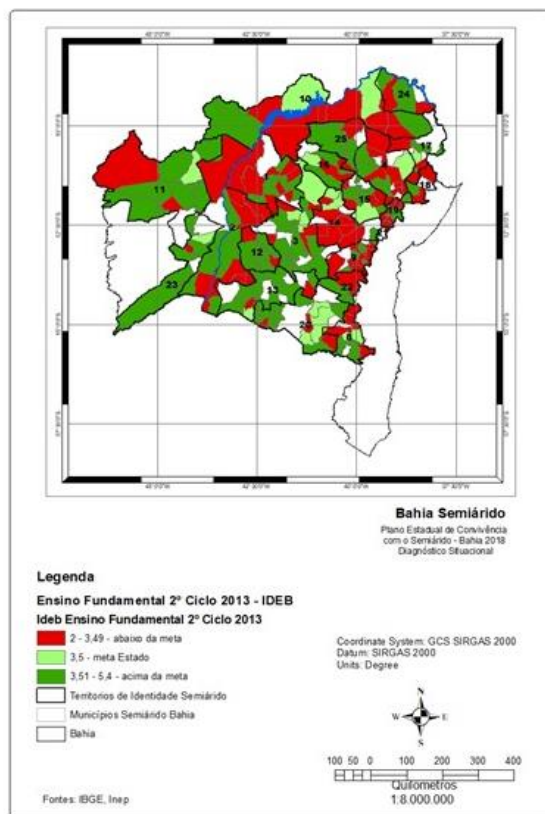
Em relação ao ensino fundamental, os índices mantiveram-se abaixo da média Bahia, com aproveitamento, no máximo, básico. No que tange do ensino médio estadual, observa-se que esses índices se mantiveram, na Bahia, quase inalterados de 2011 a 2015, já que seus resultados foram, respectivamente, 3,0 e 2,9. Porém, a nota alcançada nesse último ano ficou bem abaixo da projetada, visto que se esperava alcançar 3,6. Além disso, a média do IDEB baiano de 2015 ficou aquém do resultado alcançado tanto pela Região Nordeste (3,2) como pelo Brasil (3,5). Cabe lembrar que esse resultado fez com que a Bahia perdesse cinco posições no *ranking* nacional, nesse mesmo período, passando da décima nona para a vigésima quarta posição. Desse modo, o estado ficou ainda mais distante da meta traçada para o ensino médio do país em 2021, que é de 5,2. Tal condição é reveladora de um permanente desafio a exigir superação por parte de sucessivos governos estaduais.

No levantamento de informações sobre o ensino médio da esfera pública, diante de uma gama de limitações que tornam mais vulneráveis os indivíduos que normalmente acessam essa rede de ensino, aspectos relativos à importância da democratização e da qualidade do ensino devem ser destacados. Segundo Cury (2002), os atuais desafios relativos ao ensino médio surgem como contraface da opção anteriormente adotada, nos anos 1990, expressa nas políticas educacionais de “focalização”, que priorizaram o ensino fundamental gratuito, na faixa etária de 7 a 14 anos. Tal “focalização”, afinal, repercutiu no recuo ou no amortecimento da universalização para outras etapas da educação, bem como em dificuldades crescentes para a sustentação destas últimas mediante recursos suficientes. Seja como for, desde o final dos anos 1990 já se obteve a universalização do ensino fundamental. Portanto, as questões mais prementes da atualidade dizem respeito às dificuldades enfrentadas pelo ensino médio.

No que se refere ao acesso ao ensino médio, particularmente, é possível observar certa estabilidade no número de matriculados na rede estadual, com quase um milhão de estudantes participando, em 2014, dessa rede regular. Neste mesmo ano, 71.000

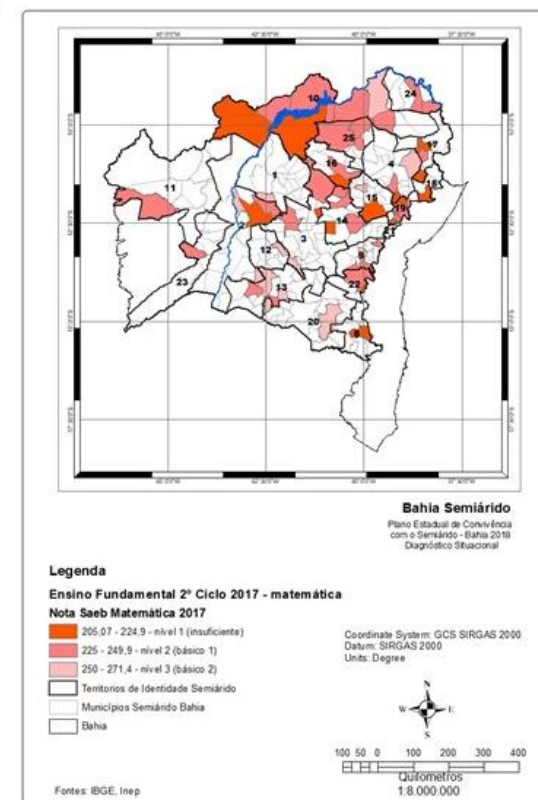
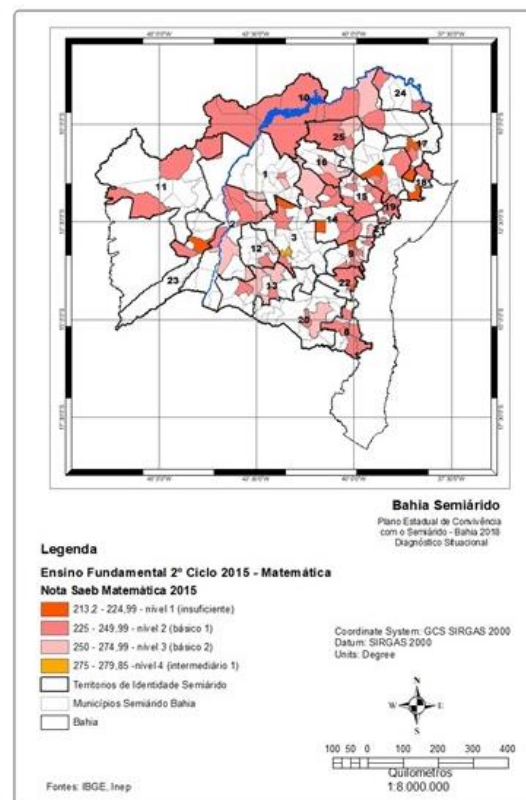
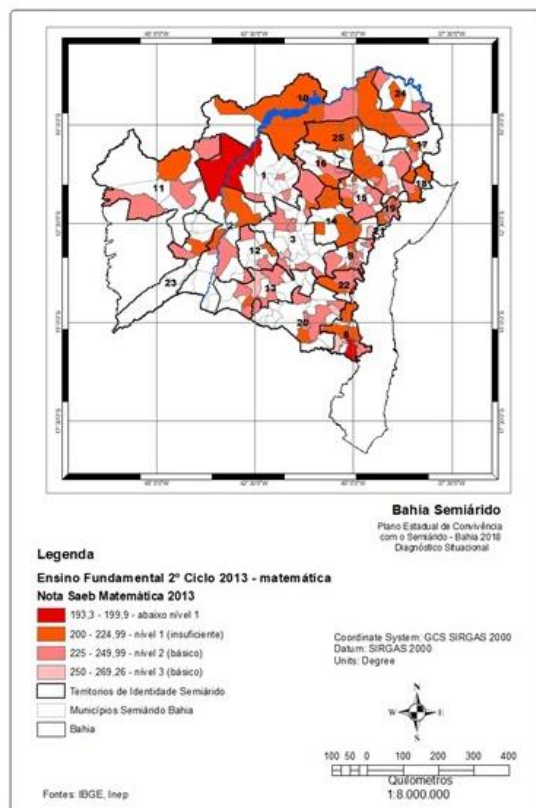
estudantes, aproximadamente, participavam da modalidade de educação profissional. Tal situação, entretanto, não espelha, necessariamente, equilíbrio entre oferta e demanda, uma vez que, também para 2014, cerca de 134.000 jovens de 15 a 17 anos encontravam-se fora da escola, não concluindo, àquela altura, esse nível educacional.

Os MAPA 75 A, B e C apresentam a evolução das notas do IDEB por município da rede estadual de Educação, nível Fundamental 2º ciclo, anos 2013, 2015, 2017. Neste período observa-se que, considerando as metas planejadas e os resultados em nível estadual, os resultados nos municípios do Semiárido tiveram uma ligeira queda.

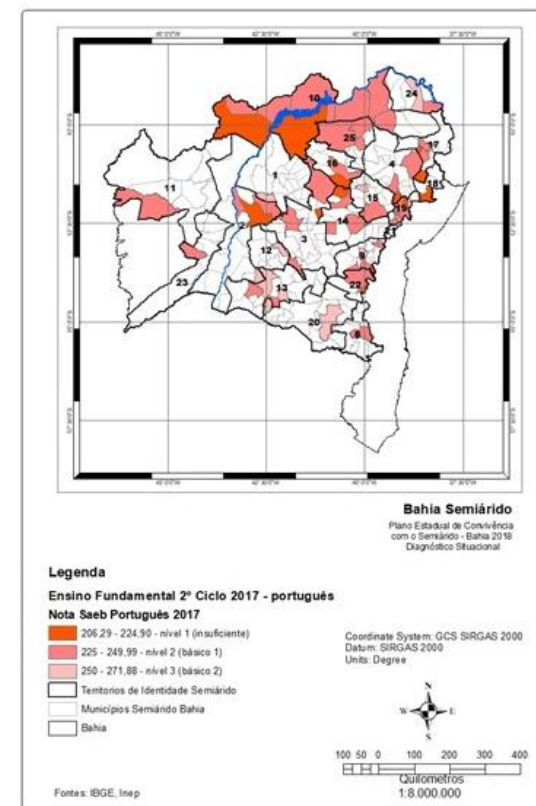
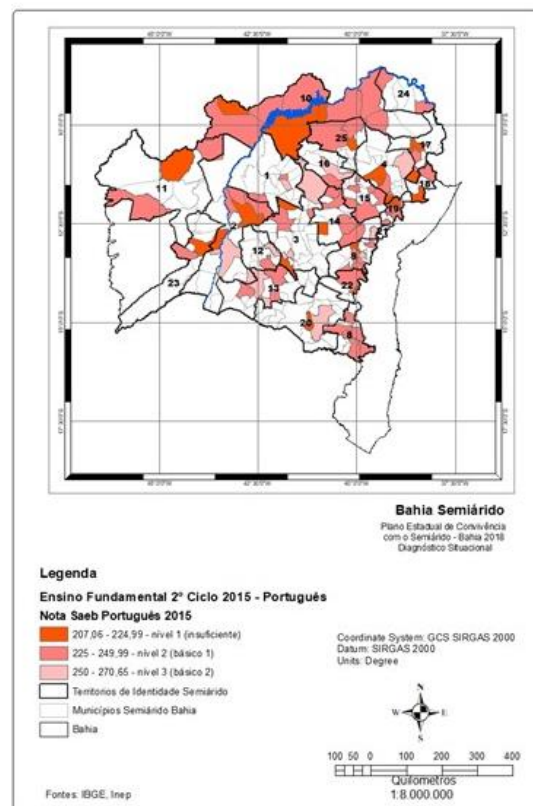
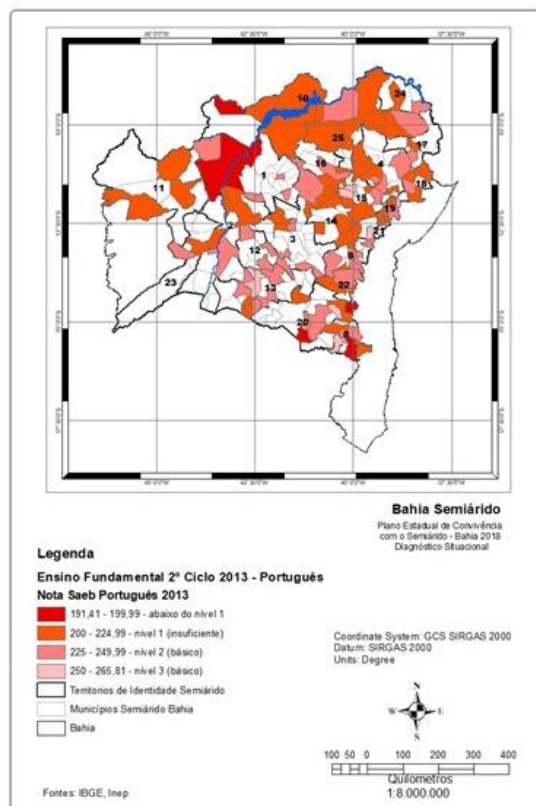


MAPA 75 a, b, c – Semiárido Baiano – Ideb Ensino Fundamental 2º Ciclo 2013, 2015, 2017

Na mesma época, quando se analisa as notas SAEB relativas a matemática e português no Semiárido, também para o 2º ciclo do nível fundamental estadual, observa-se que se por um lado houve redução das unidades estaduais que atendiam o 2º ciclo do nível fundamental, por outro, a qualidade do aprendizado dos educandos em matemática entre os anos 2013, 2015, 2017 continuou no nível básico (MAPA 76 **A, B, C**). Da mesma forma quanto a qualidade do aprendizado dos educandos em português, no mesmo período (**MAPA 77 A, B, C**).



MAPA 76 A, B, C– Semiárido Baiano – Nota Saeb Matemática Ensino Fundamental 2º ciclo, 2013, 2015, 2017



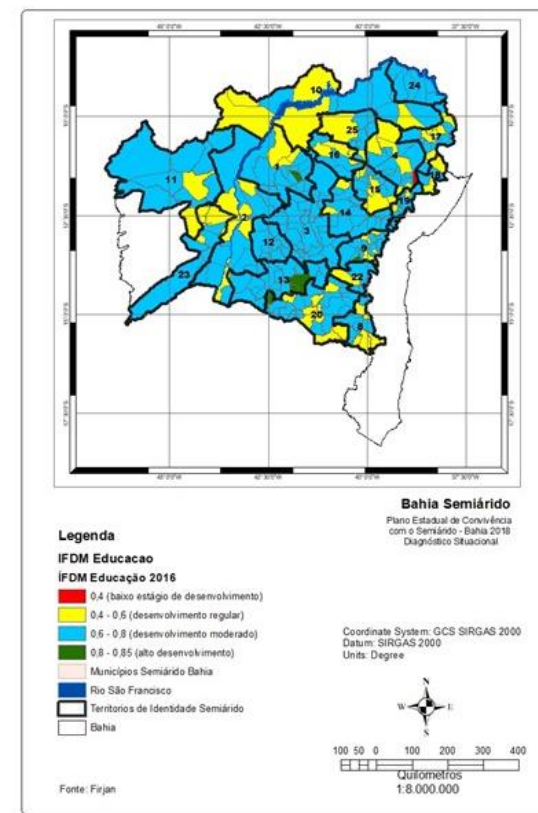
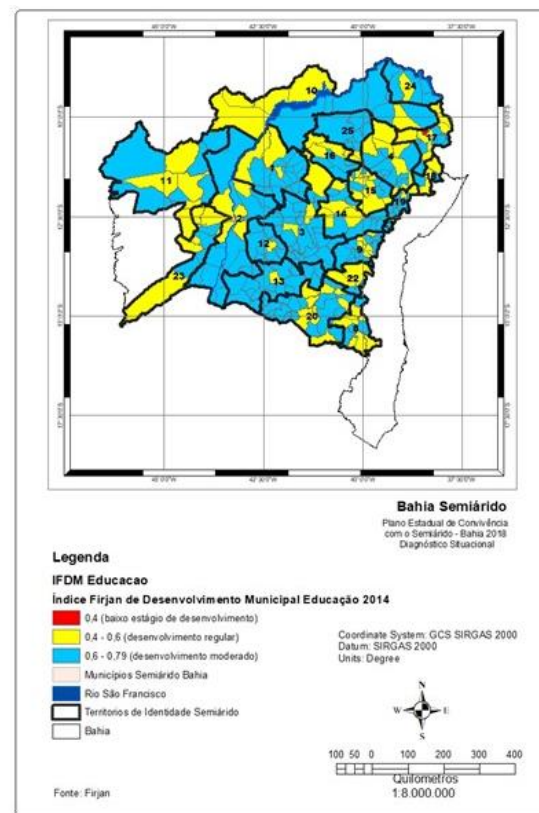
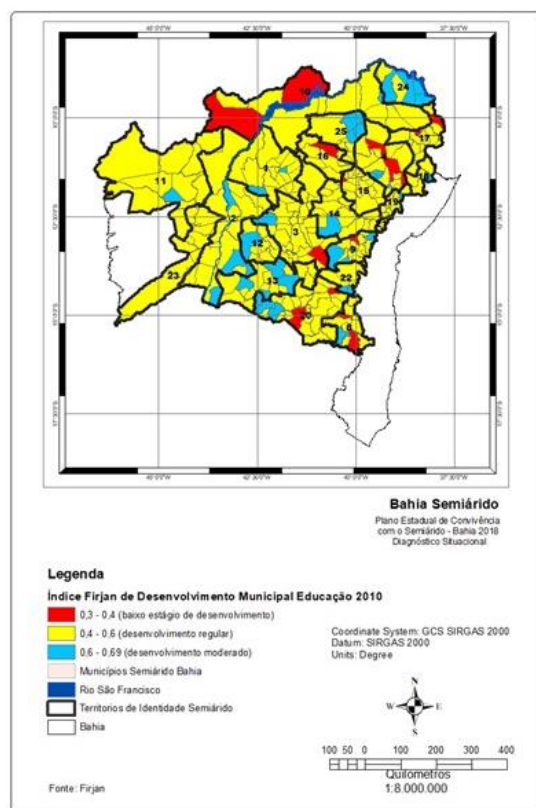
MAPA 77 A, B, C– Semiárido Baiano – Nota Saeb Português Ensino Fundamental 2º ciclo, 2013, 2015, 2017

6.1.6.3. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) Educação

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM Dimensão Educação faz parte do IFDM geral e foi criado em 2008. Na dimensão Educação buscou-se captar informações quanto a oferta de educação infantil e, principalmente, a qualidade da educação prestada no ensino fundamental, em escolas públicas e privadas. Ele é composto por seis indicadores: atendimento à educação infantil, abandono no ensino fundamental, distorção idade série do ensino fundamental, docentes com ensino superior no ensino fundamental, média de horas-aula diária no ensino fundamental e nota do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) do ensino fundamental⁴².

A evolução do IFDM Educação apresentada nos MAPA 78 A, B e C possibilita observar o avanço das condições de educação dos municípios do Semiárido baiano da situação de baixo desenvolvimento em 2010 para o desenvolvimento moderado e alto em 2016. O TI nº13 Sertão Produtivo é o que mais avançou em relação às condições de educação, com encontra-se em melhor situação, com quase 90% de seus municípios em situação de desenvolvimento moderado para alto estágio de desenvolvimento. Nota-se também que, apesar da evolução, ainda se apresentam em todos os outros 21 Territórios de Identidade do Semiárido Baiano há municípios em situação de “baixo estágio de desenvolvimento”.

⁴² Todos os dados são obtidos através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação



MAPA 78 A, B e C – Semiárido Baiano - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Educação, 2010, 2014 e 2016

6.2 Dimensão Ambiental

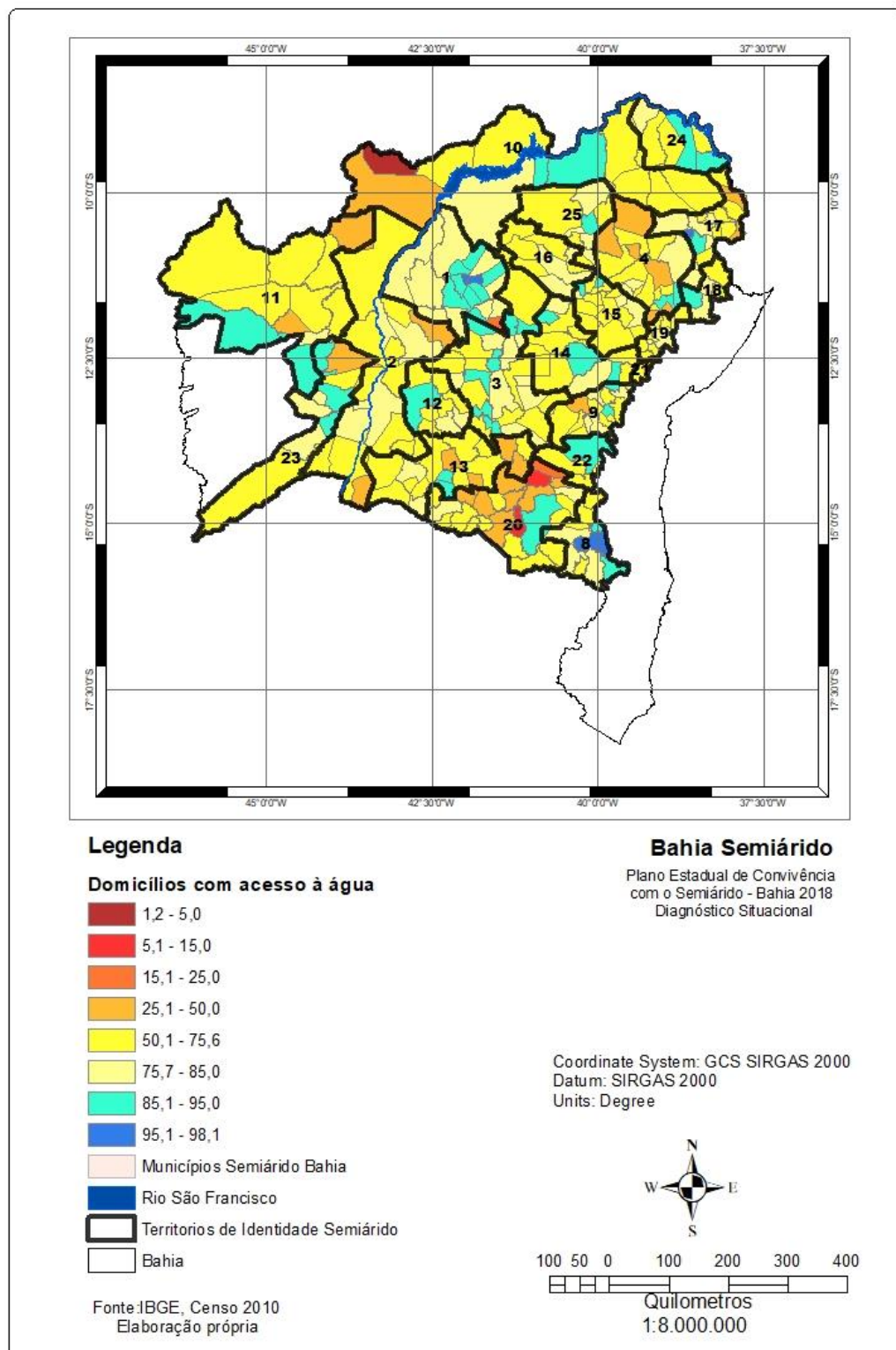
Os dados e indicadores observados na dimensão ambiental dialogam com os ODS 6 (água potável e saneamento) e ODS 7 (energia limpa e acessível).

6.2.1 Água para abastecimento humano

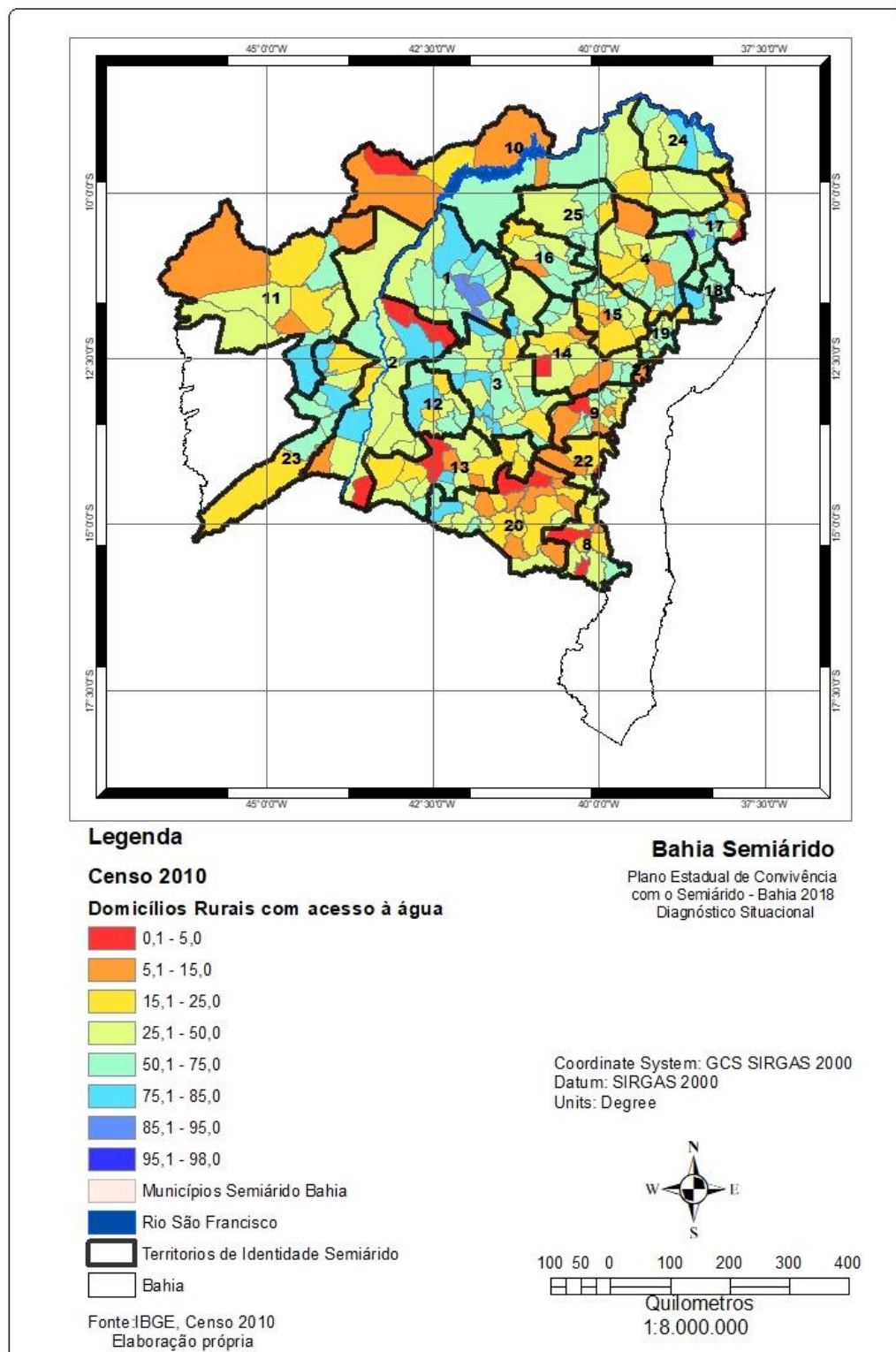
Acesso à água potável e ao saneamento básico é direito humano essencial, fundamental e universal, indispensável à vida com dignidade e reconhecido pela ONU como “condição para o gozo pleno da vida e dos demais direitos humanos” (Resolução 64/A/RES/64/292, de 28.07.2010). Eles são conteúdos mínimos integrantes do direito à dignidade da pessoa humana (Gonçalves e Silva, S/d). Para tanto, a água deve ser potável; disponível em quantidade (ou seja, o suficiente para a sobrevivência), com prioridade para o acesso humano, em caso de escassez e disponível de forma gratuita - ao menos no que diz respeito ao mínimo necessário para a sobrevivência humana. Sem o acesso a uma quantidade mínima de água potável, os outros direitos a ela intrínsecos, tais como os direitos à vida e a um nível adequado para a saúde e bem-estar, tornam-se inatingíveis. Nesse sentido, um dos problemas mais preocupantes é a insuficiência de água de qualidade disponível, notadamente para a população vulnerável.

A situação do acesso domiciliar à água no Semiárido baiano em 2010 se explicita no MAPA 79. Numa ponta, quatro municípios do Semiárido tinham cobertura maior que 95% de seus domicílios (Banzaê, Irecê, Itapetinga e Presidente Dutra); na linha inferior, apenas município de Campo Alegre de Lourdes no TI nº 13 Sertão Produtivo tinha cobertura menor que 5% em seus domicílios. A faixa de cobertura entre 50 e 84% representava cerca de 72% dos municípios. Em linhas gerais, os TI nº 20 Vitória da Conquista e TI nº 10 Sertão do São Francisco eram aqueles que tinham maior proporção de domicílios sem acesso à água.

Contudo quando se observa a proporção de domicílios rurais com acesso à água em 2010, o MAPA 80 demonstra que os Territórios de Identidade nº 10 Sertão do São Francisco, TI nº 13 Sertão Produtivo, TI nº14 Piemonte do Paraguaçu, TI nº 20 Vitória da Conquista e TI nº 22 Médio de Rio de Contas eram aqueles com cobertura menor que 25% dos domicílios, em média. No extremo superior, o município de Banzaê, com 98% de cobertura dos domicílios rurais. E no inferior os municípios de Aracatu, Ibiquera, Iuiú, Maiquinique e Planaltino com menos de 1% de cobertura.



MAPA 79 – Semiárido Baiano – Proporção de Domicílios com acesso à água, 2010 (%)



MAPA 80 – Semiárido Baiano - Proporção de Domicílios Rurais com acesso à água, 2010 (%)

Os dados relativos a situação do balanço hídrico quantitativo por bacia anteriormente citados (item 5.6.3) alertam para a importância de ações corretivas que visem mitigar causas de abastecimento inadequado de água, desde aquelas geradas pela degradação da água pela poluição, ou pela pressão crescente com o crescimento populacional, pela poluição ou pela superexploração das reservas de água, como por exemplo, demandadas dos usos agrícolas e industriais. Uma adequada gestão dos recursos hídricos é de fundamental importância para a saúde humana, o desenvolvimento e bem-estar da população.

6.2.2. Programas Governamentais

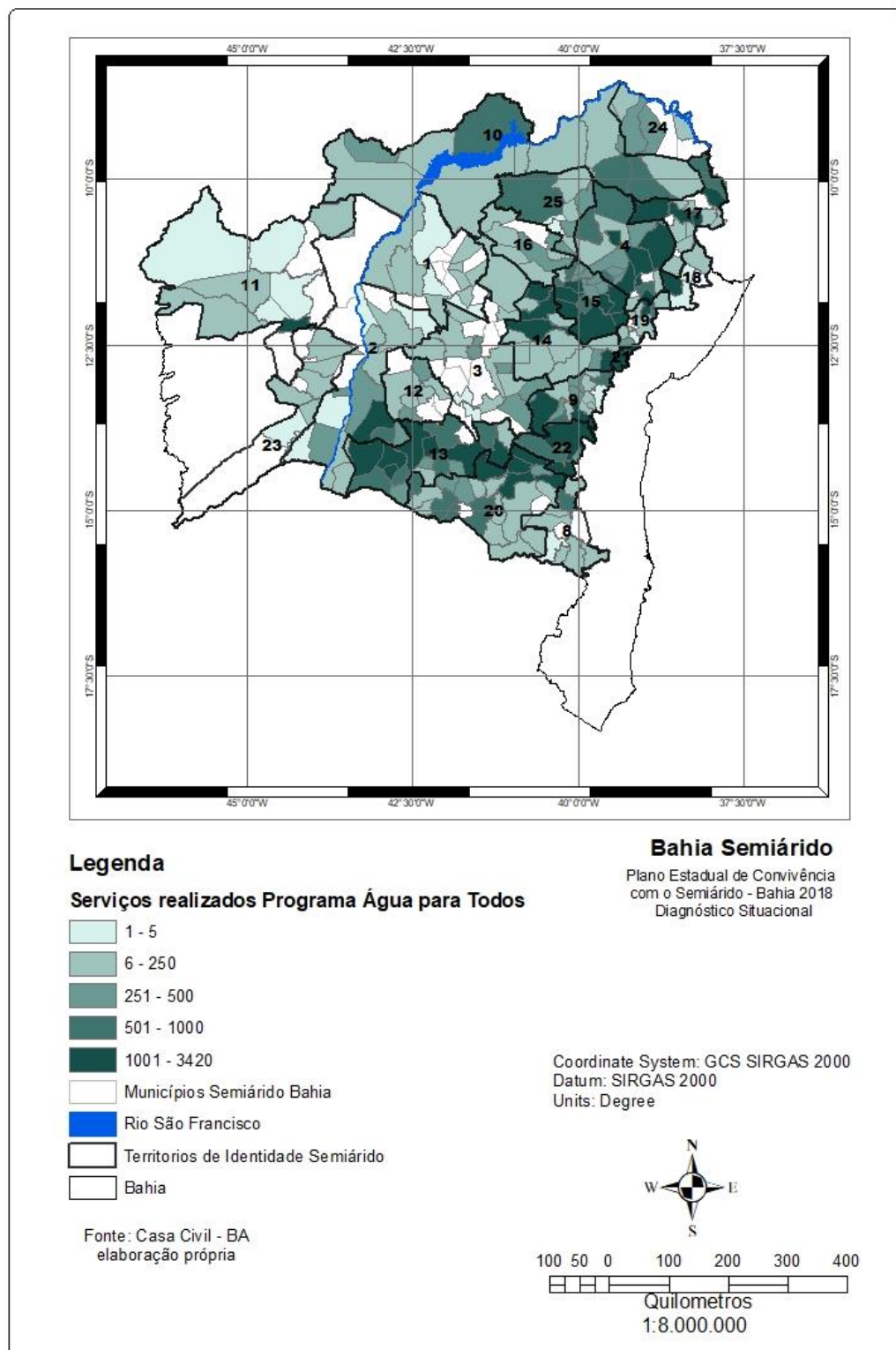
A demanda por água para consumo, dessedentação animal e produção fez com que o governo da Bahia implementasse nos últimos 12 anos programas visando suprimento de água para todos, universalização do saneamento e implantação de sistemas de dessalinização ambiental.

O Programa Água para Todos foi criado por meio do Decreto nº 10.436 de 31 de agosto de 2007. Seu objetivo é garantir o suprimento de água e buscar a universalização do saneamento na Bahia. Para tanto, utilizou, também, o aprendizado de ações desenvolvidas por organizações sociais que atuam no Semiárido e fomentam a sua convivência. Por exemplo, o uso de tecnologias sociais que aproveitam as águas disponíveis em infraestruturas de armazenamento menores que açudes e que têm maior eficácia na acumulação de água. Além disso, disseminou-se a implementação de sistemas simplificados de abastecimento de água. Tais ações tiveram relevante contribuição para a universalização do acesso a água, com qualidade e em quantidade, para as populações residentes no semiárido.

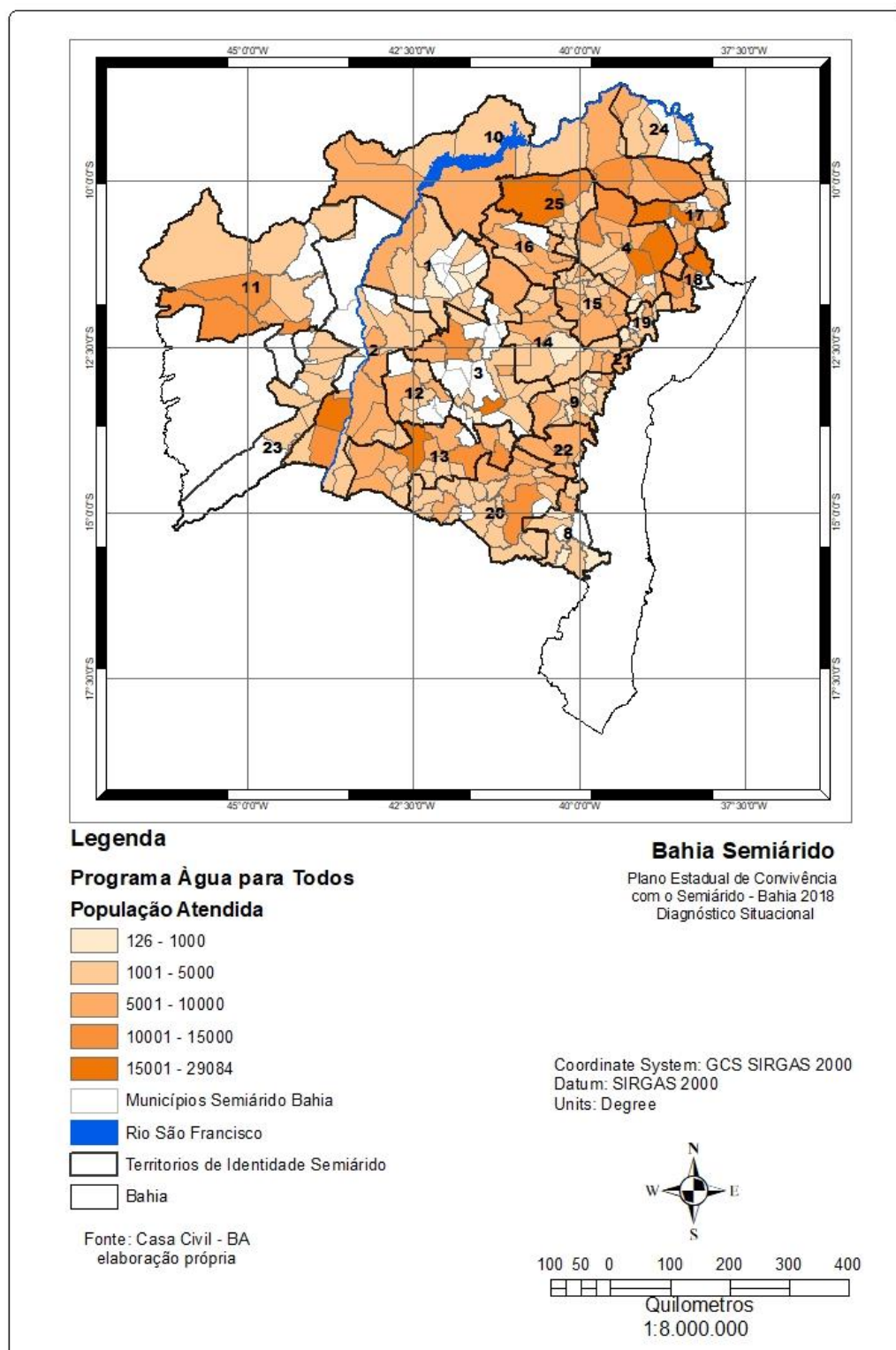
Após 11 anos de Programa houve avanços. Alguns dizem que a implementação dos serviços do Programa Água para Todos realizou verdadeira revolução no Semiárido baiano. Entretanto ainda há muito que fazer.

O MAPA 81 apresenta distribuição dos serviços realizados pelo Programa Água para Todos no Semiárido Baiano. Nele pode-se observar que as regiões nordeste e sudoeste do Semiárido baiano tiveram maior concentração de ações. Já o MAPA 82 apresenta a distribuição da população atendida pelo PAT, por faixa, por município. Registre-se que houve considerável concentração de serviços realizados e população atendida nos TI do Piemonte Norte do Itapicuru, Sisal e Semiárido Nordeste II. Cabe

destacar que tais formas alternativas de acesso à água são as ações do saneamento básico que mais alcançam a população não atendida pela rede geral de abastecimento.



MAPA 81 – Semiárido Baiano, Serviços realizados pelo Programa Água para Todos, por município



MAPA 82 – Semiárido Baiano – População atendida pelo Programa Água para Todos

O Programa Água Doce (PAD) é parceria do Governo Estadual com o Governo Federal. Ele promove a implantação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental e socialmente sustentáveis, usando essa ou outras tecnologias alternativas para atender as populações de baixa renda residentes em localidades difusas rurais, prioritariamente do Semiárido. Sua meta é implantar 385 sistemas de dessalinização na Bahia. Além de outros sistemas complementares.

Como existem centenas de comunidades no Estado que dependem de escassas fontes de água, possuem poços desativados, e que disponibilizam apenas água salobra ou com dessalinizadores desativados, o PAD busca atender o maior número de áreas possíveis, priorizando aquelas em situações mais críticas. Em alguns sistemas de dessalinização, o concentrado pode servir para a produção de peixes pelas comunidades beneficiadas com o Programa. Do mesmo modo, numa perspectiva de ciclo, esta água de rejeito antrofizada com as proteínas advindas dos restos de alimento e fezes dos peixes, após servir a piscicultura, também se destina a irrigação da erva sal (*Atriplex nummularia*), que por sua vez será utilizada como alimento de caprinos e ovinos, assim fechando o ciclo de produção, e mitigando o impacto que o concentrado causaria ao meio ambiente, se lançado de forma incorreta no solo. Por muito tempo foram perfurados poços tubulares, em diversas localidades do Semiárido baiano, por diferentes órgãos, das três esferas de governo. No entanto, parte desses poços estão desativados, por disponibilizarem apenas água salobra ou com dessalinizadores desativados.

O acesso à água em qualidade e quantidade para consumo humano, dessedentação animal e uso produtivo é item fundamental para convivência com o Semiárido. A Política de Convivência com o Semiárido (PECSA) tem como sua segunda diretriz a “promoção ao acesso à água para consumo humano, dessedentação animal e uso produtivo da agricultura familiar”.

O PPA BA 2016-2019 em seu Programa de Meio Ambiente e Sustentabilidade tem dois compromissos que dialogam com a primeira diretriz do PECSA: (i) Aprimorar a qualidade e o controle ambiental e (ii) Fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos. Entre suas metas estão (a) Operacionalizar redes de monitoramento da qualidade ambiental – 6 unidades; (b) Apoiar 20 comitês e colegiados de participação social voltados ao planejamento, gestão ambiental e de recursos hídricos; (c) Implementar instrumentos para a gestão dos recursos hídricos – 7 unidades. Já no Programa Água para Todos, há sete compromissos e 23 metas relacionadas. Cabe destacar os compromissos

(i) Implantar soluções hídricas emergenciais para viabilizar a convivência com a estiagem; (ii) Ampliar a infraestrutura hídrica para a oferta de água de uso múltiplo e sustentável, com qualidade e em quantidade suficiente, visando principalmente a universalização do abastecimento humano; (iii) Reduzir o déficit hídrico através do aproveitamento de água subterrânea com elevado teor de sal para uso múltiplo e sustentável no âmbito do programa água doce; (iv) Ampliar a infraestrutura hídrica para a oferta de água de uso múltiplo e sustentável, com qualidade e em quantidade suficiente, visando principalmente a universalização do abastecimento humano, entre outros.

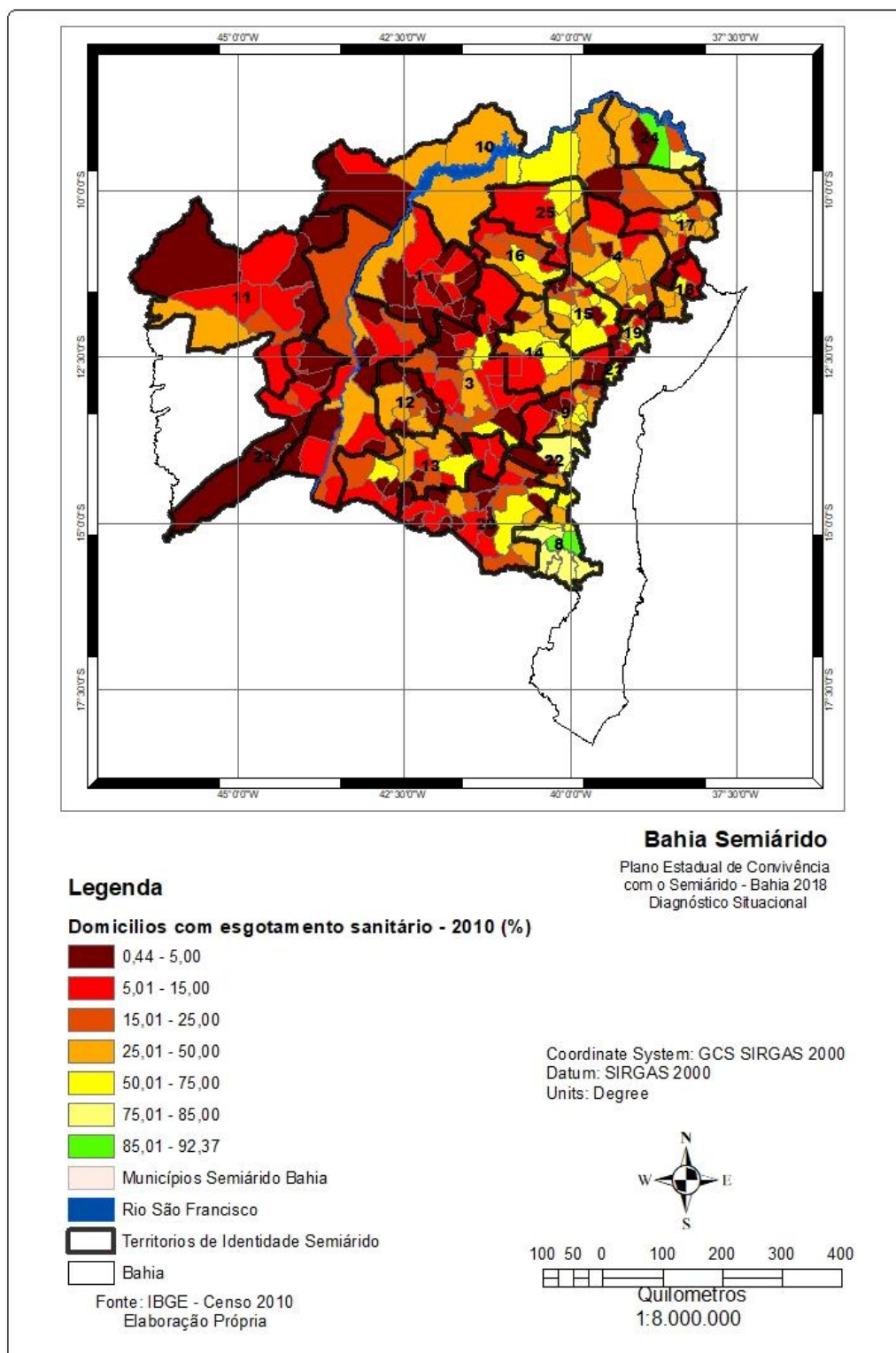
Os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios de Identidade Baianos que estão no Semiárido apontam como tema importante o acesso à água, bem como implementação de políticas públicas relativas a isso. A importância da ampliação da oferta de água, por meio da ampliação da infraestrutura hídrica, aprimoramento da fiscalização, reforço dos instrumentos de gestão, participação e governança dos recursos hídricos; bem como a importância do planejamento voltado à gestão e segurança hídrica são pontos de destacados pelos gestores para serem enfrentados nos próximos 10 anos (anexo que apresenta os fluxogramas por diretrizes). Neles estão apresentadas as explicações relativas a situação de insegurança hídrica, alimentar e nutricional do semiárido, sob o enfoque desses gestores.

Em relação a Planos que estão sendo desenvolvidos pelo governo da Bahia, esse tema se relaciona com PDI - Quarto Eixo - Infraestrutura para o Desenvolvimento, na Ideia Força - Meio Ambiente e Segurança Hídrica e com o PECSA na sua Diretriz II - promoção ao acesso à água para consumo humano, dessedentação animal e uso produtivo da agricultura familiar.

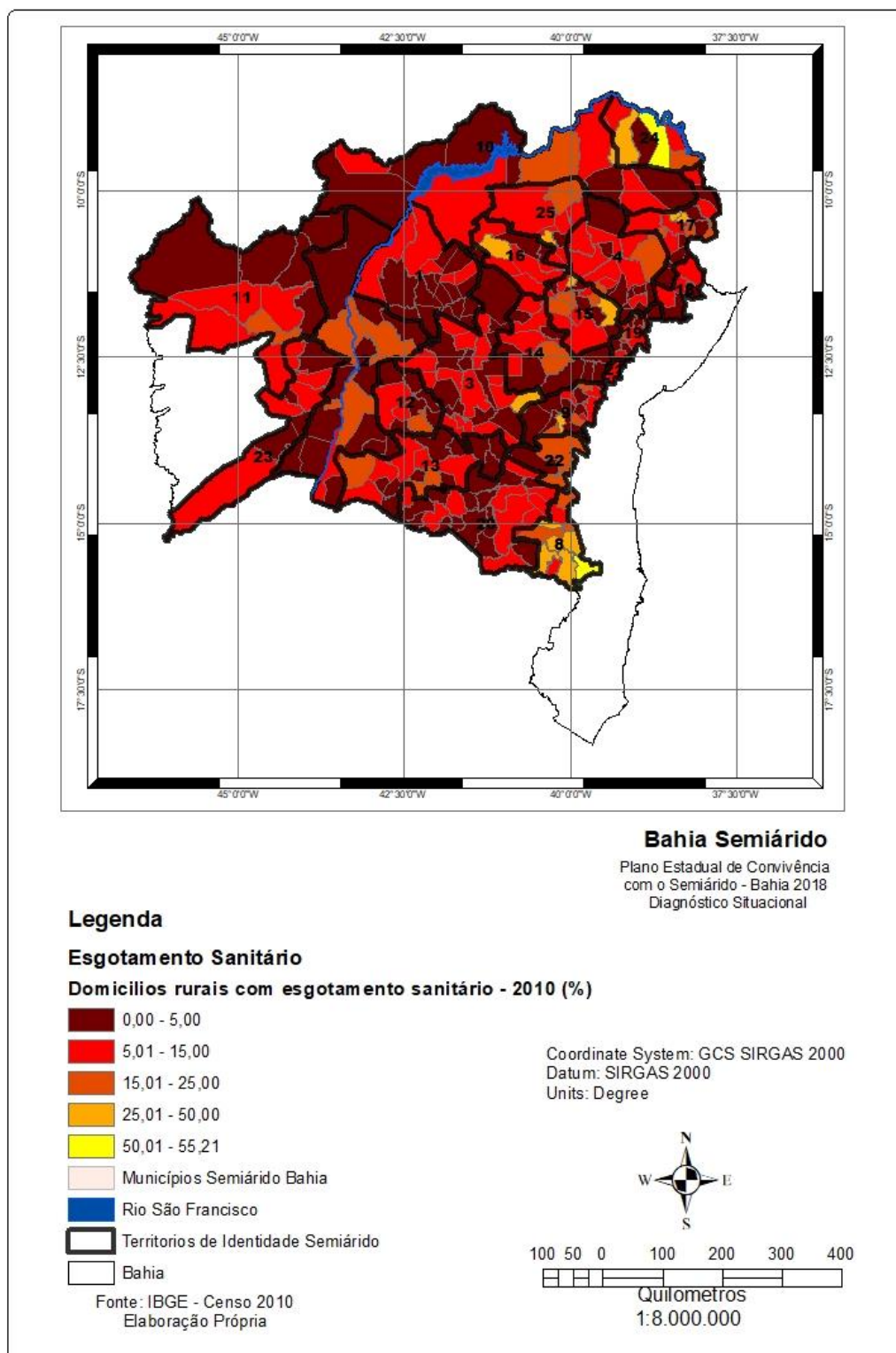
6.2.3. Saneamento Básico

As condições sanitárias verificadas em muitas das bacias hidrográficas densamente e desordenadamente ocupadas, resultam na degradação generalizada dos elementos naturais e, obviamente, dos recursos hídricos (LIBANIO, CHERNICHARO, & NASCIMENTO, 2005). É realidade comum o lançamento de esgotos sanitários não tratados, a disposição inadequada de resíduos sólidos nas mediações de cursos d'água ou em locais sem infraestrutura adequada, loteamentos clandestinos e outras. A contaminação das águas naturais representa um dos principais riscos à saúde pública, sendo amplamente conhecida a estreita relação entre a qualidade de água e inúmeras enfermidades que acometem as populações, especialmente aquelas não atendidas por serviços de saneamento.

O MAPA 83 apresenta a situação da cobertura de domicílios com acesso à esgoto no Semiárido baiano em 2010. Nele explicita-se cerca de 70% dos municípios do Semiárido Baiano em 2010 tinham até 25% de cobertura de esgotamento. A concentração da baixa cobertura estava localizada na região Oeste. Já o MAPA 84 apresenta a situação da cobertura de domicílios rurais com acesso à esgoto no Semiárido baiano em 2010. A situação era pior, cerca de 94% dos municípios do Semiárido baiano tinham até 25% de cobertura. Esses dados explicitam a importância do investimento nos sistemas de saneamento urbanos e rurais.



MAPA 83 – Semiárido Baiano – Domicílios com esgotamento sanitário 2010 (%)



MAPA 84 - Semiárido Baiano – Domicílios rurais com esgotamento sanitário 2010 (%)

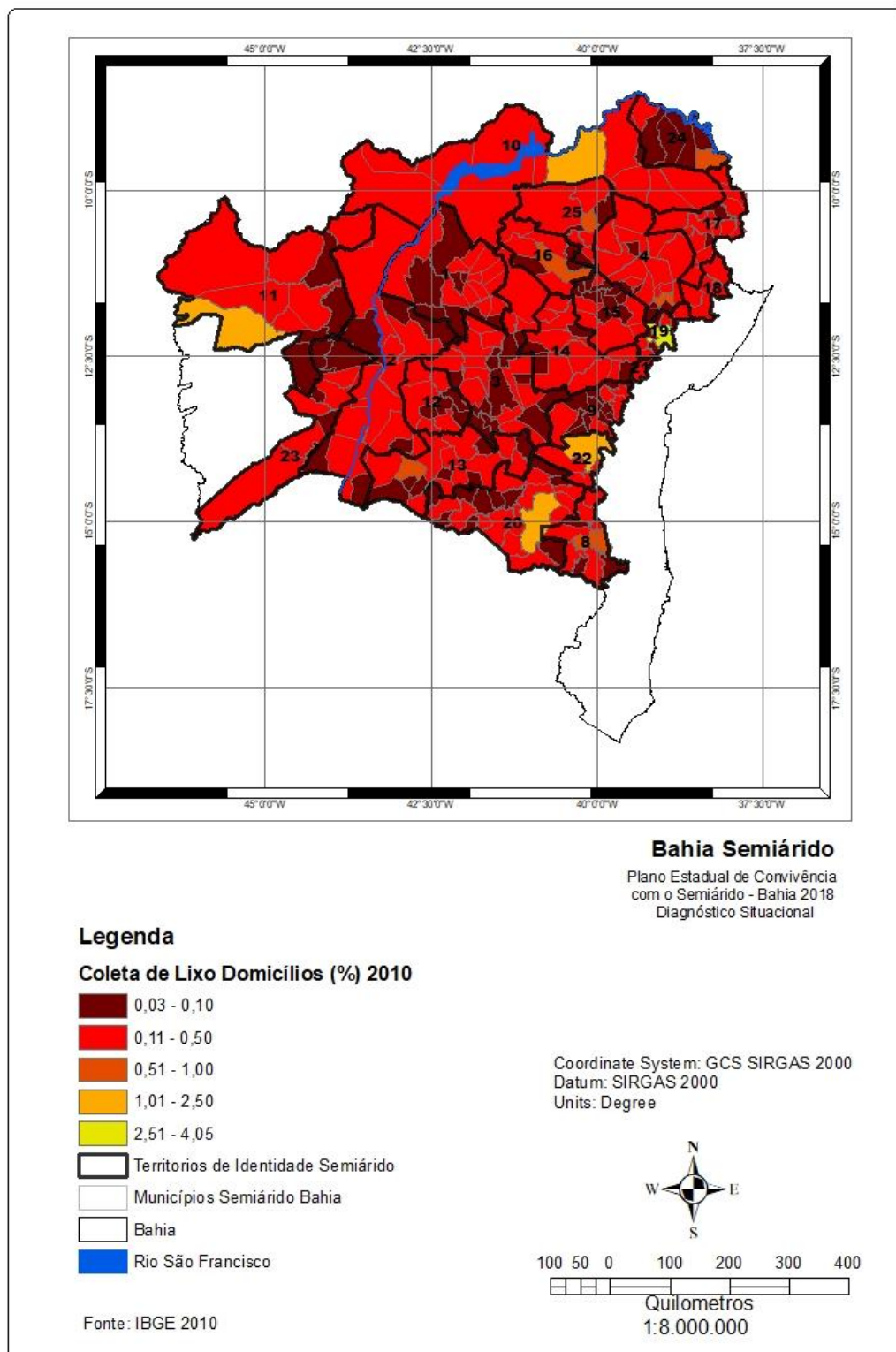
6.2.4 Coleta de Lixo Domiciliar

A situação da coleta de lixo domiciliar nos municípios do Semiárido Baiano era bastante incipiente. Apenas o município de Tremendal tinha coleta em 100% dos domicílios em 2010. O **QUADRO 13** apresenta o ranking dos municípios com maior e menor cobertura de coleta em 2010.

QUADRO 13 – Cobertura de coleta domiciliar, 2010, ranking municípios com maior e menor cobertura 2010

Municípios com maior cobertura 2010				Municípios com menor cobertura 2010			
Ranking	Município	TI	%	ranking	Município	TI	%
1º	Feira de Santana		4,05	278	Lafaiete Coutinho		0,03
2º	Vitória da Conquista		2,33	277	Lajedinho		0,03
3º	Juazeiro		1,47	276	Gavião		0,03
4º	Jequié		1,09	275	Macururé		0,03
5º	Barreiras		1,05	274	Contendas do Sincorá		0,03

O **MAPA 85** apresenta a situação da coleta de lixo domiciliar em 2010, por município e território.



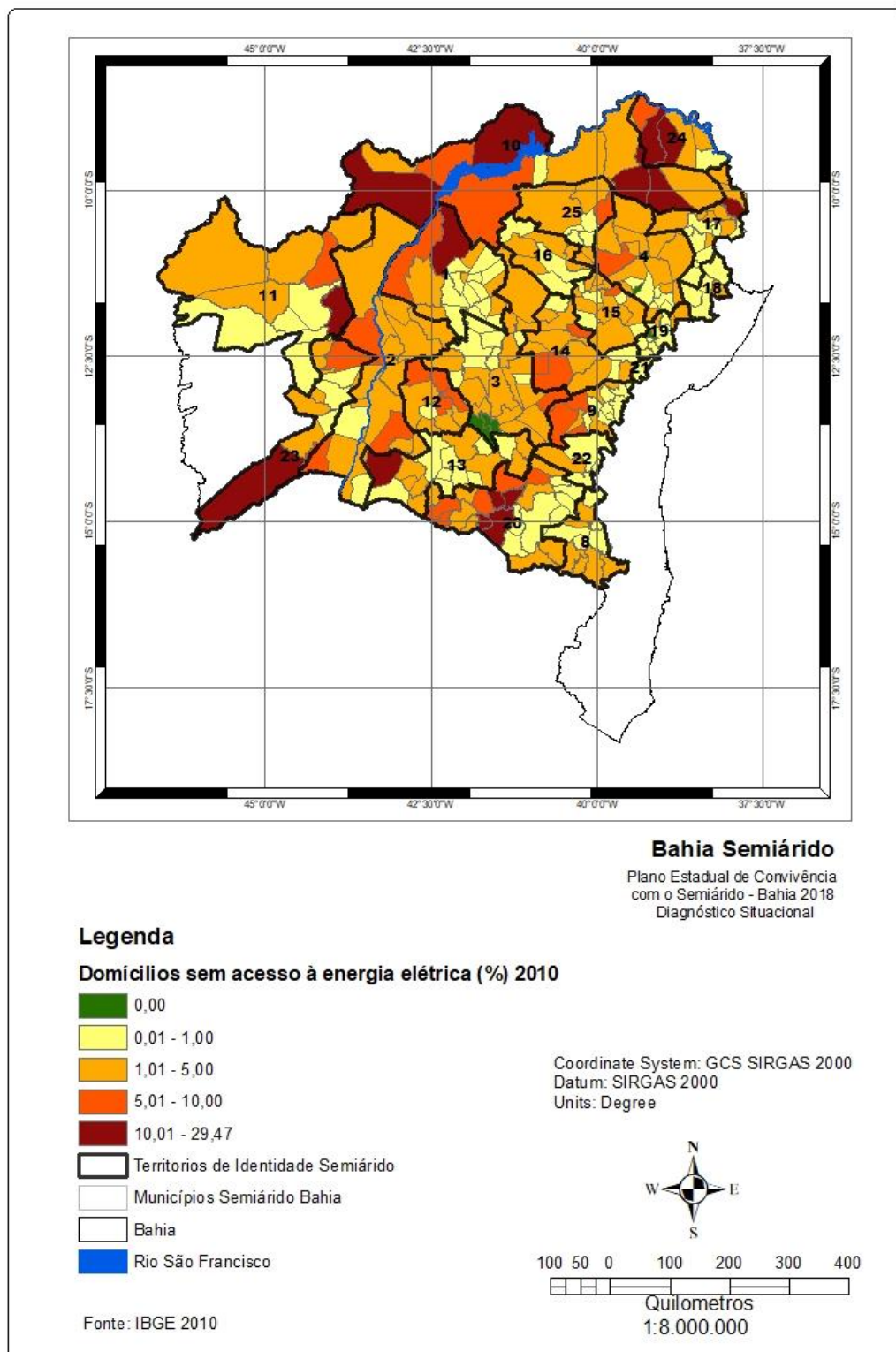
MAPA 85 - Semiárido Baiano – Coleta de Lixo total Domicílios (%) 2010

6.2.5 Energia

Em 2010, no Semiárido Baiano, apenas quatro municípios tinham 100% de acesso à energia elétrica em seus domicílios. Os Territórios de Identidade Itaparica (nº 24), Sertão do São Francisco (nº 10) e Vitória da Conquista (nº 20) lideravam os municípios com menor cobertura. O QUADRO 5 apresenta os municípios com maior e menor cobertura em 2010. O MAPA 86 apresenta a situação em 2010, segundo IBGE.

QUADRO 14 – Domicílios com acesso à energia elétrica, 2010 (%)

Municípios com maior cobertura 2010				Municípios com menor cobertura 2010			
Ranking	Município	TI	%	ranking	Município	TI	%
1º	Jussiape	3	100	278	Chorrochó	24	29,47
2º	Rio de Contas	3	100	277	Pilão Arcado	10	25,32
3º	Anguera	19	100	276	Macururé	24	24,79
4º	Retirolândia	5	100	275	Maetinga	20	16,92
5º	Cabaceiras do Paraguaçu	21	99,99	274	Caraíbas	20	16,66



MAPA 86 – Semiárido Baiano – Domicílios sem acesso à energia Elétrica (%)
2010

6.3. Dimensão Econômica

Os dados e indicadores observados na dimensão econômica dialogam com os ODS 8 (trabalho decente); ODS 2 (assegurar vida saudável). A observação dos indicadores econômicos no Semiárido baiano oportuniza a melhor compreensão das ações antrópicas no território, bem como dá pistas relacionadas às necessidades e oportunidades. Neste sentido, observar a evolução do PIB per capita, bem como a distribuição do Valor Agregado Bruto (VAB) da produção no município, no ano auxilia na compreensão dos perfis territoriais e das demandas existentes.

6.3.1 PIB per capita⁴³

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita se propõe a mensurar quanto caberia a cada cidadão se todos tivessem “partes iguais” de tudo o que é produzido (ou gerado por todas as atividades econômicas), descontados os gastos com insumos utilizados no processo produtivo durante o exercício econômico. Ele é utilizado internacionalmente para observar as desigualdades existentes. No Semiárido baiano, o PIB per capita dos municípios historicamente tem sido menor que o PIB per capita Bahia. Entre 2010 e 2016, eles estiveram menores em 95% dos municípios do Semiárido, o que reforça a observação da elevada desigualdade existente neste território.

Em 2010, no Semiárido baiano apenas 5,04% dos municípios encontravam-se acima da média baiana do PIB per capita. Por outro lado, 204 municípios do Semiárido baiano tinham PIB per capita menor que R\$ 5.000,00. Esses dados demonstravam o baixo índice de desenvolvimento humano desse território. O QUADRO 15 traz a evolução do número de municípios acima e abaixo de média baiana entre 2010 e 2016. Pode-se observar que entre os anos de 2010 e 2014 houve uma queda no número de municípios do Semiárido baiano que tinham PIB per capita maior que a média Bahia. Em 2016 iniciou tendência de recuperação, com ampliação de 25% dos municípios do Semiárido baiano na faixa acima da média baiana, quando comparado ao ano de 2014.

⁴³ PIB (Produto Interno Bruto) mensura o valor dos bens e serviços que o país produz num período, na agropecuária, indústria e serviços. Ele mede a atividade econômica e o nível de riqueza de uma região. O pressuposto é que quanto mais se produz, mais se está consumindo, investindo e vendendo. PIB per capita mede quanto, do total produzido, 'cabe' a cada brasileiro se todos tivessem partes iguais. Quanto maior o PIB per capita, maior o índice de desenvolvimento Humano (IDH)

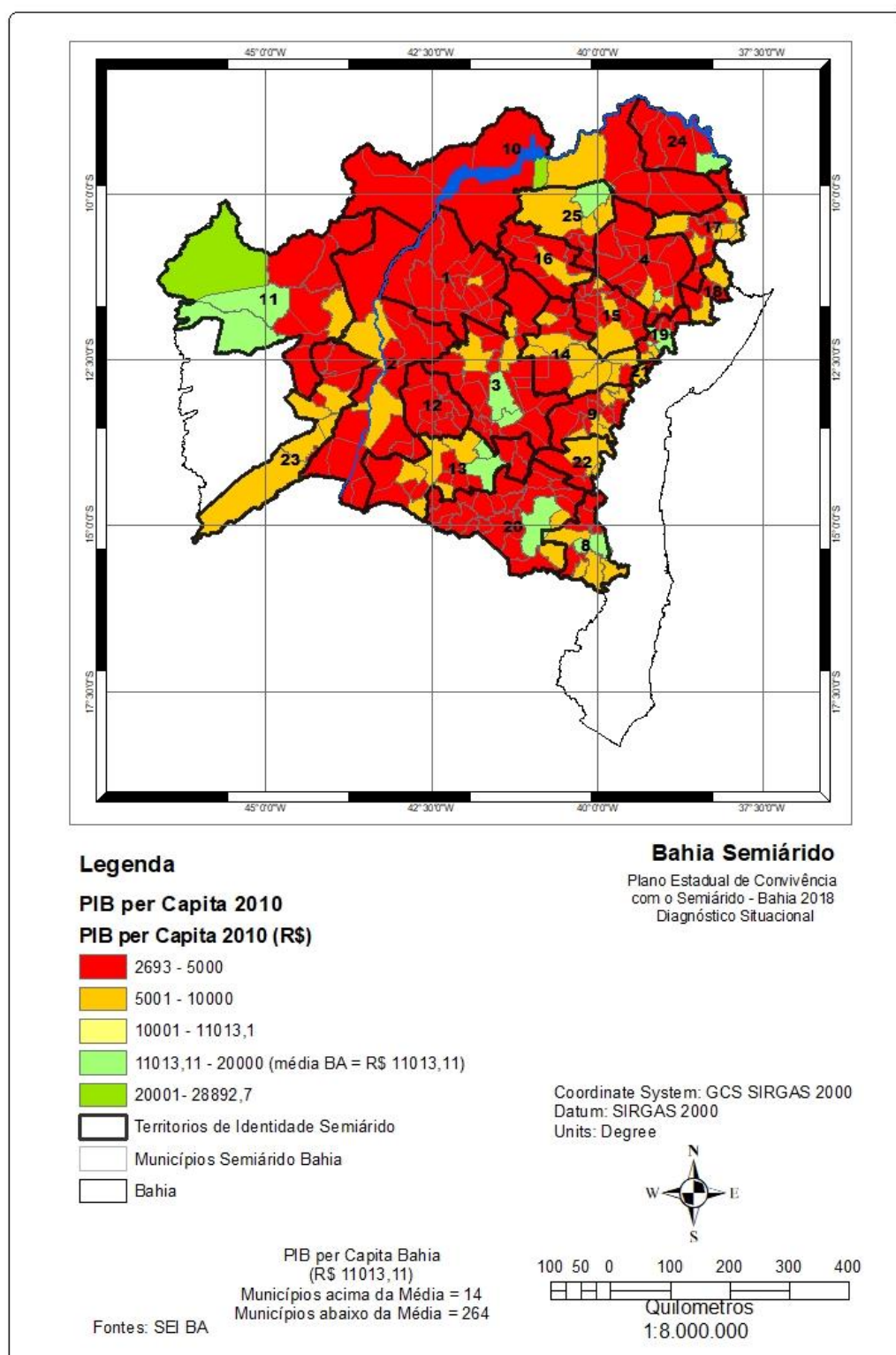
QUADRO 15 – Semiárido Baiano – Média PIB per capita 2010 X nº e Percentual de municípios acima e abaixo da média

	Média PIB per Capita 2010		Média PIB per Capita 2012		Média PIB per Capita 2014		Média PIB per Capita 2016	
	BA	%	BA	%	BA	%	BA	%
	11.013,11		12.879,56		14.803,95		16.931,10	
Municípios do Semiárido								
Acima Média	14	5,04	12	4,32	8	2,88	10	3,60
Abaixo Média	264	94,96	266	95,68	270	97,12	268	96,40

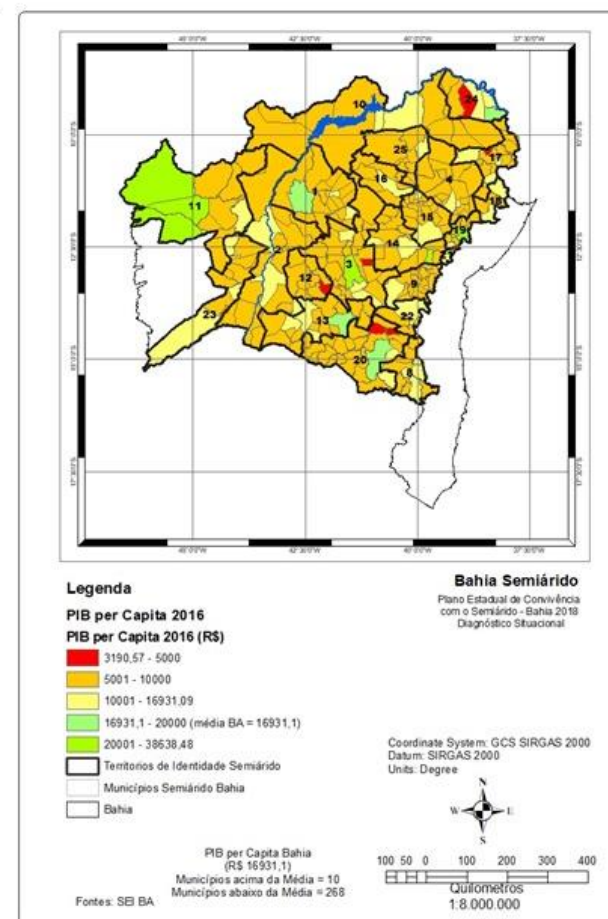
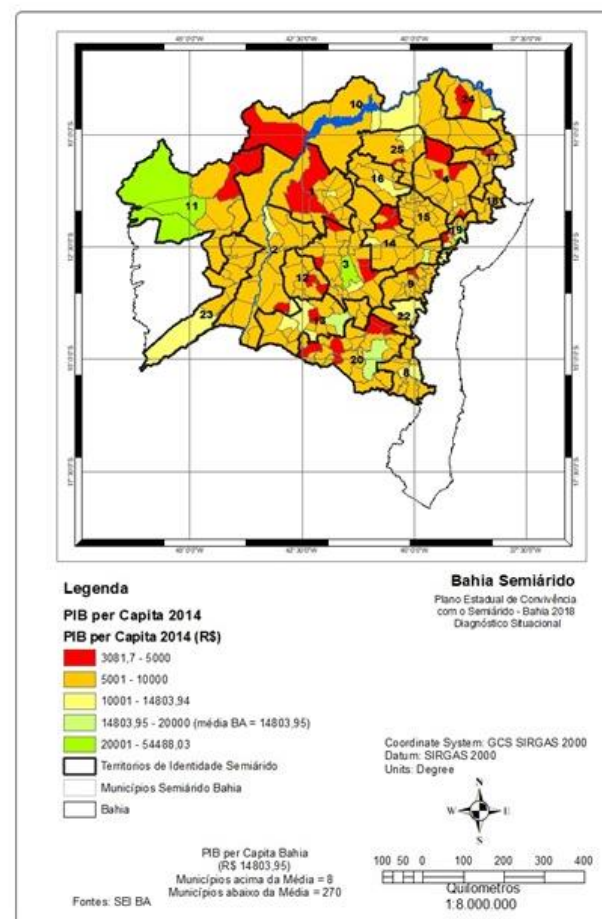
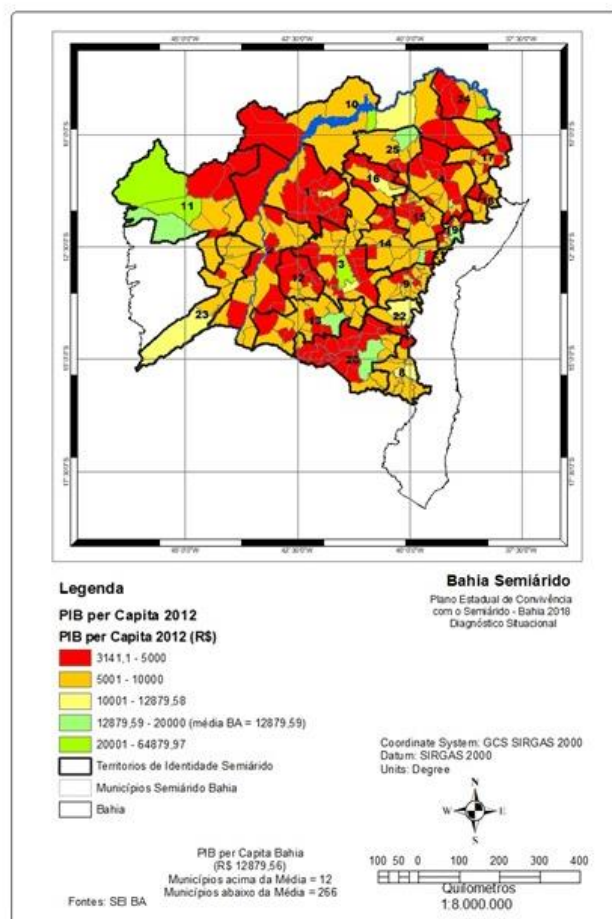
O MAPA 87 explicita os baixos índices do PIB per capita 2010 nos municípios do Semiárido Baiano. A situação precária dos Territórios de Identidade nº 10 Sertão do São Francisco e o TI nº 12 Bacia do Paramirim, onde todos os municípios que os compõem tinham PIB per capita abaixo de R\$ 5.000,00 destacava-se. Já o TI nº 11 Bacia do Rio Grande era aquele com maior concentração de municípios com PIB per capita maior que a média Bahia. Formosa do Rio Preto (TI nº11 Bacia do Rio Grande) apresentava o maior PIB per capita do Semiárido (R\$258.892,75), seguido por Sobradinho - TI nº 10 Sertão do São Francisco - (R\$20.598,43), Paulo Afonso – TI nº 24 Itaparica - (R\$ 19.591,43), Mucugê – TI nº 3 Chapada Diamantina - (R\$ 17.254,40) e Jaguarari – TI nº Piemonte do Paraguaçu - (R\$ 16.209,91).

Os MAPA 88 A, B e C apresentam a evolução do PIB per capita entre os anos 2012, 2014 e 2016, nos municípios do Semiárido Baiano. Pode-se observar que, em sua maioria, os municípios continuam abaixo da média baiana, contudo seu PIB per capita evoluiu da faixa mais baixa para as faixas intermediárias mais próximas à média Bahia. Dos 204 municípios em 2010 que tinham PIB per capita menor que R\$5.000,00, em 2012, eram 127 municípios, em 2014, 34 municípios, chegando em 2016 em seis municípios. Foram eles: Novo Triunfo – TI nº 17 Semiárido Nordeste II - (R\$ 3.190,57), Caetanos – TI nº 20 Vitória da Conquista - (R\$ 4.811,03), Macurure – TI nº 24 Itaparica - (R\$ 4.893,61), Bom Jesus da Serra (R\$ 4.973,14), Nova Redenção – TI nº 3 Chapada Diamantina - (R\$ 4.971,62) e Érico Cardoso – TI nº 20 Vitória da Conquista – (R\$ 4.985,01). Na outra ponta, os cinco municípios do Semiárido baiano com maior PIB per capita em 2016 foram: Mucugê – TI nº 3 Chapada Diamantina - (R\$ 38.638,48), Formosa do Rio Preto – TI nº11 Bacia do Rio Grande (R\$ 38.416,21), Barreiras – TI nº11 Bacia do Rio Grande - (R\$

21596,35); Feira de Santana – TI nº 19 Portal do Sertão - (R\$ 21.051,26) e Itatim – TI nº 14 Piemonte do Paraguaçu - (R\$ 20.524,38).



MAPA 87 - Semiárido Baiano – PIB per Capita 2010 (R\$)



MAPA 88 A, B, C – Semiárido Baiano – PIB per Capita 2012, 2014 e 2016 (R\$)

6.3.2 Valor Agregado Bruto⁴⁴

O Valor Agregado Bruto (VAB) mede o produto gerado numa economia durante determinado período. Neste sentido, compreender como o VAB se comportou nos últimos anos no território, seja o VAB total, quanto os setoriais auxilia na compreensão da situação do território.

O QUADRO 16 traz os valores do VAB total e por segmento, por ano, bem como o número de municípios do Semiárido baiano que encontravam-se acima ou abaixo da média Bahia nos anos observados. Em 2010, 81 municípios do Semiárido Baiano tiveram VAB total acima da média baiana. Dentre estes, os cinco municípios com maiores VAB foram os municípios polos regionais (Feira de Santana, Vitória da Conquista, Paulo Afonso, Barreiras e Juazeiro) (QUADRO 17). O MAPA 89 apresenta a distribuição do VAB total no Semiárido baiano em 2010. Já os MAPA 90 A, B e C apresentam a distribuição do VAB Agropecuária, Indústria e Serviços no mesmo ano.

⁴⁴ O Valor Agregado Bruto da Produção (VAB) é o resultado final da atividade produtiva no decurso de um período determinado. Resulta da diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermédio, originando excedentes. Ou seja, é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O PIB é a soma dos VAB setoriais e dos impostos, sendo a principal medida do tamanho de uma economia

QUADRO 16 - Semiárido Baiano, VAB total, agropecuário, indústria e serviços, por ano X nº municípios acima e abaixo do VAB médio Bahia no mesmo ano (2010, 2012, 2014, 2016)

Municípios do Semiárido	VAB 2010 (R\$ milhões)								VAB 2012 (R\$ milhões)								VAB 2014 (R\$ milhões)								VAB 2016 (R\$ milhões)							
	Total		Agrop.		Ind.		Serviços		Total		Agrop.		I Ind.		Serviços		Total		Agrop.		Ind.		Serviços		Total		Agrop.		Ind.		Serviços	
	135,42		10,71		36,74		87,97		159,30		12,78		35,14		111,37		192,20		15,48		41,14		139,58		228,24		16,53		54,08		157,62	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Acima média	81	29,1	211	75,9	18	6,5	82	29,5	85	30,6	138	49,6	40	14,4	82	29,5	87	31,3	154	55,4	54	19,4	80	28,8	89	32,0	168	60,4	48	17,3	83	29,9
Abaixo média	197	70,9	67	24,1	260	93,5	196	70,5	193	69,4	140	50,4	229	82,4	196	70,5	191	68,7	124	44,6	221	79,5	198	71,2	189	68,0	110	39,6	230	82,7	195	70,1

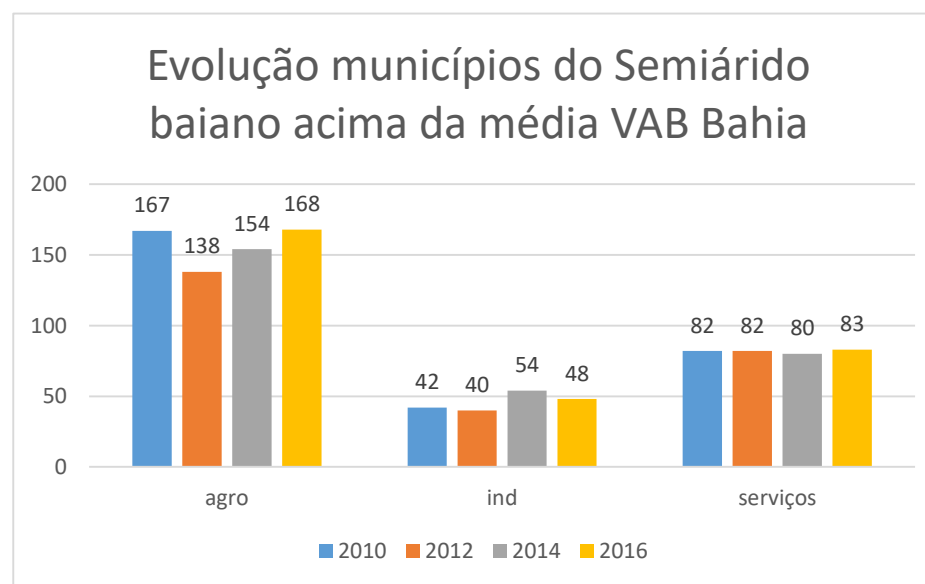
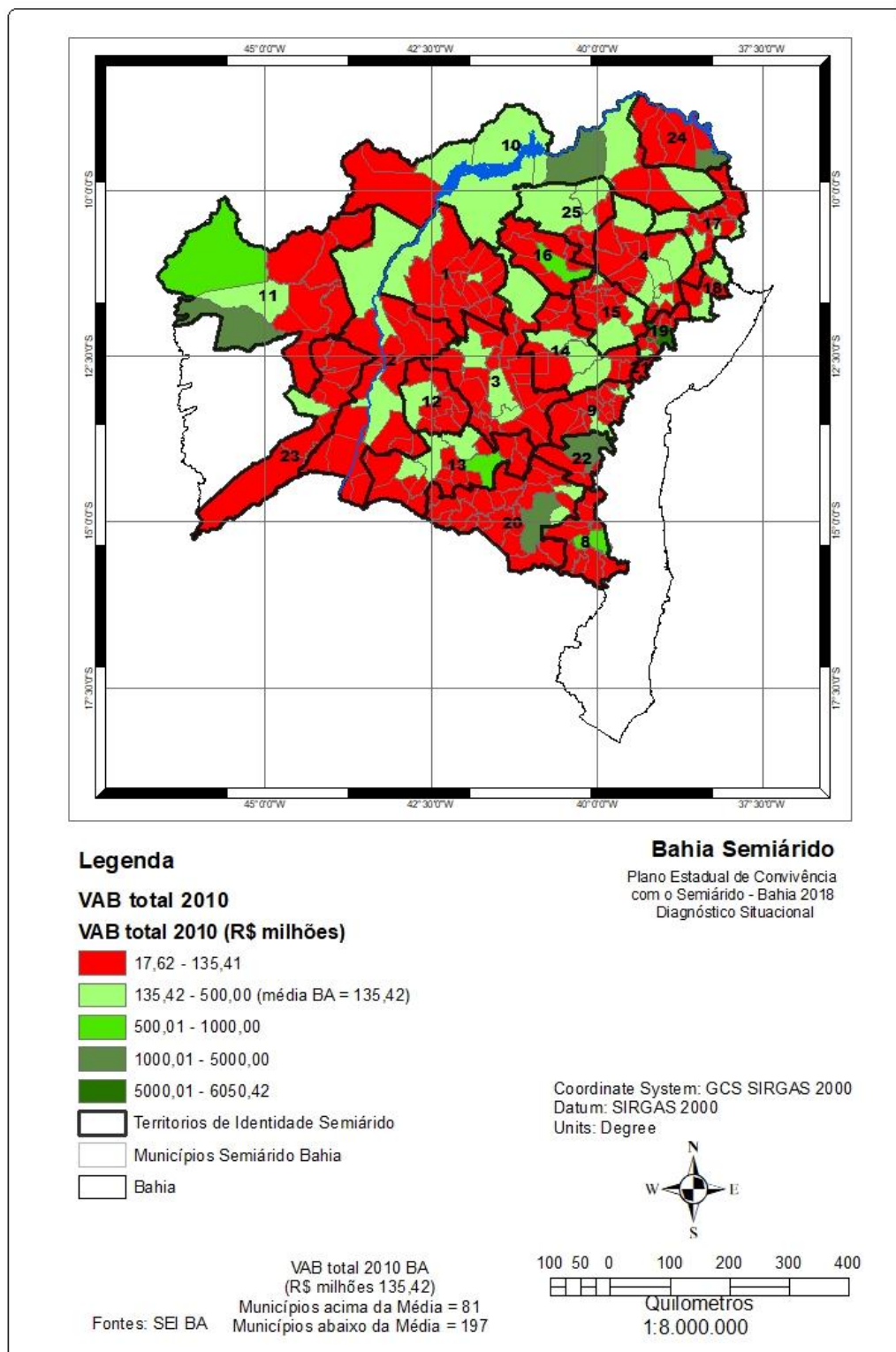


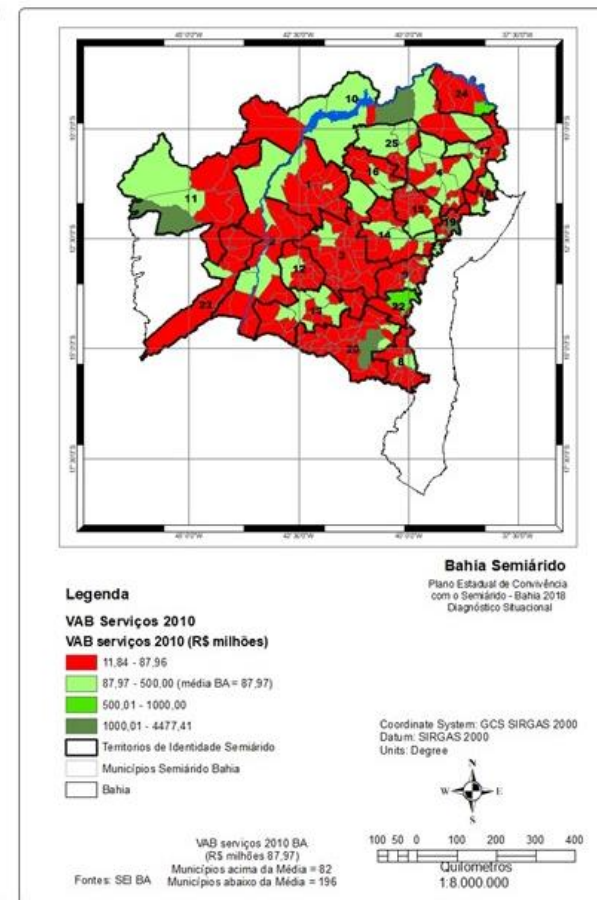
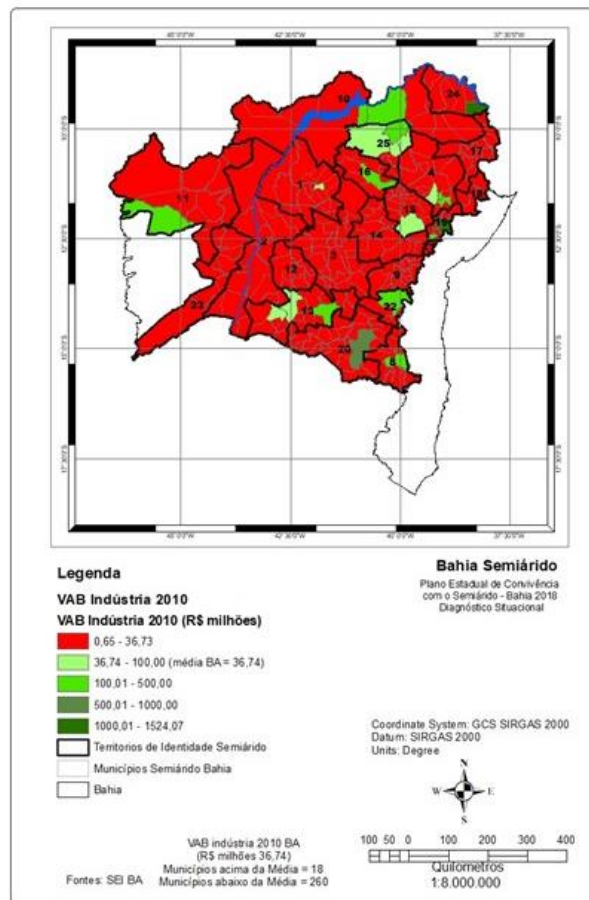
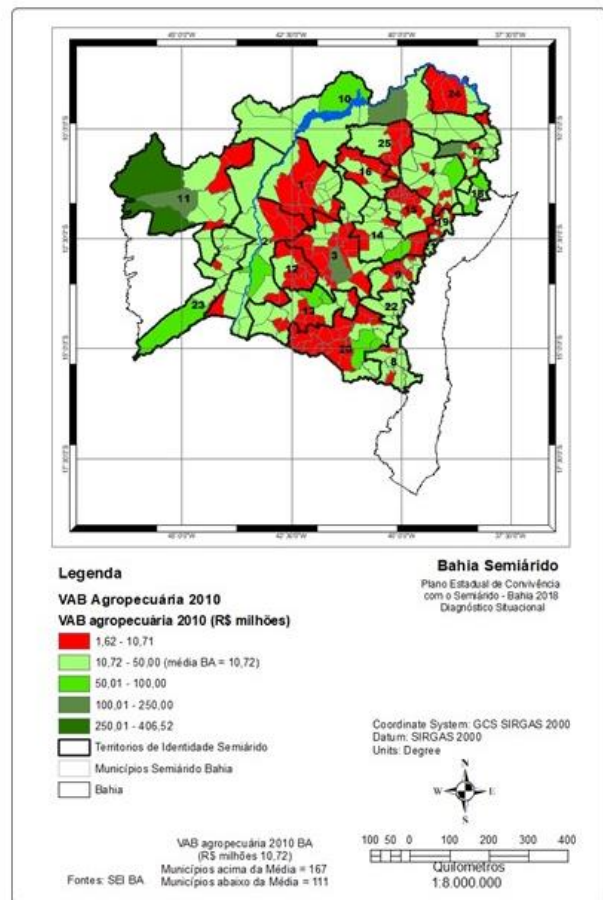
Figura 1 – Semiárido Baiano – Evolução dos municípios acima da média VAB Bahia, 2010, 2012, 2014, 2016, por setor

QUADRO 17 - - Semiárido Baiano, VAB total 2010 X nº municípios acima e abaixo do VAB médio Bahia no mesmo ano

Maior VAB total 2010 (R\$ milhões)				Menor VAB total 2010 (R\$ milhões)			
Nº	Município	TI	Valor	Nº	Município	TI	Valor
1	Feira de Santana	19 – Portal do Sertão	6.050,41	278	Ibiquera	14 – Piemonte do Paraguaçu	17,62
2	Vitória da Conquista	20 – Vitória da Conquista	3.014,85	277	Lafayette Coutinho	9- Vale do Jiquiriça	19,06
3	Paulo Afonso	24 – Itaparica	2.054,52	276	Gavião	15 – Bacia do Jacuípe	19,35
4	Barreiras	11 – Bacia do Rio Grande	1.744,35	275	Ichu	4 - Sisal	20,17
5	Juazeiro	10 – Sertão do São Francisco	1.605,14	274	Contendas do Sincorá	13 – Sertão Produtivo	20, 62

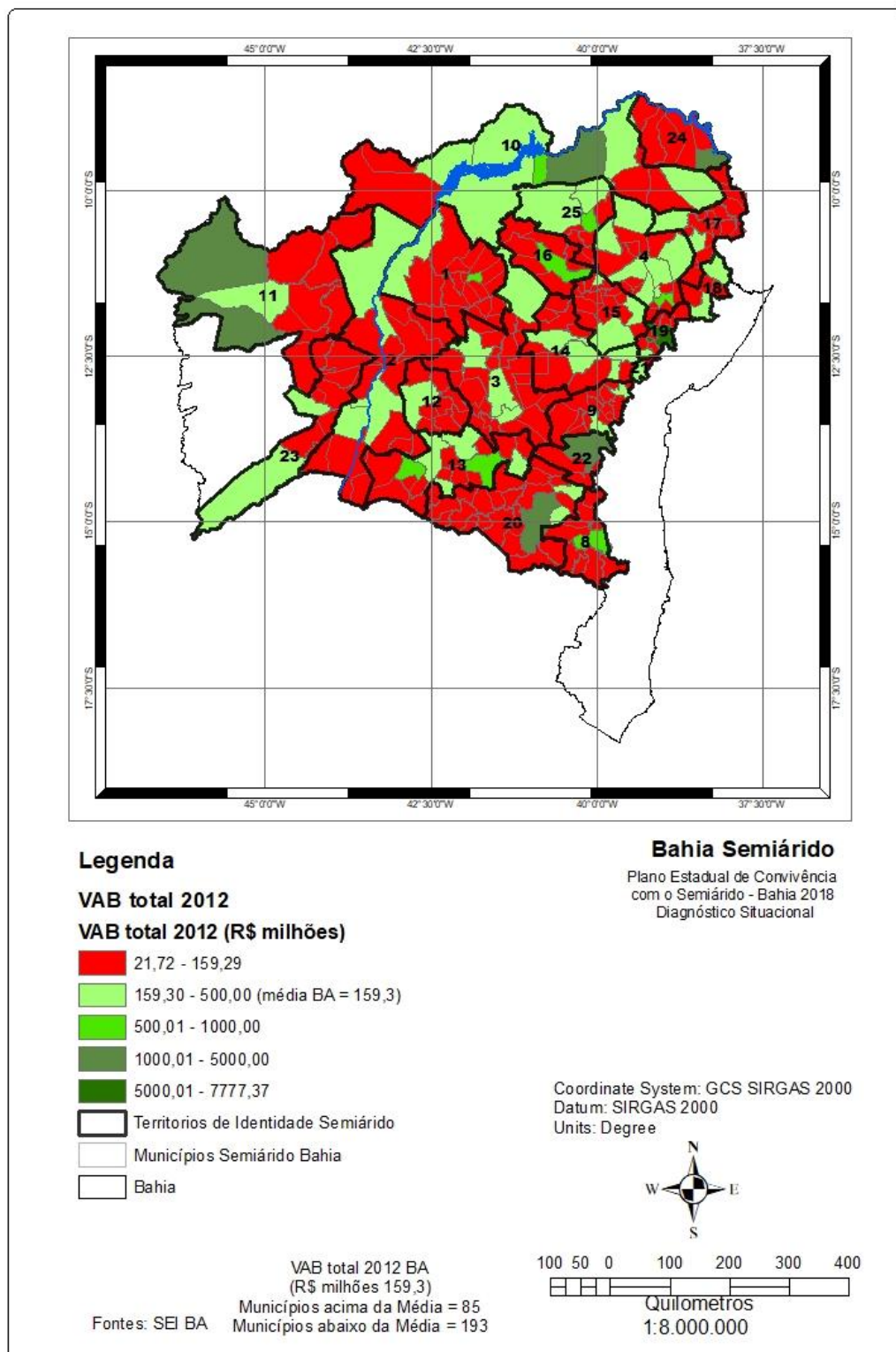


MAPA 89– Semiárido Baiano – VAB total 2010 (R\$ milhões)

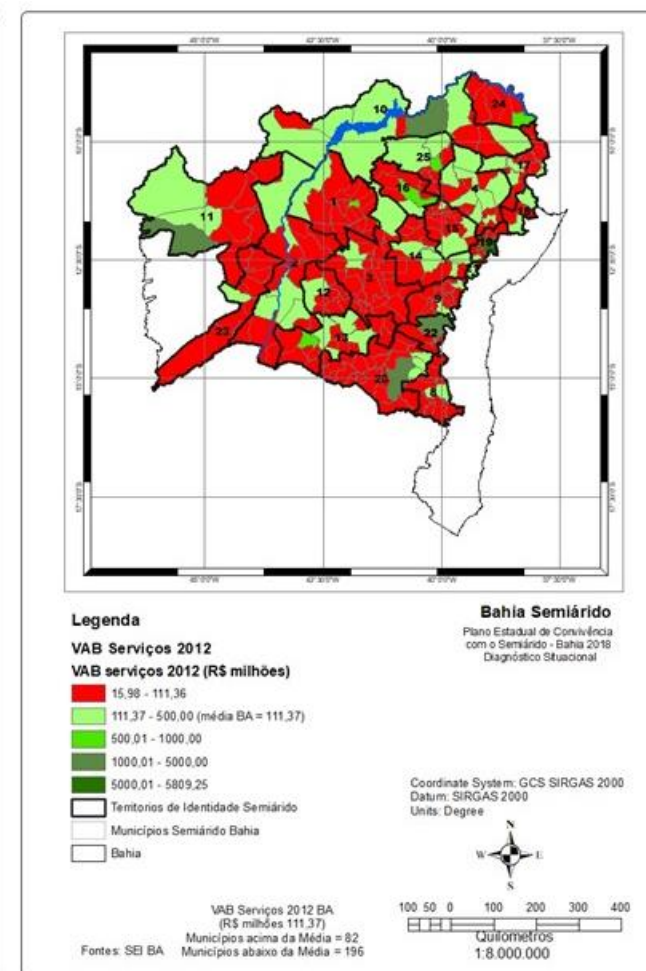
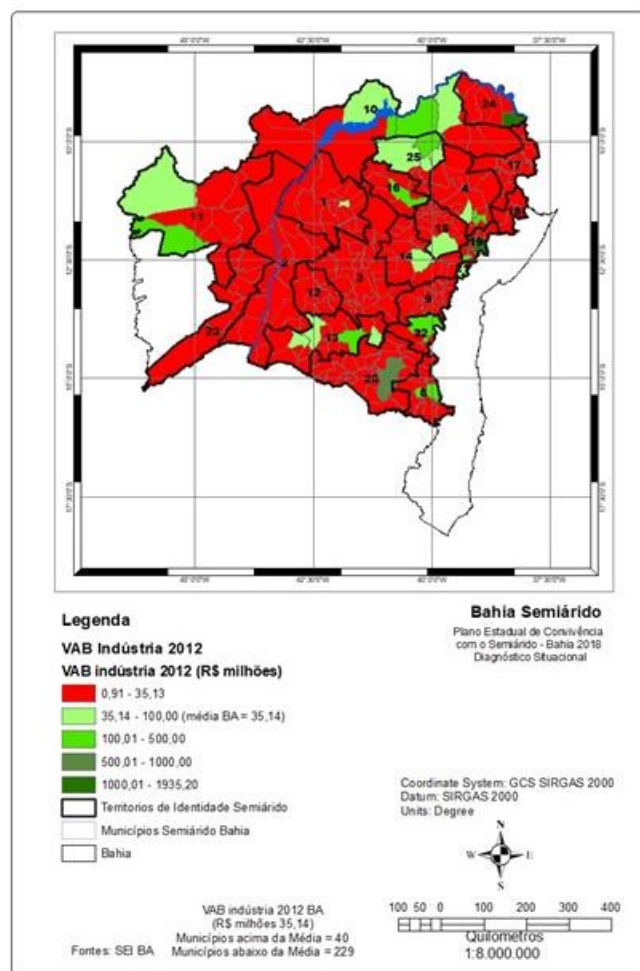
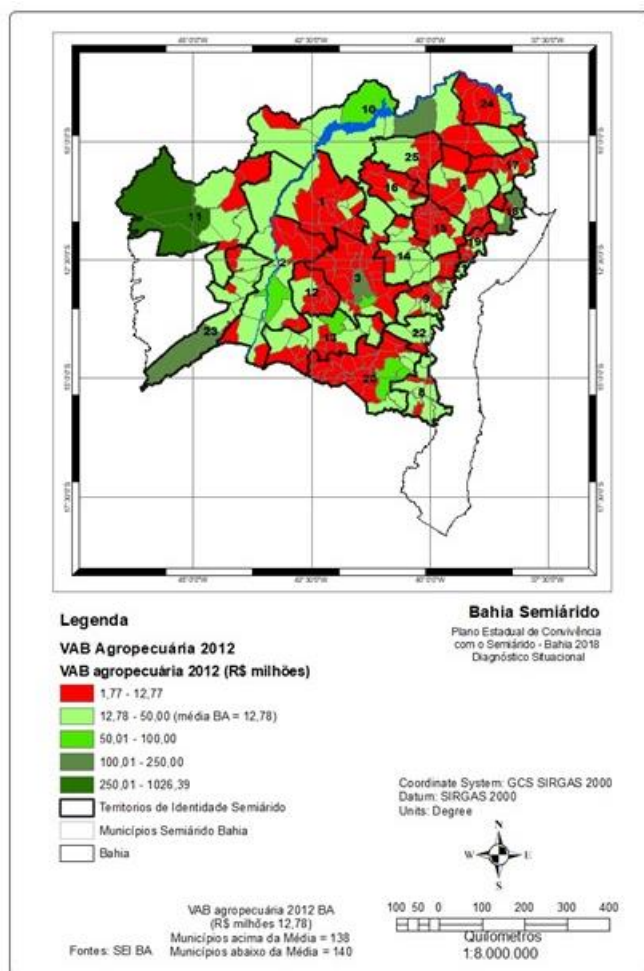


MAPA 90 A, B e C – Semiárido Baiano – VAB Agropecuária 2010, VAB Indústria 2010, VAB serviços 2010 (R\$ Milhões)

Em 2012, 138 municípios do Semiárido Baiano tiveram VAB Agropecuária acima da média baiana. Dentre estes, os cinco municípios com maiores VAB agropecuária foram os municípios polo regionais (Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Mucugê, Côcos e Itapicuru). O MAPA 91 apresenta a distribuição do VAB total no Semiárido baiano em 2012. Já os MAPA 92 A, B e C apresentam a distribuição do VAB Agropecuária, Indústria e Serviços no mesmo ano. Observa-se que os pólos de produção de soja e frutíferas foram os que melhores resultados conseguiram em 2012.

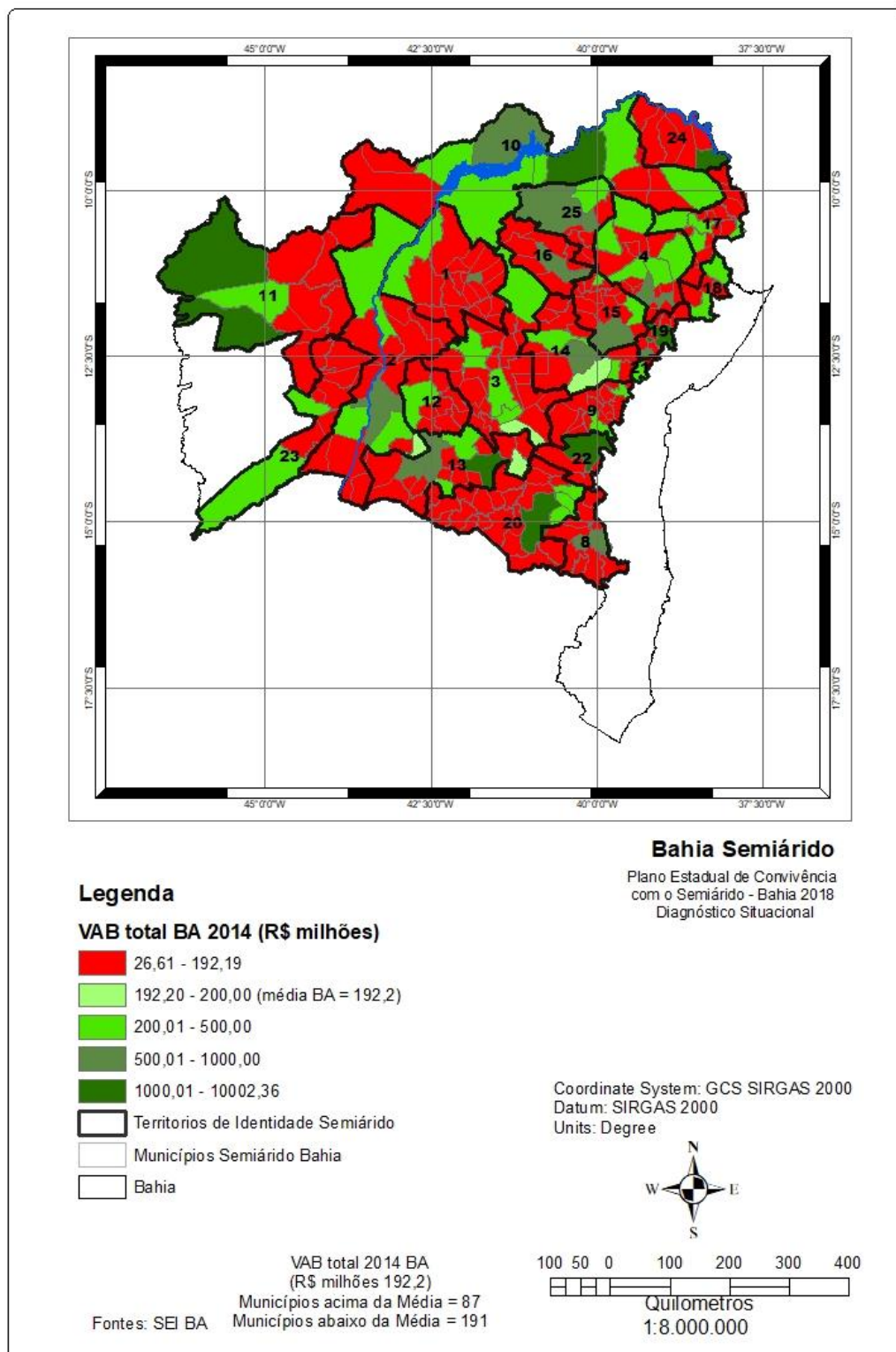


MAPA 91 – Semiárido Baiano – VAB total 2012 (R\$ milhões)

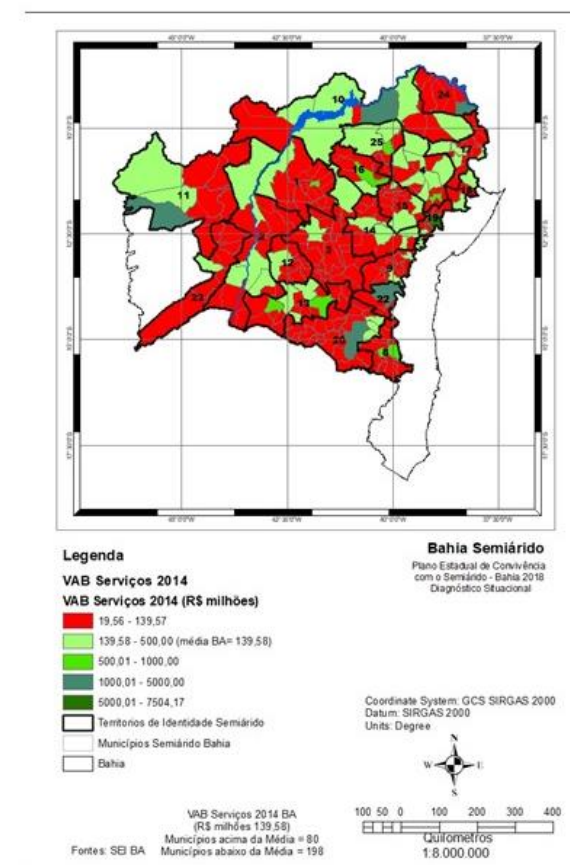
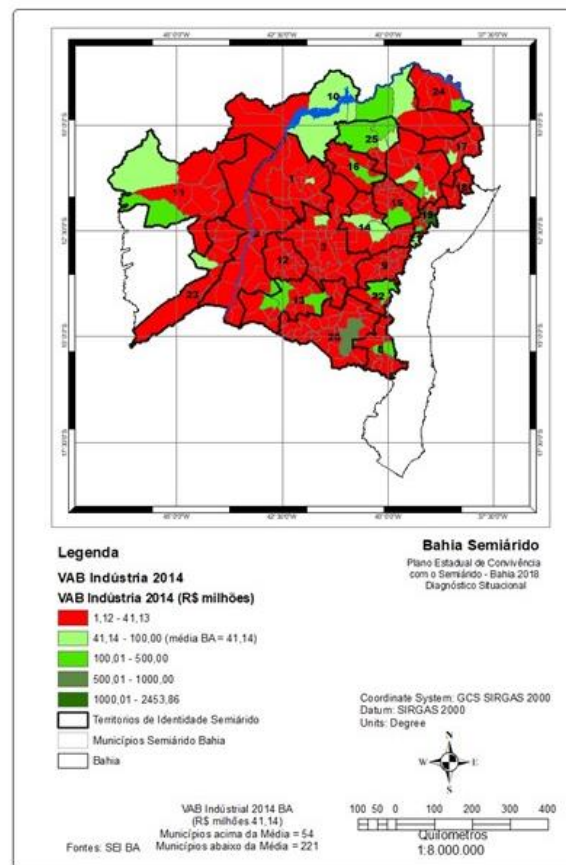
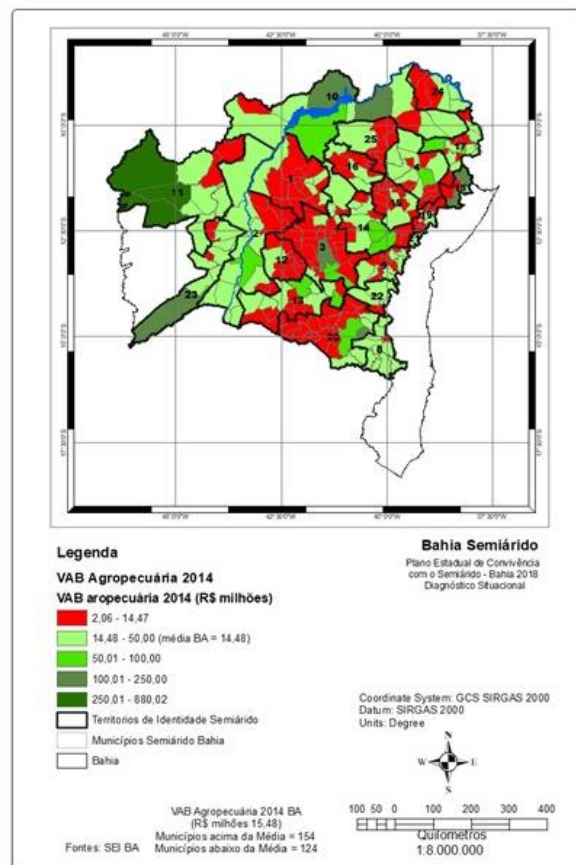


MAPA 92 A, B, C -- Semiárido Baiano – VAB Agropecuária 2012, VAB Indústria 2012, VAB serviços 2012 (R\$ Milhões)

Em 2014, 54 municípios do Semiárido Baiano tiveram VAB industrial acima da média baiana. Dentre estes, os cinco municípios com maiores VAB industrial foram os municípios de Igaporã, Barrocas, Brumado, Jaguarari e Sobradinho. O MAPA 91 apresenta a distribuição do VAB total no Semiárido baiano em 2014. Já os MAPA 92 A, B e C apresentam a distribuição do VAB Agropecuária, Indústria e Serviços no mesmo ano. Observa-se que os polos de produção de soja e frutíferas foram os que melhores resultados conseguiram em 2012.

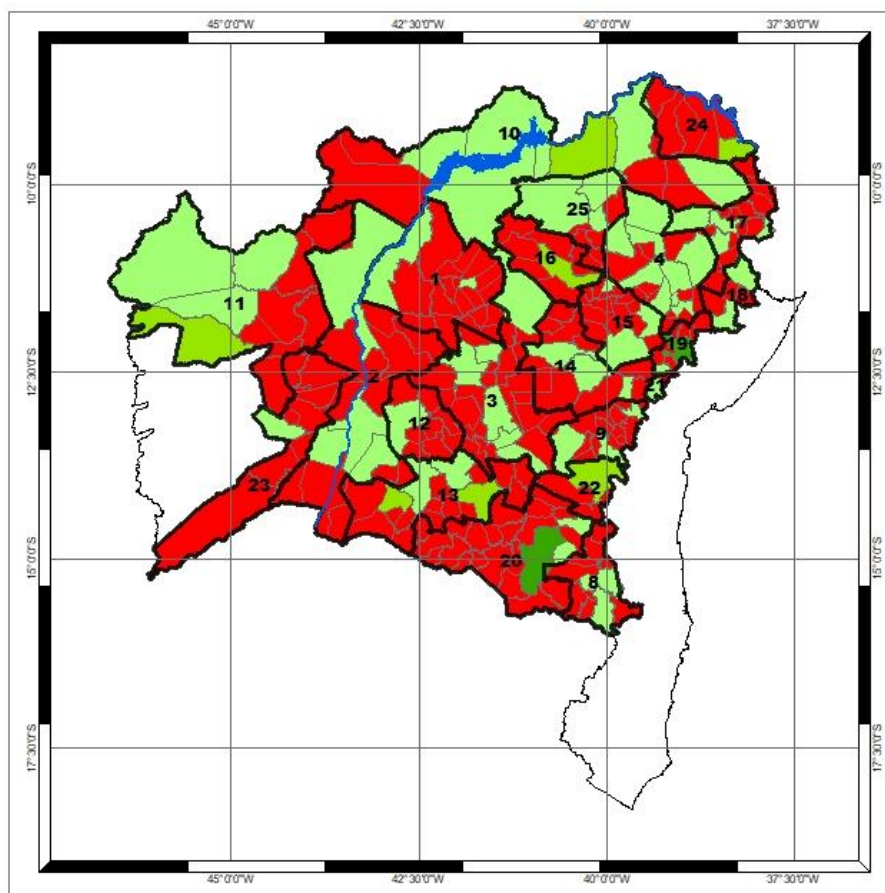


MAPA 93 - Semiárido Baiano – VAB total 2014 (R\$ milhões)



MAPA 94 A, B, C - - Semiárido Baiano – VAB Agropecuária 2014, VAB Indústria 2014, VAB serviços 2014 (R\$ Milhões)

Em 2016, 89 municípios do Semiárido Baiano tiveram VAB serviços acima da média baiana. Dentre estes, os cinco municípios com maiores VAB serviços foram os municípios de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro, Barreiras e Jequié. O MAPA 95 apresenta a distribuição do VAB total no Semiárido baiano em 2016. Já os MAPA 96 A, B e C apresentam a distribuição do VAB Agropecuária, Indústria e Serviços no mesmo ano. Observa-se que os polos de serviços se mantêm, com acréscimo da região no entorno de Jequié.



Bahia Semiárido

Plano Estadual de Convivência
com o Semiárido - Bahia 2018
Diagnóstico Situacional

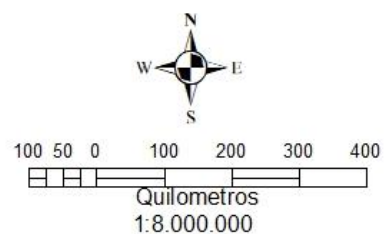
Legenda

VAB 2016

VAB total (R\$ milhões) 2016

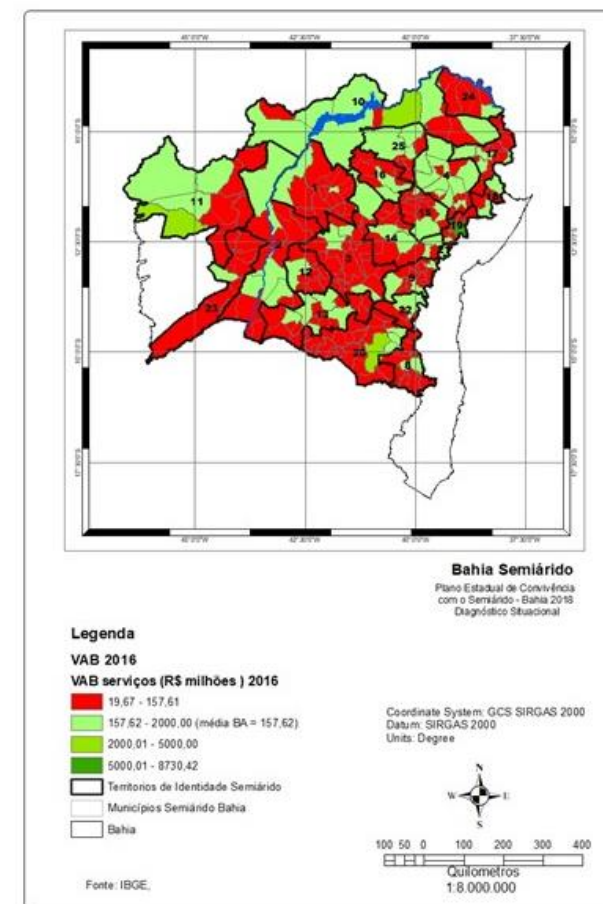
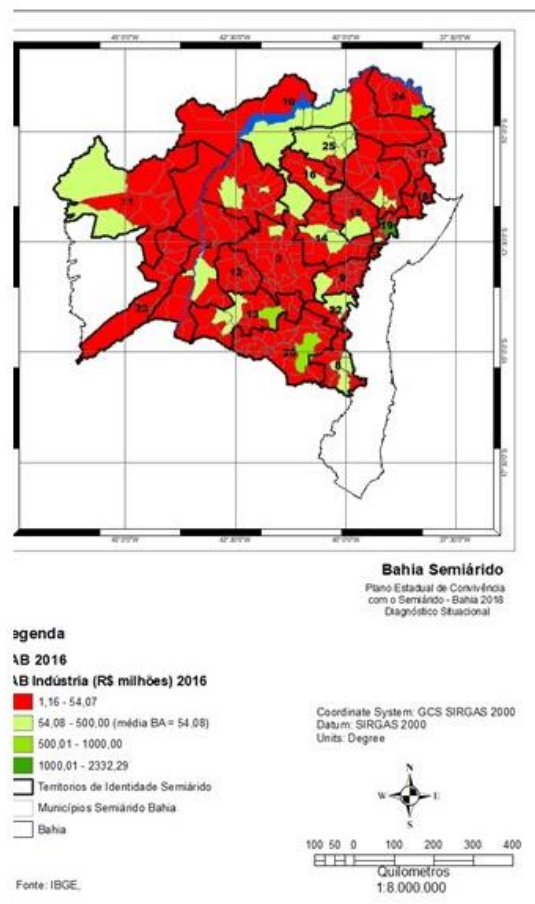
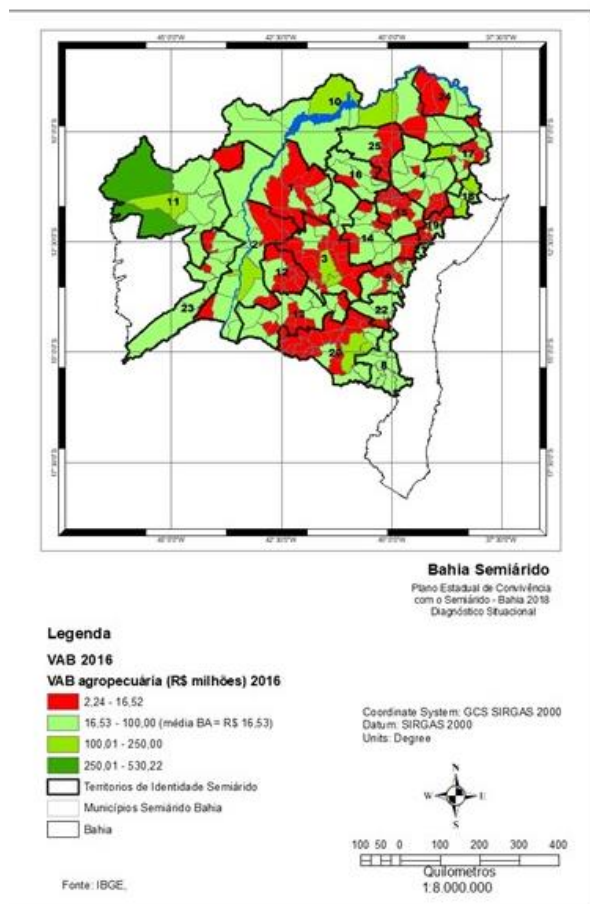
- 25,83 - 228,23
- 228,24 - 1000,00 (média BA = 228,24)
- 1000,01 - 5000,00
- 5000,01 - 11123,93
- Territórios de Identidade Semiárido
- Municípios Semiárido Bahia
- Bahia

Coordinate System: GCS SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS 2000
Units: Degree



Fonte: IBGE,

MAPA 95 - Semiárido Baiano – VAB total 2016 (R\$ milhões)



MAPA 96 a, b, c - – Semiárido Baiano – VAB Agropecuária 2016, VAB Indústria 2016, VAB serviços 2016 (R\$ Milhões)

6.3.3 Agricultura e Pecuária

A agricultura e a pecuária são atividades econômicas altamente dependentes dos recursos naturais e serviços ecossistêmicos. Elas são multifuncionais na medida em que produzem alimentos, fibras e energia, com forte impacto na economia. No Semiárido baiano a produção agropecuária ocupa expressiva área e parcela da população. A presença de agricultores familiares se destaca. Apesar de relativamente ser menos expressiva em relação ao PIB que os setores de serviços e indústria, a agricultura tem importante relevância social na região do Semiárido. Cabe observar que as variações climáticas impactam na sua produtividade, como pode-se observar analisando os anos de seca X valores de produção.

Apesar de pouco expressiva em valores econômicos e no PIB, a agricultura tem grande relevância social na região, dada a significativa presença de população rural e a predominância da agricultura familiar, demandando políticas públicas voltadas para o desenvolvimento deste setor, cujos principais cultivos na região são a mandioca, o milho e a banana

6.3.3.1 Agricultura Familiar

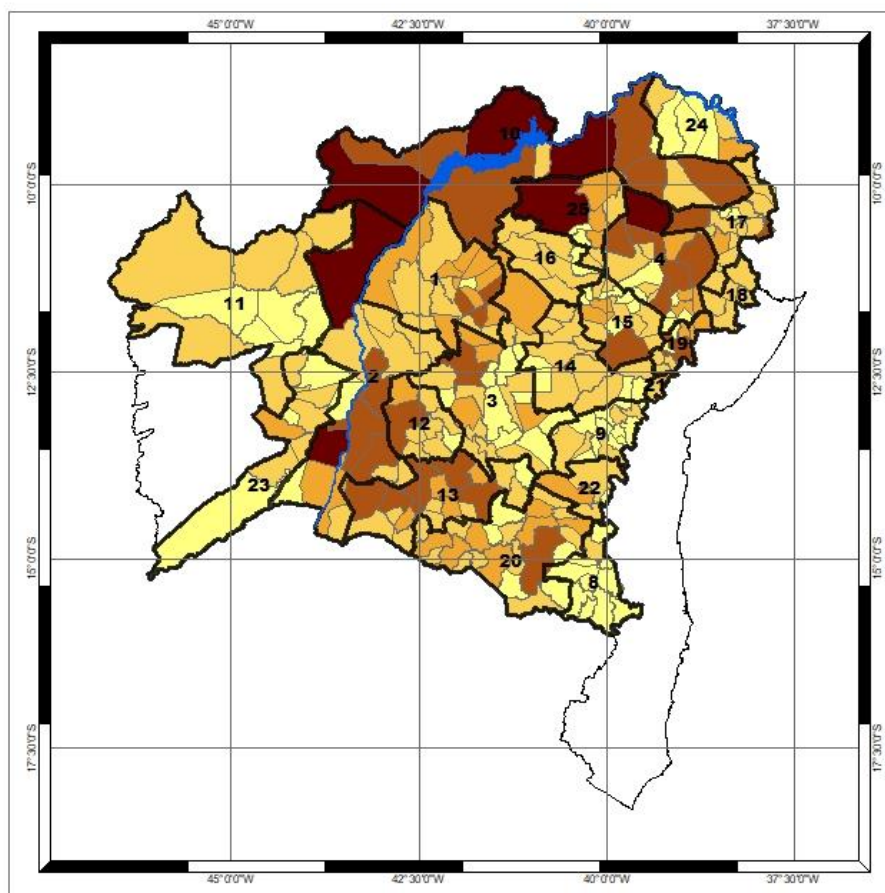
A agricultura familiar no Semiárido baiano é bastante representativa. Em 2018 na Bahia estavam ativas 615.348 Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), destas 504.349 encontravam-se no Semiárido Baiano. Isto significa quase 82% de todas as DAP da Bahia⁴⁵. O QUADRO 18 apresenta o ranking dos cinco municípios com maior e menor número de DAP no Semiárido baiano. O TI nº8 Médio Sudoeste da Bahia destaca-se com aquele com maior número de municípios com menos DAP. Já a região Nordeste do Semiárido (TI nº 25 Piemonte do Paraguaçu, TI nº 10 Sertão do São Francisco e TI nº 4 Sisal) destaca-se como aquela com municípios com maior presença de DAP.

QUADRO 18 - Semiárido Baiano – DAP por município 2018, ranking dos cinco municípios com mais e menos DAP, por TI

Ano 2018 : DAP							
Municípios com maior número				Municípios com menor número			
ranking	município	TI	número	ranking	município	TI	número
1º	Campo Formoso	25	9259	278	Maiquinique	08	15
2º	Monte Santo	04	7444	277	Itapetinga	08	76
3º	Casa Nova	10	7216	276	Potiraguá	08	96
4º	Serra do Ramalho	02	6855	275	Barrocas	04	144
5º	Juazeiro	10	6281	274	Itarantim	08	162

O MAPA 97 apresenta a distribuição das DAP por município e faixas no Semiárido Baiano. Observa-se concentração de DAP nos Territórios de Identidade do Sertão do São Francisco e no Velho Chico.

⁴⁵ A Declaração de Aptidão ao Pronaf (**DAP**) é documento que identifica o produtor familiar. Sua apresentação é necessária para que esse agricultor possa participar das políticas públicas para a agricultura familiar, como financiamento da habitação rural e Programa de Aquisição de Alimentos do governo.



Bahia Semiárido

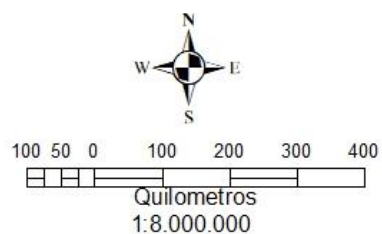
Plano Estadual de Convivência
com o Semiárido - Bahia 2018
Diagnóstico Situacional

Legenda

Nº DAP ativas 2018 X município

- 15 - 1000
- 1001 - 2000
- 2001 - 3000
- 3001 - 5000
- 5001 - 9259
- Territórios de Identidade Semiárido
- Municípios Semiárido Bahia
- Bahia

Coordinate System: GCS SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS 2000
Units: Degree

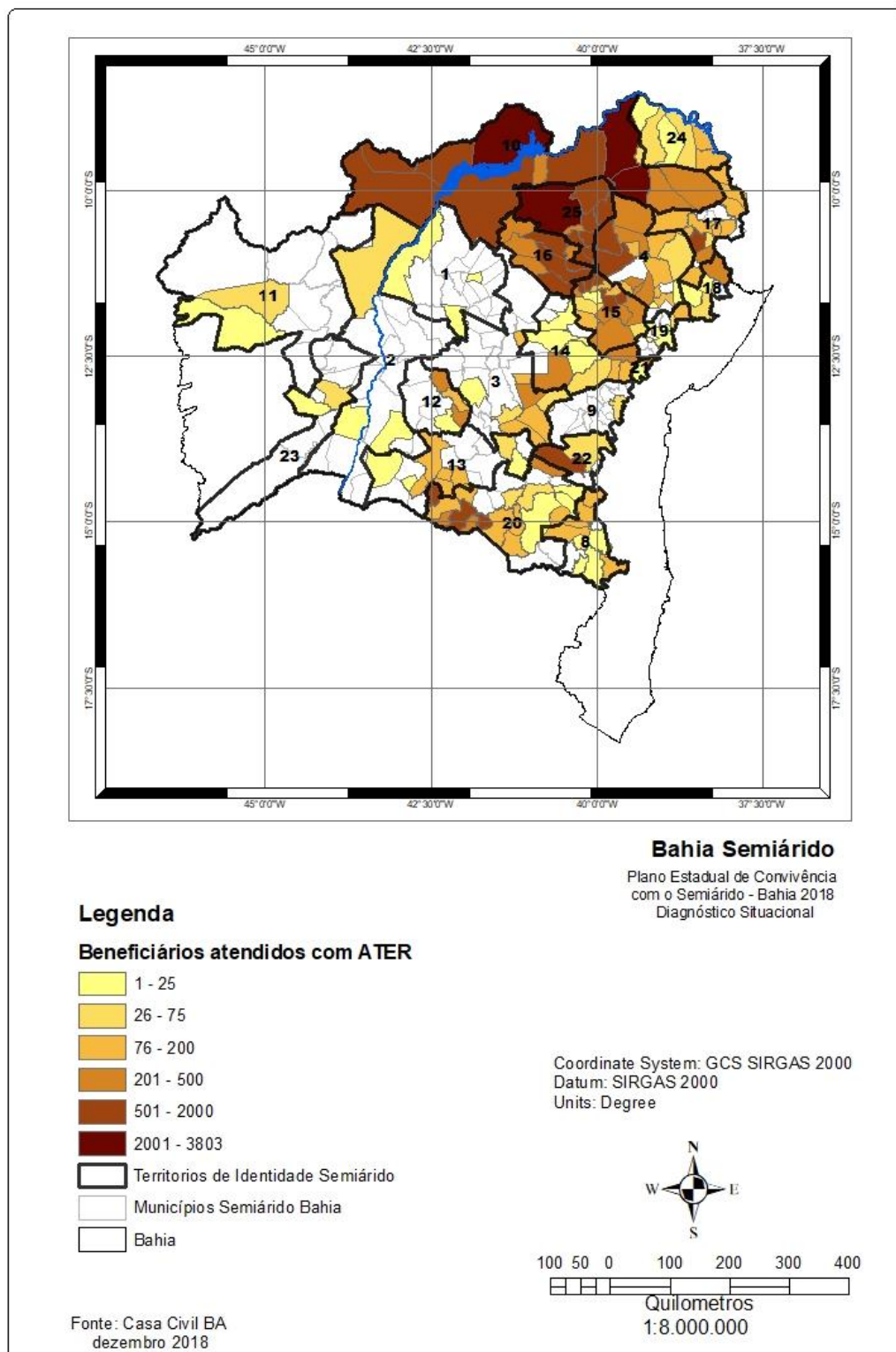


Fonte: Casa Civil BA
dezembro 2018

MAPA 97 – Semiárido Baiano – DAP Ativas por município 2018

6.3.3.2 Assistência Técnica (ATER)

Nos últimos anos o Governo da Bahia proporcionou assistência técnica rural aos agricultores familiares com razoável intensidade. O **MAPA 98** apresenta a distribuição territorial da ATER realizada. Observa-se a intensidade das ações no Nordeste baiano, onde há concentração de agricultores familiares. Contudo, observa-se o desafio de ampliar o atendimento em municípios com elevada presença de agricultores familiares, como por exemplo Serra do Ramalho e em seus municípios vizinho localizados no TIº 2 Sertão do São Francisco.



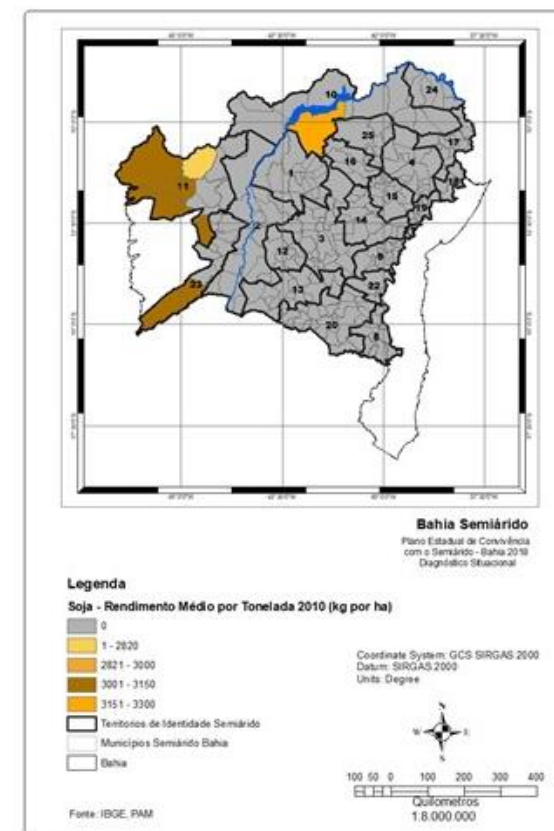
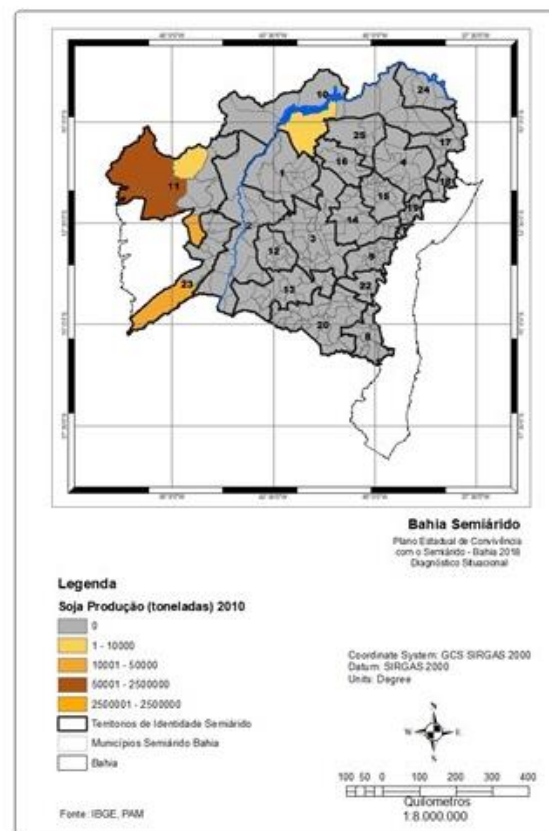
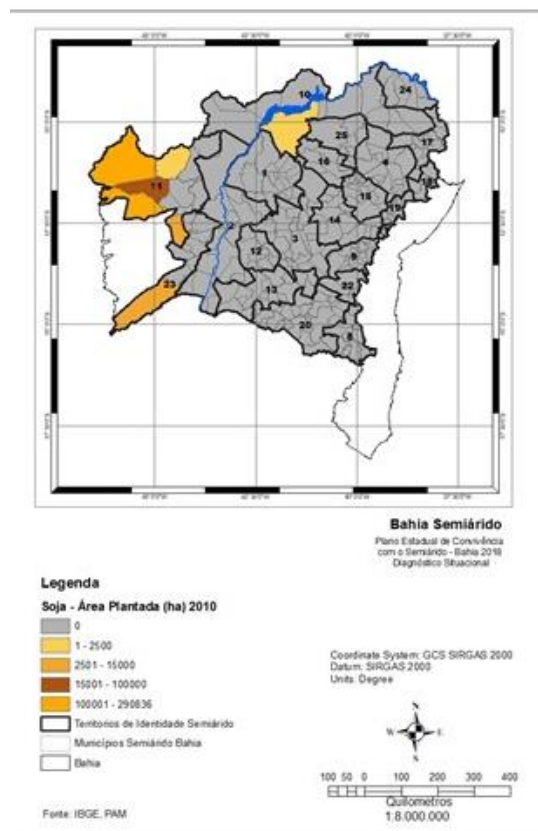
MAPA 98 – Semiárido Baiano – Beneficiários atendidos com Assistência Técnica Rural (ATER)

6.3.3.3 Produção Agrícola

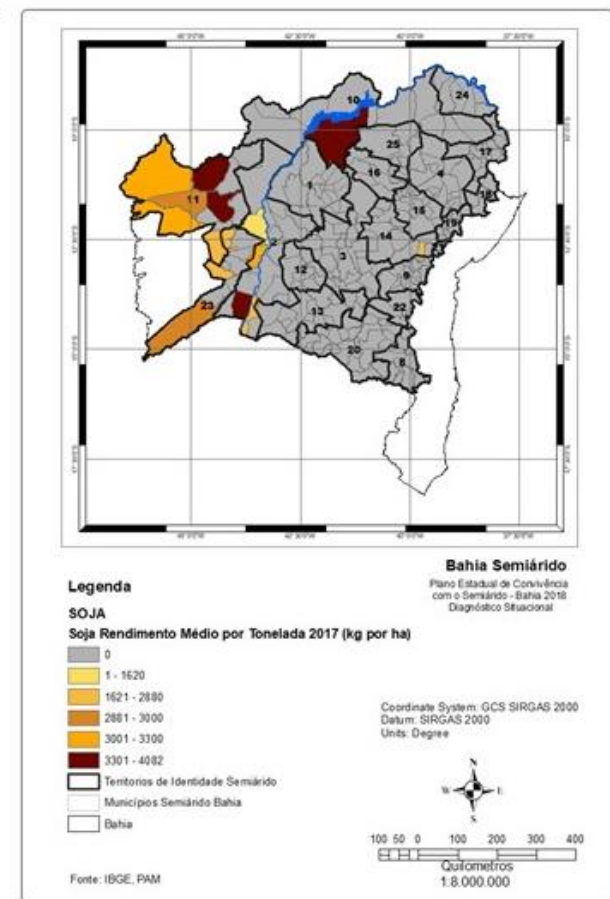
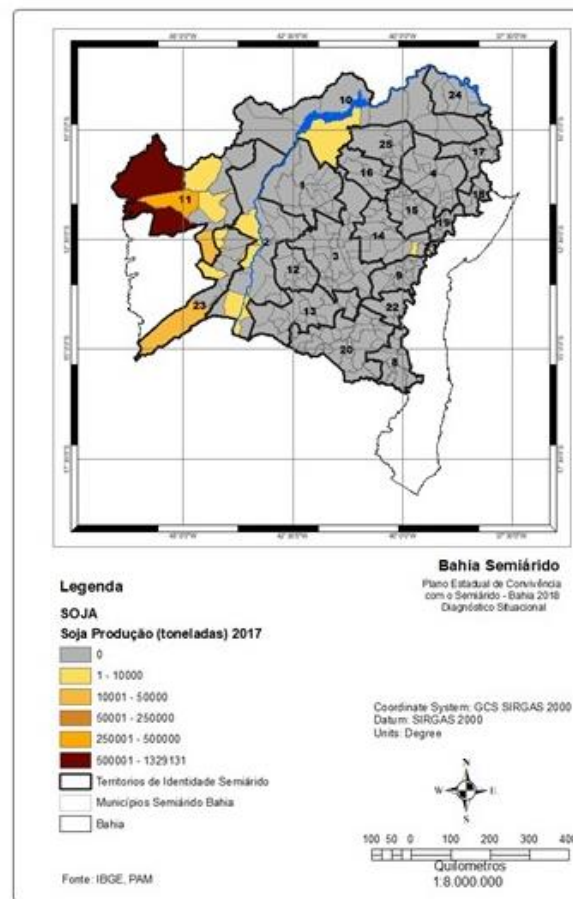
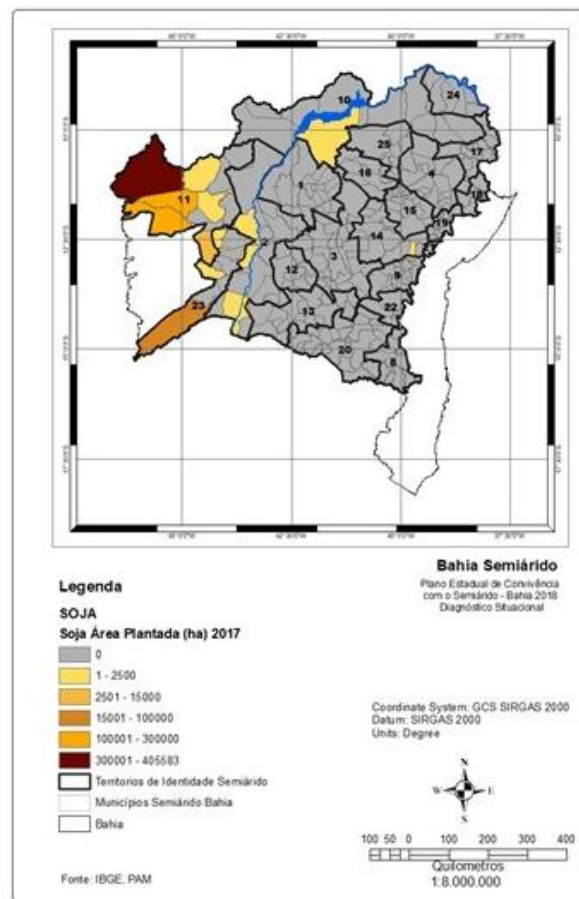
A produção agrícola na Bahia é expressiva. Entre culturas temporárias - como soja, mandioca, milho, feijão – e culturas permanentes como cacau, por exemplo. O estado encontra-se entre os maiores produtores agrícolas do país. Considerando a diversidade da produção agrícola, foram selecionados a situação da produção de soja (típica do agronegócio) e da mandioca (típica da agricultura familiar) para comentar sobre a produção agrícola no período 2010 a 2017. Os dados levantados informam que de um lado: o agronegócio ampliou sua área, manteve sua produtividade e iniciou a ocupação de espaços anteriormente utilizados pelos PCT e agricultores familiares, especialmente na região Oeste – margem esquerda do rio São Francisco. Por outro lado, apesar do aumento linear da produção da mandioca, no período selecionado, houve redução das áreas de produção, redução da sua produtividade (especialmente impactada pelos longos períodos de estiagem).

Em específico, a produção de soja na Bahia encontra-se concentrada em 11 municípios entre o Oeste e o Noroeste da Bahia. Eles estão nos TI nº 11 Bacia do Rio Grande, TI nº 23 Bacia do Rio Corrente e TI nº 10 Sertão do São Francisco. Sua produção prioritariamente acontece no bioma cerrado e entorno do Rio São Francisco. Os

MAPA 99 A, B, C apresentam área plantada, produção e produtividade da soja em 2010. Já os **MAPA 100** A, B e C apresentam a situação em 2017. Observa-se a ampliação da produção para 19 municípios, ainda concentrada nos mesmos territórios. Cabe observar que nos municípios onde há produção intensiva de soja, o VAB agropecuário é maior que o VAB agropecuário médio.

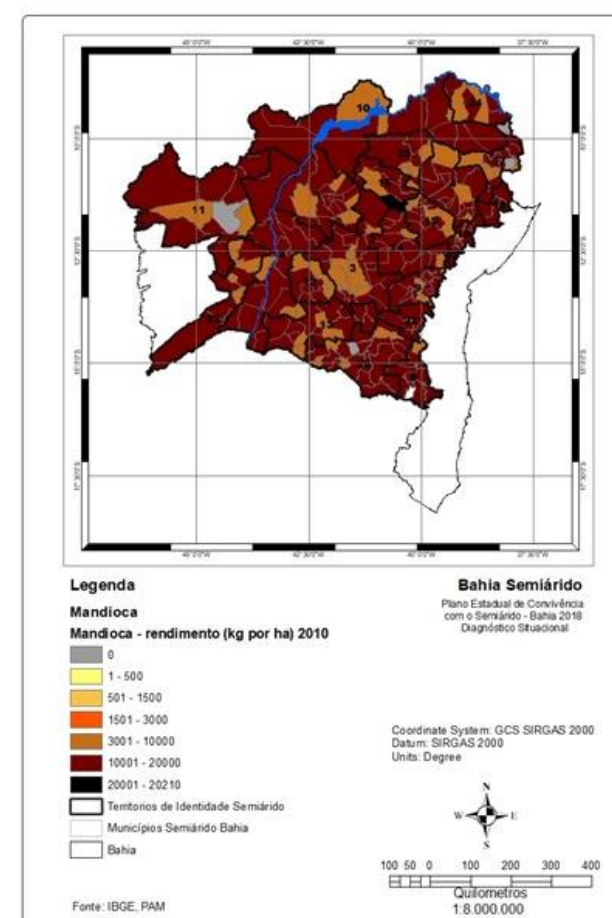
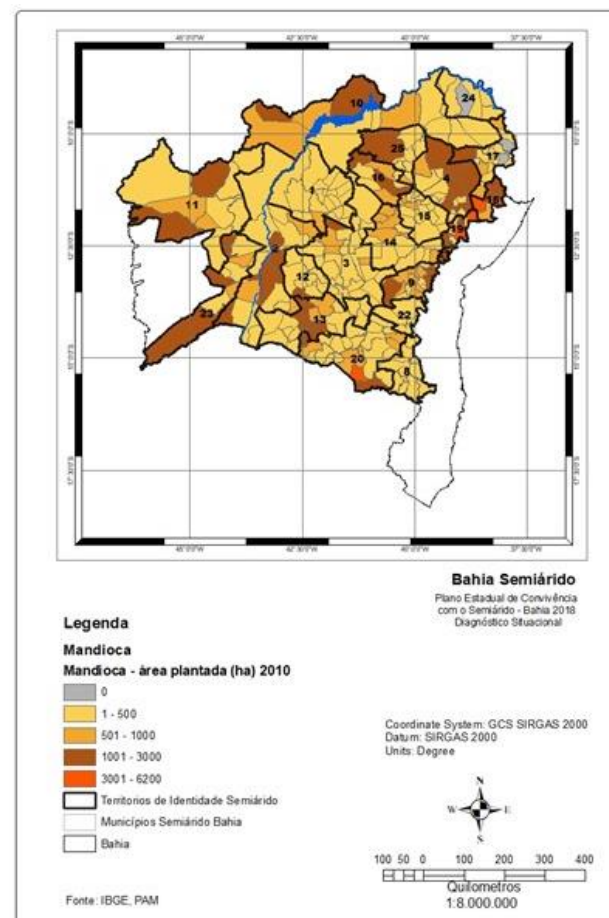
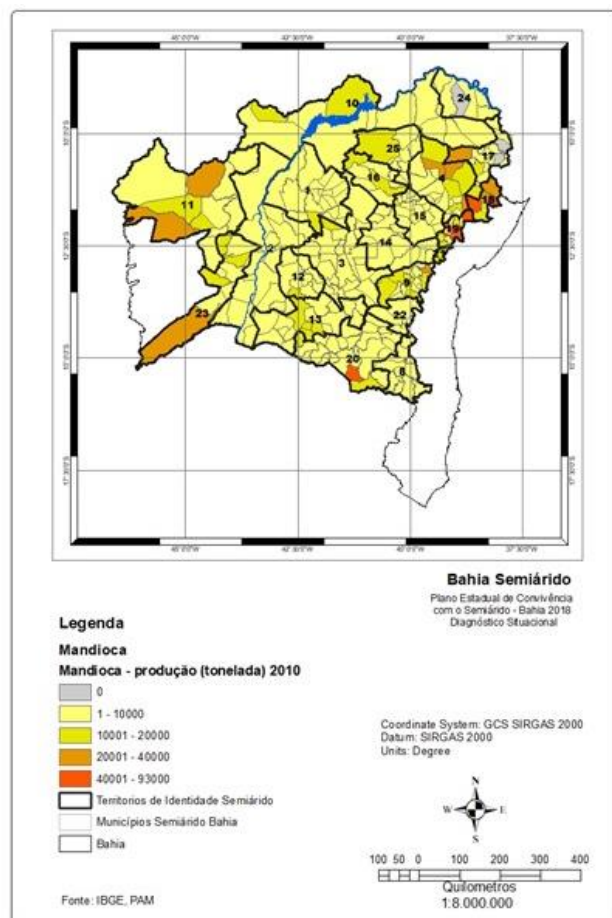


MAPA 99 A, B, C – Semiárido Baiano – SOJA Área plantada (ha), Produção (ton), Rendimento médio por tonelada (kg por ha) - 2010

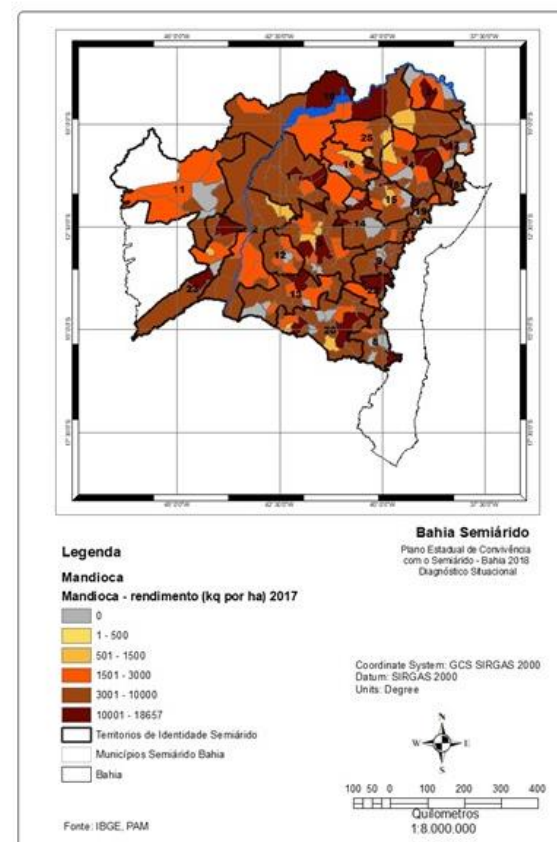
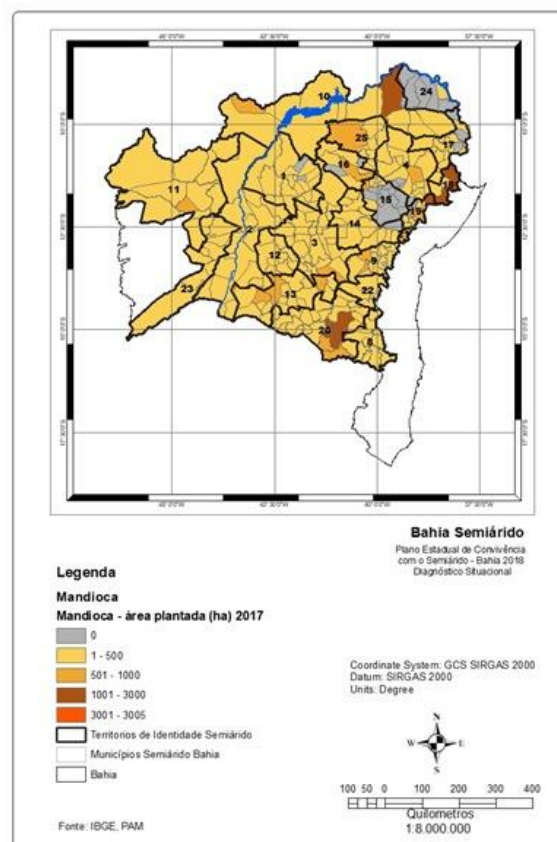
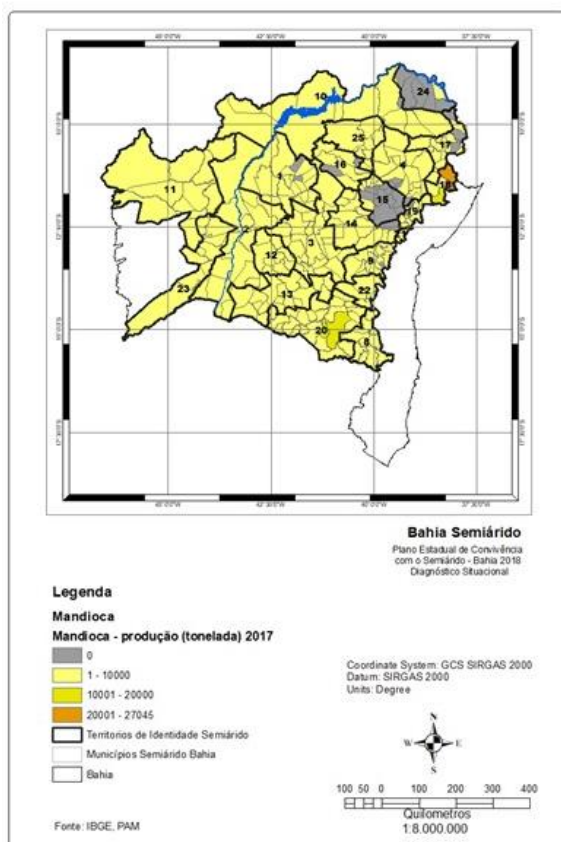


MAPA 100 A, B, C – Semiárido Baiano – SOJA Área plantada (ha), Produção (ton), Rendimento médio por tonelada (kg por ha) - 2017

Já quanto a produção de mandioca no Semiárido baiano, ela está espalhada por todo o território. Em 2010 sua maior produção esteve entre municípios do Oeste baiano (Cocos - TI nº 23 Bacia do Rio Corrente – Barreiras TI nº 11 Bacia do Rio Grande) e nordeste (Itapicuru, TI nº 18 – Litoral Norte e Agreste Baiano). Neste ano, sua produtividade (kg por há) estava próxima à média baiana. Os MAPA **101** A, B, C apresentam área plantada, produção e produtividade da mandioca em 2010. Já os MAPA 102 A, B e C apresentam a situação em 2017. Observa-se que houve redução da área plantada, redução da produção e produtividade média menor que em 2010.



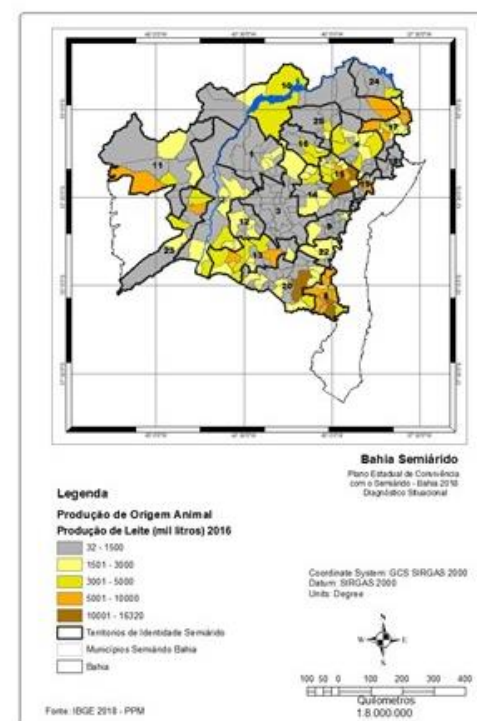
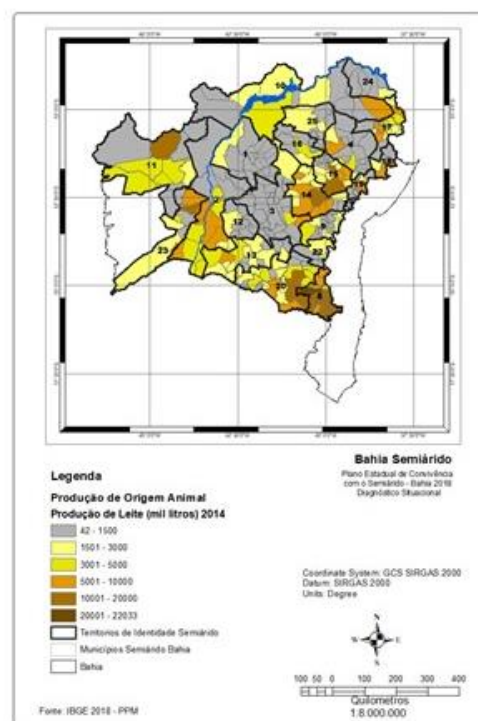
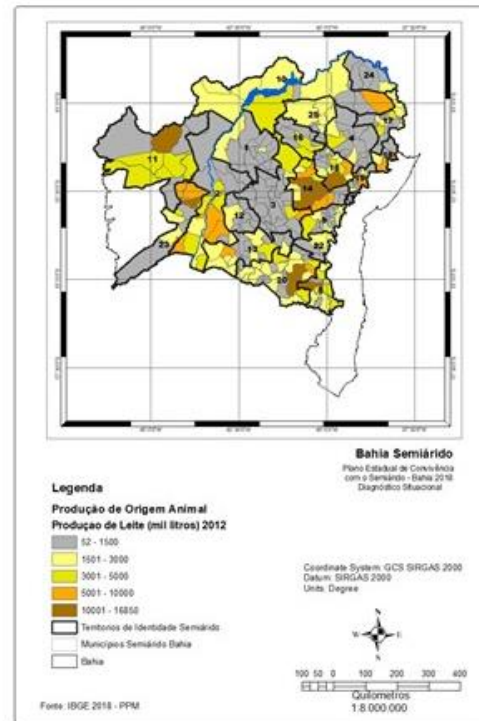
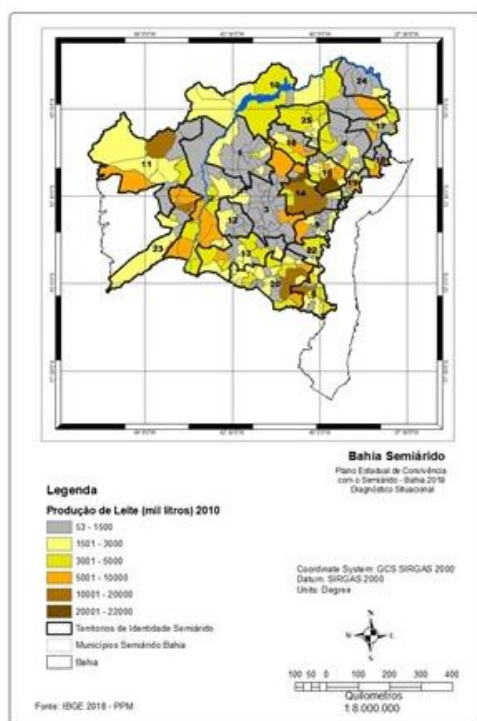
MAPA 101 A, B, C – Semiárido Baiano – Mandioca Área plantada (ha), Produção (ton), Rendimento médio por tonelada (kg por ha) - 2010



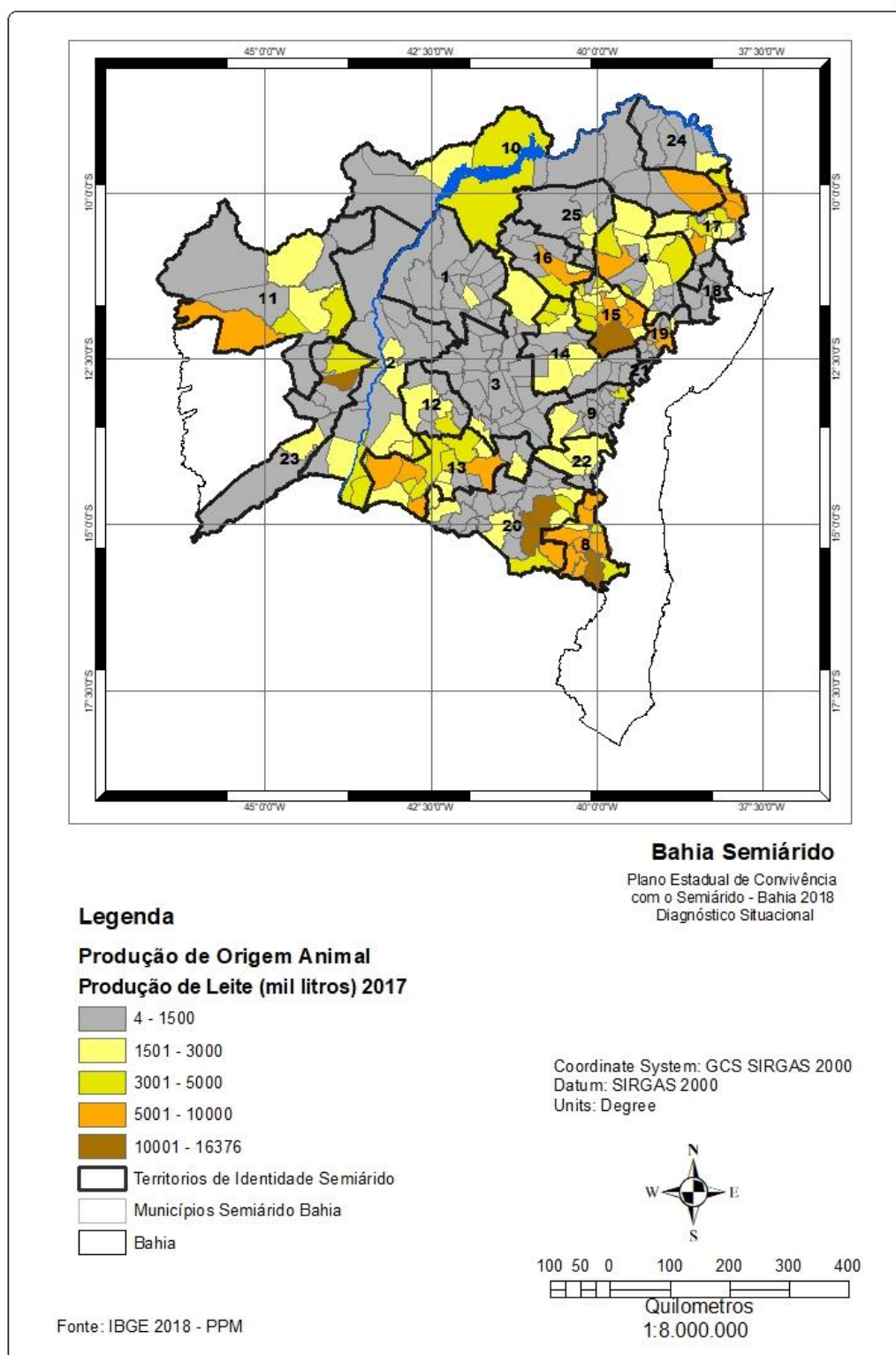
MAPA 102 A, B, C – Semiárido Baiano – Mandioca Área plantada (ha), Produção (ton), Rendimento médio por tonelada (kg por ha) - 2017

6.3.3.4 Produção Pecuária

Na produção pecuária baiana, em relação a produção de produtos de origem animal, destacam-se a pecuária leiteira e a produção de ovos de galinha. A pecuária representa cerca de 70% deste tipo de produção. Os **MAPA 103** A, B, C e D e **MAPA 104** apresentam a evolução da produção de leite (em mil toneladas) entre os anos de 2010, 2012, 2014, 2016 e 2017 no Semiárido baiano. Neles observa-se claramente que apesar de haver produção leiteira em todos os municípios do Semiárido baiano no período observado, houve concentração da produção nos TI nº 8 Médio Sudoeste da Bahia, TI nº 20 Vitória da Conquista, TI nº 15 Bacia do Jacuípe. Bem como a queda de produção leiteira no TI nº 11 Bacia do Rio Grande (Santa Rita de Cassia).

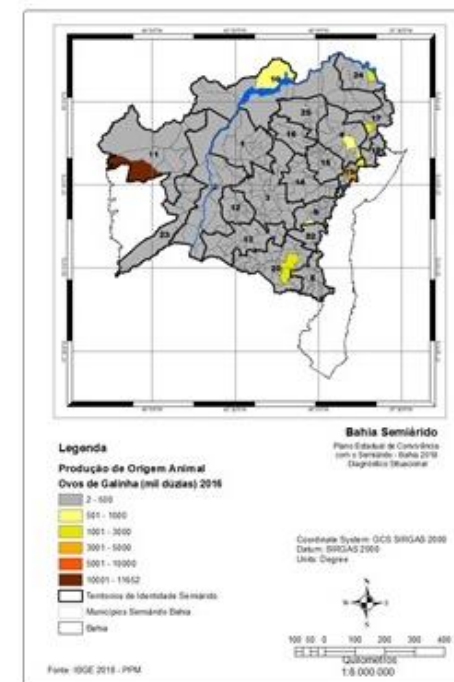
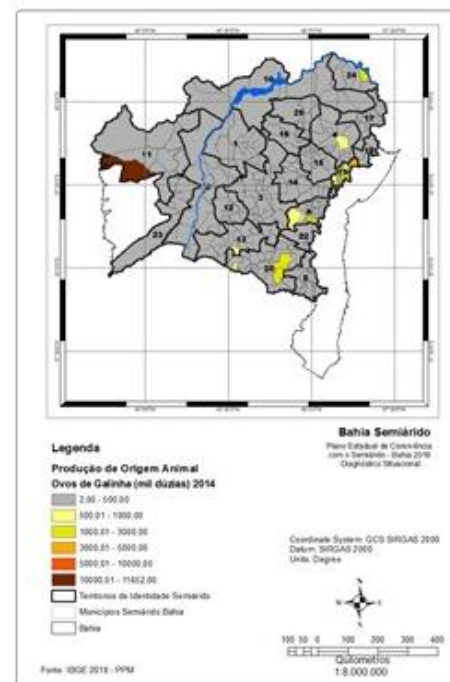
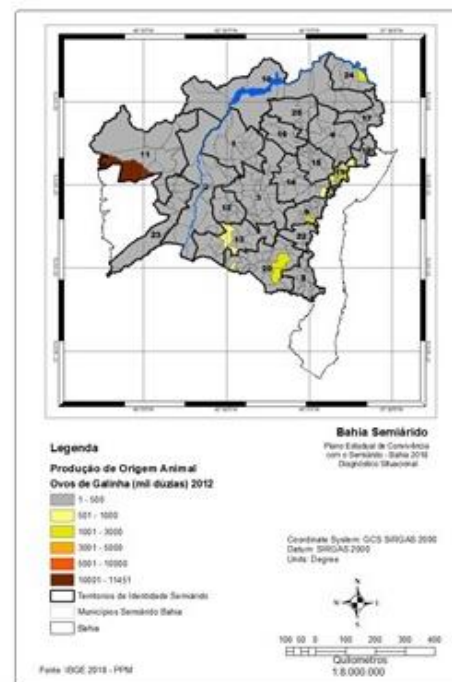
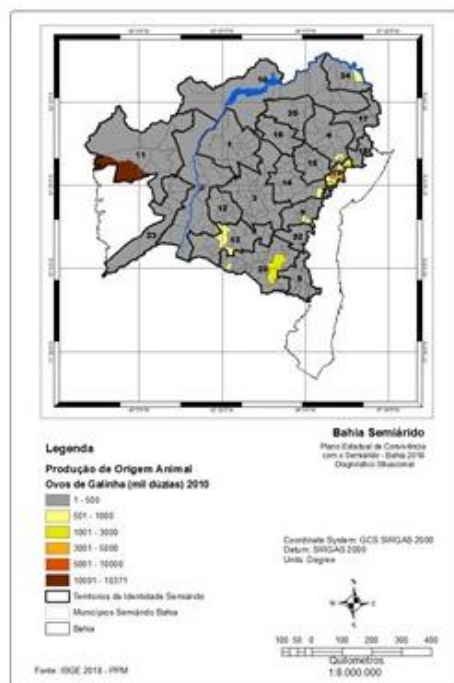


MAPA 103 A, B, C e D – Semiárido Baiano – Produção de Origem animal – produção leiteira (mil litros) 2010, 2012, 2014, 2016

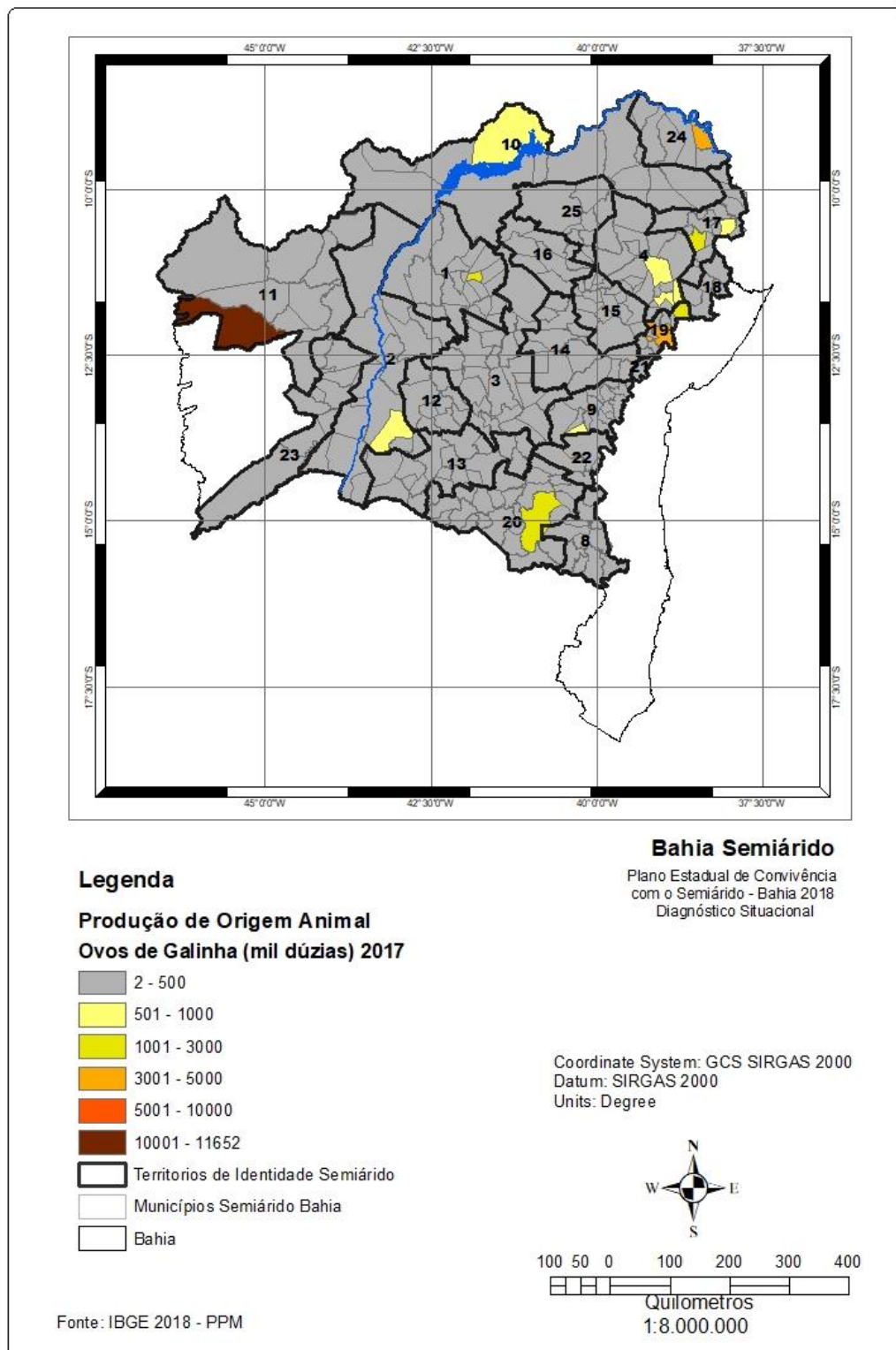


MAPA 104 – Semiárido Baiano - - Produção de Origem animal – produção leiteira (mil litro) 2017

A produção de ovos no Semiárido baiano apresenta-se em todos os seus Territórios de Identidade. Contudo, em nove deles se encontra com maior intensidade. Os MAPA 105 A, B, C e D e MAPA 106 trazem a distribuição da produção de ovos por mil dúzias, por faixas de produção entre os anos de 2010, 2012, 2014, 2016 e 2017. Neles pode-se observar que nos municípios de Barreiras (TI nº 11 Bacia do Rio Grande), seguida por Feira de Santana (TI nº 19 Portal do Sertão), Glória (TI nº 24 Itaparica), Vitória da Conquista (TI nº 20 Vitória da Conquista) e Irecê (TI nº 1 Irecê). Entre os anos de 2010 a 2017, observa-se que houve uma pequena oscilação na produção. Houve queda na produção em 2012, com início de recuperação em 2014, nova queda em 2016 e retomada do aumento da produção em 2017. As oscilações foram coincidentes com os períodos de mais extrema seca. O QUADRO 19 apresenta a evolução dos cinco municípios com maior e menor produção de ovos entre os anos de 2010 e 2017.



MAPA 105 A, B, C e D – Semiárido Baiano – Produção de Origem animal – Produção de Ovos (mil dúzias) 2010, 2012, 2014, 2016



MAPA 106 – Semiárido Baiano – Produção de Origem Animal – Produção de Ovos (mil dúzias) 2017

QUADRO 19 – Semiárido Baiano – Produção de origem Animal, Ovos de Galinha (por mil dúzias), 2010, 2012, 2014, 2016, 2017

Ano 2010 : produção de origem Animal – Ovos de galinha (por mil dúzias)							
2010 - Maior produção				2010 - Menor produção			
ranking	município	TI	Produção	ranking	município	TI	Produção
1º	Barreiras	11	10371	278	Rodelas	24	1
2º	Feira de Santana	19	4583	277	Lençóis	03	5
3º	Vitória da Conquista	20	1916	276	Macururé	24	6
4º	Santo Estêvão	19	1647	275	Anguera	19	7
5º	Água Fria	19	1383	274	Piritiba	14	7
2012 - Maior produção				2012 - Menor produção			
ranking	município	TI	Produção	ranking	município	TI	Produção
1º	Barreiras	11	11451	278	Rodelas	24	1
2º	Feira de Santana	19	3000	277	Lençóis	03	5
3º	Vitória da Conquista	20	1992	276	Anguera	19	6
4º	Santo Estêvão	19	1300	275	Mucugê	03	6
5º	Glória	24	1141	274	Macururé	24	7
2014 - Maior produção				2014 - Menor produção			
ranking	município	TI	Produção	ranking	município	TI	Produção
1º	Barreiras	11	11652	278	Rodelas	24	2
2º	Água Fria	19	3600	277	Aracatu	20	3
3º	Feira de Santana	19	2863	276	Barro Alto	01	3
4º	Glória	24	2617	275	Lençóis	03	5
5º	Vitória da Conquista	20	1495	274	Santaluz	04	6
2016 - Maior produção				2016 - Menor produção			
ranking	município	TI	Produção	ranking	município	TI	Produção
1º	Barreiras	11	10346	278	Rodelas	24	3
2º	Feira de Santana	19	3117	277	Potiraguá	09	5
3º	Glória	24	2984	276	Barrocas	04	6
4º	Ribeira do Pombal	17	2593	275	Anguera	19	8
5º	Água Fria	19	2411	274	Itororó	08	8
2017 - Maior produção				2017 - Menor produção			
ranking	município	TI	Produção	ranking	município	TI	Produção
1º	Barreiras	11	10371	278	Rodelas	24	4
2º	Feira de Santana	19	10376	277	Itiruçu	09	5
3º	Glória	20	4000	276	Cravolândia	09	8
4º	Água Fria	19	3229	275	Barrocas	04	8
5º	Ribeira do Pombal	19	2407	274	Irajuba	09	9

6.3.4 Mineração⁴⁶

A indústria da mineração na Bahia atrai investimentos e retorno financeiro. O Semiárido baiano produz e comercializa diferentes tipos minerais. Seu potencial indica relevância deste setor na economia da região. A evolução do VAB industrial, onde encontra-se o setor de mineração, apresentada no item 6.3.2 destaca a sua importância econômica.

Atualmente no Semiárido baiano existem 15413 registros no DNPM⁴⁷. Destes 10.793 são autorizações de pesquisa, 320 concessões de lavra, 380 áreas em disponibilidade, 31 áreas em situação de lavra garimpeira, 418 áreas em licenciamento, 37 áreas em registro de extração. Além disso há 961 requerimentos de lavra, 186 requerimentos de lavra garimpeira, 288 requerimentos de licenciamento, 1680 requerimentos de pesquisa e 19 requerimentos de registro de extração. O MAPA 107 apresenta a situação da base mineral no Semiárido baiano,

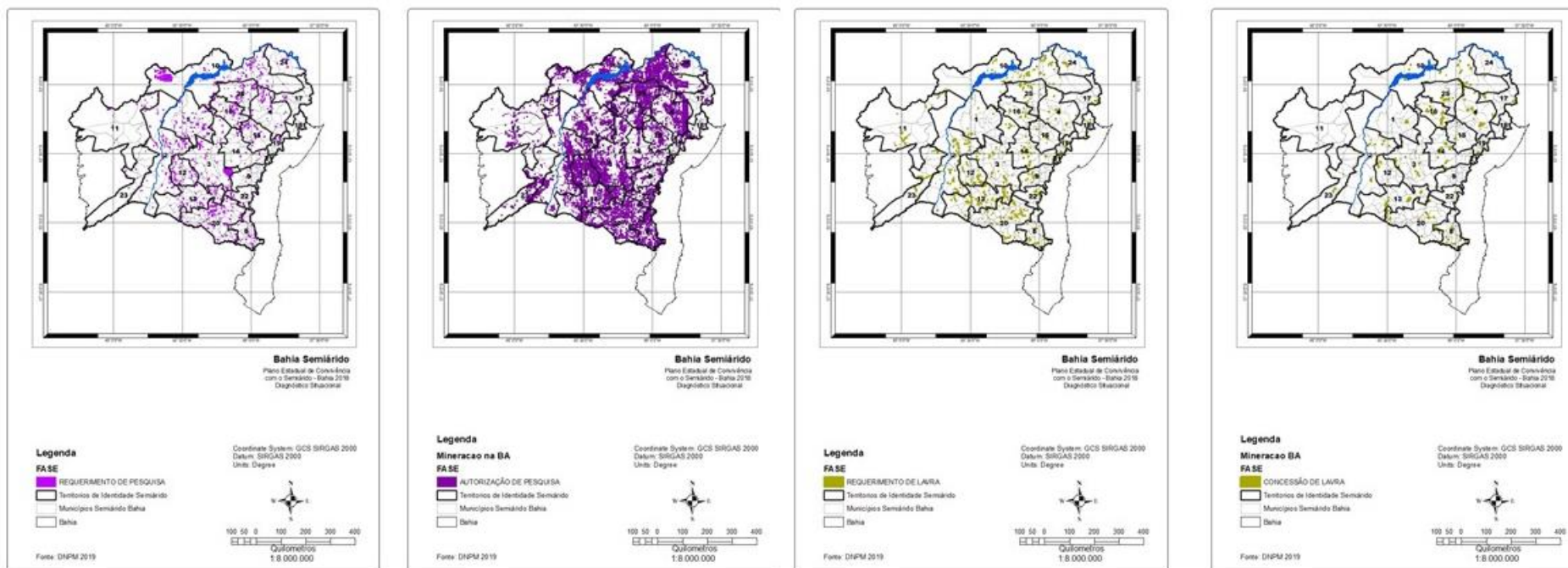
Jazidas de minérios como ouro, diamante, ferro e chumbo encontram-se em produção. O MAPA 108 apresenta localização de algumas das jazidas de pedras preciosas atualmente em exploração. O MAPA 109 apresenta a localização de áreas com possível (ou confirmada) presença de ferro. No momento há apenas uma concessão de lavra de ferro no Semiárido baiano. As demais são requerimento de lavra, autorizações de pesquisa.

Contudo é importante considerar os impactos negativos futuros que tais atividades podem causar. Esses impactos têm a ver com (i) breve vida útil dos projetos (menos de 20 anos em média); (ii) elevada desestruturação sócio-econômica do campo e da cidade gerada pela expectativa de criação de oportunidades de empregos diretos e indiretos, o que causa esvaziamento do campo e inchaço das cidades; (iii) perda de territórios de povos e comunidades tradicionais, bem como de projetos de assentamento que são ocupados pela mineração, atravessados por rodovias, linhas de transmissão de energia,

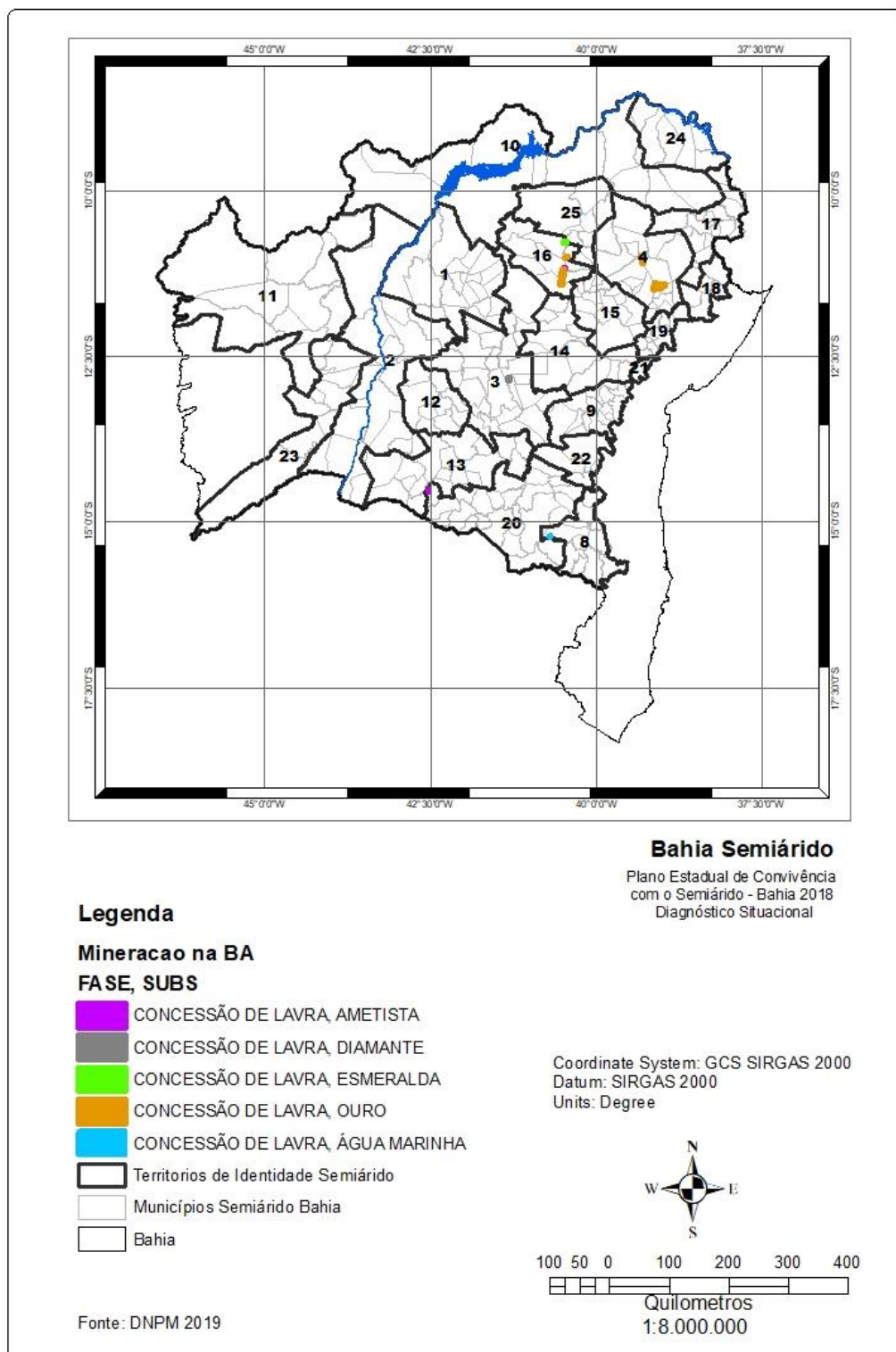
⁴⁶ Entende-se mineração como todos os processos e atividades industriais que tem por finalidade a extração de substâncias minerais do solo, a partir da perfuração ou contato com áreas de depósitos ou massas minerais das mesmas

⁴⁷ Algumas das substâncias registradas no DNPM e existentes no Semiárido baiano são: Água marinha, alexandrita, amazonita, ametista, andaluzita, apatita, Ardósia, areia, areia quartzosa, arenito, argila, argila caulínica, argila comum, argila refratária, argilito, barita, basalto, bauxita, bentonita, berilo, cádmio, calcário, calcário calcítico, calcário dolomítico, calcário industrial, calcedônia, calcita, cascalho, cataclasito, caulm, charnoquito, chumbo, cianita, cobre, columbita, conglomerado, coríndon, cromita, cromo, diabásico, diamante, Água mineral, Amianto

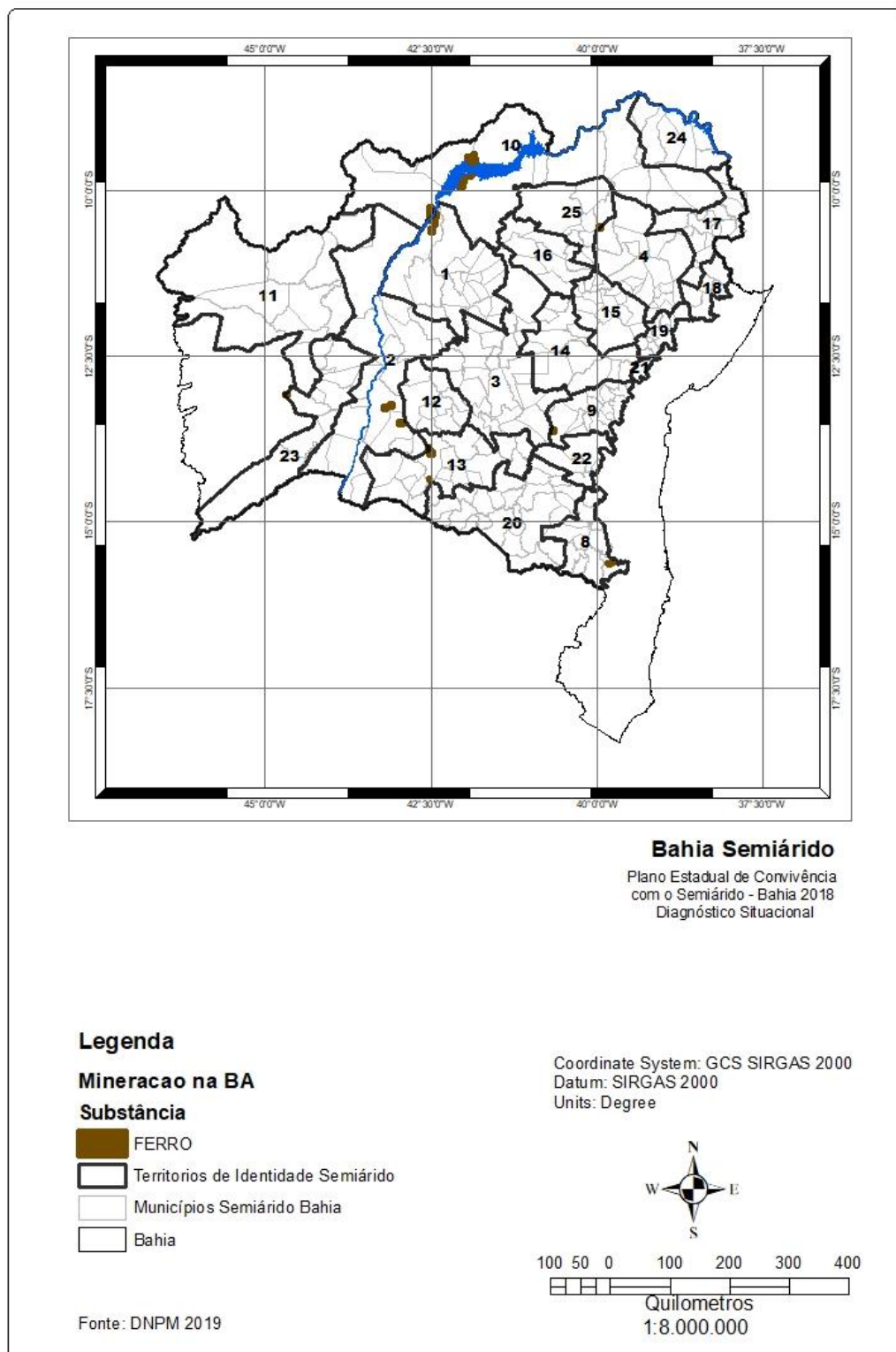
barragens de captação de água e contenção de rejeitos, pilhas de rejeitos tóxicos; (iv) abertura de enormes crateras; (v) desmatamento; (vi) especulação imobiliária; (vii) elevação do custo de vida, do desemprego e da desigualdade, entre outros fatores.



MAPA 107 A, B, C, D – Semiárido Baiano – Situação da base mineral : Fases requerimento de pesquisa, autorização de pesquisa, requerimento de lavra, autorização de lavra – 2019



MAPA 108 - Semiárido Baiano – Localização de reservas de pedras preciosas, 2019

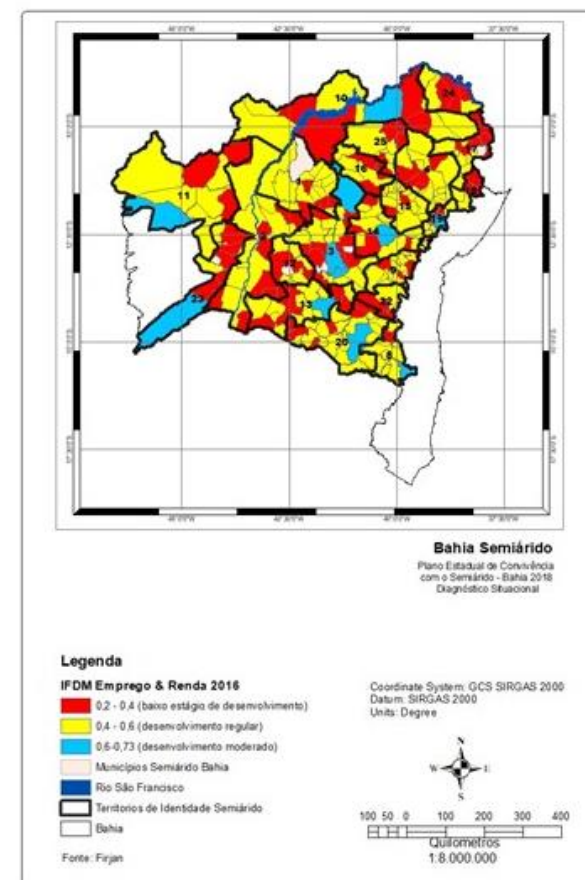
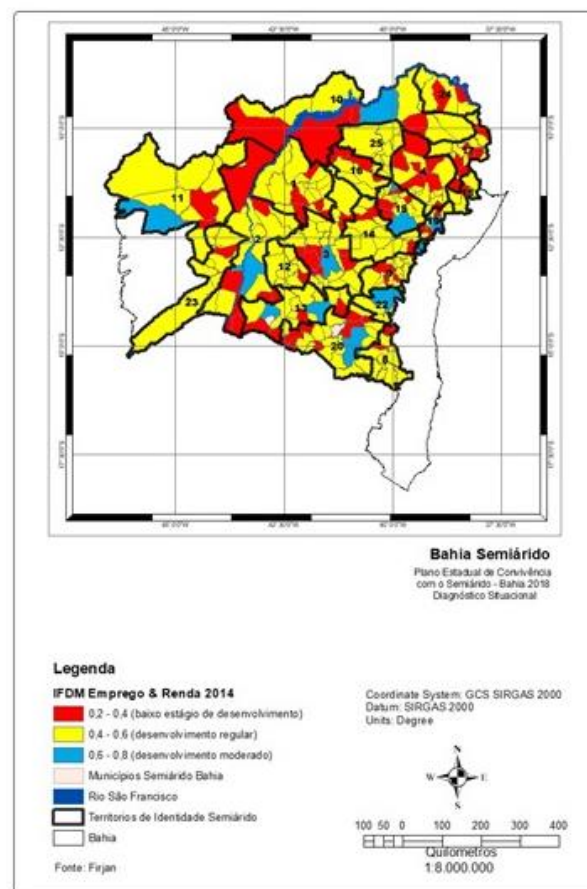
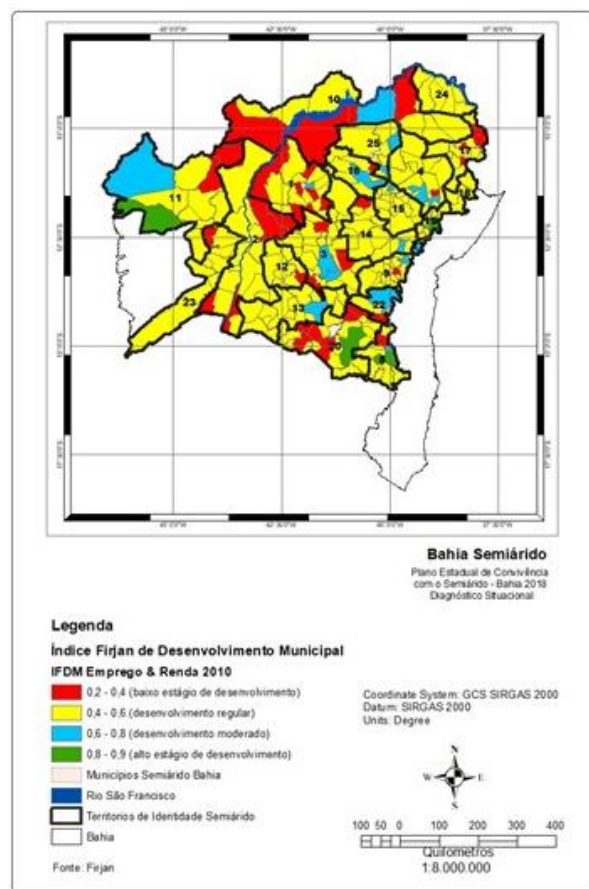


MAPA 109 - Semiárido Baiano – Localização de reservas de Ferro, 2019

6.3.5 Índice FIRJAM Emprego e Renda

O Índice FIRJAM de Desenvolvimento Municipal – IFDM Dimensão Emprego e Renda faz parte do IFDM geral e foi criado em 2008. Na dimensão Emprego e Renda buscou-se captar informações em dois níveis (cada um correspondendo a 50% do índice). Em relação à emprego, quanto a capacidade de geração de emprego formal e o nível de absorção da mão-de-obra local. Já em relação à renda, acompanhando a geração e sua distribuição no mercado de trabalho do município. Ele é composto por quatro indicadores, dois para cada dimensão: (a) Dimensão Emprego: geração de emprego formal, Taxa de formalização do mercado de trabalho; (b) Dimensão Renda: Geração de renda e Índice Gini de desigualdade de renda no trabalho formal.

A evolução do IFDM Emprego e Renda apresentada nos MAPA 110 A, B e C possibilita observar as condições de emprego e renda dos municípios do Semiárido baiano. Entre 2010 e 2016 houve ampliação do número de municípios considerados com baixo estágio de desenvolvimento, bem como a ocorrência de municípios que estavam em 2010 com elevado estágio de desenvolvimento e que regrediram para o nível desenvolvimento moderado. Nota-se que em 2016, em todos os 22 Territórios de Identidade do Semiárido Baiano havia municípios em situação de “baixo estágio de desenvolvimento”.



MAPA 110 - A, B e C – Semiárido Baiano - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Trabalho e Renda, 2010, 2014 e 2016

6.3.6 Emprego

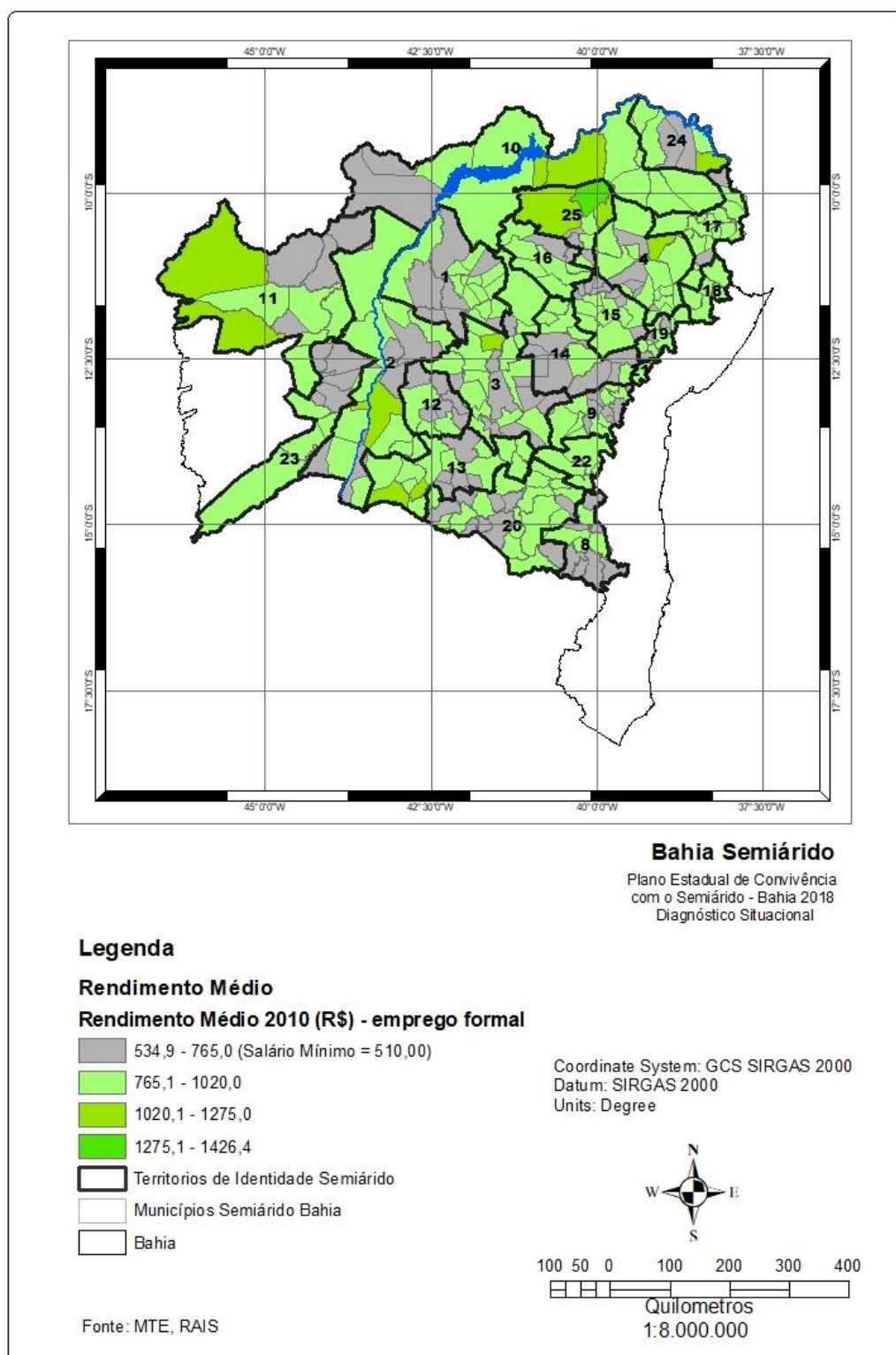
Tudo o que foi apresentado anteriormente impacta na situação do rendimento médio formal nos municípios do Semiárido baiano e os desafios para a manutenção e ampliação de postos de trabalho decentes na região.

Nos últimos anos, este Rendimento Médio formal nos municípios do Semiárido baiano tem se mantido na faixa máxima entre 3 (2010, 2014, 2016) e 3,5 (2012 e 2017) salário mínimos. Sua faixa mínima ficou em cerca de até 1,5 salários mínimos, a exceção do ano de 2014, quando a faixa mínima ficou abaixo de um salário. Cabe observar que os municípios localizados na ponta de baixo da média salarial formal a cada ano analisado foram municípios onde o VAB serviços representou o maior percentual do VAB municipal em cada ano analisado (2010, 2012, 2014 e 2016). De outro lado, nesses municípios o percentual de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família foi significativo. Por outro lado, os municípios que apresentaram maior valor médio de renda formal são aqueles localizados em TI do Nordeste Baiano (Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru e Sisal, por exemplo em 2010). Em 2017 os mais altos valores médios de renda formal estiveram distribuídos entre o Nordeste do Semiárido (TI Sertão do São Francisco, Piemonte Norte do Itapicuru e Sisal), região Central (TI Chapada Diamantina).

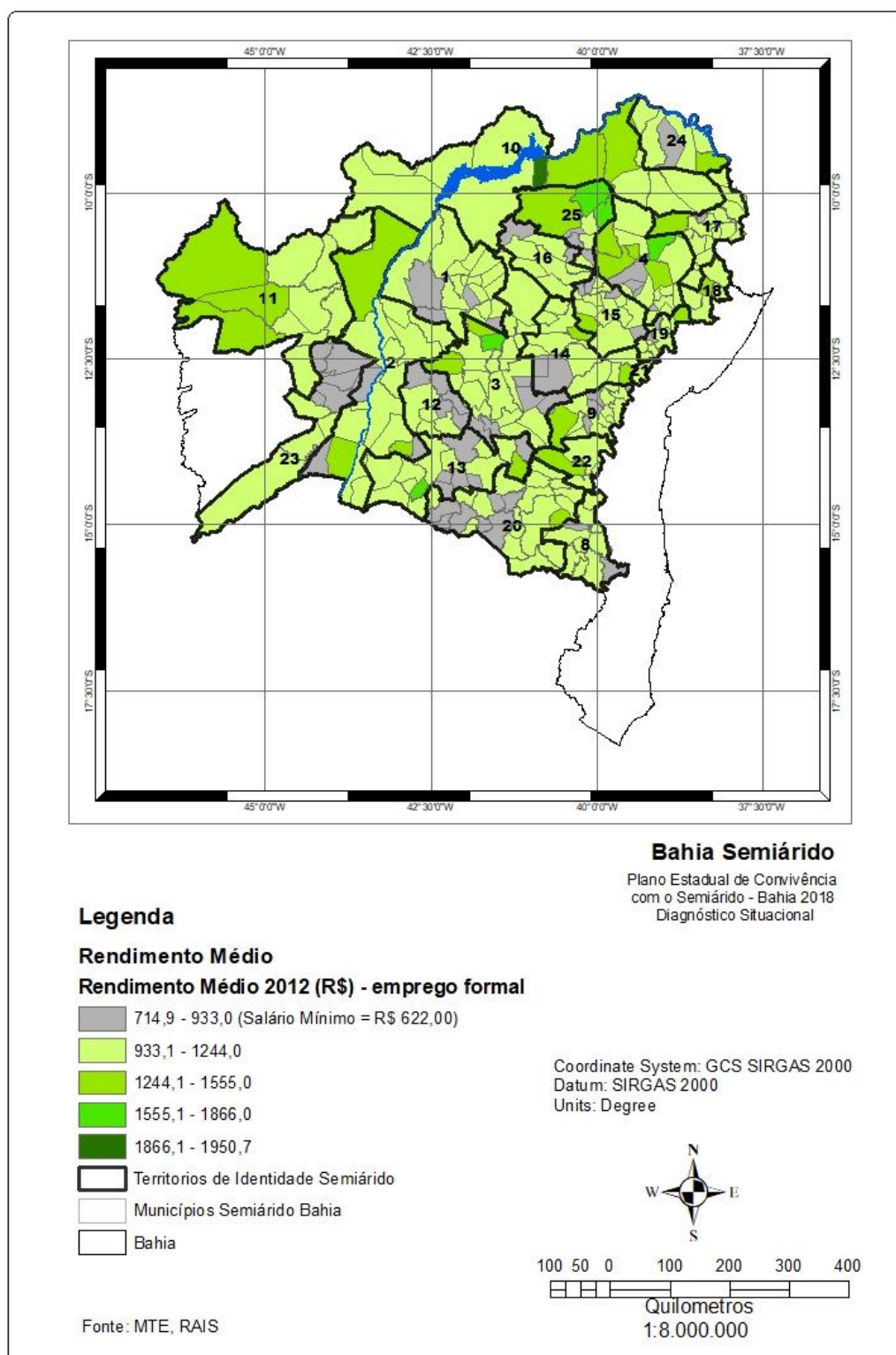
Em 2010, o rendimento médio no Semiárido baiano foi de R\$ 817,59. Comparando os rendimentos médios dos municípios do Semiárido com o rendimento médio baiano, observa-se que em 2010 apenas um município do Semiárido Baiano teve rendimento médio maior que a média Bahia (R\$ 1.323,64). Já em 2012, o rendimento médio no Semiárido foi R\$ 1.061,29. Em relação à média Bahia 2012 (R\$ 1.592,56), seis municípios do Semiárido tiveram Renda Média (formal) maior que a média. Entre os anos de 2014 (Renda Média formal BA R\$ 1.900,30), 2016 (Renda Média formal BA R\$ 2.256,58) e 2017 (Renda Média formal BA R\$ 2.369,31) apenas 4 municípios a cada ano tiveram renda média formal maior que a média baiana. O **QUADRO 20** apresenta por ano, os cinco municípios com maior e menor renda média formal no Semiárido baiano, com valor do rendimento médio, Território de Identidade e ranking. Os MAPA 111, MAPA 112, MAPA 113, MAPA 114, MAPA 115 apresentam a renda média formal do Semiárido por município.

QUADRO 20 – Semiárido Baiano – Rendimento médio – emprego formal –anos 2010, 2012, 2014, 2016 e 2017, ranking dos cinco maiores e dos cinco menores rendimentos médios, por TI e município

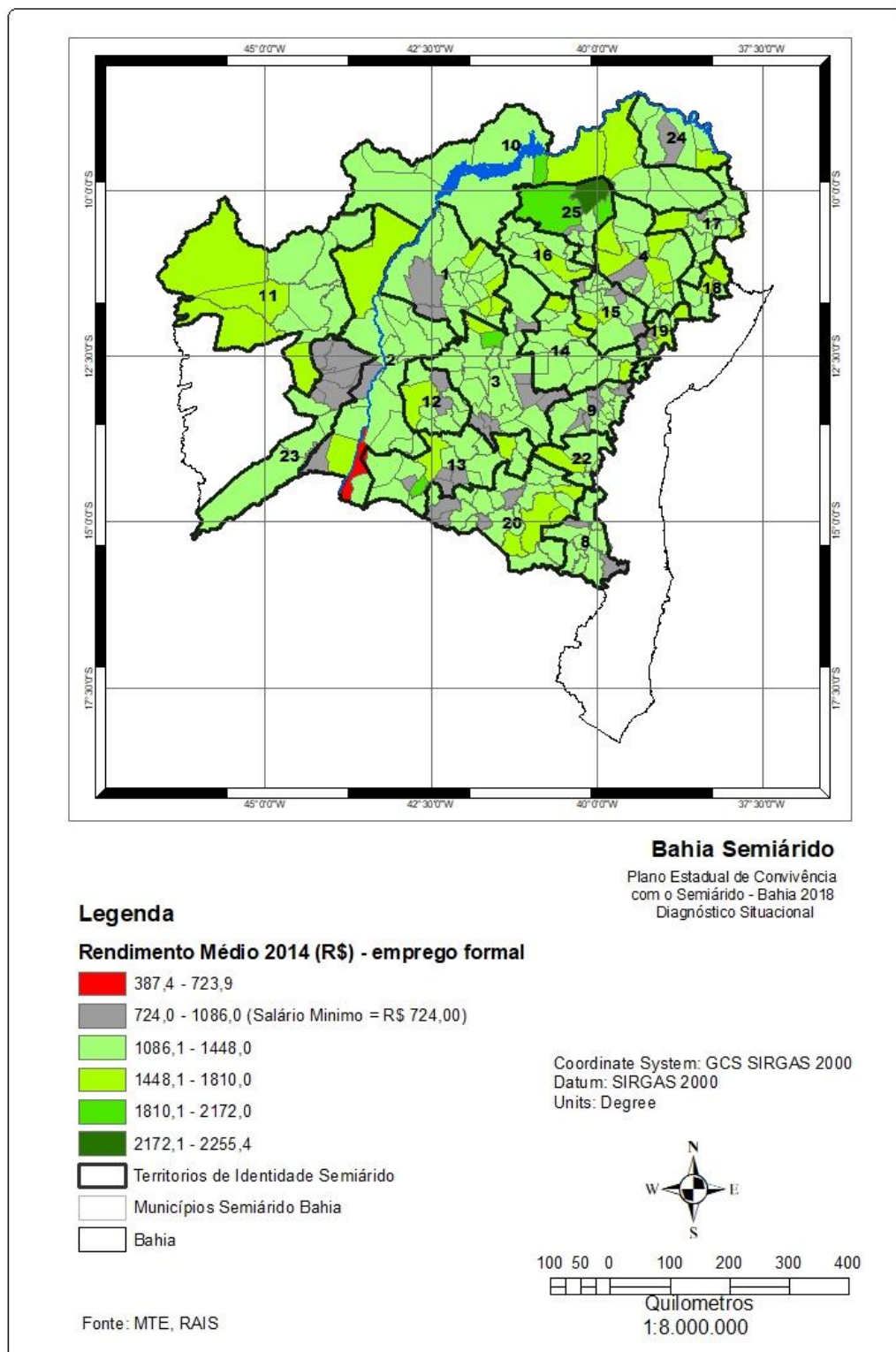
Ano 2010 : Rendimento Médio – emprego formal							
2010 – Maior valor médio (R\$)				2010 - Menor valor médio (R\$)			
ranking	município	TI	Produção	ranking	município	TI	Produção
1º	Jaguarari	25	1.426,37	278	Buritirama	11	534,91
2º	Quijingue	04	1.274,07	277	Ibipitanga	12	536,82
3º	Andorinha	25	1.270,01	276	Tabocas do Brejo Velho	23	548,53
4º	Paulo Afonso	24	1.258,83	275	Nova Itarana	09	591,20
5º	Iraquara	03	1.175,36	274	Rio do Pires	12	592,03
2012 – Maior valor médio (R\$)				2010 - Menor valor médio (R\$)			
ranking	município	TI	Produção	ranking	município	TI	Produção
1º	Sobradinho	24	RendMedio12	278	Nova Itarana	09	714,92
2º	Jaguarari	25	1.950,72	277	Anguera	19	718,30
3º	Pindaí	13	1.859,16	276	Caraíbas	20	722,43
4º	Quijingue	04	1.755,97	275	Ibititá	01	725,73
5º	Andorinha	25	1.709,45	274	Caturama	12	730,12
2014 – Maior valor médio (R\$)				2010 - Menor valor médio (R\$)			
ranking	município	TI	Produção	ranking	município	TI	Produção
1º	Jaguarari	25	2.255,38	278	Malhada	02	387,40
2º	Andorinha	25	2.057,62	277	Antônio Gonçalves	25	839,68
3º	Sobradinho	10	2.022,68	276	Caraíbas	20	845,41
4º	Pindaí	13	1.996,27	275	Ipecaetá	19	880,74
5º	Iraquara	03	1.868,95	274	Irajuba	09	893,23
2016 – Maior valor médio (R\$)				2010 - Menor valor médio (R\$)			
ranking	município	TI	Produção	ranking	município	TI	Produção
1º	Sobradinho	10	2.478,00	278	Elísio Medrado	09	1.063,21
2º	Jaguarari	25	2.417,92	277	Antônio Gonçalves	25	1.071,85
3º	Iraquara	03	2.385,89	276	Caraíbas	20	1.107,76
4º	Andorinha	25	2.372,59	275	Anguera	19	1.111,73
5º	Pindaí	13	2.253,27	274	Brejolândia	23	1.118,17
2017 – Maior valor médio (R\$)				2017 - Menor valor médio (R\$)			
ranking	município	TI	Produção	ranking	município	TI	Produção
1º	Andorinha	25	2.631,87	278	Anguera	19	1.094,08
2º	Jaguarari	25	2.578,53	277	Elísio Medrado	09	1.113,89
3º	Iraquara	03	2.487,93	276	Ipecaetá	19	1.115,24
4º	Nordestina	04	2.445,92	275	Brejolândia	23	1.156,96
5º	Sobradinho	10	2.336,10	274	Ibiquera	14	1.162,80



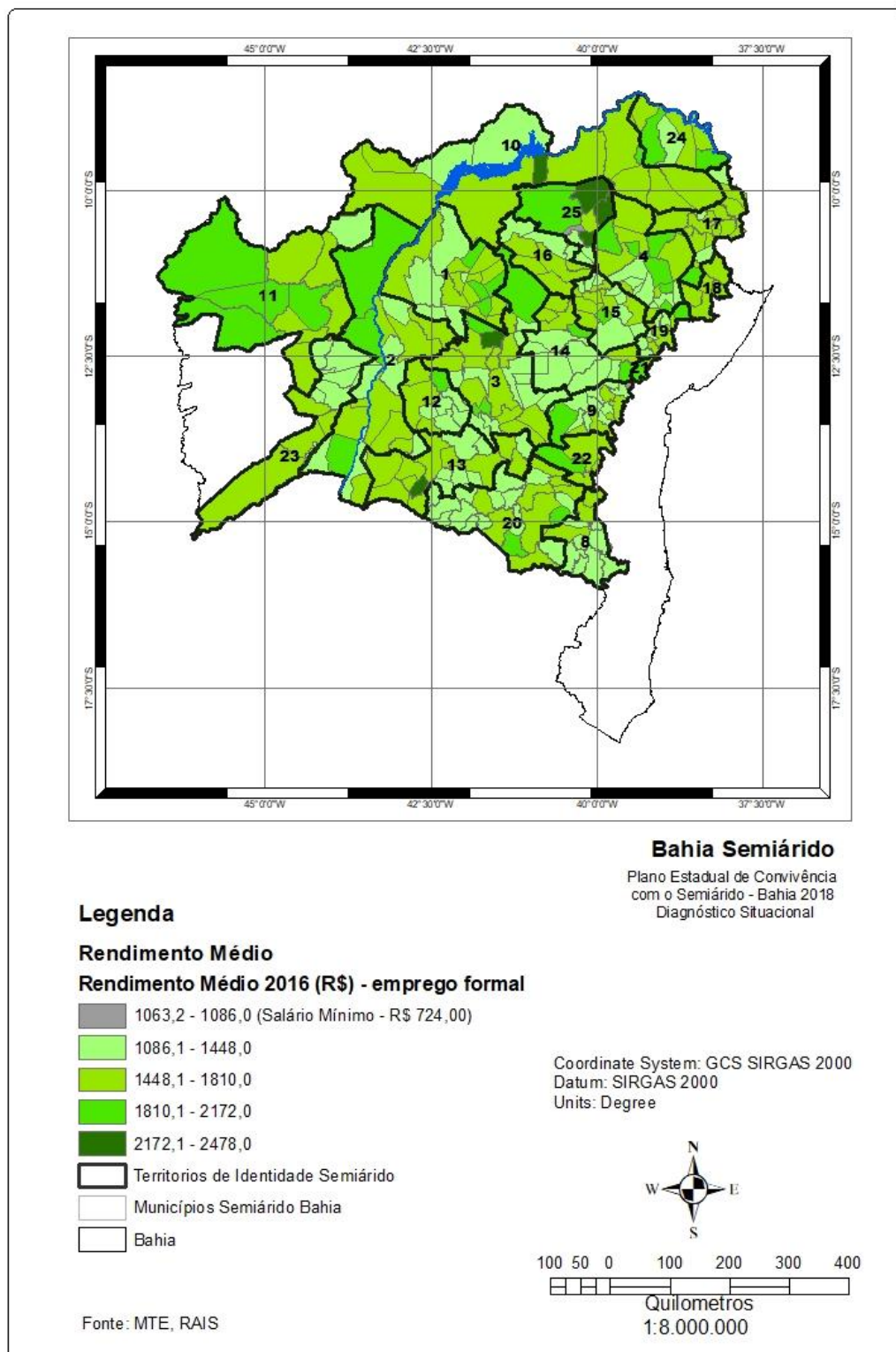
MAPA 111 –Semiárido Baiano – Rendimento Médio – emprego formal 2010 (R\$) por município e faixas referenciando o salário mínimo da época



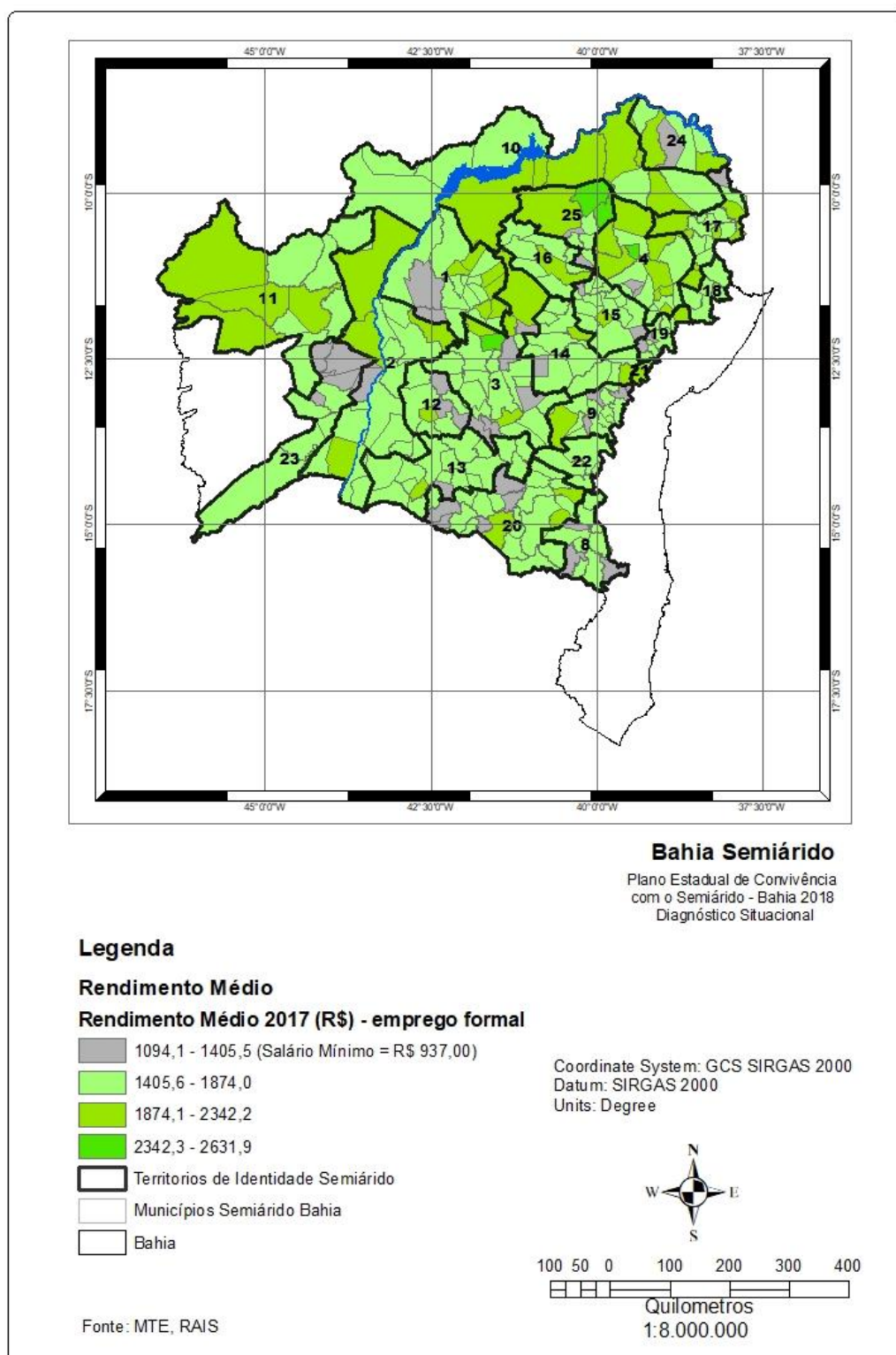
MAPA 112 - Semiárido Baiano – Rendimento Médio – emprego formal 2012 (R\$)
por município e faixas referenciando o salário mínimo da época



MAPA 113 - Semiárido Baiano – Rendimento Médio – emprego formal 2014 (R\$) por município e faixas referenciando o salário mínimo da época



MAPA 114 - Semiárido Baiano – Rendimento Médio – emprego formal 2016 (R\$) por município e faixas referenciando o salário mínimo da época



MAPA 115 - Semiárido Baiano – Rendimento Médio – emprego formal 2017 (R\$) por município e faixas referenciando o salário mínimo da época

7. Considerações Finais

Os dados apresentados neste diagnóstico demonstram que o Semiárido baiano é múltiplo, complexo e resiliente.

Nos últimos anos as mudanças climáticas têm impactado fortemente a região. Os ciclos de seca têm se prolongado. Isso teve consequências na evolução das atividades econômicas do território, fazendo com que acontecesse uma redução real do PIB. Os índices relativos à produção nos setores de indústria e serviços são expressivamente maiores que os do setor agropecuário (entre 2010 e 2016 neste setor, o VAB agropecuário representou menos que 10% do VAB total).

Na educação, a qualidade do ensino público inspira preocupação. Os níveis de aprendizado dos jovens têm se mantido inferiores ao padrão projetado. Na saúde, houve ligeiras melhoras, a ampliação da cobertura do PSF e das políticas específicas possibilitou a redução da mortalidade infantil e de diversos agravos evitáveis. As ações de prevenção desenvolvidas em relação às doenças de veiculação hídrica têm surtido efeito, com redução dos índices de infestação predial, por exemplo. As ações públicas de ampliação ao acesso à água e a energia possibilitaram importante mudança na conjuntura da região, melhorando as condições de vida da população.

A manutenção dos Povos e Comunidades Tradicionais localizados no Semiárido baiano têm sido desafio permanente; apesar de sua representatividade, são: 826 comunidades de fundo e fecho de pasto, 535 remanescentes quilombolas, 22 territórios indígenas; além 341 projetos de assentamento em diferentes níveis de instalação. Setores econômicos têm avançado em seus territórios, mineração, produção de energia e agronegócio são os principais itens que têm desestabilizado sua permanência.

A estrutura fundiária do Semiárido se mantém bastante concentrada. Os estabelecimentos agropecuários com mais de 1000 hectares são 0,36% de todos os estabelecimentos agropecuários, mas correspondem a 27,5% de toda a área do Semiárido. Por outro lado, os estabelecimentos agropecuários com até 200 ha são 96,83% de todos os estabelecimentos do Semiárido, mas correspondem a 45% da área. Os agricultores familiares do Semiárido baiano significam quase 82% de todos os agricultores familiares da Bahia. Ações de assistência técnica rural têm sido desenvolvidas e ampliadas na região.

8. Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, A. N. Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos do Brasil. Geomorfologia, São Paulo, IGEOG. USP. v. 20, 1970,

_____. O domínio morfoclimático semi-árido das Caatingas brasileiras Geomorfologia, São Paulo, JGEOG, USP, v. 43, 1974.

EMBRAPA Agência de Informação Tecnológica. Caatinga. Disponível em http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/bioma_Caatinga/arvore/CONT000glz1ehqv02wx5ok0f7mv200nvg0xn.html, acesso em 25 de setembro de 2018.

FGB, TNC, MMA, GIS, Guia para Formulação de Políticas Públicas Estaduais e Municipais de Pagamento por Serviços Ambientais. 2017, 77p. Disponível em <http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/143-economia-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade>, acesso em 25 de julho de 2018.

ILVA, Onildo Araújo da. A ação do estado e a constituição de um novo território: o caso do Distrito de Irrigação de Ponto Novo no Estado da Bahia – Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 10 de febrero de 2014, vol. XVIII, nº 467. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-467.htm>>. ISSN: 1138-9788., disponível em <http://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15052>, acesso em 10/10/2018.

LUCENA, Eliseu Marlônio Pereira de. Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável - Ecossistemas do Nordeste (semiárido), Universidade Aberta do Nordeste, S/d, 32p. Disponível em http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=11292, acesso em 30 de agosto de 2018

MEDEIROS R, YOUNG CEF. Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final. Brasília: 2011.

RODRIGUES, João Freire. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. *Anál. Social*, Lisboa, n. 211, p. 430-456, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732014000200008&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 18 out. 2018.

NOGUEIRA DE SOUZA, Marcos José, PINTO VIDAL DE OLIVEIRA, Vlândia, OS ENCLAVES ÚMIDOS E SUB-ÚMIDOS DO SEMI-ÁRIDO DO NORDESTE BRASILEIRO. *Mercator - Revista de Geografia da UFC* [en linea] 2006, 5 (Sin mes) : [Fecha de consulta: 12 de octubre de 2018] Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273620669008>> ISSN, acesso em 05/10/2018

MEDEIROS R, YOUNG CEF. Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final. Brasília: 2011.

SCHAER BARBOSA, M. Santos, M.E.P dos; MEDEIROS, Y. D. P. Viabilidade e reuso de água como elemento mitigador dos efeitos da seca no semiárido da Bahia.

VICTORIA, R.L. Projeto Temático: O papel dos sistemas fluviais amazônicos no balanço regional e global de carbono: evasão de CO2 e interações entre os ambientes terrestres e aquáticos, Centro de Energia Nuclear na Agricultura - Universidade de São Paulo (USP).

Disponível em <https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/1275/o-papel-dos-sistemas-fluviais-amazonicos-no-balanco-regional-e-global-de-carbono-evasao-de-co2-e-in/>, acesso em 20 de setembro de 2018

YOUNG CEF, de Bakker LB. Payments for ecosystem services from watershed protection: A methodological assessment of the Oasis Project in Brazil. *Nat a Conserv* 2014;12:71–8.

YOUNG CEF, De Bakker LB., Ferretti AR, Kriech CA., Atanazio R. Implementing Payments For Ecosystem Services In Brazil: Lessons From The Oasis Project. XII Bienn. Conf. Int. Soc. Ecol. Econ., Rio de Janeiro: International Society for Ecological Economics (ISEE); 2012, p. 1–20